

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Comparada**

Elizabeth do Espírito Santo Viana

**Relações raciais, gênero e movimentos sociais:
o pensamento de Lélia Gonzalez
1970 - 1990**

Orientador: Profº Dr. Flávio dos Santos Gomes

**Rio de Janeiro
2006**

**RELAÇÕES RACIAIS, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS:
O PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ
1970 - 1990**

Elizabeth do Espírito Santo Viana

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em História Comparada.

Orientador: Prof^o Dr^o Flávio dos Santos Gomes

Rio de Janeiro
2006

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo.

Relações raciais, gênero e movimentos sociais:
o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 – 1990.

Dissertação (Mestrado) – IFCS/UF RJ/ Programa de Pós-
Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2006.
xi 193 p.

Referências bibliográficas: f. 205 - 210

Orientador: Flávio Gomes dos Santos

1. Relações Raciais 2. Gênero 3. Movimentos Sociais
4. Lélia Gonzalez 5. Memória I. Gomes, Flávio dos Santos.
II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia
e Ciências Sociais. III. Título.

**RELAÇÕES RACIAIS, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS:
O PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ
1970 - 1990**

Elizabeth do Espírito Santo Viana

Orientador: Prof^o Dr^o Flávio dos Santos Gomes

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em História Comparada.

Aprovada em

Presidente: Flávio dos Santos Gomes
Prof^o Dr^o da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva
Prof^a Dr^a da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Alice Rezende
Prof^a Dr^a da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2006

**À minha mãe
Georgina do Espírito Santo Viana
(1930-1977)**

AGRADECIMENTOS

Numa tarde quente de verão, em um lugar qualquer no Rio de Janeiro, a convite do Movimento Negro Unificado, reúne-se um grupo de negros e negras para debater a *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada em Durban, na África do Sul. Os debatedores são pensadores negros, em sua maioria, à exceção de um notório sindicalista. A maior parte da platéia é constituída de negros e negras, militantes dos movimentos sindicais, de negro e de mulheres negras.

De um lado, os que viam nas propostas aprovadas uma possibilidade concreta de reparações para o “povo negro”, tanto na África quanto fora dela. De outro, os descrentes de quaisquer políticas transformadoras para a realidade concreta para os povos não-brancos. O contexto é de hegemonia do capitalismo, da globalização, desemprego, aumento da criminalidade, do “genocídio” da juventude negra, da coisificação da mulher negra, sobretudo das jovens.

Os militantes do Movimento Negro Unificado – por formação – acreditam ter como tarefa ser “um instrumento político do povo negro”. Os demais, em certa medida, também compartilham desse sentimento.

A síntese do debate, naquela tarde quente de verão, em um lugar qualquer no Rio de Janeiro, era sobre a necessidade de se definir o que seriam políticas reparatórias ou compensatórias no Brasil e, conseqüentemente, uma unificação no discurso. E é observado que, como sempre, a “esquerda brasileira” permaneceu dogmaticamente não reconhecendo as singularidades do sujeito e das “nações”, de sua história e de sua cultura. O que é imperdoável para a militância negra, isso é, o não reconhecimento de que o racismo no Brasil estrutura a sociedade brasileira.

Evidentemente, o debate não terminou com o desfazer-se da mesa e com a dispersão da platéia. No meio das confraternizações, dos encontros, dos reencontros, dos desencontros, dos debates acalorados, das disputas, das incertezas e das inquietações, começa a se construir a biografia de Lélia Gonzalez, fruto do meu encontro, nesse debate, com um dos debatedores: Flávio Gomes. Ele, a partir desse dia, me ajudou a problematizar, historicamente, uma questão: o papel e o lugar dos intelectuais negros no pensamento social brasileiro. A ele agradeço, em primeiro lugar, ter compartilhado comigo seus conhecimentos. Às vezes, pensava que não

corresponderia às exigências do orientador e do Programa, e, quando isso acontecia, recebia uns “Alô, Beth!”, “Manda brasa!” e muitos “Valeu!”. Não houve “colher”, não houve “refresco”, mas houve muito respeito (principalmente à minha liberdade de pensamento, constantemente desafiada e estimulada), muito bom humor e emoção. Agradeço também à professora Maria Lizete dos Santos, da Faculdade de Letras da UFRJ, pelas correções iniciais desta dissertação que, ao longo do seu percurso, para minha alegria, teve diminuídos os “falta algo”. Aos professores do Programa, especialmente Silvio de Almeida Carvalho Filho, Francisco Carlos Teixeira da Silva e Fábio de Souza Lessa; aos meus colegas de curso, pela seriedade; e às secretárias Márcia Ramos e Leniza dos Santos, por nos auxiliarem a todos – professores e alunos – a alcançar a nossa meta.

A Rose Marie Muraro, Carlos Moore, Helena Theodoro, Rubens Luis Rufino de Lima e Luiza Bairros, por compartilharam comigo as suas memórias; aos professores Aloísio Alves Filho, José de Brito Roque e Valter Duarte, por lembrarem que Lélia foi professora do IFCS; a Benedita da Silva, a Hilton Cobra, Ana Felipe Garcia, Eliza Larkin Nascimento, Abdias do Nascimento, Edson Cardoso e Eliane de Almeida, por lembrarem da importância de Lélia, bem como a Jurema Gomes da Silva e Euza Maria de Oliveira, por me disponibilizarem seus acervos. A Jorge Luiz dos Santos e Deyse Nolasco, por me fazerem lembrar coletivamente e a Valéria Moreira, que registrou parte de nossas lembranças, imortalizando assim a turma de Ciências Sociais do IFCS de 1978, e a Rosalia Lemos por também imortalizar as mulheres negras do Rio de Janeiro. Às instituições Arquivo Público do Rio de Janeiro, Biblioteca do Centro Afro-Asiático da Candido Mendes, Biblioteca Nacional, PUC-Rio, PROAFRO (Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos), CTE (Centro de Tecnologia Educacional) da UERJ, e à Fundação Cultural Palmares/MinC.

Às professoras Rosangela Valle, amiga-irmã, e a Vilma R. Machado Netto, que me descolonizaram a cabeça para compreender a língua inglesa; a Eliana do Espírito Santo Viana, irmã e companheira de todas as horas; a Elen Genuncio, no socorro ao computador; a Giovana Xavier, Raquel Barreto, Leonardo Bento e Pablo G. Garcia, por compartilharem os seus vigos juvenis; e pelo incentivo, mesmo de longe, a Joselina da Silva, Edmeire Exaltação, Manuela Alves, Lídia Maria F. Oliveira, Selma Maria da Silva, Magali S. de Almeida, Elielma A. Machado, Jurema Batista, Elizabeth Vieira, Heloisa Marcondes, Luciene Lacerda, Adriana Martins, Jane Thomé, Terezinha B. Nascimento e a Luitgard Cavalcanti.

Aos guardiões da memória do Movimento Negro e de Mulheres Negras: Adélia Azevedo, Claudinha Pacheco, Dulce Vasconcelos, Denise Barbosa, Joana Angélica, Lúcia Xavier, Maria José Lopes da Silva, Mariléia Santiago, Neusa Santos, Néia Daniel, Papa-Léguas, Rosa Maria Garcia, Ruth Pinheiro, Osvaldo Nunes, Wania Sant'Anna, Yedo Ferreira e Zózimo Bulbul.

Aos meus companheiros da Fundação Cultural Palmares, especialmente a Ubiratan Castro de Araújo, Lindinalva Barbosa, Eliane Borges da Silva, Martha Rosa Queiroz, Sandra Silveira e Nize A. Lima, pela cumplicidade na luta anti-racista.

Agradeço, também, a Marco Antonio Guimarães que, em suas escutas, me possibilitou compreender que a luta cotidiana contra o racismo dificulta o nosso processo criativo, mas não o impede, o que para mim serviu de impulso transformador. Nesse sentido, agradeço, sobretudo, às negras e aos negros anônimos, os verdadeiros protagonistas, pois que me embalaram com seus cuidados, como minha mãe – Georgina do Espírito Santo Viana; minha madrinha, Perolina Costa, também prematuramente ancestral, tia de meu pai, Oswaldo Sacock Viana, este o operário provedor, rígido, mas pai, amigo e responsável; minhas tias Waldimira Espírito Santo Rocha, Marinalva Assis dos Santos e a prima de minha mãe, Zilda Floriano dos Santos (Larê); Vovô Francisco Assis do Espírito Santo, Vovó Almerinda Rocha Espírito Santo, já ancestrais, e Vovô Genezio Sacock Viana que no dia seguinte a esta defesa completará 103 anos, que sempre me fizeram saber que sou filha de alguém que veio de muito longe, da África. Agradeço, também, a meus irmãos – Roberval, Rosangela, Eliana, Osvaldo, Elenimar e Cristiane – e aos sobrinhos Georgina, Cristiano, Bruno Jorge, Thiago, Felipe Jorge, Luís Henrique, Juliana e Ana Julia pela paciência e amor.

Finalmente, agradeço ao Movimento Negro e de Mulheres Negras as muitas tardes, muitas manhãs, muitas noites e algumas madrugadas na constituição de uma verdadeira democracia racial brasileira.

RESUMO

Relações raciais, gênero, e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 – 1990

Elizabeth do Espírito Santo Viana

Orientador: Profº Drº Flávio dos Santos Gomes

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em História Comparada.

Neste estudo sobre a trajetória da intelectual e ativista Lélia de Almeida Gonzalez – tendo como suporte teórico as reflexões sobre identidades, raça e gênero no pensamento social brasileiro do século XX – analisamos as perspectivas sobre racismo e as lutas anti-racistas no Brasil Contemporâneo, destacadamente nas décadas de 1970 e 1980. Trata-se de uma abordagem na interface de uma história intelectual, contribuindo para o estudo de biografias e dos movimentos sociais envolventes. Utilizamos como fontes: jornais, panfletos, entrevistas e a documentação da polícia política produzida pelo DOPS, além da bibliografia pertinente sobre pensamento social, história das idéias e identidades sociais. As reflexões contemporâneas sobre os intelectuais na diáspora – destacando alguns estudos comparativos do pós-emancipação nas Américas – trouxeram à luz o papel de destaque dos intelectuais negros também no Brasil na construção das idéias sobre raça e nação.

Rio de Janeiro
2006

ABSTRACT

Racial Relationships, Gender and Social Movements: Lélia Gonzalez's thoughts about those matters. 1970 - 1990

Elizabeth do Espírito Santo Viana

Orientador: Prof^o Dr^o Flávio dos Santos Gomes

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em História Comparada.

In this study about the course of life of the intellectual and activist Lélia de Almeida Gonzalez – theoretically based on the reflections about identities, race and gender in the Brazilian social mind during the 20th century – we analyse the perspectives about racism and the anti-racist struggles in contemporary Brazil, mainly during the decades of 1970 and 1980. It approaches the interface of the intellectual history, enabling studies about biographies and the social movements involved. Thus, we make use of sources such as newspapers, leaflets, interviews and the documentation from the DOPS archives as well as the existing bibliography about the social mind, the history about ideas and the social identity in Brazil. All the contemporary work produced about the intellectuals in the diaspora – highlighting some comparative studies of the post-emancipation period in the Americas – have brought into light the outstanding role of black intellectuals, including in Brazil, in the building of ideas about race and nation.

Rio de Janeiro
2006

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1- UMAS E OUTRAS LÉLIA: VIDAS, FORMAÇÕES E DILEMAS (I)	43
CAPÍTULO 2- UMAS E OUTRAS LÉLIA: VIDAS, FORMAÇÕES E DILEMAS (II)	81
CAPÍTULO 3- PENSANDO COM(O) LÉLIA GONZALEZ: UMA OUTRA HISTÓRIA	135
CAPÍTULO 4- TEORIAS, SENTIDOS E DIÁPORAS: IDENTIDADES NEGRAS DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
FONTES	197
BIBLIOGRAFIA	203
ANEXOS	209

APRESENTAÇÃO

Lutas e Cenários: dela, deles e nossos

“Para a irmã e companheira Beth, o abraço fraterno e este livrinho, efeito menor de uma luta maior. Beijos de Lélia. Rio, 11/6/82”. Com esta dedicatória Lélia Gonzalez me ofertava seu livro, *Lugar de Negro*¹, escrito em co-autoria com Carlos Hasenbalg. Tratava-se de uma publicação em formato de livro de bolso, na qual os autores procuravam se dirigir aos que lutavam contra o racismo e pela redemocratização do Brasil. Lélia, nas primeiras linhas, classificava o “golpe militar de 1964” como o estabelecimento de uma “nova ordem”, que visava uma “‘pacificação’ da sociedade civil”; e, para ela, essa última significava “sobretudo na história de povos como o nosso: silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política”. Encerrava o primeiro parágrafo alertando que “quando se lê ‘pacificação’ entenda-se *repressão*”.²

Somente ao começar a escrever esta introdução me lembrei da dedicatória, ou melhor, percebi que muito mais do que a responsabilidade frente à Universidade, a seus familiares, a seus amigos e contemporâneos, eu tinha um compromisso, sobretudo, com a própria Lélia. Eu a conheci no meu primeiro ano na Universidade, em 1978, no IFCS/UFRJ. Foi uma “simples” troca de olhar de cumplicidade nos corredores. Nunca fui formalmente sua aluna; eu era apenas uma dos quatro “neguinhos” (pelo menos daqueles que não dava para negar) dentre os 100 aprovados no vestibular de 1978. No IFCS, nessa época – segundo minha colega de turma Valéria Moreira –, o que tinha “de bom” era ficar pelos corredores “jogando conversa fora”:

De 50 em 50 minutos, tempo de duração de cada aula, éramos surpreendidos pela entrada na sala de um outro projeto: o professor. Isso quando não éramos visitados pelos militantes do movimento estudantil,

¹ GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. (Coleção 2 Pontos).

² *Ibid.*, pp. 11.

divididos em pelo menos uma dúzia de tendências [políticas] diferentes, que, educadamente, interrompiam as aulas para dar informes ou discursar a respeito da conjuntura política do país e do mundo.³

Nesse cenário, a política era uma atividade exercida “quase na totalidade dos casos, fora de sala de aula” e nós, os alunos, aqueles que ficávamos em sala de aula, “mal entendíamos o português dos textos [traduzidos] de Durkheim, Weber e Marx, pois não tínhamos familiaridade com o tipo de tratamento dado pelos autores aos assuntos”. A adequação de conteúdos “à realidade da ‘clientela’” era “confundida” com o “baixar o nível”. Valéria Moreira também percebeu que a maioria dos professores tinha se graduado “em universidades com qualidade” similares à nossa, mas, como observou, solicitavam trabalhos como, por exemplo, fichamentos que nenhum deles nunca nos “ensinou como deveria[m] ser feito[s]”. Ela classificava os corpos docente e discente em dois grupos, subdivididos em “militantes” e “não-militantes”. Só haveria “algo em comum entre os professores – militantes ou não – e os estudantes militantes: a responsabilidade de transmitir um saber anteriormente produzido”⁴.

Quebrando tal cotidiano, em 1979, eclode uma denúncia de discriminação em sala de aula, relatado no panfleto “PRETO, CONHECE O TEU LUGAR!”⁵:

No segundo semestre do ano passado, a professora de Sociologia do Desenvolvimento, Maria Luiza, reprovou dois alunos negros: Paulo Ubirajara de Jesus (também funcionário da UFRJ) e outra que não quis se identificar. Sob a alegação do pouco aproveitamento do curso pelos referidos alunos e ao lado desta que a ‘Universidade não é lugar de preto nem de pobre’. Convidou a aluna a ser doméstica em sua casa e orientou o aluno no sentido de que ‘negros não nasceram para as profissões do tipo intelectual’. Fosse ser operário.

³ MOREIRA, Valéria de Moraes Vicente. *Sardade se escreve com r de Craudionor: dossiê de um escolar*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1989. pp. 42.

⁴ Ibid., pp.44.

⁵ Documento pertencente ao acervo pessoal de Euza Maria de Oliveira, ex-aluna do IFCS.

O panfleto denunciava que isso era racismo e, pior, “racismo brabo dentro” do IFCS. Por essa razão, numa escrita bem simples e direta, convocava os “negros do IFCS”: “unam-se a nós”⁶ no “desmascaramento desta farsa que era a ‘democracia racial’” em uma instituição “que se pretende espaço de discussão e de transformação da sociedade, sob as formas mais diversas”. Esse fato motivou intensos debates, envolvendo professores, alunos (negros, brancos e judeus) e, especialmente, grupos de militância política (clandestina), inclusive de fora da Universidade. Para pacificar os ânimos, um fato inédito aconteceu: a participação de alunos na reunião da Congregação, antiga reivindicação do Movimento Estudantil. Na reunião, prevaleceu o entendimento de que não fora racismo. Segundo argumento do então Professor Darcy Ribeiro, a professora denunciada, branca e loura, graças à nossa miscigenação, “era casada com um negro”. Maior justificativa, para ele, de que ela não era uma racista. O “fato lamentável” ocorreu, em seu entendimento, porque a Universidade “não estava preparada para receber os filhos dos proletariados”.

Lélia, ao tomar conhecimento da denúncia e de seus desdobramentos, diferentemente de outros militantes políticos, não foi⁷ ao IFCS nos “organizar”⁸, mas, sim, foi à casa de um de nós (alunos negros) debater a questão. Ao final da reunião, criamos o⁹ *Grupo de Estudo Lima Barreto*. A cada um de nós Lélia emprestou um livro¹⁰, dizendo que precisávamos conhecer a história do Brasil e a do nosso patrono. O grupo não prosperou, mas a “missão” de Lélia estava cumprida. Também, ao final dessa jornada, de “pensar e respirar com/como Lélia Gonzalez” foi

⁶ Assinam o documento: Carlos Alfredo Linhares, Cyntia Dorneles, Eduardo Cratingui Fonseca Filho, Elizabeth do Espírito Santo Viana, Hermes Soares, João Alfredo Chagas Lima, Jorge Gomes Nogueira, Jorge Luiz dos Santos, Isabel Lustosa, Júlio Cesar Adiala, Jurandy Leite, Lizonete Luiza da Conceição, Paulo Ubirajara de Jesus, Roberto Gomes Coelho, Sarita Albagli, Therezinha Fernandes Gonçalves, Ursula Luz Ribeiro Dias e Vânia Penha Lopes.

⁷ Lélia não mais dava aulas; ela pertencera ao quadro do que se chamava na época “bóia-fria da educação”, ou seja, professor sem vínculo com a Universidade.

⁸ Destacamos a participação de Paulo Roberto dos Santos, integrante do IPCN, que auxiliou na fundação de um grupo de alunos, inclusive não-negros, porém não passou de algumas reuniões de discussão fora e dentro do IFCS.

⁹ Os outros participantes eram: Jorge Luiz dos Santos, Deisy Nolasco Santana, Euza Maria de Oliveira e Sílvia Aguião Libof.

¹⁰ LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço Romanesco*. São Paulo: Ed. Ática, 1976 (no meu caso).

que compreendi a importância da inserção de uma estrofe de uma música de Abel Silva em um texto de sua autoria – “Somente uma palavra me devora/ Aquela que meu coração não diz”. Era o período em que Lélia estava desenvolvendo “por aí” a proposta de unificação das entidades do movimento negro. Um trabalho que era tão importante quanto “os livros dos cobras”, assim como o contexto político dos anos 1970, seus dilemas e tragédias pessoais, fatores que determinaram, para não ser devorada, abrir mão de ser uma *lady* para se tornar uma “mulher negra”. Como afirmava Neusa Santos, parafraseando Simone de Beauvoir, “ser negro é tornar-se negro”. Essa identidade, mesmo que contraditória ou fragilmente constituída, permite ao negro, gerada pelas suas próprias vozes, ter feições alicerçadas “em seus interesses, transformadoras da História – individual e coletiva, social e psicológica”.¹¹

Nosso objetivo nesta dissertação é pensar com e como Lélia Gonzalez desenvolveu suas reflexões sobre raça, gênero e história. A partir do conhecimento objetivo da relação entre brancos e negros no Brasil – articulando os conceitos de classe, raça e sexo para determinar os lugares dos sujeitos no sistema capitalista brasileiro – ela sustentava que a suposta democracia racial era um mito e, como tal, era percebida como uma ideologia falseadora da realidade. Com esse ponto de vista, compartilhava com Carlos Hasenbalg. Lélia analisava que “os brancos” tinham o benefício de sua “filiação racial” perpetuado desde a escravidão. Assim, no Brasil, ainda uma sociedade dependente e periférica, o “lugar de negro” era compor a “grande massa marginal crescente”, onde a maioria buscava “refúgio” em “serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente, trabalho por temporada”. Mas, Lélia também considerava como “lugar de refúgio” aqueles de ocupação formal: os serventes dos supermercados, das escolas, dos hospitais, que lá estão para servir, e outros, no limite, ficavam “desocupados”. Uma existência que tornava as vidas desses homens e mulheres “realmente pretas” na sociedade brasileira. Especialmente essas

¹¹ SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro*. Rio de Janeiro: Graal, pp. 77 e 78.

mulheres negras (as “mães pretas”, as “empregadas domésticas” e as “mulatas”) mereceram de Lélia uma reflexão reveladora sobre suas funções e representações sociais.

Apoiando-se nas perspectivas teóricas de diversos autores que operaram em rupturas políticas e científicas, valorizando as noções de fragmentação/descentração, especificidade e diferenças, Lélia elaborou uma reflexão histórica de como o “povo brasileiro”, o “povo negro”, a “mulher negra”, constituíram-se personagens de uma *outra história*. Também contestava o reducionismo científico de uma determinada esquerda brasileira da época, por reproduzir a injustiça racial. E criticou o movimento feminista e parte do movimento negro: o primeiro por não reconhecer a opressão racial; o segundo, a opressão sexual.

Acompanharemos nesta dissertação o mergulho e diálogo teórico e o amadurecimento político de Lélia Gonzalez nos anos 1970 e 1980 que, de forma original e ousada, expôs-se e expôs suas desconfianças quanto às formas tradicionais de fazer política e de pensar o Brasil somente pelo viés economicista. E como a lógica da dominação colocava o negro na lata do lixo da sociedade brasileira, Lélia, dizendo falar “desse lugar”, ancorou-se num referencial teórico da psicanálise para dar conta de “um certo resto” que um hegemônico esforço investigativo das ciências sociais não alcançava. Discutiu dialeticamente – a partir das reflexões de Frantz Fanon – a relação de dominação entre brancos e negros, pois, onde ambos eram escravos. Operou também com as noções de consciência e memória para revelar aquilo que a “boçalidade europeizante” tentava calar: a cultura brasileira (neurótica e adolescente) tinha pai (e mãe) e ele estava nu, pois era preto e escravo. E ele continuava a nos assombrar. Por fim, por acreditar que vivíamos numa *América*, Lélia propôs que todos os “irmãos” das Américas se unificassem em torno da categoria *Amefricanidade*, para dar conta das experiências históricas de todos os que vieram do outro lado do Atlântico. Todos da diáspora.

O tema de nossa dissertação – partindo das idéias de Lélia Gonzalez – surge da

necessidade de compreender a dinâmica histórica e social dos movimentos sociais, sua atuação no nível do discurso e da prática, assim como seus intelectuais e os debates travados. Ao longo do período estudado, os historicamente dominados no Brasil contemporâneo receberam diversas conceituações: explorados, oprimidos, marginalizados e excluídos. Mudaram-se os “conceitos” e as categorias explicativas de apropriação do “problema”, mas a realidade não se alterou, a “população negra” ainda aguarda ser incluída na nação brasileira.

Neste ponto, retornamos para explicitar a opção pelo tema e justificar a sua relevância. Sou uma mulher negra, ativista e cientista social, que ousa, como tantos outros (outras) negros e brancos, estranhar/questionar a experiência e o conhecimento adquirido. Uma motivação necessária e libertadora para uma auto-educação moral que, segundo o historiador Carlo Ginsburg, “requer, antes de mais nada, que se anulem as representações erradas, os postulados tidos como óbvios, os reconhecimentos que nossos hábitos perceptivos tornaram gastos e repetitivos”. O estranhamento para esse historiador é um antídoto eficaz contra a banalização da realidade concreta.¹² Dessa forma, este estudo pretende se integrar a uma nova geração de estudiosos das relações raciais e de gênero, agora com uma pequena, mas expressiva participação de pesquisadores negros, negras (e brancos) e, quem sabe, possamos minimizar um certo privilégio. Esta postura talvez impeça que outras “Elizabeths” e “Valérias”, só quase uma década depois, descubram “rindo” que a maioria dos cem alunos tinha “medo de abrir a boca, de falar alguma asneira e ser, por isso, motivo de chacotas por parte dos entendidos”, pois não integrávamos uma certa minoria supostamente de “outro ‘nível’”, portadora de um “vocabulário apropriado”¹³. Valéria conclui seu capítulo “Do vestibular unificado à universidade: as maravilhas do instituto que você não viu. Ou viu?” afirmando que:

¹² GINSBURG, Carlo. *Olhos de Madeira – Nove Reflexões sobre a Distância*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 22.

¹³ MOREIRA. Op. Cit. pp. 43.

Sáímos repetindo pedaços de textos de outros autores que nem papagaio. Sáímos precisando de arremate. Sáímos sem querer sabendo o que não queríamos. Não queremos mais que qualquer outro falasse através de nossa boca, de nosso corpo. Não queríamos alugar a cabeça para mais ninguém.¹⁴

A nossa dissertação também tem um suporte teórico e metodológico no campo dos estudos sobre memória. Em *Memória e Sociedade: lembrança de Velhos*, Ecléia Bosi analisa as reflexões de dois autores: Henri Bérghson, que postula o caráter individual e puro do ato de lembrar; Maurice Halbwachs, para quem o ato de lembrar não depende do indivíduo, de sua subjetividade ou do seu espírito, mas, sim, do seu relacionamento com a família, com a sua classe social, com sua religião, com seu trabalho, enfim com os grupos com os quais compartilha do mesmo ponto de vista. Dessa forma, existe uma relação direta entre memória individual e coletiva; é o grupo que o faz lembrar porque nunca estamos sozinhos¹⁵. Halbwachs define a Memória Coletiva como uma corrente de pensamento contínuo que não é artificial, pois só retém aquilo do passado que está vivo ou que é capaz de viver nas consciências; ela é recriada, revivida, reconstruída e repensada com as imagens e idéias de hoje com as experiências do passado¹⁶. Já Michel Pollack contesta essa visão aparentemente harmoniosa do ato de lembrar, porque o ato de lembrar é conflitivo, principalmente ao se recuperar a memória política, a memória de um grupo social onde entra a questão daquilo que deve ser lembrado, de que como e o que deve ser registrado. Há uma disputa de memória por uma versão do acontecimento, implicando em um posicionamento político diante deles e do momento atual, sedimentando assim a própria identidade do grupo e dos indivíduos¹⁷.

Nessa perspectiva, foi possível levar em consideração os estudos da memória em suas

¹⁴ MOREIRA. Op. Cit. pp..49

¹⁵ BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Ed. EDUSP, 1987. pp.17.

¹⁶ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990, pp. 36.

¹⁷ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, pp.8.

diferentes formas: individual, social e coletiva. Assim, construímos a nossa dissertação através de narrativas e trouxemos à tona elementos que ficaram e ficam escondidos pelos diferentes tipos de conveniências, porque fazem parte das lembranças subterrâneas¹⁸ como as classifica Pollak. O caminho para se chegar a essas histórias poderia ter sido procurado apenas na vasta literatura existente, que também foi usada. No entanto, embora considerando a relevância de vários estudos, se fez necessário buscar “outras histórias” na oralidade. Que histórias são essas que muitas vezes nunca saíram de seus espaços íntimos? Seriam realmente histórias esquecidas ou elas constroem algo? E se constroem, o que produzem? Que diálogos foram travados e com “quem”? Muitas dessas “outras histórias” estão preservadas nas memórias daqueles que foram testemunhos da cultura política construída pelos movimentos sociais e singularmente por Lélia Gonzalez¹⁹.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. Na introdução apresentamos os contextos políticos e das idéias do Brasil entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Avaliamos as dinâmicas interpretativas sobre a sociedade brasileira, seus itinerários e personagens. Nos dois primeiros capítulos – *Umas e outras Lélia: vidas, formações e dilemas (I) e (II)* – apresentamos a história de vida de Lélia de Almeida Gonzalez. De início, recuperamos alguns personagens importantes na sua relação familiar, especialmente seu irmão Jaime de Almeida, sua formação, casamento, ocupações e ascensão social. E a partir daí centramos nossa narrativa no contexto político das décadas de 1970 e 1980, quando ela se constitui como uma liderança dos movimentos negro e de mulheres, suas articulações políticas nacionais e internacionais. Demonstramos como essas possibilitaram a sua ascensão na vida pública nacional e internacional e o acompanhamento de suas atividades e ações pelo DOPS. No capítulo seguinte, destacamos seu

¹⁸ POLLAK. Op. Cit. pp. 8. Lembranças guardadas em estruturas de comunidades informais passando despercebidas pela sociedade englobante, apenas transmitidas no quadro familiar, em associações e em redes de sociabilidade afetivas.

¹⁹ É oportuno ressaltar que em nossa narrativa procuramos nos manter fiéis às indagações e respostas encontradas por ela, inclusive ao seu estilo de escrita, e observamos também que todas as palavras em destaque deverão ser lidas como “grifos da autora”.

próprio processo de conscientização, suas candidaturas eleitorais e os cargos políticos que ocupou. Apresentamos, ainda, seu processo de conscientização, uma breve história dos movimentos sociais, especialmente das mulheres negras e os diálogos travados entre Lélia e eles. E concluímos com sua própria avaliação política dos movimentos (inclusive seu engajamentos) até a sua morte.

No terceiro capítulo – *Pensando com(o) Lélia Gonzalez: Uma outra História* – abordamos o pensamento de Lélia Gonzalez, especialmente a crítica que faz à narrativa hegemônica da historiografia brasileira, suas motivações, perspectivas teóricas e o papel/lugar do intelectual, bem como a constituição de “novos” personagens: o “povo brasileiro” e o “povo negro”, esses últimos protagonistas de suas reflexões. Ressalvamos que esse protagonismo foi (re)construído, como frisava Lélia, a partir de um determinado “lugar”, ou seja, é uma mulher e negra que falava com todas as implicações e significados que o papel militante carregava, inclusive aquela de quem guerreia por uma causa. Também destacamos como as relações raciais brasileiras determinaram uma competição desigual entre brancos e negros a partir de sua classificação racial. A importância e o significado da “africanização” na cultura nacional e a introdução da teoria psicanalítica em suas reflexões foram fundamentais para dar conta do que ficou escondido pela ideologia: a marginalização da população negra e o mito da democracia racial.

O quarto e último capítulo – *Teorias, Sentidos e Diásporas: identidades negras do outro lado do Atlântico* – é uma continuidade do capítulo anterior, dedicado à história intelectual de Lélia: inquietudes, debates, argumentos, interlocutores, categorias etc. Será uma história da história e produção intelectual de Lélia. Serão revisitados em detalhes seus escritos, na tentativa de se produzir um *making-of* das suas reflexões e perspectivas de intervenção nos debates intelectuais de sua época. Destacaremos também suas experiências e escolhas políticas que a levaram para o outro lado do Atlântico, ao mesmo tempo em que “desmistificou” a África, que a trouxe de volta como *amefricana*.

INTRODUÇÃO

Contextos e propostas

Seria impossível não recuperar o legado de onde Lélia Gonzalez pode ter partido. Na década de 1940, Guerreiro Ramos (1915 - 1972) já chamava a atenção: “o branco tem desfrutado do privilégio de ver o negro, sem por este último ser visto” e a sociologia brasileira “é uma ilustração deste privilégio”¹. Afirmava ainda que esse “negro” e o “‘branco’ brasileiro” sofriam de uma certa “patologia social”². Para melhor entendimento de alguns eixos do pensamento de Lélia Gonzalez, apresentaremos um breve panorama das idéias sobre a questão racial no Brasil, tanto as idéias que “sustentaram” esse “privilégio”, como o protagonismo do “povo negro”, perspectiva compartilhada por ela, na constituição de um outro “lugar”, um conceito do arcabouço teórico da afrocentricidade. Nessa teoria, como indicou Larkin Nascimento, havia dois conceitos fundamentais, em primeiro lugar o de sujeito, que independente de sua cor, mas condicionado pela sua experiência histórica do colonialismo, ia se “posicionar para observar e analisar”. Em segundo, o de agência, contraditando a universalidade ocidental, não para ocupar um lugar hegemônico, mas sim a partir de sua identidade de “negro” no “exercício da capacidade de pensar, criar, agir, participar e transformar a sociedade por força própria”³, ou seja, seu protagonismo.

No final do século XIX, o Brasil se tornaria, quer por relações formais ou não, um “espetáculo brasileiro de miscigenação”. Segundo Schwarcz, esse quadro excepcional fez do país um caso singular e um *locus* privilegiado de estudos de naturalistas, onde a miscigenação não só

¹ RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à Sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. pp 202.

² *Ibid.*, pp 119.

³ NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O Sortilégio da cor: identidade raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003. pp. 98.

era “descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação”⁴. Ela foi fruto de relações com mulheres negras e indígenas sujeitadas pela hierarquia racial e pela economia escravocrata.

De fato, os brasileiros mestiços foram em grande parte gerados através da violência sexual durante o período da escravidão, apesar de não serem incomuns a coabitação e o matrimônio entre brancos e não-brancas. Portanto, a tradição da mistura racial no Brasil deu-se tanto através de relações sexuais violentas como por uniões informais e formais⁵.

Sob ação colonizadora européia, os africanos e os indígenas das América foram subjugados e classificados como raças inferiores ou sub-raças. O colonialismo, após superar a questão sobre os outros povos, se seriam bestas ou homens, justificava essa dominação a partir da idéia de que seu povo, os caucasóides, era a “raça eleita para ordenar e guiar o mundo”. Iluminados por essa razão elaboraram um conjunto de teorias que explicavam as diferenças humanas, porém restava saber se as diferentes raças provinham da mesma espécie. Mesmo divididos em monogenistas e poligenistas, partilhavam da mesma crença de que essas diferenças impunham sobre os tipos humanos “uma certa hierarquia” racial.⁶

Uma nova perspectiva se daria com a publicação da obra *A origem das espécies* (1859) de Charles Darwin (1809 – 1882). Para Schwarcz, essa “espécie de paradigma”, a despeito das perspectivas diferenciadas entre monogenistas e poligenistas, significou uma novidade: assumiu o modelo evolucionista e atribuiu ao conceito de raça “uma conotação bastante original que escapava da biologia para adentrar questões de cunho político e cultural”. Tal consenso,

⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp 13.

⁵ TELLES, Edward Eric. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003. pp. 43.

⁶ Cf. SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizam a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp, Rio de Janeiro: Ed. Pallas. 2002.

racionalmente elaborado, possibilitou ao darwinismo ser aplicado em diversas disciplinas sociais⁷. Assim, em pleno processo de Abolição da Escravatura no continente americano, “a ciência veio para validar a dominação racial” dos caucasóides sobre as pessoas não-brancas, em especial aos africanos⁸. De fato, como observou a filósofa Santos, os índios da América, apesar de considerados primitivos, seriam “dotados de pureza”, mas os negros viriam de um lugar, a África, de “pecado e imoralidade, gerando homens corrompidos; povos de clima tórridos com sangue quente e paixões anormais que só sabem fornicar e beber”, sua cultura considerada uma barbárie, o paradigma de comparação era com a “Europa ‘civilizada’”⁹. Assim, a teoria que sustentou tal superioridade foi construída a partir da polarização entre “branco”, o “tipo” positivo, *versus* “negro”, o “tipo” negativo.

Pelo olhar darwinista, o cenário do Brasil era apavorante; as condições climáticas e ambientais “enfraqueciam” biológica e mentalmente os “seres humanos”¹⁰, o que tornava a composição miscigenada de sua população um exemplo de degeneração biológica, o que se constituiria para as elites brasileiras uma questão nacional. É dessa forma que emergiu uma nova consciência para, cientificamente, compreender e apresentar propostas de solução do futuro negro e mestiço que se vislumbrava.¹¹

Para ilustrar essa “nova consciência”, destacamos a “saída científica” encontrada pelo jurista e crítico literário Silvio Romero (1851 - 1914). Ele se destacava como polemista e aglutinador, sua produção era marcada pelo “radicalismo das posições e o apego ao naturalismo

⁷ SCHWARCZ. Op. Cit. pp 55.

⁸ TELLES. Op. Cit. pp 43.

⁹ SANTOS, Gislene. Op. Cit. pp.55.

¹⁰ TELLES. Op. Cit. pp. 43.

¹¹ Cf. SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizam a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2002; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 e TELLES, Edward Eric. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003. Dentre outros.

evolucionista, em oposição ao positivismo francês.”¹² Segundo Schwarcz, ao fazer uma leitura pouco ortodoxa das “máximas poligenistas da sua época”, perceberia que a mestiçagem era o “resultado da luta pela sobrevivência das espécies”, uma das idéias centrais das teorias deterministas. Mas, “paradoxalmente”, no lugar de condenar a “hibridação racial” vislumbrou a partir dela a “viabilidade nacional”. A originalidade de tal reflexão faz que Schwarcz caracterizasse Romero, a partir da “grande influência” que exerceu, como uma “espécie de ‘pai fundador’”. Para ela:

É na predileção do tema da mestiçagem; no apego aos modelos deterministas biológicos e etnográficos; na fala radical e cientificista, que vemos a força desse mestre que elabora a teoria e cria um grupo. A partir de Romero, o direito ganha um estatuto diferente no Brasil. Passa a combinar com antropologia, se elege como ‘sciencia’ nos moldes deterministas da época e se dá o direito de falar e determinar os destinos e os problemas da nação.¹³

A linha original aberta por ele, isto é, perceber que dentro de um certo limite era “benigna” a miscigenação da população, permitiu à elite nacional brasileira acreditar que a inferioridade de negros e mulatos poderia ser suplantada. Assim, os cientistas, baseados “em sua interpretação de eugenia e sua sensibilidade às teorias de degeneração racial e tropical”, propuseram como solução o branqueamento da população, a partir da mistura entre brancos e negros. Partindo da crença de que os primeiros teriam “os genes dominantes” e conseguindo taxas de fecundidade mais altas, a mistura de raças “eliminará a população negra”. Dessa forma, gradualmente, a população brasileira se tornaria “completamente branca”¹⁴. Com esse ideário otimista foi possível para parte da elite intelectual brasileira aceitar a Abolição da Escravatura

¹² SCHWARCZ, Op. Cit., pp. 153.

¹³ Ibid., pp. 155.

¹⁴ TELLES. Op. Cit. pp. 46.

(1888), obedecendo a uma lógica que unificaria “seus pensamentos aos ideais do Iluminismo/ Liberalismo europeu”, porém, tendo como parte integrante, explicitada ou não, “o desprezo pelo trabalhador negro e mestiço”.¹⁵

Na verdade, como afirma Santos, o desprezo não se restringiria somente a essa parcela da população. Se, de um lado, o negro era “boçal e preguiçoso”, qualidades que o destinava à servidão,¹⁶ de outro, o português era “fanático e ignorante, ávido por riqueza”, originário de um povo mestiço, o que explicava não apresentar “nenhuma forma de preconceito de cor”, não considerar “os negros inferiores” e não se importar em “viver lado a lado com eles”. Assim não era um povo, e se o fosse, seria então inadequado para um país tão rico quanto o Brasil.¹⁷ Essa era basicamente a idéia que norteava os debates sobre a emancipação dos escravos no final do século XIX.

Nesse sentido, as “elites” e os “elaboradores das políticas” aceleraram o processo de diluição da “grande população negra”, aproveitando-se da “transição demográfica” na Europa – que produzia um excedente de mão-de-obra, devido às grandes transformações por que passava –, o Brasil (e outros países latino-americanos), particularmente o estado de São Paulo, “em conluio com os fazendeiros de café, encorajou, recrutou e subsidiou” parte significativa desse excedente, “enquanto o governo federal restringia a imigração asiática até 1910”, na constituição do referido povo adequado. A partir da imigração poderiam “melhorar a qualidade” de seus trabalhadores bem como “substituir os escravos”, ao mesmo tempo em que civilizava o país “embranquecendo o *pool* genético brasileiro”. Para Telles, apesar do fim da escravidão, “os trabalhadores negros e mulatos permaneceram economicamente marginalizados e esquecidos pelo Estado e pelos antigos

¹⁵ SANTOS, Gislene. Op. Cit., pp. 66.

¹⁶ Ibid, pp. 95.

¹⁷ Ibid, pp. 86.

padrões”¹⁸, ficando entregues a sua própria “sorte”¹⁹. Não poderia ser outro o resultado. O fato concreto é que essa marginalização ou desigualdade, como definiu Flávio Gomes, “não foi necessariamente inaugurada com a abolição”. Ganhou, segundo ele, “contornos, marcas e argumentos econômicos e científicos”²⁰ e em nada, nesse contexto, diferenciava a mentalidade de monarquistas e de abolicionistas (divididos em pró e contra a República), porque para eles “a questão do racismo em face da abolição não deveria ser despertada”²¹. Porém, conscientes da sua situação, os negros considerados por Rui Barbosa (1849-1923) “corações iludidos e inconscientes” ousaram, dentre outras iniciativas, criar uma Guarda Negra, em 1888, em defesa dos seus interesses²². O debate sobre a mudança de regime ganha um novo personagem político: os libertos. Até mesmo Rui Barbosa havia reconhecido o “papel autonômico” dos escravos e sua participação foi considerada, por ele, um “fator dominante” na “terminativa da escravidão”. Mas, como avaliou Gomes, o tal reconhecimento era um alerta às “forças políticas que poderiam aderir ao novo regime” e um apelo à “generosa cooperação nacional” junto às “camadas médias e pobres da população da corte” para se responsabilizassem pelo “feito do 13 de maio”²³. Gomes destaca que “apesar das poucas narrativas da historiografia”, “vários episódios” demonstram que a “população negra” tinha “expectativas e projetos políticos” desde o início do século XIX. Esse protagonismo tornou-se invisível ou silenciado pelo “temor da ‘africanização’” do Brasil. Os protagonistas dessa história, negada e silenciada, compunham-se de escravos, setores de homens pardos e negros letrados que:

¹⁸ TELLES. Op. Cit. pp. 46.

¹⁹ SANTOS, Gislene. Op. Cit. pp. 93.

²⁰ Cf. GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. pp. 10 e *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UFP, 2003.

²¹ GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UFP, 2003. pp. 175.

²² GOMES. *Negros e Política*. Op. Cit, pp. 17.

²³ GOMES. *Experiências atlânticas*. Op. Cit, pp 173.

Paulatinamente constituíam-se de leituras políticas sobre os sentidos de cidadania, mestiçagem, hierarquia e sujeição de vários setores sociais, nas quais a questão étnica e o discurso sobre a nação dialogavam, Mesmo sob silêncio estridente. Ou no alarde de sua negação. Não apareceram necessariamente em movimentos coletivos, mas também individualmente ou, de forma invertida, nos projetos de políticas públicas de setores das elites.²⁴

O Brasil e a modernidade

O último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram marcados pela emergência do nacionalismo, do crescimento da população urbana e do surgimento de questões sociais e científicas diversas. Segundo Bernadete Ramos, constituiu-se um cenário em que o nacionalismo do Ocidente, com práticas e discursos militarista, industrialista e racista, ancorou-se, na forma e no conteúdo, na “chamada era das etnias, época da criação e afirmação das nações modernas”. A nação e a raça confundiram-se, essa última qualificava e classificava a estética do corpo e o caráter do indivíduo, visando atingir “o status de progresso e de desenvolvimento nacional”²⁵. Era o que almejava, por exemplo, o “democrata” e “notável ministro” do Estado Novo, Oswaldo Aranha (1894 - 1960), que creditava “aos negros”:

[...] o nosso atraso político, que tornou esta ditadura necessária, se explica perfeitamente pelo nosso sangue negro. Infelizmente. Por isso, estamos tentando expurgar esse sangue, construindo uma nação para todos, “embranquecendo” a raça brasileira.²⁶

Uma mentalidade compartilhada, guardadas as devidas proporções, com as “elites” e o

²⁴GOMES. *Negros e Política*. Op. Cit, pp. 9.

²⁵ RAMOS, Maria Bernadete. *Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt*. In: Estudos Feministas / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, v.7, n. 1-2, Florianópolis: UFCS, 1999 .pp. 19.

²⁶ LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*, 2º ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, pp. 41.

“povo brasileiro”. Assim, foi possível ao Governo Vargas expressá-la na constituição de uma identidade nacional.²⁷ Para a sua consolidação, foi um marco as interpretações e os interpretes dos anos 1930, sobretudo Gilberto Freyre. A narrativa histórica e sociológica que a legitimou seria a da suposta “benignidade” do colonialismo Ibérico em comparação ao colonialismo Anglo-saxônico.²⁸ O Brasil, em contraste com o modelo segregacionista dos Estados Unidos da América, tornara-se, segundo Hanchard, uma “acentuada celebração da ‘africanidade’” distinguindo-o dos países da América Latina²⁹. O que evidenciava que a miscigenação fora benéfica para o Brasil, mas, contraditoriamente, mantinha-se a “esperança” de embranquecer a população, incentivada por medidas políticas, econômicas e administrativas concomitante ao seu desenvolvimento não restrito apenas às questões econômicas. Essa retórica, desdobrada em determinadas narrativas intelectuais,³⁰ era difundida pelos governos e pelas elites nacionais para manterem o Brasil, no cenário internacional, identificado como um país branco e livrá-lo do estigma de ser composto majoritariamente de sub-raças.

O Brasil não estava solitário em sua tese. O embranquecimento foi também a solução encontrada na “América Hispânica”. Seus ideólogos compartilhavam da mesma solução para toda a América Latina: incentivavam à imigração europeia para a salvação nacional. Para Hanchard, essa intelectualidade (acadêmica e política), impactada pelo discurso positivista, buscava “desacreditar” as teorias racistas que relegavam seus países a uma categoria de segunda, isto é, “nações de raças mestiças e indiscriminadas”. Pensadores como Vasconcelos e Freyre “empenharam-se” numa – como categorizou Nancy Stepan – “miscigenação construtiva”, definida como: “a tentativa de subverter a imagem negativa da mistura racial, no pensamento

²⁷ HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o Poder. – Movimento Negro no Rio e São Paulo (1945-1988)*: Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Ed. UERJ. 2001. pp. 65.

²⁸ Cf. HANCHARD, TELLES, dentre outros.

²⁹ HANCHARD. Op. Cit, pp. 65.

³⁰ Sylvio Romero, José Veríssimo, Couto de Magalhães, João Batista de Lacerda, Ladislau Netto, Barbosa Rodrigues, Tobias Barreto, dentre outros.

positivista, transformando-a em atributo da construção nacional”. Para Hanchard:

Freyre imaginou uma meta-raça (*além-raça*), surgida da mistura racial, que seria superior às produzidas no Velho Mundo. Vasconcelos expôs a visão de uma raça cósmica (*raza cósmica*), com um resultado semelhante: a criação de uma raça de pessoas que combinaram o intelecto dos europeus com a sensualidade e a adaptabilidade dos africanos e indígenas americanos.³¹

Mas, por que Freyre a partir dos estudos sobre a formação do “povo brasileiro” sofre defesas e ataques até os dias de hoje? Porque, tornou-se, junto com suas idéias, um paradigma. Suscitou leituras extremas e antagônicas e não se discute o Brasil sem passar por suas idéias. Para alguns, tratava-se de um “revolucionário”, pois, de um lado, abriu uma nova perspectiva e junto com ela uma celebração da mestiçagem³². Assim percebiam nele uma “postura heróica e quase titânica” por se impor uma “tarefa descomunal” de “mudar a história”³³. Para outros, era um racista. Muitos duvidam do seu distanciamento das idéias arianas, porque ele acreditava que os negros que aqui chegaram eram superiores.³⁴ Mesmo buscando fugir do “cientificismo dogmático” de sua época, não ficou isento de “inventar um novo racismo” baseado numa antropologia cultural³⁵. Neste sentido manteve de pé a hierarquização das raças, com uma nuance que contemplava “o próprio negro”.

A obra de Freyre motivada pela “autenticidade”, pela “ingenuidade” ou pelo “pertencimento” à “própria sociedade que está examinando”³⁶ ou especialmente pela última, não operou uma ruptura radical com as “teorias racialistas e racistas esboçadas pelos seus

³¹ HANCHARD. Op. Cit, pp 64.

³² Ibid., pp. 73.

³³ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. pp. 176.

³⁴ SANTOS, Gislene. Op. Cit. pp. 157.

³⁵ Ibid., pp. 160.

³⁶ ARAÚJO, Benzaquen. Op. Cit, pp. 188.

antecessores”.³⁷ Como muitos de seus contemporâneos, contribuiu para o ideário da mestiçagem, também operado no imaginário da população. Como analisou Schwarcz especialmente nos espaços oficiais, “‘o mestiço vira nacional’, e em paralelo havia um processo de “desafricanização” de vários elementos culturais, simbolicamente clareado.” A partir de 1930 uma “representação simbólica da mestiçagem” converteria a feijoada em “prato nacional”; metaforicamente, o feijão com o arroz remeteriam aos “dois grandes segmentos formadores da população” juntamente com a couve e a laranja; o primeiro corresponderia ao verde das matas e o segundo à cor do ouro³⁸. De um lado, a capoeira (1937) se tornaria uma “modalidade esportiva”, e o samba (1935) passaria a ter seus desfiles “subvencionados” pelo Estado, ambos saindo assim da ilegalidade. Para ela, não foi “coincidência” a introdução de novas datas cívicas: “o dia do Trabalho, o aniversário de Getúlio Vargas, do Estado Novo e o dia da Raça foram criados para “exaltar a tolerância de nossa sociedade”. De outro, os atabaques do candomblé (1938) não eram mais caso de polícia, o futebol (1933) passou a ser associado aos negros e profissionalizados e Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi elevada à categoria de padroeira do Brasil, porque era “mestiça como os brasileiros”. Surgiriam, também, duas figuras: o “malandro brasileiro” representando “a recusa de trabalhos regulares e a prática de expedientes temporários para a garantia da boa sobrevivência” e a mulata “exótica e sensual”, um “ícone de determinada brasilidade”. Enfim, para Schwarcz:

O certo é que, nas mãos de um discurso de cunho nacionalista, uma série de símbolos vai virando mestiça, assim como uma alentada convivência cultural miscigenada torna-se modelo de igualdade racial. Nesse modelo, pautado numa visão oficial, a desigualdade e a violência do dia-a-dia são como que desprezadas, tudo em nome de uma visão idealizada da ‘nossa raça’, que nesse momento parece ser suficiente para representar

³⁷ SANTOS, Gislene. Op. Cit. pp. 152.

³⁸ SCHWARZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001. pp. 29.

positivamente a nação.³⁹

É nesse contexto de esperança de mudanças políticas, sociais e econômicas que emerge a “organização negra mais importante na primeira metade do século XX”, a Frente Negra Brasileira, FBN (1931 - 1937). Mesmo dissolvida em 1937, pelo Estado Novo, obteria do governo Vargas reconhecimento pelo seu apoio às reformas em favor dos trabalhadores frente aos emigrantes, abrindo tanto possibilidade para que “grande número de negros e mulatos” tivesse pela primeira vez a “preferência para empregos governamentais”, quanto a sua integração simbólica numa dada idéia de “cultura nacional”. Na análise de Telles, tais ações “contribuí[ram] para dissolver os protestos negros”.⁴⁰ Uma testemunha, Francisco Lucrécio, que se filiara jovem à FBN, e foi seu último secretário (1934 – 1937), expressa bem o reconhecimento político da organização:

Fomos conversar com Getúlio Vargas. Foi uma comissão e apresentou um relatório. Tudo o que acontecia aqui contra o negro nós alertávamos. Quer dizer, o governo do Getúlio para o negro foi bom, porque ele atendia a todos os nossos pedidos, às nossas reivindicações. Tem até fotografia no *A Voz da Raça*: ‘A comissão da Frente Negra conversando com Getúlio’⁴¹.

Diversos setores da sociedade brasileira com “interesses políticos e econômicos conflitantes” apoiaram a Revolução de 30, que destituíra a República Velha findando com o “domínio dos fazendeiros”. Porém, em 1937, o processo revolucionário foi abortado pelo “Estado Novo de inspiração fascista”. Nesse processo, a expectativa era de definição de “nova ordem política”. Para isso é que estavam mobilizados os negros, os trabalhadores e a classe média

³⁹ Ibid, pp. 31.

⁴⁰ TELLES. Op. Cit, pp. 54.

⁴¹ BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. Org. Quilombohoje. São Paulo: Quilombohoje, 1998. pp. 55.

branca que clamavam “para ser incluídos na participação política mais ampla que aquela revolução parecia pressagiar”. Como, por exemplo, aqueles negros de “destaque na vida cívica negra em São Paulo”, que haviam fundado a FBN⁴², dentro da “ordem constituída” e dos “ideais patrióticos”, com o objetivo de expressar os “desejos de intervenção e representação política da população negra, pois atuaria ‘como força política da população’”⁴³, inclusive no parlamento. Uma testemunha crítica daquele período, José Correia Leite, analisa o impacto da Revolução e considera que houve uma distinção do “movimento negro antes de 30 e depois de 30”. Para ele:

Não se queria ficar marginalizado na transformação que se esperava. Havia um contentamento de ver aquelas famílias de escravista apeadas do poder. Era claro que na transformação tudo ia mudar. O negro sentia isso. E aqueles grupos de discussão foram sendo engrossados, sobretudo o grupo de Isaltino Veiga dos Santos, Francisco Costa, Marcos dos Santos, Roque dos Santos e outros. Foram praticamente dos primeiros a agitar. Eu e outros companheiros d’Clarim d’Alvaroda participamos também⁴⁴.

Eram líderes de longas experiências políticas. Segundo Andrews, a “história de vida associativa dos negros no Brasil é extremamente rica”, e suas formas de organização, algumas “secretas e subrepéticas”, como a capoeira e o candomblé, outras “públicas e toleradas” como as irmandades religiosas católicas, “todas” tinham o ideário de “satisfazer as necessidades culturais religiosas, econômicas e humanas de um povo que vivia e trabalhava sob condições de exploração extrema”⁴⁵. Necessidades e exploração documentadas pelo conjunto de publicações desses grupos ou indivíduos. Assim aquela distinção, isto é, “o antes e depois”, avaliada por Correia Leite, pode ser evidenciada pela chamada “imprensa negra”, um espelho da participação

⁴² ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo, (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998. pp. 230.

⁴³ GOMES. *Negros e Política*. Op.Cit, pp. 52.

⁴⁴ LEITE, José Correia. *E disse o velho militante José Correia Leite: depoimento e artigos*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. pp. 91.

⁴⁵ ANDREWS. Op. Cit, pp. 218.

intelectual e política da “história de vida” dos negros brasileiros.

Os jornais editados por essa imprensa nas primeiras décadas da República, entre 1889 até 1913, segundo Gomes, provavelmente foram “fruto de investimentos pessoais de jornalistas e gráficos negros” e tiveram o pioneirismo de inaugurar o “exercício da memória” bem como, mais tarde, se organizar e se legitimar. Periódicos como *O Treze de Maio*, *O Exemplo*, *A Redenção*, *O Baluarte*, *O Propugnador*, *O Combate*, *O Patrocínio* dentre outros, tinham o objetivo de “festejar a abolição” e “refletir sobre os desdobramentos do pós-emancipação e a situação dos ‘homens de cor’”⁴⁶. Os periódicos das décadas de 1910 e 1920, agora grande parte editada pelo “esforço de intelectuais e profissionais liberais negros urbanos ou de associações locais”, enfatizavam a “questão racial”, tais como *O Kosmos*, *A Sentinela*, *A Liberdade*, *A Rua*, *O Alfaiate*, *O Xauter*, *O Clarim d’Alvorada*, *A Princesa do Norte*, *O Binóculo*, *O Bandeirante* e *O Menelick*, cujos objetivos era indicar “caminhos de conscientização e mecanismo de ‘ascensão do negro’”. Os seus títulos, avaliou Gomes, “já demarcavam seus objetivos e público alvo” tais como “os dedicados aos homens de cor, ‘dedicados à classe de cor, literário, e noticioso’ ou ‘de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor e ‘para a defesa dos interesses dos Homens Pretos’”.⁴⁷

Por esse registro da memória, podemos acompanhar como a “população negra” foi se constituindo historicamente, não mais disposta a “aceitar a patente discrepância entre imagem e fato, entre mito e a história”⁴⁸. Para Correia Leite, apesar de suas divergências com a FBN, ou melhor, com o seu presidente, Orlindo Veiga dos Santos (“máxima autoridade e supremo representante”, como instituía o seu Estatuto, bem de acordo com a época), a Revolução de 30, para o negro, foi uma “motivação para se aglutinar” e defender seus interesses em busca de

⁴⁶ GOMES. *Negros e Política*. Op.Cit, pp. 28.

⁴⁷ Ibid., pp 30.

⁴⁸ ANDREWS. Op. Cit, pp. 217.

“segurança, uma melhoria de vida”.⁴⁹ Com esse propósito, a FBN, “superou qualquer expectativa”⁵⁰ de seus organizadores. Com atividades culturais, serviços odontológicos e de formação profissional, a criação de uma caixa beneficente, de posto de alistamento, de forte investimento em educação, sobretudo um lugar de convivência, pertencimento e de preenchimento do desejo de realização do mais jovens, a FBN, segundo Gomes, tornou-se motivo de orgulho.

Enfim, pertencer à FBN era um credencial importante no chamado “meio negro”. Talvez como nunca, na então recente experiência republicana, a questão racial aparecia tão politizada e articulada com outros temas, envolvendo nacionalidade, emprego, cidadania e políticas de imigração – tudo isso, um protagonismo negro bastante mobilizador⁵¹.

A consolidação do Estado Novo não atingiu somente as lideranças do “meio-negro” ou da legítima representante da “Gente Negra Nacional”⁵², a FBN. As oscilações de Vargas entre distanciamento e aproximação do fascismo e a divisão política da esquerda frente a esse fenômeno⁵³ expressam bem as dúvidas e incertezas do período, ou a solidão e “desamparo” de homens e mulheres que acreditaram na Revolução, fossem por motivos individuais ou coletivos. De um lado, segundo Correia Leite, editor do *Clarim d’Alvorada* e também crítico do regime (que se afastara logo no início da FBN), a Frente era um “bonde” onde todos embarcavam sem saber se o condutor “estava certo ou errado”. Não a maioria, e sim “aqueles que estavam lá dentro do grande conselho,” e nos “postos-chave,” na “esperança de que a Frente Negra fosse dar qualquer coisa que eles esperavam”, de outro a nação, ou seja, o Brasil em situação “tumultuada e

⁴⁹ LEITE. Op. Cit. pp. 93.

⁵⁰ ANDREWS. Op. Cit. pp. 230.

⁵¹ GOMES. *Negros e Política*. Op. Cit. pp. 51.

⁵² Cf. Estatutos da Frente Negra Brasileira. LEITE. Op. Cit. pp. 95.

⁵³ CASTRO, Ricardo Figueiredo de. “A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)”. In: *Topoi*. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. 7Letras, set. 2002. n. 5. pp. 365.

perigosa”. E foi nesse cenário que a FBN também se fragmentou entre o integralismo e um “movimento político de esquerda”⁵⁴.

As lutas cotidianas para atender às necessidades tanto individuais – para matar a fome material e imaterial – quanto coletiva, como, por exemplo, os esforços da Legião Negra (1932)⁵⁵, em favor dos “negros, principalmente daquelas famílias que perderam seus irmãos, maridos e filhos nos combates”, pessoas que amargaram prejuízos ou “ficaram desamparadas por causa da” Revolução Constitucionalista de 32, entretanto sua participação historicamente “é omitida”. São fatos como esses que levaram Correia Leite a constatar que a “gente lutava para conscientizar o negro que ele era quem tinha que advogar sua causa, não esperar que alguém viesse advogar por ele”⁵⁶:

O último secretário da FBN, Francisco Lucrécio, reconheceu: não “foi fácil para nós nos situarmos naquela ocasião no meio de tanta ideologia política de esquerda e de direita, socialismo, comunismo, trotskismo, mas nós mantivemos aquela linha nacionalista em defesa da pátria, família e raça”. Em eventos dessa natureza, como a Revolução de 30, o “povo” é lembrado numa categoria, segundo Gomes, “genérica utilizada quase sempre em oposição à ‘elite’, tanto no discurso da direita, quanto da esquerda, é chamada à participação” mas não pelo seu reconhecimento político. É nessa situação que “os laços da solidariedade e associativa enfraquecem e tornam-se mais tênues”. Nesse sentido, concordamos com as argumentações de Gomes, ou seja, é de menor importância se a existência da FNB, os protestos negros, para alguns, tenham sido “amaciados” como dito nas iniciais desta seção, se obtiveram “algum sucesso como grupo de pressão e lobby”⁵⁷ ou, se para outros, a partir de uma análise superficial e extremada, a

⁵⁴ LEITE. Op. Cit, pp. 116.

⁵⁵ Apesar de formalmente a FBN não apoiar a Revolução, muitos fretenegrinos participaram do evento.

⁵⁶ LEITE. Op. Cit, pp. 118.

⁵⁷ ANDREWS. Op. Cit., pp. 234.

FBN foi um “exemplo lastimável”⁵⁸. Para ele:

O que importa destacar é que efetivamente os temas da raça e da revolução, mesmo que sob diversas roupagens, constituem os debates políticos do período, seja no discurso que enfatiza a Nação através de inúmeros símbolos patrióticos, seja nos projetos que investem numa revolução resultante dos embates entre classes sociais antagônicas.⁵⁹

Em termos de panorâmica da mobilização negra no século XX podemos dar um salto cronológico. O contexto agora é o do final da 2ª Guerra Mundial e do fim do Estado Novo. No Brasil, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, a liberdade partidária e a participação popular motivaram a rearticulação de diversas organizações⁶⁰ negras, como, por exemplo, a Associação Negro Brasileiro, ANB (1945). Além de criticar profundamente o antigo regime, se caracterizava, segundo Larkin Nascimento, por ter uma “perspectiva racial explícita”, cujo objetivo era “eliminar a tendência por parte dos brancos, com poucas exceções, de discriminar o negro”⁶¹. Comparativamente com as organizações e a imprensa negra dos anos 1920 e 1930, surgiria uma “consciência internacional mais evoluída”, na medida em que pregava a “igualdade dos povos e relações internacionais” sem “distinção de cor”. E, sua imprensa, quer aquela editada pelas organizações, quer pelas iniciativas individuais, produziam notícias de “todo o mundo e das Nações Unidas”. O jornal *Quilombo*, editado pelo Teatro Experimental do Negro, TEN, manteria correspondência com a revista *Présence Africaine* e com “figuras internacionais”⁶² bem como notícias de Uganda, da Etópia, do Haiti, de Cuba e dos Estados Unidos denunciando a Ku Klux Klan.⁶³

Para Guerreiros Ramos, que se identificava como um “negro”, o TEN representava “o

⁵⁸ HANCHARD. Op. Cit, pp.111.

⁵⁹ GOMES. *Negros e Política*. Op. Cit. pp. 62.

⁶⁰ União dos Homens de Cor (RJ), União Cultural dos Homens de Cor (SP), União Nacional dos Homens de Cor (RS), Frente Negra Trabalhista (SP), dentre outras.

⁶¹ NASCIMENTO, Larkin. Op. Cit. pp. 246.

⁶² Langston Hugles, Alioune Diop, Katherine Dunham, George S. Schuyler e Ralph Bunche.

⁶³ NASCIMENTO, Larkin. Op. Cit, pp. 248.

amadurecimento ou eclosão de idéias que estavam mais implícitas que explícitas[...] desde o princípio da formação da sociedade brasileira”. Para explicitar suas idéias e projetos, o TEN promoveria duas Convenções Nacionais do Negro: a primeira em 1945, em São Paulo; e a segunda, no ano seguinte, no Rio de Janeiro. Promoveria, também, uma Conferência Nacional do Negro, em 1949, e o Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, ambos no Rio de Janeiro, insurgindo-se contra a “alienação da antropologia e da sociologia” brasileira, esta última um “obstáculo para a formação de uma consciência da realidade étnica do país”⁶⁴, impregnada de idéias positivistas e evolucionistas. Assim, segundo ele, a intelectualidade não estaria “mentalmente” preparada para compreender as iniciativas pioneiras do TEN. Na avaliação de Guerreiro Ramos:

O movimento em apreço representa uma reação de intelectuais negros e mulatos que, em resumo, têm três objetivos fundamentais: 1) formular categorias, métodos e processos científicos destinados ao tratamento do problema racial no Brasil; 2) reeducar os ‘brancos’ brasileiros, libertando-os de critérios exógenos de comportamento; 3) ‘descomplexificar’ os negros e mulatos, adestrando-os em estilos superiores de comportamento, de modo que possam tirar vantagem das franquias democráticas, em funcionamento no país.⁶⁵

Nesse sentido, o TEN buscava dialogar com os acadêmicos e cientistas dos Congressos Afro-Brasileiros de Recife (1934) e de Salvador (1939), nos quais “o negro” foi mero “objeto de estudo”. Também pretendia organizar o “negro” para ser o “sujeito do seu destino”⁶⁶ e já estava em curso as discussões sobre o projeto da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, Unesco. Assim alguns intelectuais negros tentavam, segundo Gomes, “articular um debate que incluísse, ao mesmo tempo, os estudos sobre o negro e a perspectiva

⁶⁴ RAMOS, Guerreiro. Op.Cit, pp. 201.

⁶⁵ Ibid., pp. 206.

⁶⁶ NASCIMENTO. Op. Cit, pp. 255.

política de discutir o racismo e a cidadania no Brasil”⁶⁷, inclusive com a participação de pesquisadores que foram posteriormente escolhidos para desenvolver o projeto, especialmente Florestan Fernandes. Nesse último aspecto, o TEN, segundo Larkin Nascimento, também foi inovador ao reunir intelectuais negros de São Paulo e do Rio de Janeiro “que propugnavam um enfoque acadêmico crítico” estreitamente ligado a um “conjunto popular e amplamente majoritário”. Uma dinâmica, segundo Gomes, que possibilitou “articular então os estudos sobre o negro no Brasil com reivindicações políticas e sociais da população negra”. Assim foi que Artur Ramos, já como chefe da divisão de pesquisa da Unesco, participou como palestrante do último dia da Conferência no Rio de Janeiro⁶⁸. Ele, segundo Schwarcz, acreditava em “soluções mais científicas e humanas” entre “povos” e “culturas” diferentes, mas o seu ponto de vista não impedia de reconhecer que no Brasil havia a “permanência de profundas desigualdades raciais e a existência de ‘preconceito de cor’”. Dentro dos limites da nossa dissertação não caberia nos aprofundarmos nas questões que emergiram, tanto no plano interno dos eventos do TEN quanto na reação causada externamente que inclusive extrapolou os limites do debate acadêmico.⁶⁹ Nosso objetivo foi somente explicitar historicamente os debates sobre relações raciais no Brasil e sua nova configuração posterior.

⁶⁷ GOMES, Flávio e VIANA, Elizabeth. “Personagens, História Intelectual e relações raciais no Brasil: Notas sobre pesquisas biográficas”. In: *De Preto a Afro Descendente: Trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos/SP, EdUFSCar, 2003, pp 74.

⁶⁸ Cf. GOMES, Flávio e VIANA, Elizabeth. *Personagens, História Intelectual e relações raciais no Brasil: Notas sobre pesquisas biográficas*. In *De Preto a Afro Descendente: Trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2003 e NASCIMENTO, Larkin. *O Sortilégio da cor: identidade raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.

⁶⁹ Cf. GOMES, Flávio e VIANA, Elizabeth. *Personagens, História Intelectual e relações raciais no Brasil: Notas sobre pesquisas biográficas*. In *De Preto a Afro Descendente: Trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2003; NASCIMENTO, Larkin. *O Sortilégio da cor: identidade raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003, e RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à Sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

Racismos e anti-racismos

A Unesco (1947, 1951 e 1964) patrocinou pesquisadores para realizarem análises e pesquisas comparativas entre os EUA, um modelo segregacionista, e o Brasil, um modelo de harmonia racial. Além do propósito científico, a Unesco tinha objetivos políticos-ideológicos – devido ao trauma da 2ª Guerra – em apontar o Brasil como um exemplo salutar de convivência harmoniosa entre as raças. O resultado desse grande projeto da Unesco, ao contrário da hipótese levantada, colocou em evidência que a democracia racial brasileira era um mito.⁷⁰

O projeto realizado por uma “nova geração de sociólogos”, a partir de uma perspectiva que excluía a suposta harmonia racial, ou seja, não mais comprometida com o chamado caráter nacional brasileiro, foi fortemente influenciado pela Escola de Chicago. A influência metodológica da escola norte-americana, segundo Grin, teve enorme importância na promoção e socialização das ciências sociais no Brasil. Essa nova geração não só adotou a metodologia acerca dos temas das relações raciais como os seus padrões metodológicos, analíticos e normativos, inclusive sua teoria de modernização, sobretudo nas questões relativas aos contrastes entre arcaísmo agrário, urbanização e industrialização, aos aspectos duais da sociedade brasileira e uma ênfase sobre a idéia de transição. Assim, o “problema do negro” norte-americano se fazia presente na “versão brasileira”, agora com a novidade de propor juízos normativos de como resolvê-lo utilizando sentenças sociológicas.⁷¹

Telles, comparando as duas perspectivas – as produzidas, por Gilberto Freyre e pelos

⁷⁰ BATISDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e Negros em São Paulo*; COSTA PINTO, L. A. *O negro no Rio de Janeiro*; NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem*; RIBEIRO, René. *Religião e relações raciais*; AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*; DIEGUES, Manuel Jr. *Etnias e culturas no Brasil*, dentre outros.

⁷¹ GRIN, Mônica. *Rigor sociológico e estudos sobre negros: uma contribuição de L. A. Costa Pinto* In: *Idéias de modernidade e Sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa*; MAIO, Marcos Chor e VILLAS BÔAS, Gláucia Pinto (orgs.). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. pp. 147.

brasilianistas dos Estados Unidos⁷², classificada de “primeira geração” e a dos pesquisadores da Unesco, de “segunda geração”, especialmente a de Florestan Fernandes - destaca, entre outras questões, que a primeira enfocou a “sociabilidade e as relações sociais das pessoas da mesma classe social”, e a segunda a “desigualdade e discriminação racial”. Outro dado importante de comparação foi o lugar das pesquisas que, segundo ele, trazia uma “diferenciação” entre o Norte/Nordeste, campo de estudo da primeira geração, e o Sul/Sudeste, da segunda, o “destino preferencial da imigração em massa européia”, sobretudo o estado de São Paulo. Para ele:

Além disso, um desprezo pela miscigenação pode ter surgido da relação íntima de Fernandes com o movimento negro. Assim como Abdias Nascimento, ativista e escritor negro, Fernandes associava a miscigenação com a campanha de branqueamento que visava eliminar os negros da população negra. Portanto, Fernandes não apenas ignorou a prática da miscigenação como também a rejeitou, simplesmente por acreditar ser parte de uma ideologia de legitimação da discriminação racial.⁷³

Florestan Fernandes apresentaria os negros brasileiros como explorados antes e pós-escravidão, o que representou, segundo alguns, um avanço sobre os processos de discriminação racial. Porém, devido às suas referências e metodologia empregada, a população negra foi percebida como disfuncional, sofrendo de anomia, de desesperança e de imoralidade, traço presente na visão de estudiosos que em certa medida minimizaram as práticas racistas em um “problema negro”. Assim, Florestan Fernandes desprezou o papel do Estado na promoção do desenvolvimento capitalista e a persistência da ideologia política de embranquecimento. Para ele, os negros brasileiros ainda não tinham alcançado um estágio superior de desenvolvimento de

⁷² Donald Pierson, Marvin Harris, Charles Wagley e Carl Degler.

⁷³ TELLES. Op. Cit., pp. 21

proletarização a altura dos imigrantes.⁷⁴ Mesmo com esses limites, tal mudança de perspectiva propiciou, entre os anos 1970 e 1980, o desenvolvimento de uma nova elaboração teórica especialmente produzida por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva. Essa nova elaboração situou a desigualdade racial no cerne das relações socioeconômicas, os conceitos de raça e classe não aparecerem necessariamente em oposição e nem consideram o racismo como uma “patologia” residual a ser resolvida com a integração dos negros na sociedade brasileira. Raça adquiriu uma dimensão material que estruturava, segundo Hanchard, as alternativas e possibilidades de vida tanto para negros quanto para brancos.⁷⁵

Essa dimensão estava inserida num contexto internacional dos anos 1960 e 1970, marco nas lutas políticas de contestação no mundo ocidental. Setores expressivos de determinadas sociedades, motivadas por desejos de mudança e transformação, contestaram e propuseram novas formas de organização, tanto na esfera pública quanto na privada, tais como a luta de emancipação das mulheres; a luta dos direitos civis dos negros norte-americanos; as guerras contra o sistema colonial no continente africano, a ascensão dos governos militares na América Latina e as oposições contra eles por parte da sociedade civil.⁷⁶

É nesse cenário e seus desdobramentos que podemos inserir Lélia Gonzalez e seu pensamento, entre os anos 1960 e 80. Em *Orfeu e o Poder*, Hanchard situa, no contexto internacional, os movimentos nacionalistas na África, dos negros norte-americanos pelos direitos civis e, no Brasil, os debates sobre a consciência negra, um fenômeno que pode ser visto como “uma história, uma teoria e uma política mais amplas”.⁷⁷ Havia uma mudança qualitativa operando em diversos níveis nas formas organizativas dos movimentos sociais, nos discursos das

⁷⁴Cf. DAMASCENO, Maria Caetana. *Trabalhadoras cariocas; algumas notas sobre a polissemia da bio aparência*. In: Estudos Afro-Asiáticos 31. Rio de Janeiro: UCAM, 1997. HASENBALG, Carlos. *HASENBALG*, Carlos Alfredo. “*Discriminação e desigualdade raciais no Brasil*”. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

⁷⁵ HANCHARD. Op. Cit., p. 49.

⁷⁶ GONZALEZ e HASENBALG. *Lugar de Negro*. Op. Cit., cap. 1.

⁷⁷ HANCHARD. Op. Cit., p. 9.

elites e dos governos, nos comportamentos dos indivíduos e dos grupos. Ainda de forma não sistemática e mais presente em estudos de sociologia e ciência política, tal processo histórico tem sido objeto de estudos acadêmicos, gerando uma bibliografia sobre as desigualdades sociais, raciais, de gênero e de classe. O pensamento de Lélia (e sua trajetória de vida), passados 10 anos de sua morte, permanece como referência. Assim, Lélia de Almeida Gonzalez, ou melhor, Lélia Gonzalez, tem sido alvo de inúmeras homenagens póstumas, seus estudos acadêmicos revisitados; seu acervo pessoal, segundo seus familiares e amigos, aguarda intocado financiamento para tratamento arquivístico e a construção de um centro de estudos. Sua contribuição aos movimentos sociais e ao pensamento político contemporâneo é reconhecida não só por ativistas como por estudiosos da história recente do país. Assim, se insere entre intelectuais das décadas de 1970 e 80 que “reconhecem a conexão íntima e direta entre democracia política e democracia racial”.

Aliando-me àqueles que compreendem que a História é a história de homens e mulheres, que ao mesmo tempo são objetos e sujeitos da mesma, é que desenvolveremos o tema *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez*.

CAPÍTULO 1

UMAS E OUTRAS LÉLIA: VIDAS, FORMAÇÕES E DILEMAS (I)

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante a nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória*
Conceição Evaristo, 1996¹.

DE ALMEIDA A GONZALEZ

Em 1 de fevereiro de 1935, nasce o penúltimo e décimo sétimo filho de Acácio Joaquim de Almeida e Urcinda Seraphina de Almeida. É mais uma menina, batizada com o nome de Lélia de Almeida. Pai negro e mãe índia; com ofícios de ferroviário e de empregada doméstica. A trajetória de vida de Lélia guarda semelhança com aquela minoria composta de negros e pobres que ascende na escala social brasileira: de babá a professora universitária. Para narrar tal trajetória, teremos como testemunha a própria Lélia Gonzalez. As fontes são: a) as entrevistas, concedidas em sua residência em Santa Teresa no Rio de Janeiro, ao jornal *Pasquim*², em março de 1986, época de sua candidatura à deputada estadual e b) a gravação em vídeo de seu depoimento, em maio de 1988, ao Projeto Perfil do CTE (Centro de Tecnologia Educacional) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no contexto de celebração dos 100 anos da Abolição da Escravidão (1988).

Lélia diz que a tradição ou, numa linguagem lakianiana, o “romance familiar” de sua família de se mobilizar para a “causa dos trabalhadores” foi construída tanto pelo seu pai, um “velho ferroviário getulista”, como por viverem na prática a realidade, onde todos os adultos e as

¹ EVARISTO, Conceição. *A noite não adormece nos olhos das mulheres*. In: O livro da Saúde das Mulheres Negras - Nosso passos vêm de longe, Org: WERNECK, Jurema, MENDONÇA, WHITE, Evelyn C. Rio de Janeiro: Ed. Pallas e Crioula, 2000, pp. 20.

² *Lélia Gonzalez: Movimento Negro – Direitos da Mulher*, Jornal *O Pasquim*, nº 871, Rio de Janeiro, 1986, pp. 8 - 10.

crianças tinham de trabalhar para sobreviver. Ressalta que, nesse contexto, foi a única a ultrapassar a escola primária, beneficiada por dois fatores: o primeiro foi que seu irmão, Jaime de Almeida, sua referência de pai, se destacara como jogador de futebol, no Atlético Mineiro (Minas Gerais) vindo a convite jogar no Clube de Regatas do Flamengo (Rio de Janeiro), que o considera uma das “lendas rubro-negras”³, pelos campeonatos de 1942, 1943 e 1944, a “primeira grande glória” do Clube.⁴ Cerca de vinte anos antes, o Flamengo fazia parte da AMEA⁵ que juntamente com a CBD buscaram – segundo Edison Carneiro – manter a “arianização” do futebol⁶. Seu objetivo era barrar a ascensão do Vasco para a 2ª divisão com um time de negros e mulatos, que não só vencia como enchia o estádio de torcedores⁷. Segundo Mario Filho, tal mudança ocorreu devido à ambição do Flamengo em se torna o “clube mais popular, mais querido do Brasil” e para isso se favoreceu do prestígio do jogador Leônidas da Silva (1913 - 2004), o “Diamante Negro”, pois sua cor o ajudava, tornando-o “mais carioca [...] mais brasileiro” em comparação com “Romeu Pelicirari, quase louro, de olhos azuis”⁸, que era paulista. A partir daí consolida-se a ascensão do negro no futebol. Com esse pragmatismo o clube realizava os anseios do “povo” que escolhera Leônidas, Fausto dos Santos (1905 – 1939), o “Maravilha Negra”, e Domingos Antônio da Guia (1912 – 2000), o “Divino Mestre”, seus “ídolos”. Assim, indo “ao encontro do gosto do povo”, o clube faz sua “transfusão de popularidade [...] abrindo as portas da Gávea para os pretos”.⁹ Esse é o cenário em que Jaime de Almeida se insere. Com o falecimento do velho Acácio, Jaime, que se dera “bem” na metrópole, migra a família, em 1942, para o Rio de Janeiro.

³ Os demais são: Yustrich, Domingos da Guia, Biguá, Valido, Pirilo, e Vevé.

⁴ Site oficial do Flamengo, endereço eletrônico <http://www.flamengorj.com.br/historico/historia.asp>. Acesso em janeiro de 2006.

⁵ Associação Metropolitana de Esportes Atléticos fundada pelos grandes times, Fluminense, Flamengo, América, Botafogo e o pequeno Bangu.

⁶ FILHO, Mario. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, pp. 19.

⁷ Ibid., pp. 121.

⁸ Ibid., pp. 209.

⁹ Ibid.

O segundo fator que beneficiou Lélia foi que era mais uma filha para seus irmãos mais velhos do que propriamente uma irmã. Nesse período, eram 13 os filhos sobreviventes.

[...] meu pai simbólico foi o Jaime... meus companheiros de infância eram meu irmão mais novo e os sobrinhos. Meu pai já era de cabelos brancos... bem mais velho que minha mãe... efetivamente meu pai foi o Jaime... eu fiz o mesmo percurso que ele foi modelo... ele ultrapassou a barreira da cor...¹⁰

Para sabermos que “pai simbólico” (filho e irmão) foi Jaime de Almeida, façamos uma pausa na fala de Lélia. Nada mais ilustrativo que acompanhá-lo na arena do futebol, em plena 2ª Guerra Mundial. Nesse contexto o “campeonato era uma guerra”; seus jogadores vistos como “pracinhas” ou “soldados” sujeitos literalmente a sofrer “bombardeios” de clubes “inimigos”. Essa não era a “única técnica de guerra” mas, “sobretudo, a propaganda antecipada”, um processo de “guerra de nervos que os nazistas usaram com tanto êxito, para amaciar populações e nações”.¹¹ Valia tudo: quebrar pernas; ser “cafajeste”; dopar jogadores; difamar; vilipendiar; discriminar porque “preto tinha o time inimigo”. Nesse ambiente só restava uma saída para o jogador: morrer pelo time, pelo estado ou pelo país. A pressão exercida sobre os jogadores fossem eles “branco, mulato ou preto”, correspondia a um “*stress*” de um “soldado na guerra”¹² mas existia uma exceção para Mário Filho: Jaime de Almeida. Assim o cronista o descreveu:

Era um preto bonito de cara redonda, cheio de saúde, alto, com aquela dignidade boa, de alma, que a gente via no cinema, em certos pretos imponentes, escolhidos a dedo, para representar um mordomo do velho Sul dos Estados Unidos. Bastava, com a fantasia solta, fechando os olhos, vestir Jaime de Almeida de mordomo de *My Old Kentucky Home*. Falava manso, a voz um pouco arrastada de mineiro. Tudo nele rescendia à

¹⁰ *Projeto Perfil – Lélia Gonzalez*, produzido pelo CTE - Centro de Tecnologia Educacional /SR-3, Rio de Janeiro, UERJ, 1988.

¹¹ FILHO, Mario. Op. Cit., pp. 251.

¹² Ibid., pp. 255.

limpeza, à bondade, à lealdade¹³.

O técnico do Flamengo era Flávio Costa, nos seus tempos de jogador era conhecido como “Alicate”, um atleta “mediocre”, e agora na função de “líder” comandava seus homens mandando “descer o pau”. Flávio Costa, segundo Mario Filho, não “concebia um escrete” sem Jaime de Almeida, apesar de pairar sobre ele uma “restrição”: “era limpo de mais”. O técnico “às vezes, um pouco sem jeito, tal a limpeza ou a pureza de Jaime de Almeida, procurava convencê-lo, não a ser sujo, a ser duro”. Segundo Mario Filho, Jaime “nem respondia”, mas o técnico tinha a esperança de que “um dia” ele “abrisse os olhos e visse” que a disputa por um título de campeão “não comportava um Gandhi”. Para Mario Filho “era o branco tentando corromper um preto. Não para fazê-lo igual aos outros pretos que soltavam o pé. Para fazê-lo igual aos pretos e brancos, que, na hora de meter o sarrafo, eram iguais”. A dignidade de Jaime de Almeida também o acompanhava fora dos campos, como relata Mario Filho, que cita como exemplo o Campeonato Sul-Americano, em 1945, no Chile. Nesse campeonato, apesar de uma “entorse no joelho”, num jogo “praticamente decisivo” com a Argentina, Jaime jogou. Foi anestesiado com “uma injeção de novocaína aplicada pelo Dr. Amílcar Giffoni”, mas, em “dez minutos”, o time adversário fez “três gols em cima dele” que mesmo substituído por Alfredo II e haver o “domínio do escrete brasileiro” o campeonato estava “perdido”. Porém, Jaime teve reconhecido o seu sacrifício, o “fracasso, em vez de diminuí-lo, exaltou-o”.¹⁴ Mario Filho observa que outros jogadores com os mesmos problemas não tiveram a mesma resposta positiva; eram descartados como relatam as crônicas do período. Um outro exemplo foi num Fla-Flu, na Gávea. Nesse jogo, Biguá¹⁵, que quando enfurecido parecia um “indígena” de “machado em punho para escarpelar um *Pale*

¹³ FILHO, Mario. Op. Cit., pp. 266.

¹⁴ Ibid., pp. 267.

¹⁵ Moacir Cordeiro.

Face”, agride um jogador. Como “reincidente contumaz” a punição era certa. Para salvá-lo lembram-se de Jaime de Almeida. O Flamengo encaminha, em nome de Jaime, uma carta ao Tribunal de Justiça Esportiva da Federação Metropolitana de Futebol, órgão severo e por conseqüência “temido pelos clubes”. No julgamento um dos juízes, Renato Pacheco Marques, assim manifesta seu voto enternecido:

- Se o Jaime de Almeida, meus dignos pares, diz que Biguá não agrediu Careca, temos todos a obrigação irrefutável, o dever sagrado de não duvidar. Porque se há um jogador limpo, imaculado, se há um jogador, leal incapaz de menor falta, se há um exemplo no futebol brasileiro de fair-play, este exemplo é o de Jaime de Almeida.¹⁶

Na opinião de Mario Filho, o tão temido Tribunal não podia perder a “oportunidade, rara em qualquer Tribunal, de exaltar as melhores virtudes humanas que se reuniram, ainda em plena guerra dos campeonatos, num preto bom que se chamava Jaime de Almeida”. Biguá foi inocentado só recebendo uma multa “por jogo bruto”. Tudo pelo bem do Flamengo. Jaime alcançou a função máxima de um jogador que era a de técnico, mas somente para reservar o lugar para um treinador dispensável. Esse poderia ser demitido, “caso não desse certo”, o que não poderia ser feito em relação a Jaime porque era “bom demais”. Segundo Mario Filho:

Um técnico tinha de usar malandragem. E mesmo que não tivesse de ser malandro no sentido de sabido, de esperto, tinha de ser mandão, de dar um grito. E Jaime de Almeida era incapaz de dar um grito. Era a vontade de que Jaime de Almeida ficasse sempre no Flamengo que fazia o rubro-negro temer por aquela provação tremenda imposta ao bom preto. O torcedor percebia que os tempos mudavam. Que mudassem sem atingir Jaime de Almeida.¹⁷

¹⁶ FILHO, Mario. Op. Cit. pp. 268.

¹⁷ Ibid., pp. 310.

“A provação do Negro” é o capítulo onde está inserido esse perfil de Jaime de Almeida, que bem ilustra a argumentação de Lélia de que a via comum e permitida pela sociedade brasileira, para o “negro” sair daquele “estado proletário”, era o futebol ou a música. O seu caminho, entretanto, foi a escola. Assim inconscientemente, segundo ela, se impôs nas atividades escolares, tornando-se a primeira aluna da turma. Essa escolha demandou um esforço enorme de sua família, de apoio de colegas e professores e, no início, dos patrões italianos de sua mãe.

Ainda em Belo Horizonte, “uma coisa” que a marcou muito foi o fato de sua mãe ter exercido a função de ama-de-leite para suprir as necessidades de amamentação de uma criança dessa família, cuja mãe falecera no parto. Lélia tinha a mesma idade da menina órfã, o que resultou na constituição de laços afetivos entre elas. Na idade escolar de sua amiguinha, a família italiana ofereceu-se para pagar o estudo de Lélia. Era uma recordação de forte conteúdo emocional para Lélia. Suas amiguinhas da escola sempre a convidavam para estudar em suas casas, segundo ela, por ser muito aplicada. Assim foi desenvolvendo em si uma independência com relação a sua família, pois enquanto as outras crianças eram acompanhadas pelos adultos, ela tinha de fazer “tudo sozinha”. Foi babá de “filhinho de madame”, como reagiu, ou seja, não se adaptou, contou com ajuda dos irmãos, das irmãs, das colegas e dos professores na concretização de seu desejo de estudar.

Me recordo perfeitamente que cada um dava uma coisinha, uma irmã dava um sapatinho, outra dava uma meinha e outra fazia o uniforme etc. [...] Estudei com muita dificuldade. Os livros eram emprestados pelas colegas [...] eu ia estudar nas casas das colegas. Enfim até chegar na Universidade¹⁸.

No Rio de Janeiro, inicialmente, seu irmão alugou uma casa de vila no Leblon. Nesse

¹⁸ *O Pasquim*. Op. Cit., pp. 9.

bairro iniciou o curso primário na Escola Manuel Cícero, localizada na Praça Santos Drumond. Posteriormente, Jaime comprou uma casa para a família no subúrbio de Ricardo de Albuquerque, onde Lélia concluiu o primário. O ginásio cursou na Escola Rivadavia Correia e concluiu o Colegial/Científico, em 1954, no Colégio Pedro II, com cerca de 19 anos.

Segundo Lélia é nessa última escola que começa o seu processo de *branqueamento*, apesar de citar o Professor de História, Nei Palmeira, como um de seus incentivadores. Ressalta que na Escola Rivadavia Correia esse processo foi minimizado, posto ser uma escola pública feminina com bom número de meninas negras. Eis o testemunho de sua vivência no sistema educacional:

As crianças negras não agüentam esse sistema educacional que está aí. Tanto por razões econômicas, a meu ver quanto por razões até atraentes [...] tem a merenda e etc, mas do ponto de vista da filosofia da política educacional e das práticas educacionais não dá para agüentar não. Por que o processo é sempre de massacre de estilhaçamento da identidade. Eu passei por isso. Quer dizer, quando chequei na Universidade eu já estava embranquecida.¹⁹

Lélia também destaca como a “ideologia do branqueamento” opera no indivíduo. Este se distancia de sua comunidade rejeitando seus valores porque internaliza tal ideologia, ao mesmo tempo, em que rejeita o próprio corpo. O resultado do processo é uma pessoa insegura, tímida e reprimida porque “apreende aquelas baboseiras sobre os índios e os negros” desde do primário até a universidade e esta última não trata nos “devidos termos” essa questão.

Afetivamente era “uma pessoa tímida e altamente reprimida”, tivera poucos relacionamentos “(...) o primeiro namorado era negro e morava no subúrbio... também tive um namorado branco. Mais tarde é que fui namorar de verdade...”. Ainda no subúrbio, distancia-se de

¹⁹ *Projeto Perfil – Lélia Gonzalez*, produzido pelo CTE - Centro de Tecnologia Educacional /SR-3, Rio de Janeiro, UERJ, 1988.

sua família, tornando-se espírita, rejeitando assim os valores religiosos de sua mãe – “uma católica fervorosa” – pois “não aceitava essa história de padres mandando na gente” e culmina com a impossibilidade de sua mãe acompanhar seu desenvolvimento intelectual, e lhe dizer: “eu não tomo mais conta de você”.

Ela me deu uma responsabilidade sobre mim mesma e isso refletiu em termos do meu crescimento intelectual: por outro lado, do ponto de vista afetivo entrou uma interiorização do racismo, eu não queria saber de homem perto de mim.²⁰

Comparativamente com os Estados Unidos apontamos uma certa similaridade com o Brasil. bell hooks, uma intelectual negra norte-americana, refletindo sobre sua própria experiência, afirma que, nessa situação, as crianças negras sentem-se perseguidas e castigadas, pois o seu brilho não é reconhecido pela família; elas, então, se desligam e se distanciam como uma “estratégia de sobrevivência” e, para compreender o seu “destino”, desenvolvem um “pensamento analítico crítico”. Na adolescência, passam por um “processo de conversão” em direção a uma vida intelectual. O termo psicanalítico “testemunha esclarecida”, empregado por Alice Miller, permitiu a hooks “analisar as forças” que atuavam sobre ela e, através dessa compreensão, manter um senso distanciado de si mesma. Dessa forma, sua vida intelectual converteu-se num “refúgio” e num “abrigo” que lhe permitiu ter a sensação de construir a própria “identidade subjetiva”. Nesse sentido para ela:

Esse reconhecimento vivido de como a mente, pelo pensamento crítico, podia ser usada a serviço da sobrevivência, como podia ser uma força curativa em minha luta para combater o desespero da infância, me permitiu torna-me um eu autônomo na família disfuncional e levou-me a valorizar o trabalho intelectual. Valorizava-o não por ter-me trazido status

²⁰ *O Pasquim, Op.Cit.*, pp. 10.

ou reconhecimento, mas porque oferecia recursos para intensificar a sobrevivência e meu prazer de viver.²¹

Mas, para Lélia, diferentemente de hooks²², esse pensamento crítico e essa força curativa só se realizaram bem mais tarde; devido às singularidades do racismo no Brasil, nela prevaleceu o ideal de branqueamento e, em conseqüência, seu crescimento intelectual a levou, já graduada em História pela UEG, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professora da Escola Piedade, a se tornar uma pessoa com gosto refinado para a “música clássica dos europeus”, ao mesmo tempo em que rejeitava a música popular e o samba, e ostentava na época o símbolo do branqueamento: uma peruca. Olhando para o passado com os olhos do presente, compreende que queria ser uma “*lady*”. Em busca do “supra-sumo do pensamento ocidental” reingressa na UEG, para uma segunda graduação, no caso em Filosofia.

Nos anos 1960, Lélia já participava do mundo acadêmico, traduzira três livros do francês para o português²³ e também havia constituído um círculo de alunos que, conforme informantes, a descrevem como “uma pessoa brilhante, uma negra belíssima, super bem vestida e acessível”. Como jovem professora universitária destoa dos padrões acadêmicos do período. Ministrava aulas em sua casa, e, mesmo no período de repressão política, manteve as atividades extraclasse em sua residência. Casa-se com um colega do Curso de Filosofia, Luiz Carlos Gonzalez, descrito por ela, como “um homem branco, sofrido e uma pessoa problemática”. A família, ao descobrir que não era mais uma relação de “concubinação”, um neologismo criado por ela que quer dizer “concubinato e sacanagem”, dá uma resposta à oficialização da união, empreendendo uma

²¹ HOOKS, bell, Op. Cit., pp. 466.

²² Ao fazermos essa comparação não estamos afirmando que a família de Lélia era “disfuncional”, que é um conceito da sociologia americana (ver pp. 25), entretanto, segundo Rubens, a maioria dos irmãos sofreu de graves problemas de alcoolismo, mas mesmo assim apoiaram sua formação, especialmente suas irmãs.

²³ Cf. *Curso Moderno de Filosofia*, RJ, (1966) *Compêndio Moderno de Filosofia*, - A Ação, volume 1. RJ, (1966) e *O Conhecimento* volume 2 -, *História dos Filósofos Ilustrada Pelos Textos*, RJ, (1968) de Denis Huisman e André Vergez, Ed. Freitas Bastos, e também, num total de quatro livros, *Freud e Psicanálise*, de Octave Mannoni, ed. Ed. Rio, RJ, 1977 e nessa última exerceu a função Editora-Assistente (1974-1975).

“campanha violentíssima e de baixo nível”. A atitude do marido foi de apoio a sua jovem esposa, a despeito de sua fragilidade emocional.

Luiz Carlos foi muito importante na minha vida [...] ele rompeu com a família, ficou do meu lado e começou a questionar a minha falta de identidade comigo mesma. Isso daí dói [...] por isso eu tenho orgulho de trazer o nome dele. Eu nunca troquei o meu nome, podia estar com o meu nome de solteira, Lélia de Almeida, mas é uma homenagem que eu presto a esse homem branco tão sofrido [...] essa pessoa demonstrou uma solidariedade extraordinária a nível de casamento e por outro lado dentro dessa solidariedade ele foi, a primeira pessoa a me questionar com relação ao meu próprio branqueamento²⁴.

O fim trágico do casamento, de cerca de dois anos, vem com o suicídio de Luiz Carlos, que, segundo Lélia, resultou das “relações familiares dele [...] muito complicadas”, o que exigiu rever sua postura frente à ideologia do branqueamento, buscando sua “negritude” e sua “condição de negra”. Assim, descreve o rompimento da “cortina ilusória” produzida por uma ideologia que possibilita ao “[...] negro pensar que é diferente dos outros negros”:

Depois desta experiência traumática que tive com a família do Luís Carlos e com o seu suicídio, houve o meu segundo casamento. Eu me casei com um mulato – pai branco e mãe negra -, como se diz na Bahia “um tinta fraca”. Ele tinha uma ideologia de classe, não gostava de preto...nós ficamos juntos durante cinco anos, era engraçado porque, enquanto eu estava em busca de mim mesma, ele procurava fugir de si próprio; apesar da gente se gostar muito, a nossa relação não estava combinando. A gente se separou e a minha cabeça dançou, afinal, eu fui casada com um cara branco, de origem espanhola, que dava todo apoio a questão racial e quando eu caso com um cara de origem negra, ele não tem essa solidariedade; eu procurava disfarçar esse lado. Eu fui parar no psicanalista²⁵.

Para Lélia, a ascensão social, inclusive no seu caso, passou por uma “lavagem cerebral”,

²⁴ *Projeto Perfil – Lélia Gonzalez. Op.Cit.*

²⁵ *O Pasquim, Op. Cit., pp. 10.*

de esquecimento e alienação, rompida com o sofrimento e, como “lakaniana de quatro costados”, concorda com Lakan que postulou que é o “próprio analisando que sabe do seu problema”, cabendo ao analista apenas ajudar pontuando a questão. Também busca acolhimento espiritual no candomblé (apesar do respeito às suas raízes culturais católicas, bem como sua posição favorável à Teologia da Libertação). É nessa prática religiosa, anteriormente tida por ela como “primitiva[s]²⁶”, que encontra um outro “código cultural”; é “mais ecológica” e mais próxima de sua religiosidade, porque está “mais africanizada do que ocidentalizada”.

Esse processo de esquecimento e alienação não aconteceu nos Estados Unidos, porque, segundo hooks, o trabalho intelectual não foi divorciado da política do cotidiano, o que lhe permitiu conscientemente entender a realidade e o “mundo em volta, encarar e compreender o concreto”, tornando-a capaz de participar plenamente da família e da comunidade. O que confirmou, para ela, que os líderes negros do século XIX do seu país já sabiam que esse trabalho – apesar de ressaltar que eles desconsideraram as obras das intelectuais negras – é uma parte “da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes”. É o que constata Barreto em seu estudo, *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*, comparando a trajetória de Lélia com a também intelectual negra e ativista norte-americana Angela Davis. Para Barreto, em termos comparativos, a intelectualidade negra tanto nos EUA quanto no Brasil refletiu e buscou combater o racismo; porém, no caso particular dos afro-americanos, sua intelectualidade, já no final do século XIX, teve a possibilidade de “se repensarem como uma comunidade e,

²⁶ PEREIRA, Carlos Alberto M. e HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Patrulhas Ideológicas: arte e engajamento em debate*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980, pp. 203.

principalmente construírem um discurso a respeito de si mesmo”.²⁷ Como vimos, para Lélia esse discurso se realizou já adulta. Nesse sentido é que somente com o fechamento desse círculo, isto é, com sua conscientização do que é ser “mulher negra”, é que ela, como veremos, pôde (re)orientar suas ações, suas escolhas e elaborar um pensamento singular sobre o Brasil e a América, determinados pela sua diferença, porque é negra e é mulher. Entretanto, como muitos, Lélia inicialmente prioriza a questão racial – mas, ao longo do processo vai redimensioná-la – na tentativa de desmistificar a democracia racial no contexto da abertura política e da redemocratização brasileira, como veremos mais adiante.

DESARRUMANDO O ARMÁRIO

A carreira docente de Lélia começou no ensino superior, precisamente em 1963, nas Faculdades de Filosofia de Campo Grande (FEUC) e Filosofia, Ciências e Letras (UEG), mas sua atuação ganhou maior destaque na Universidade Gama Filho e nas Faculdades Integradas Estácio de Sá, na qual exerceria as funções de Coordenadora do Departamento de Estudos e Pesquisas do Centro Cultural (1973-1974), Vice-Diretora da Faculdade de Comunicação (1973-1974), e Diretora de Departamento de Comunicação (1974 – 1975). Por questões políticas foi demitida – juntamente com parte dos professores – dessas duas universidades, indo a convite para a Pontifícia Universidade Católica/PUC-Rio (1978-1994)²⁸.

Devido a sua atuação intelectual, Lélia, em 1972, já chamava atenção dos órgãos de segurança, pois estaria, segundo informações, “desenvolvendo trabalho de massa na UGF,

²⁷ BARRETO, Raquel Andrade. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio, Orientador PAMPLONA, Marco Antonio Villela. Rio de Janeiro: 2005, pp. 15.

²⁸ Conforme informações do professor Aloísio Alves.

buscando recrutamento de adeptos à doutrina marxista, juntamente com o Professor LINCOLN PENA”.²⁹ Esses órgãos eram parte integrante de um complexo sistema idealizado e implementado pelos que foram considerados a “linha dura” do regime militar. Sua “vasta rede de informações” abrangia não só os ministérios civis e militares, mas também as “autarquias, fundações e demais órgãos públicos” e, sobretudo a partir de junho de 1970 com a aprovação do “Plano Nacional de Informações”. Para sua defesa e manutenção o regime cria uma “comunidade de informações” com uma “rotina bastante regulamentada”, tendo como “material básico” o acolhimento de “informação” que, segundo Carlos Fico, eram “dados sobre quaisquer questões ou pessoas do interesse do regime”. E uma de suas atividades “mais corriqueiras” consistia na elaboração de uma ficha com “levantamento de dados biográficos” para traçar um “perfil ideológico e as atividades políticas das pessoas, indispensável às nomeações de alguém para um cargo público” com a pretensão de ter uma “ficha conceito” para “avaliar a inteligência, o caráter e o conceito profissional dos indivíduos”.³⁰

Atendendo a uma solicitação de sindicância, o Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS (órgão vinculado às secretarias de segurança nos estados) relata o fato que Lélia de Almeida Gonzalez era apenas “uma professora da Universidade GAMA FILHO”, não logrando êxito nas investigações, e informam ainda que a mesma “não registra antecedentes nesta seção”, isto é, na Seção de Buscas Especiais. Como observa Fico, bastava um “Consta que...” para a pessoa ser fichada, e daí em diante Lélia passou a ser alvo da “paranóia”.³¹

²⁹ Cf. Prontuário nº 19330. Setor COMUNISMO, Pasta 112, Fl 210, grifo do DOPS.

³⁰ FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX v. 4, Org: FERREIRA, Jorge e DELGADO Lucilia de A. Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 179.

³¹ *Ibid.*, pp. 180.

Esse documento é o primeiro registro do DOPS sobre Lélia, obtido a partir da “Pesquisa Probatória”³² realizada pelo Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro, mediante autorização de familiares. No seu perfil biográfico, Lélia é qualificada como residente na Ladeira dos Guararapes, no Cosme Velho, que lecionava Introdução à História da Filosofia, na Universidade Gama Filho e é anexado seu *curriculum vitae*. Nele consta que obtivera nos vestibulares que prestou 4º e 1º lugares, respectivamente, em História (bacharelado e licenciatura em História e Geografia 1957/1958), e Filosofia (bacharelado e licenciatura 1961/1962). Lecionou também no ensino médio, em instituições públicas e particulares/privadas, como o já citado Colégio Piedade (1962), Colégios Andrews (1963), Colégio Santo Inácio (1968), Colégio de Aplicação da UEG (1963), Instituto de Educação e C.E.P (Centro de Estudo de Pessoal) do Exército Brasileiro no Forte de Duque de Caxias (1967 – 1968). Suas disciplinas eram: Filosofia, História da Educação e História Moderna e Contemporânea.

Quais seriam as atividades ou ações que estaria desenvolvendo Lélia para chamar a atenção dos órgãos de segurança em 1972? Não obstante a Ditadura Militar a partir de 1964, Lélia trabalhou numa instituição militar entre 1967 e 1968. Especulamos, inicialmente, que não foi, como afirma, só a “identidade consigo mesma” que Luiz Carlos provocou, mas também um olhar sobre a realidade política, especialmente da sociedade civil, segundo ela, sob uma “pacificação” imposta pelo golpe³³. Provavelmente seja uma das possibilidades para lançar luz sobre a suspeita de que ela “era na verdade, uma agente do SNI (Serviço Nacional de Informações), infiltrada no movimento negro”³⁴, como registra Raquel Barreto e também ouvida por nós em *off*. Recordemos que esse período foi de completa suspeição de tudo sobre todos, onde a norma, segundo Lélia, era “o silenciamento, a ferro e a fogo, dos setores populares e de

³² Processo E-06/070.423/2005, Serviço Público Estadual.

³³ GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Op. Cit., pp. 11.

³⁴ BARRETO, Raquel. Op. Cit., pp. 25.

sua representação política”.³⁵

Barreto – baseada em pesquisa “em primeira mão” nos documentos públicos nos fichários do DOPS sobre “os ativistas e as organizações do movimento” – não confirma tais “boatos”, embora a “concentração e investigações detiveram em Lélia e não em outros militantes”³⁶ um dado também constatado por nós. Mas, em nossa opinião, os boatos talvez tenham como origem a sua atividade educacional junto a instituições militares e a sua completa “alienação” ou “lavagem cerebral” até este período. Até o final dos anos 1960, suas escolhas eram totalmente voltadas para ascensão social e aprimoramento profissional, ainda que promovesse reuniões para debates filosóficos em sua residência.³⁷ Se o irmão Jaime era um “Gandhi”, Lélia era uma “Lady”.

Vale destacar que, em seus depoimentos, Lélia não faz nenhuma referência a esse período, quer seja sobre sua vida pessoal, com raríssimas exceções, quer seja sobre uma combatividade contra o regime militar. Talvez Barreto tenha razão, isto é, que o acompanhamento sistemático das atividades de Lélia seja uma prova de sua inocência. Todavia, depois dessa primeira ficha, tanto no seu prontuário como nos documentos públicos, Lélia só volta a ser alvo de investigação em 1978, período que se refere basicamente às supostas atividades “subversivas” do movimento negro. Uma lacuna até o presente momento inexplicável para as nossas pesquisas. Nesse sentido, buscaremos nas fontes orais possíveis respostas para elucidar algumas omissões de Lélia em sua autobiografia, cujo relato – como nos chama a atenção Bourdier – sempre estará baseado, ou parte dele, “na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consciência e constância” para estabelecer “relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim

³⁵ GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Op. Cit.*, pp. 11.

³⁶ BARRETO, Raquel, *Op. Cit.*, pp.25.

³⁷ *Ibid.*, pp. 23.

construídos em etapas de um desenvolvimento necessário”.³⁸ Afirma ainda o referido autor que uma trajetória, isto é, “o envelhecimento social” que o acompanha, que é independente do “envelhecimento biológico”, só será compreensível se construirmos “os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou”, ou seja, o contexto ou “superfície social” no qual o biografado atuou “e, logo, o conjunto das relações objetivas” que os uniram “ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço possíveis”³⁹. Nesse sentido é que reconstruiremos os contextos, os cenários e destacaremos alguns outros personagens junto aos quais Lélia atuou.

No final da década de 1960, período do recrudescimento do regime, Lélia residia no Bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, uma região considerada por muitos como celeiro do conservadorismo lacerdista, na rua Ernani Coltrim. Aproximadamente a trezentos metros, na rua Uruguai, morava sua mãe, Dona Urcinda, que, na medida em que os filhos foram saindo de casa, optara por morar próximo de Lélia, juntamente com três dos seus filhos, Ligia, Geraldo e Maria das Dores, a Dora, separada do marido com três filhos. Apesar da separação, Dora, “a grande amiga de Lélia”, que fora criada para ter “profissão esposa”, engravida do marido, “seu grande amor”, residente em Nova Iguaçu. A matriarca da família “apoiava” a situação, pois para ela era “difícil ter uma filha descasada”, como testemunha o fruto desta união, pois, segundo ele, para ela era “Ruim com ele, pior sem ele”. Tal inusitada situação permitiu que Lélia apoiasse a irmã ao mesmo tempo em que se opunha a idéia de ela “tirar” a criança, pois, “onde comem três comem quatro”. Com esse ponto de vista, torna-se mãe do seu sobrinho Rubens Rufino. Segundo ele, as irmãs tinham:

³⁸ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: Usos e Abusos da História Oral / FERREIRA, Marieta de - AMADO, Janaína (org.). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 5ª ed, 2002, pp. 184.

³⁹ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., pp. 190.

[...] uma relação muito forte... imagine nos anos 50... uma mulher negra separada, chama[da] popularmente de largada...a dificuldade que ela teria como mulher na sociedade... E aí eu nasci [Lélia] segurou a barra... Dora chegou assim e disse: ‘Lélia toma aqui que o filho é teu’. Tanto é que Lélia é minha madrinha. Ela já estava casada com Luis Carlos... eu o chamava de ‘pai Cau’... Foi o meu pai...E aí fui crescendo e passava a maior parte do dia na casa dela que era muito próximo... a coisa foi acontecendo... quando eu comecei a falar, quando eu aprendi a palavra mãe, eu chamava a Dora e Lélia de mãe, sem ninguém ter me ensinado, é lógico. E aí o tempo foi passando e Lélia me criou... dentre os meus irmãos todo mundo estudou [...]

Por volta dos quatro anos de idade Rubens, chamado por Lélia carinhosamente de “Manéu”, uma criança embalada pelas músicas de Wagner, vivencia minimizada pela idade a perda traumática de Luiz Carlos:

Eu tinha, quando ele... quando ele... quando ele morreu, eu devia ter... ele morreu antes da minha avó... eu devia ter três, quatro anos. Mas eu tenho a imagem dele na cabeça. Branco, alto que me tratava como filho também. Ele tinha umas espadas, eu acho que era herança do pai dele, e ele pegava as espadas... me mostrava, eu adorava brincar com as espadas. Brincar não... porque eu acho que eu nem agüentava segurar, mas eu ficava: ‘Pai, pai Cau, cadê as espadas’. Aí um belo dia eu chequei lá e [...] Cadê ele? Ele não estava. – ‘Não, ele fez uma viagem, ele viajou e depois volta’. E eu perguntado; ‘Ah, ele não voltou da viagem?’ E aí criança acaba caindo no esquecimento, às vezes eu perguntava... E eu só soube o motivo da morte dele, que foi suicídio, com dezoito anos. Porque as pessoas não iam... porque eu era muito ligado, as pessoas tratavam... de fato eu o via como pai...

A família também passou por outra situação traumática, ou de “dor”, que foi a prisão, nos anos 1970, de uma das irmãs, Cacilda – a tia Caçula, “uma pessoa muito legal, muito pra cima, muito alegre” – que se envolvera com o tráfico de drogas.

[Uma] fase assim muito triste... acho que morava [ela] em Nilópolis, e teve um momento muito, muito, muito... que não foi legal na vida dela

[...] que ela teve um envolvimento com...com traficantes e acabou sendo presa e ficou no presídio... acho... Talavera Bruce lá em Bangu. E uma coisa que me chamou a atenção... é que... eu não me lembro de ter ido mas, as mulheres iam visitar... quer dizer mostrar mesmo a família. Apesar de... de repente a gente ter essa coisa de... da família ter essa distância...em um momento de dor você percebia a união, a agregação, que dizer a família agregava... as mulheres foram dar apoio sobre o caso [...] irem lá no presídio pra levar cigarro, biscoito, aquela coisa assim pra...que dizer, independente do ato dela ela era irmã, não estava sendo julgado o que ela fez de... errado. O que importa é que ela precisava do apoio da família. E ela teve.

Uma situação não vivenciada por Dona Urcinda, que falecera em 1967, período em que Dora vai morar em Petrópolis e Lélia muda-se para a rua Almirante Gavião, na Tijuca, em companhia de sua irmã Eliza, “uma grande costureira das altas elites cariocas” e Rubens. Em 1969, Lélia vai viver com Vicente, um engenheiro, indo residir no mesmo bairro, na rua Hadock Lobo, juntamente com Rubens. O que para ele demarca uma certa “diferenciação” dos seus irmãos, porque “estuda em colégio particular” e passa a ter uma “educação melhor”. Todavia, segundo Rubens, já adulto, Lélia lhe teria dito que tivera condições de matriculá-lo “nas melhores escolas do Rio de Janeiro”, não o fazendo para não “distanciá-lo da realidade de negro”. O que ele concorda, pois estaria, na sua opinião, numa espécie de “caixa” que não era dele, como, por exemplo, estudar “num São Bento da vida e lá imagina eu... Seria praticamente o único negro e ela já naquela época tinha essa percepção... É bom me dar uma boa educação, mas ao mesmo tempo não perder a coisa da raiz”.

Entre 1971 e 1972, Lélia muda-se para o Cosme Velho com Vicente. Rubens – já com cerca de doze anos – passa a residir com “a Dora”, já de volta à região, na Rua do Bispo, no Rio Comprido. Segundo ele, tal mudança visou o melhor deslocamento para o Colégio na Tijuca, e, também porque Lélia julgava importante “não perder a referencia de Dora como sua mãe”, pois não dava para ser “aquele garotinho que foi bem criado e os irmãos não”. Mas os fins de semana

eram passados, na maioria das vezes, no Cosme Velho e suas férias eram “sempre lá” com Lélia e ambos começariam a mudar as perspectiva de vida, passando a conviver com “uns amigos da Zona Sul... viajava, saía sempre”.

É possível acompanhar o impacto que pode ter passado Lélia devido a um “fenômeno novo”, protagonizado por “negros anônimos”, especialmente da “comunidade negra jovem”. Conforme ela própria dizia, a “negadinha jovem” em meio as suas atividades de “biritar e falar de generalidades” começava a “atentar” para questões internacionais tais como “a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e as guerras de libertação dos povos negroafricanos de língua portuguesa”.⁴⁰

No livro *Lugar de Negro*, Lélia dá voz a esses jovens militantes, tais como Hamilton Cardoso, de São Paulo, Paulo Roberto, “Astro” e Carlos Alberto Medeiros do Rio de Janeiro, aliando atividades acadêmicas e militância vivida com intensidade. Também seriam destacados Abdias do Nascimento e Solano Trindade. O primeiro, considerado por ela uma figura das mais representativas de “todo um trabalho desenvolvido na fase anterior”, líder do TEN (Teatro Experimental do Negro), que, segundo ela, teria extrapolado os limites da “comunidade negra” pois renovara o “teatro brasileiro” nos anos 1950. O segundo, Solano Trindade, foi ressaltado em sua capacidade de síntese: “tanto pela criação do seu Teatro Popular, quanto por sua extraordinária produção poética”, adquirindo importância no teatro e na poesia, “expressões vigorosas das elites negras” nos anos 1950, porém “sem perda de continuidade” nas “novas gerações” como evidenciam os autores dos *Cadernos Negros* que se propunham “levar adiante as sementes da consciência para a verdadeira democracia racial”.⁴¹

Na narrativa de Lélia, a retomada do movimento negro se dá a partir de 1974, com a

⁴⁰ GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Op. Cit.*, pp. 30.

⁴¹ *Ibid.*, pp. 26.

criação do teatro negro, em São Paulo pelo Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), pelo Grupo Palmares do Rio Grande do Sul (a primeira entidade a inserir a reflexão e a importância do Vinte de Novembro e de Zumbi dos Palmares), e os bailes de *soul music* no Renascença Clube, “ponto de encontro da turma que rearticulou o movimento negro no Rio”. Também no mesmo ano realizou-se, entre os meses de maio e de junho, no Museu de Arte Moderna (MAM), as “Semanas Afro-Brasileiras” promovidas pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos e pela Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (SECNEB, de Salvador)⁴². Em 1975, começam os debates universitários, promovidos pelo Grupo de Trabalho André Rebouças, reunindo na Universidade Federal Fluminense professores e pesquisadores para falar da “questão negra”. No caso especificamente do Rio de Janeiro, segundo Lélia, o movimento negro:

[...] teve duas fontes de origem: de um lado, a comunidade negra, ‘dando ciência’ de como recebeu os efeitos do movimento negro norte-americano: do outro, uma iniciativa oficial, acadêmica, transada em termos de ‘Oropa, França, Bahia’, mas ao contrário, via ‘Bahia, África e Oropa’ e com muito axé em cima. Pois é...⁴³

Muitas pessoas que participaram das Semanas Afro-Brasileiras começaram a ter como ponto de referência o Centro de Estudos Afro-Asiático,⁴⁴ onde havia debates enfocando “atos de discriminações” e o “período pré-colonial na África”. Os sábados eram dedicados a “discutir os textos, na base da dinâmica de grupos” e os domingos “tava todo mundo na Noite do Shaft no Renascença”. É também nesse contexto que temos as primeiras informações sobre a ação política de mulheres negras⁴⁵, no Rio de Janeiro, no histórico encontro de mulheres, para celebrar, em

⁴² GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Op. Cit.*, pp. 33.

⁴³ *Ibid.*, pp 34.

⁴⁴ Centro de Estudos da Universidade Candido Mendes no Rio de Janeiro.

⁴⁵ Beatriz, Marlene, Vera Mara, Joana, Alba, Judite, Stella, Lucia, Norma, Zumba, Alzira, Lísia. Cf. GONZALEZ, Lélia. *A luta Continua – Mulher Negra*. In 1695-1995 300 anos de Zumbi: falas e escrituras. Informe de Distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro, pp. 178.

1975, o Ano Internacional da Mulher, patrocinado pelo Centro de Informações da ONU e realizado⁴⁶ na Associação Brasileira de Imprensa, ABI, “de onde saiu o CMB - Centro de Mulher Brasileira”⁴⁷ cujas propostas eram constituir grupos de reflexão, dar visibilidade à “questão feminina” e “combater” o seu papel subalterno na sociedade brasileira⁴⁸. Em pesquisas posteriores, Lélia passou a acreditar numa antiguidade desse movimento de mulheres negras. No Secneb - 84, em Salvador/BA, gravou a comunicação da antropóloga Maria Berriel e a partir dessa estava tendendo a rever tal marco fundador, isto é, a retomada do movimento, datando-o em 1969. Para Lélia, o “desempenho das mulheres negras na formação do Movimento Negro [...] foi da maior importância”, e, mais, sua atuação “ao que parece” existiu até mesmo antes da “organização do Movimento de Mulheres”. Em sua comunicação Berriel falava de suas pesquisas feitas na Universidade Federal Fluminense - UFF sobre “nossos alunos”, isto é, os alunos negros que entraram na universidade “por força da expansão do capitalismo” e que, “nós percebemos”, muitos deles estavam encontrando “dificuldades no mercado de trabalho”. Ela, então, resolve pesquisar, para avaliar “os artifícios e as estratégias que impediam seu aproveitamento na esfera ocupacional”. E os próprios alunos negros, “juntamente com alunos brancos”, “entraram numa faixa de atividade bastante atuante”, inclusive com dramatização. Nela, os alunos negros “recortavam anúncios, apresentavam-se aos lugares e, em seguida, os alunos brancos os substituíam”; assim, “sentia-se todo o esquema de restrição montado claramente”. E foi a partir daí, segundo Berriel, que “houve um contato com o Cândido Mendes, que passou a organizar congressos, ou melhor, encontros”. E segundo Lélia:

⁴⁶ Organizadoras: Mariska Ribeiro, Maria Luiza Heilborn, Maria Helena Darci de Oliveira, Elice Muneratto, Kati Almeida Braga, Branca Moreira Alves, Leila Linhares e outras.

⁴⁷ *Entrevista*. Informativo Nzinga, Ano 1, nº 3, pp. 3, 1986. anexo 1.

⁴⁸ SCHUMA, Schumacher e BRASIL, Érico Vital. *O feminismo no palco da história: a contribuição das mulheres fluminenses*, Rio de Janeiro: REDEH, 2003, pp. 89. Obs. Fundadoras: Branca Moreira Alves, Moema Toscano, Rose Marie Muraro, Heloneida Studart, Fanny Taback e Maria do Espírito Santo (Santinha).

[...] esses encontros ocorreram sobretudo por iniciativa da professora Maria Beatriz Nascimento que, já desde 1972, encontrava-se à frente da Semana de Cultura Negra na UFF (semana esta que, ainda segundo Berriel, ela ‘organizou insistentemente, aceitando os desafios que foram colocados gradativamente, na medida em que a semana ia sendo implantada’.⁴⁹

Mas, apesar das controvérsias sobre a data de surgimento do movimento negro, se no Teatro Opinião ou no CEAA (Centro de Estudo Afro-Asiático) ou com a fundação da primeira entidade negra, e também se existiria distinção entre ser uma militante mulher desse movimento ou do Movimento Feminista⁵⁰, o consenso existente é que desde os primeiros passos⁵¹ as mulheres negras já discutiam sua especificidade, como testemunha Joana Angélica:

Lá [CEAA] a gente trabalhava junto com os homens, apesar daquela disputa entre nós. Éramos muito atacadas por eles. Dessa época são a Beatriz Nascimento (pesquisadora), a Vera Mara e a Alba Valéria, a Marlene Cunha (socióloga) e outras. Fizemos um trabalho sobre o livro ‘Peles Negras, Máscaras Brancas’ de Franz Fanon que foi muito importante. Num momento em que estávamos tirando mesmo as máscaras brancas. A Lélia também chegou depois, quando o Movimento Negro já estava mais organizado, saindo da Cândido Mendes, sendo expulso de Ipanema. Ela apareceu num discurso no Parque Lage⁵².

Lélia registrou a presença dessas “jovens e valentes negras, marcando sua posição”. E elas não só marcaram sua presença como divulgaram num documento, resultado de suas reflexões onde denunciavam que desde a “herança cruel” da escravidão, no continente americano, o destino da mulher negra era ser “objeto de produção ou de reprodução sexual”. E para elas, segundo Lélia:

⁴⁹ GONZALEZ, Lélia. *A luta continua*. Op. Cit., pp. 178.

⁵⁰ Ver anexo 1, pp. 3.

⁵¹ Devido ao limite de nossa dissertação, deixamos de registrar a atuação das mulheres na Frente Negra Brasileira e no TEN. Cf. LARKIN NASCIMENTO. Op. Cit., pp. 234 e 307.

⁵² Ver anexo 1, pp. 3.

O fruto dessa covarde procriação [dos colonizadores] é que agora é aclamado como o único produto nacional que não pode se exportado: a mulher mulata brasileira. Mas se a qualidade deste ‘produto’ é tida como alta, o tratamento, que ela recebe é extremamente degradante sujo e desrespeitoso.⁵³

Segundo a narrativa das mulheres negras, foi o período em que elas começaram a reunir-se separadamente para discutir suas temáticas específicas “para, depois, todos se reunirem numa sala maior, onde se discutiam os problemas comuns”. Apesar, segundo Lélia, de haver solidariedade e entendimento por parte dos homens, especialmente dos “mais jovens [que] cresceram junto com suas irmãs de luta”, existia também negros de uma “geração mais velha”, detentores de um tipo de “moralismo calvinista e machista”, que, na opinião de Lélia, se “sentiam ameaçados pela capacidade e sensibilidade das companheiras mais brilhantes”. Lélia considerava as “mulheres negras cariocas” as pioneiras nesse debate.⁵⁴ Mas, devido aos caminhos seguidos por “diferentes tendências”, esse “grupo pioneiro” se desfez e “suas componentes continuaram a atuar, então, nas diferentes organizações que criaram”.⁵⁵ Mais tarde muitas dessas mulheres, entre 1979 e 1983, se tornariam as precursoras e protagonistas do movimento autônomo de mulheres negras ou feminismo negro.

Com a efervescência política desses grupos, ou seja, dos que denunciavam a democracia racial, foi fundada, em 1974/5, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, SINBA⁵⁶. Porém poucos meses depois surgiram divergências em torno do “método” e do local a ser privilegiado para atuação. Ou seja, Zona Sul ou Zona Norte? Na opinião de Paulo Roberto, os que optaram pela Zona Sul incorporam-se a um outro grupo “meio elitizado”, integrado por “famosos da TV

⁵³ GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Op. Cit.*, pp. 36.

⁵⁴ GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Op. Cit.*, pp. 37.

⁵⁵ GONZALEZ, Lélia. *A luta continua*, *Op. Cit.*, pp. 179.

⁵⁶ São seus fundadores e ativistas mais atuantes na época: Yedo Ferreira, Togo Ioruba, Denise Barbosa, Denival Barbosa, Amauri Mendes, Jorge Miranda Theodoro, Luiz Carlos da Silveira (Carlão), Carlos Alberto Medeiros, José Ricardo de Almeida, Carlos Magno Celestino, Célio Silva, Sebastião Antonio de Oliveira (Zizo) e outros.

GLOBO” que se reuniam motivados pela preterição da atriz Vera Manhães em favor da atriz Sonia Braga na novela “Gabriela”, atores e profissionais liberais que se encontravam para debates em reuniões privadas. Muitos dos que se encontravam no Teatro Opinião posteriormente fundam o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, IPCN (1975/6), que se propunha a “trabalhar” o cultural e o político.⁵⁷

Lélia não só freqüentava esse grupo como levava Rubens, para que ele tivesse uma “consciência efetiva da posição do negro na sociedade brasileira”. Se Lélia, de um lado, “demonstrava ser uma mãe liberal” por outro tinha “a coisa de mãe mesmo” pois se preocupava com a alimentação, horários e não dormia enquanto Rubens não chegava. Ao longo desse processo, fica consolidado o afastamento da família; só permaneceram próximas de Lélia a irmã Eliza e sua filha, Eliane de Almeida, a Lili. Segundo Rubens:

Chegou um momento que a vida dela se desprende da família, no sentido dos objetivos, das metas dela... eram totalmente diferentes das pessoas da família, das irmãs, dos irmãos. Então eu acho que houve um distanciamento natural em função disso... que ela estava buscando coisas que as pessoas não buscavam, o crescimento dela como pessoa [...] foi a única que estudou na família. De todos os irmãos, ela foi a única que teve isso. E, na realidade, as pessoas não estavam preocupadas com isso, ela começou a trabalhar com a identidade negra dela e as pessoas não tinham essa conscientização, essa busca [...] então é natural que se afaste... é muito mais fácil você ficar próximo das pessoas que têm as idéias afinadas com as suas; então é lei natural. Você vai estar junto de quem é parecido com você, quem se parece com você, quem busca a mesma coisa, essa distância ocorreu por conta disso.

Dois anos depois, em 1976, Lélia já estava separada definitivamente de Vicente. Com 16 anos, Rubens passa a morar definitivamente com ela, tendo como empregada doméstica Célia, cuja tarefa, segundo Rubens, era “cuidar deles”. É sua sobrinha Lili que guarda na memória a

⁵⁷ GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Op. Cit., pp. 37.

mulher de decantada beleza, agora em estilo afro-brasileiro:

Eu lembro, quando a gente saía, tinha pessoas que paravam e ficavam olhando. Como ela era linda! Com cabelo enrolado, hoje cabelo enrolado é comum, na época era diferente. Ela foi uma das primeiras mulheres a mostrar o nosso cabelo. Ela usava roupas afros, ela tinha estilo. Quando ela passava as pessoas perguntavam se ela era artista. Ela era brilhante, ela se impunha, ela era respeitada.⁵⁸

Pela descrição acima, Lélia confundia até agente de informação⁵⁹ (ou a pessoa que a espionava e o movimento negro). Esse a qualificou como “atriz de teatro”, pertencente a uma “ala negra do PCB”, do “Partidão” que estava em preparação no “Rio de Janeiro, dia 09 de setembro/78, de um congresso do “Movimento Unido dos Negros Contra Discriminação Racial”. Um dos coordenadores seria Abdias Nascimento que fora “quem preparou a reunião em São Paulo”.⁶⁰ Os “elementos ‘colaboradores’” de Abdias seriam: além de Lélia, Carlos Alberto de Oliveira, “CAÓ”, “Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro” e Ítalo Godofredo⁶¹. Essa suspeição sobre Abdias vinha de longa data. Para os órgãos de segurança ele seria o elo de ligação entre o movimento e a esquerda comunista, mas, segundo ele, era uma “estranha ligação” e, ironicamente afirma: “Logo, eu, que era execrado pelos comunistas como fascista e racista ao contrário! Ironia suprema... Embarquei para os Estados Unidos, onde ficaria durante 13 anos”.⁶² Mas essa suspeição – de que ele era fascista – Lélia também reproduziria, em 1978/9, junto a Carlos Moore, um exilado cubano, na época professor de uma Universidade

⁵⁸ BARRETO, Raquel. Op. Cit., pp. 21.

⁵⁹ Esse agente estava um tanto confuso, relata em 17 de outubro de 1978, segundo ele, “baseados em dados colhidos nessa reunião”, um evento que se tratava concretamente da fundação do MNU, em 23 de julho de 1978, e informa que desconhece o local da reunião no Rio de Janeiro, ocorrida de fato nos dias 9, 10 e 11 de setembro no IPCN, Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, no Centro do Rio de Janeiro. O diretor do órgão chama a atenção da discrepância e confirma a realização da reunião. Cf. Setor: DGIE, Pasta; 275, Folha: 785.

⁶⁰ Trata-se das articulações para fundação e consolidação do Movimento Negro Unificado.

⁶¹ Cf. Prontuário nº 19330. Setor; DGIE, Pasta; 275, Folha; 786.

⁶² LARKIN NASCIMENTO e NASCIMENTO, Abdias. Op. Cit., pp. 216.

Caribenha e titular do Instituto de Relações Internacional local. Lélia justificava a sua afirmação alegando que Abdias tinha “participado de uma organização fascista nos anos 30⁶³” e que ele teria “apoiado Vargas”; mas, na compreensão de Moore, “se” o movimento negro “estava fazendo isso” seria fruto das mentiras dos “marxistas negros”. Esses sim é que eram fascista, inclusive Lélia que a estava reproduzindo. Sua afirmação categórica e indignada contra essa acusação devia-se ao fato de ele conhecera Abdias, “um grande lutador”, aos 21 anos, “em plena” Revolução Cubana, em 1961, e ele já tinha essa “mensagem” sobre o negro, da qual já nos referimos em nossa introdução. Outro dado interessante desse testemunho é que Moore também fora acusado – depois de suas divergências com o regime cubano – de ser um “agente da CIA” e dos americanos, tal qual Lélia e Abdias (e muitos outros) os foram (ou são?). Mas a controvérsia sobre Abdias foi suprimida, com um acordo de não falarem mais sobre ele, pois ambos, Lélia e Moore, como intelectuais e ativistas, tinham de superar o(s) dogmatismo e “debater sobre os problemas da negritude”, isto é, o racismo. Como? Retomemos então a trajetória de Lélia Gonzalez.

Helena Teodoro descreve ainda com emoção seu primeiro contato com Lélia, pois seu pai, através da televisão – onde Lélia era membro da equipe de entrevistadores do *Programa 1977* da TV Educativa – apontava-a como “um modelo a ser seguido”:

Lélia Gonzalez para mim era tudo o que gostaria de ser quando crescesse e quando conheci Lélia foi uma emoção muito grande, porque ela exercia na época uma liderança enorme no Movimento Negro Brasileiro e suas idéias, as suas colocações, os seus posicionamentos, sempre iluminaram o meu caminho e sempre foram elementos que eu considerei básicos e fundamentais para chegar a um Brasil melhor. Então, Lélia para mim representou muita coisa boa. Não apenas uma mulher bonita, segura de si e inteligente, mas também a grande possibilidade de mudança e de um futuro melhor para a nação brasileira.

⁶³ Trata-se do Movimento Integralista.

Esses encontros ocorriam a partir da Universidade, especificamente da UERJ, onde “era olhada e admirada por todos, homens e mulheres”, em seminários realizados “na casa de Muniz Sodré” ou promovidos por “Mestre Didi” para discussão e lançamento do livro *O Nagô e a Morte* de Juana Elbein dos Santos. Faziam parte desses grupos Analise Cabral, Orlando Senna, Marco Aurélio Luz, Nei Lopes, João Ubaldo Ribeiro, Carlos Bayton (primeiro psicanalista de Lélia) e Wilson Chebabi, os dois últimos da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro.

Nesse cenário, Lélia vinha de uma experiência intensa promovida pelo Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, fundado⁶⁴ em 1975/1976 por Betty Milan e MD Magno (Magno Machado Dias), ambos analisandos de Jacques Lacan que, como veremos, tiveram grande influência nos escritos de Lélia. Esses grupos e indivíduos viviam num contexto de forte repressão, apesar das promessas de abertura política. Mas o que ocorria na realidade concreta era a tentativa do regime de se manter no poder tutelando a sociedade civil e uma esquerda dogmática que gerava desconfiança quanto às suas idéias.⁶⁵ É nesse cenário que se inserem os debates, influenciados pelos teóricos franceses, acerca da contribuição da psicanálise para a ciência da história, para revelar o que está oculto pela ideologia⁶⁶. Com essa formação, em 1979, segundo Moore – depois que Abdias passou a ser um “tabu” entre eles – Lélia pôde travar com ele diálogos que abriram novas perspectivas para ambos sobre vários temas, dentre eles a psicanálise como um instrumental mais apropriado que o marxismo (sobre a guerra de que Moore fala, discutiremos mais adiante):

⁶⁴ Lélia participou de sua fundação; diferentemente de outras práticas psicanalíticas ou terapêuticas, a lacaniana não exige uma especialidade em medicina ou psicologia.

⁶⁵ Cf. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo da década de 1970*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 -1985”. In: *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX*. v. 4, Org: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁶⁶ Cf. LUZ, Marco Aurélio. Ideologia e Psicanálise. In: *Teoria do Simbólico, Ideologia e Psicanálise*. Revista de Cultura, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, nº 6, ano 67, 1973.

Eu naquela época, eu estava redigindo uma obra que era uma obra crítica que examinava o marxismo na questão racial, então eu estava em plena pesquisa e tinha informação que eram informações, que é claro eram totalmente desconhecidas para o público geral, e que eu comecei a compartilhar com ela. [...] eu não tinha conhecimento: a psicanálise de Lakan. Lélia era uma apaixonada por Lakan e isso dava a Lélia uma visão muito mais complexa da situação... E ela me trouxe essa visão lakaniana. [...] A guerra entre ela e eu é que nós estávamos passando informações, compreende, que cada qual precisava, ela estava precisando dessa informação do problema racial, que é o problema dessa estrutura econômica dessa sociedade. Ela estava avidamente buscando uma solução, uma saída e, eu estava buscando uma saída para aquela questão do simbólico, porque eu estava pesquisando o racismo. [...] eu estava buscando a dimensão teórica para recolocar uma discussão sobre o marxismo e ela veio com Lakan. [...] esse mundo simbólico e que logo vou chamar de mundo simbólico no qual as representações se fazem, as representações que chegam a se conformar até porque estão no nosso imaginário social. E Lélia era muito forte nessa articulação intelectual lakaniana e ela me trouxe isso. Então, nós começamos a falar, começamos a discutir muito e nós... Lélia e eu, nossas discussões sempre terminavam em guerra, sempre, sempre, porque Lélia era muito apaixonada e eu também. [...] Então esse problema do marxismo, lakanismo e questão racial se constituíram no foco de nossas conversas durante anos [...]

Assim o debate sobre o simbólico a partir do Colégio Freudiano transformou-se numa chave para Lélia compreender a importância da Umbanda e do Candomblé. E para expandir sua compreensão foi vivenciar tais experiências religiosas. Para isso, segundo Rubens, aderiu ao candomblé sem, contudo, “raspar a cabeça”, aos cuidados do Pai-de-Santo Nilton, de Niterói; isto é, “fazia as oferendas e zelava pelos santos dela”.

Ela tinha as coisas em casa, todas aquelas coisas. Chegou um momento que ela começou a estudar para poder entender o candomblé [...] ela foi pegar os Orixás [...] estudar sobre cada Orixá [...] sobre a ancestralidade, quer dizer, das coisas do negro, de África. Então ela caiu dentro no estudo dos Orixás. Não é, aí ‘linkou’ com psicanálise, quer dizer, foi pegando as coisas por aí [...] tinha a formação de filosofia pra entender [...] Lakan, Freud.

Uma experiência, também, vivenciada por Helena Theodoro e outros intelectuais e ativistas. Na perspectiva de Helena, o candomblé “veio complementar” a psicanálise na qual não “encontrou respostas para suas indagações”. Desta forma, afirma que Lélia tinha “toda a razão” acerca de sua leitura sobre candomblé e psicanálise e, a partir dos seus próprios estudos, Helena compara o ideal de pessoa entre as duas concepções, ou melhor, “mundo judaico-cristão e o mundo nagô” entendendo que:

[...] dentro do candomblé havia uma dimensão que era a dimensão do social, a dimensão da ancestralidade, a dimensão de uma coisa, que é um pouco negada na psicanálise, que é a atividade que se faz e se refaz. A psicanálise trabalha muito o “eu”, muito o indivíduo isolado de seu contexto histórico, do seu contexto social e do seu contexto cósmico. Eu acho que aí tem aquela coisa de Freud além da alma, dos limites de um momento europeu onde a educação dos pais, a cultura em que você está inserida tem uma força enorme em você, sem levar em consideração o que você já traz que eles chamam de “id”, de inconsciente, e que pra mim, dentro da cultura negra, tem uma relação muito forte com todo um processo de ancestralidade, mas também com todo um processo de energia mesmo da sua própria natureza, quer dizer: se você é água, vento, lama isso tem algumas coisas que transcendem aquela vivência imediata que você já teve. Eu acho que o Candomblé é uma aproximação de você com a natureza, com os animais, com as plantas, com a energia que está no cosmo. Uma aproximação de você se sentir inteirada nisso tudo, e você nunca vai estar sozinho porque você está dentro dessas muitas energias que compõem o seu todo.

Outro espaço que possibilitou essa realização intelectual foi o Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, fundado em 1975, por uma dissidência de integrantes da Escola de Samba Portela, que se colocava de “portas abertas” para aqueles que estivessem “intimamente ligados” as suas origens, ou seja, à “cultura negra”. E Lélia foi membro do Conselho Consultivo, da Diretoria do Departamento Feminino da agremiação (1979-1981) e co-autora do enredo *Noventa Anos de Abolição*. Liderados por Candeia, o Quilombo se propunha a ser um “centro de cultura negra”, localizado no subúrbio do Rio de Janeiro, no bairro de Acari, lugar onde, segundo Rubens, via-se a “negadinha lutando com dificuldade” e que permitiu, no

seu caso, se “identificar como negro”. É nesse contexto que Lélia perceberia uma outra dimensão do papel da mulher negra.

Lélia, segundo Rubens, teria sofrido discriminação de gênero e de classe no Quilombo. Era vista como “aquela neguinha da Zona Sul, de nariz em pé”, mas Candeia percebia a importância dela “estar lá”, pois levava o “pessoal que trabalhava a questão do negro, sociólogos, professores...”. Na avaliação de Rubens, Candeia era um homem consciente do processo de embranquecimento e, nesse sentido, tinha como objetivo trabalhar a “auto-estima das pessoas e mostrar que o nosso lugar não era só na favela”. O Manifesto da Escola Quilombo começa e termina com a frase “Estou chegando...” e logo a seguir dessa frase, Lélia fala de sua iniciativa pioneira:

Em 1976, eu mesma iniciava o primeiro Curso de Cultura Negra no Brasil, na Escola de Artes Visuais (no Parque Lage), justamente no momento em que, graças à nova direção, aquela instituição se renovava. Reunindo artistas e intelectuais progressistas, cuja produção implicava numa visão crítica da realidade brasileira, a EAV tornou-se o maior espaço cultural do Rio de Janeiro naquele período (tanto que sua desativação foi determinada a partir de Brasília no início de 1979, com o afastamento de sua direção).⁶⁷

Essa renovação ou movimento, que “resistiu” por três anos, demonstra bem a capacidade de Lélia de atrair diversos setores sociais (e pessoas). No seu caso, contou com o “espírito de solidariedade e colaboração não só de amigos e colegas da EAV” mas de “irmãos e companheiros” da militância (o grupo Olorum Baba Min⁶⁸, IPCN, CEBA⁶⁹ e SINBA), da Zona Norte e da Zona Sul, e “dos subúrbios, das favelas e até mesmo da África”, referindo-se ao

⁶⁷ GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Op. Cit., pp. 40.

⁶⁸ Liderados por Isaura de Assis e Carlos Negreiros.

⁶⁹ CEBA, Centro de Estudos Brasil-África, São Gonçalo/RJ. Seus fundadores e militantes atuantes foram: Dulce Vasconcelos, Maria Inêz Correia, Maria da Glória Oliveira (Dagó), Julia Tadeu, Mariléia Santiago e outros.

cineasta nigeriano Olá Balogum e ao ator angolano Sá Moraes⁷⁰. Foi o momento em que Lélia se aproximou do movimento. Na nossa opinião, ela se sentia preparada para articular sua formação intelectual a uma prática política, pois na EAV, o curso que analisara os “valores culturais negros, assim como sua presença na formação cultural brasileira” permitiu-lhe fazer uma imersão na história e na cultura do “povo negro”, da qual se distanciara. A partir dessa experiência, Lélia alcançou grande visibilidade, pelo menos junto à militância anti-racista..

É também nesse ano, segundo Lélia, 1976, que começam os contatos entre os ativistas do Rio e de São Paulo. Tudo por iniciativa dos últimos que, “através do Boletim do IPCN”⁷¹, tomam conhecimento das atividades do “movimento negro” no Rio que resultou em diversos encontros, particularmente em São Paulo. Surgiria então uma articulação para a “criação de um movimento negro de caráter nacional que foi liderado não por grandes personalidades” e sim, segundo ela, pelos “setores mais conseqüentes das entidades cariocas e paulistas, empenhadas numa luta política comum”. Mas, destaca que foi “uma negrada anônima” que, forjada “sob o regime ditatorial militar”, se esforçara para criar essa possibilidade, ou seja, a criação de um organismo nacional.⁷² É o que veremos a seguir com a participação daquela militância envolvida com uma prática política e teoria marxista, porém não ligada ao Partido Comunista Brasileiro/PCB, mas, fundamentalmente, ligada ao trotskismo da Convergência Socialista com sua proposta de revolução permanente. Assim não sendo uma grande personalidade nem uma negra anônima, que papel Lélia Gonzalez desempenhará? Quais eram suas expectativas? É o que veremos a seguir na luta por um pedaço do poder.

⁷⁰ GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Op. Cit., pp. 41.

⁷¹ *Um ano de IPCN*. Boletim do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, Ano 1, v. 1 nº 3, pp. 1 - 6. Ver anexo 2.

⁷² GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Op. Cit., pp. 41.

Uma escolha: A unificação das lutas de raça & classe ou Se o poder é bom, o negro quer é poder

*Há! Que sabor deve ter
Um pedaço, espaço no poder.
Negro também quer o poder
Cantando em alto tom
Negro também quer o poder⁷³*

As perdas de Lélia aconteceram entre 1967 e 1976, ou seja, a morte de sua mãe, o suicídio de Luiz Carlos, a prisão de sua irmã, o fim de seu relacionamento marital com Vicente e seu afastamento da família. E como sua ficha no DOPS foi aberta nesse período, 1972, podemos dizer que a repressão a circundava. Entre 1975 e 1976, Lélia sai da acomodação para aventurar-se⁷⁴ ao encontro dos desafios que se apresentavam na sociedade brasileira (e no mundo) no período. O primeiro deles era a legitimidade de sujeitos como ela fazer parte como protagonistas. E correspondeu em Lélia a busca por conhecimento e, como vimos, o ano de 1976, foi seu marco zero no debate sobre a questão racial com o *Curso de Cultura Negra* e, “coincidentemente”, ou por “escolha”, a partir desse ano levará mais de uma dezena de anos para tornar a exercer algum cargo nas estruturas universitárias, como veremos. Já nesse ano podemos acompanhar sua formação, especialmente na área psicanalítica, através dos eventos nos quais participou, tais como: “Impacto Psicológico da Anestesia e Cirurgia”, “Freud e a Psicanálise” e no “Seminário sobre o Impacto de Anestesia e seus Efeitos”, na Sociedade Brasileira de Psicanálise, no qual apresentou a comunicação “A Eficácia Simbólica”, e também destacamos sua participação no “Curso Paralelo de Ciências Humanas e Panorama do Pensamento Contemporâneo”.⁷⁵ Também no Rio de Janeiro, no ano seguinte, 1977, excetuando uma temática sobre “A leitura e a

⁷³ Últimas estrofes do Hino de MNU (Nethio Benquela).

⁷⁴ Cf. SAID, Edward W. “*Representação do Intelectual: as conferências Reith 1993*”. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

⁷⁵ Segundo o documento *Vida e Obra* no item *ensaios, artigos e publicações - 1975 a 1995*. Elaborado por Ana Maria Felipe Garcia.

Interpretação dos Sonhos”, o foco centra-se na história e na cultura negra tais como “Cultura Negra – Ciclo de homenagem a Zumbi dos Palmares”, “O Negro hoje”, “Zumbi dos Palmares”, “A participação do Negro nas Revoltas e Movimentos Libertários até a Época Imperial”. E começa a atuar num veículo de massa, ou seja, no *Programa 1977*.

Em 1978, introduz as temáticas sobre a Mulher Negra – enfocando seu papel na força de trabalho – e sobre as Religiões Afro-Brasileira e a Educação. Expande sua atuação para as capitais dos estados de Minas Gerais e Bahia em função da criação do *Movimento Unificado contra a discriminação Racial* (em 07 de julho a partir de uma assembléia da militância do Rio de Janeiro, incluem o signficante negro⁷⁶ aprovado na reunião de 23 de julho em São Paulo, posteriormente passa a se designar *Movimento Negro Unificado/MNU*), e integra a sua primeira Comissão Executiva Nacional/CEN (1978–1982), legitimada pela sua atuação no Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo. É a época em que o DOPS inicia o acompanhamento sistemático das atividades de Lélia (e do MNU), que ela participa de diversos eventos⁷⁷ e vê publicados dois artigos de sua autoria: *A Presença Negra na Cultura Brasileira e A Propósito de Lacan*.⁷⁸

O MNU pretendia não só unificar a luta racial no Brasil – cujos primeiros manifestos foram redigidos na casa de Lélia⁷⁹ – mas, também, almejava “fazer da luta do negro para sua libertação, uma luta internacional”.⁸⁰ Lélia, porém, já chamava a atenção que não se poderia falar

⁷⁶ Para o MNU é negro “todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça”. Cf. Carta de Princípios do MNU. In: Movimento Negro Unificado - 1978-1988, 10 anos de luta contra o racismo, São Paulo: Ed. Confraria do livro, 1988.

⁷⁷ Tais como: *Mulher Negra na Força de Trabalho na América Latina, As Influências do Folclore Angolano na Cultura Popular Brasileira, Novas raízes históricas, Filosofia, Educação e Poder, Religiões Afro-Brasileira (MG) Psicopatologia da Vida Cotidiana, A presença Negra na Cultura Brasileira, Mulher e Trabalho, Noventa Anos de Abolição. Uma Revisão Crítica (BA) e Mário de Andrade*. Cf. *Vida e Obra*.

⁷⁸ Cf. *Vida e Obra*. Obs. o primeiro é publicado no Jornal Mensal de Artes, nº 37, In: Galeria de Arte Moderna, RJ, e o segundo na Revista Lugar, nº 7, RJ.

⁷⁹ Conforme depoimento de Rubens, ele datilografava os escritos de Lélia (Astrogildo (Astro), Marilza, Prudente, Hamilton de São Paulo (Hamilton B. Cardoso), Vera Mara, Lincoln e outros).

⁸⁰ Movimento Negro Unificado 10 anos, Op. Cit., pp. 6.

do movimento negro sem levar em conta sua complexidade e multiplicidade, na medida em que “nós negros” não seríamos constituídos de “um bloco monolítico” rígido e imutável porque, de um lado, possuímos valores culturais de diversos povos africanos, o que já nos conduziria a pensar em diversidade, apesar da “redução da ‘igualdade’, imposta pela escravidão”. Além disso, ponderava, Lélia, os quilombos, as irmandades, o movimento revolucionário dos malês, as sociedades de ajuda , o candomblé, os movimentos populares dentre outros “constituíram-se em diferentes tipos de respostas ao regime escravagista” e, por outro, os ciclos econômicos e os deslocamentos da população escrava e dos “centros de decisão política” resultaram também em diferenças regionais. E mais, o advento da sociedade burguesa e do capitalismo, passando pela Abolição e a República, mas “sobretudo no caráter autoritário e racista da sociedade brasileira” e seus meios de concretização, eram fatores que Lélia enumerava para afirmar que não daria para falar nem de movimento negro nem de mulheres, entretanto, por conta da diferenciação de outros movimentos, já que somos movidos pelo “significante negro”, “a gente fala”. Contudo, no interior do movimento existiriam “divergências, mais ou menos fundas quanto ao modo de articulação dessa especificidade”. E, a partir desse entendimento, ela explicitava algumas questões que foram fundamentais para a luta racial no contexto da década de 1970:

Deve negro assimilar e reproduzir tudo que é eurobranco? Ou só transar o que é afronegro? Ou somar os dois? Ou ter uma visão crítica de ambos? Deve o negro lutar pra vencer na vida através de seu esforço pessoal para, desse modo, provar que é tão capaz quanto o branco? Ou lutar com e pelo conjunto da população negra? Juntamente com não-negros também oprimidos? Ou não? Por um espaço nesta sociedade? Ou pela transformação da mesma? Etc, etc, e tal... Os diferentes tipos de respostas a essas questões, e muitas outras, acabam por remeter a gente a falar de movimentos negros... no Movimento Negro. Pois é.⁸¹

⁸¹ GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Op. Cit., pp. 19.

Explicitando seus questionamentos: Lélia tinha por base, como historiadora, as experiências da história dos negros no Brasil no período compreendido entre as décadas de 1930 a 1964. Para ela, a “desarticulação” das elites negras e o “processo de integração das entidades de massa numa perspectiva capitalista” – articulada com a exploração econômica – beneficiaram os regimes ditatoriais de Vargas e dos militares que, assim, conseguiram manter a população negra sob controle. Na obra *Lugar de Negro* analisa tal experiência (e vale destacá-la porque foi essa argumentação que orientou a militância no período).

Na seção as *Experiências e tentativas*⁸², uma abordagem sobre o período pós-abolição, ela classificaria as organizações ou entidades em duas categorias: as “entidades negras recreativas” que tinham “perspectivas e anseios ideológicos elitistas”, e as “culturais de massa” tais como o afoxé, os cordões, os ranchos, as escolas de samba e as religiões afro-brasileiras e elas, na sua compreensão, tinham dois tipos de escolha, “o assimilacionismo e a prática cultural”, e as últimas, pelo seu caráter, foram alvos de controle das “autoridades”. Na perspectiva de Lélia, a Frente Negra Brasileira – de caráter eminentemente urbano, e que fora precedida por uma “imprensa negra cada vez mais militante” – constitui-se no “primeiro grande movimento ideológico pós-abolição” e seu grande mérito foi sintetizar as práticas de recreação e de cultura, o que explicava para ela o sucesso da Frente. O principal deles foi que com a industrialização e modernização brasileira, iniciada em São Paulo, o “processo de integração do negro na sociedade capitalista” – que aconteceu quando Vargas interrompeu o processo de imigração européia – fez que a FNB, segundo Lélia, se tornasse um dos “setores mais atrasados do operariado paulista”, apesar de ressaltar que tinha havido um “racha” constituído pela Frente Negra Socialista. Sua derrota, isto é, da FBN, se concretizou com sua ilegalidade, mas, sobretudo, para ela, sucumbiu em consequência dos “rachas internos”; entretanto, Lélia afirma que devemos considerá-la como

⁸² GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Op. Cit., pp. 21.

um “marco dos mais importantes do projeto de organização política do negro brasileiro”. Nessa argumentação podemos perceber claramente o objetivo de Lélia de destacar a unificação das entidades negras e/ou do movimento negro e chamar a atenção para as conseqüências das dissidências, como veremos mais adiante.

Lélia, logo a seguir, na seção *A Retomada polític[a]-ideológica*,⁸³ reflete sobre o movimento negro. Explicou e justificou – provavelmente dialogando com os setores comunistas mais radicais – a reduzida participação das lideranças negras no enfrentamento ao regime militar. E mais, no seu caso, ela fizera “um tipo de escolha, que foi a militância de rua, participando de organizações negras, de seminários, na medida em que nós, os intelectuais negros orgânicos, somos tão poucos”.⁸⁴ Ela argumentava que “sabemos hoje” que, em função da repressão, as lideranças negras ficaram desmobilizadas e caíram na “semiclandestinidade isoladas das organizações propriamente clandestinas”. Destacava, porém, que havia sido um pequeno número de negros que delas participava, sobretudo as lideranças do movimento negro. Aqui, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de, apesar de estar com cerca de 41 anos, apontava a juventude por ela denominada “negadinha jovem” como a protagonista política nesse período, isto é, pós-1964, mais precisamente início dos anos 70.⁸⁵ Uma avaliação presente em vários estudos sobre esse período, estudos que nos remetem ao movimento dos negros americanos com sua palavra de ordem *Black is beautiful*, que trouxe a energia jovem que tanto Lélia exaltava, presente não só no Rio de Janeiro como em outros estados, e que, por um lado, aglutinou os indivíduos em torno da arte e da cultura e, por outro, politizou suas ações pelos motivos já expostos.⁸⁶

⁸³ Ibid., pp. 30.

⁸⁴ Cf. UAPÊ Revista de Cultura Ano 2, nº 2, Ed. UAPÊ, 2000.

⁸⁵ Ibid., pp. 30.

⁸⁶ CF. CARDOSO, Marcos. *O Movimento Negro em Belo Horizonte; 1978-1988*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002; LEMOS, Rosalia. *Feminismo Negro em Construção: A organização do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da UFRJ, orientação de ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia, 1997; Movimento Negro Unificado - 1978 - 1988 10 anos de luta contra o racismo; São

O mesmo ex-aluno que testemunhou a ousadia da professora Lélia afirma que ela “era moderada e contida nos anos 70” e a própria Lélia deixa entendida uma certa alienação sua. Nesse sentido, especulamos que Lélia, juntamente com seu processo de conscientização do que é ser uma mulher negra, avalia a gravidade da situação política brasileira. Para esse seu ex-aluno, o divisor de águas foi o “envolvimento na política”, mas ele se refere ao engajamento na política partidária. Nas minhas conversas com esses setores intelectuais acadêmicos, percebi que eles desconhecem ou/e desconsideram o ativismo ou a prática militante de Lélia em sua trajetória intelectual. Ela, para eles, simplesmente se desviou de uma carreira acadêmica brilhante sintetizada na fala do seu ex-aluno que: “ela se deslumbrou” com a política. O que não é uma afirmação, na nossa opinião, de toda incorreta.

Talvez ela tenha vislumbrado, ou deslumbrado, a constituição de “novas lideranças” – e, sem dúvida, nelas se incluía – que empreenderiam uma luta racial mais conseqüente no Brasil a partir do Movimento Negro Unificado, pois concluíram que sem a perspectiva de poder não haveria uma “autêntica democracia racial” sem passar “pela libertação do povo negro”.⁸⁷ Para isso, segundo Andrews, propuseram uma estrutura celular, os centros de luta, para conscientizar a população negra contra a discriminação e a desigualdade racial, organizar seus membros para luta, e, “aproveitando-se das oportunidades apresentadas pela abertura”, tinham a expectativa de pressionar o governo, “os partidos políticos e outros importantes interesses organizados na vida brasileira (a universidade, os tribunais, a igreja)”, visando combater o racismo e as hierarquias raciais por dentro dessas instituições e expandir as oportunidades para todos os negros. Contudo, seu objetivo maior, além desses pragmáticos, era a “erradicação do capitalismo no Brasil”, que deveria ser substituído pelo socialismo. Essa orientação, porém, “afastou muitos potenciais

Paulo, Confraria do livro, 1988.

⁸⁷ Cf. Estatutos e Carta de Princípios do MNU. In: MNU 10 anos. Op. Cit.

adeptos” desde a sua fundação; mas, mesmo aqueles insatisfeitos com esse viés ideológico “responderam favoravelmente ao chamado” do MNU. Andrews observa, também, a partir da análise de militantes, que o MNU alienou parte de seus militantes “pendendo muito para a esquerda” e o mesmo fenômeno aconteceu com a FBN, só que para a direita.⁸⁸ Destacamos que existe uma expressiva bibliografia sobre o MNU, que corrobora a afirmação de Lélia sobre ele ter representado “o mais importante salto qualitativo nas lutas da comunidade negra, na década de 70”, porque exigiu de outras entidades um posicionamento mais “incisivo”; e, também, em vista das conquistas nos “espaços políticos” alcançados pelo MNU.⁸⁹ Três anos após a fundação do MNU, 1981, Lélia avaliava que:

Hoje não dá mais pra sustentar posições culturalistas, intelectualistas, coisas e tais, e divorciadas da realidade vivida pelas massas negras. Sendo contra ou a favor, não dá mais pra ignorar essa questão concreta, colocada pelo MNU: a articulação entre *raça e classe*. Por outro lado, o advento do MNU e a difusão de sua proposta política, objetivado em seu Programa de Ação e em sua Carta de Princípios, inspirou a criação de diversas entidades e grupos negros em vários pontos do país.⁹⁰

Levando em conta essas considerações ela fez uma escolha⁹¹ pelo Movimento Negro Unificado que, de alguma forma, tentou equacionar as questões que arrolou mais atrás e acabou por chamar a atenção dos órgãos de segurança.

Nessa época, a Convergência Socialista exercia forte influência no MNU e Lélia no início compartilhava dessa vertente ideológica. Segundo ela, retornando de um curso que dera na Bahia, em 1978, sobre os noventa anos da abolição – de onde se originara um núcleo do MNU – ela entrou “para a ‘Convergência Socialista,’ que era um movimento político que possuía

⁸⁸ ANDREWS. Op. Cit, pp. 303.

⁸⁹ GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Op. Cit., pp 64.

⁹⁰ Ibid., pp 64.

⁹¹ Ibid., pp 19.

preocupações com o negro”⁹² mas, sobre essa questão, isto é, o seu afastamento da prática política marxista, falaremos no próximo capítulo.

⁹² O *PASQUIM*. Op. Cit., pp. 10.

CAPÍTULO 2

UMAS E OUTRAS LÉLIA: VIDAS, FORMAÇÕES E DILEMAS (II)

Como narramos no primeiro capítulo, desde 1975, as mulheres negras participavam das ações políticas denunciando a situação de subordinação em que viviam historicamente, mas a palavra de ordem era a não “divisão” frente ao “inimigo maior”: o mito da democracia racial brasileira. Uma tática política defendida principalmente pelos setores marxistas do e no movimento que tinha a luta de classes em articulação e a raça como a prioridade. Por princípio e convicção política Lélia dela compartilhava; porém, isso não quer dizer que a condição da mulher negra estivesse fora do debate, ao contrário, por estar em permanente discussão é que, no final da década de 1970, foi um divisor político no movimento negro, isto é, a autonomia política das mulheres negras.

Em 1979, as mulheres associadas ao IPCN apresentaram uma proposta de “reunir mulheres que participavam ou tinham participado da várias entidades”, tais como “organizações negras, das organizações de mulheres ou de outras organizações democráticas e progressistas”, não para formar “mais um grupinho”, e sim discutir uma “contra-ideologia” de combate ao racismo e o sexismo”. Assim, conceberam o REMUNEA - Reunião de Mulheres Negras AQUALTUNE¹, denominado por Lélia de “Grupão”². Nessa época, as mulheres no MNU já tinham formado os seus Centros de Luta *Maria Felipa e Luiza Mahin*³, e também, no interior do movimento feminista, no CMB, outras mulheres negras discutiam a temática, e essas já aventavam a hipótese de atuarem autonomamente. No entanto, a militância política das mulheres

¹ A motivação dessa iniciativa foi sugerida pela atriz Léia Garcia, a partir da resposta de Suzete Paiva ao Jornal SINBA acerca de uma suposta “omissão da mulher negra”; contou na sua organização com a participação de: Pedrina de Deus, Estela, Dona Shirley e Oir e, também, Azoilda, Cecília, dentre outras.

² GONZALEZ, Lélia. *A luta continua*. Op. Cit., pp. 179.

³ Esse último era o grupo que Lélia participava juntamente com Zezé Motta e outras.

no movimento negro era menosprezada, pois elas eram consideradas “omissas”⁴ ou “desorganizadas” ou “desinteressadas”⁵.

Sua resposta foi buscar formas organizativas no interior de suas entidades, sem a participação dos homens; a disputa, porém, se acirrou. Por exemplo: no Rio de Janeiro, a forma desrespeitosa como era tratado o REMUNEA ocasionou dois “rachas” na proposta inicial: no primeiro, as mulheres, especialmente as que militavam em outras organizações, passaram a se reunir nas residências e lançaram uma Carta de Princípios⁶ e, num segundo momento, criaram o Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro – GMN (1982)⁷ que promoveu o 1º Encontro de Mulheres Negras realizado no Instituto Bennet. Mas, segundo Lélia, esses grupos foram “reabsorvidos” pelo movimento negro, apesar de “todas” continuarem o trabalho no “interior das organizações mistas”, isto é, as entidades as quais pertenciam, “André Rebouças, IPCN, SINBA, MNU e etc”.⁸ Uma outra questão era a cumplicidade do militante negro com a opressão sexual e a reprodução do papel subalterno da mulher negra na sociedade. As mulheres negras eram “vistas como ‘quentes’ ou ‘fáceis’ sexualmente”⁹ ou/e isoladas nos departamentos femininos. Em *Feminismo Negro em Construção – A Organização do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro*, Lemos registra a experiência de mulheres negras tidas “como objeto sexual, por parte dos homens vinculados” ao movimento, fato que deixou Jurema Batista perplexa na sua primeira visita, juntamente com Rosalia, ao IPCN¹⁰, ou como recorda Vânia Sant’Anna, que compreendia

⁴ Ver anexo 1.

⁵ MNU Movimento Negro Unificado 10 anos, pp 30.

⁶ Ver anexo Nzinga e Carta de Princípio do Agualtune, anexo 3.

⁷ Adélia Azevedo dos Santos, Abgail Paschoa, Mary Isabel, e Joselina Silva/Jô, Aglaete Nunes, Walquiria Carvalho e outras.

⁸ GONZALEZ, Lélia. *A luta continua*. Op. Cit. pp. 179.

⁹ LEMOS, Rosalia. Op. Cit., pp. 46.

¹⁰ Aqui cabe uma observação. As mulheres negras também comungavam do direito de exercer sua sexualidade sem preconceito, especialmente aquelas “velhas” ou “cascudas” militantes. O problema era com as jovens militantes, tanto de idade quanto de militância. Em nossas reuniões eram freqüentes as denúncias ou queixas de que nossos “companheiros” não levavam para as entidades, sequer em momentos festivos, suas esposas, filhas e irmãs. As primeiras por serem “brancas”; as demais, juntamente com as esposas, para não serem assediadas. Ficou celebre

o mundo “dividido em duas metades: entre homens e mulheres”,¹¹ explicando porque não havia permanecido no movimento negro:

[...] o assédio sexual era um problema gravíssimo [...] eu ficava bastante impressionada que o papel das mulheres, evidentemente não vamos estar falando aqui de Lélia Gonzalez e nem de Beatriz Nascimento porque elas não se prestavam a esse papel, pelo menos nunca vi isto publicamente, num fórum íntimo já não sei. Ai você ajeita a mesa, você põem o microfone e alguém vai falar. [...]com minha iniciante trajetória política, achava isso uma coisa inconcebível[...]¹²

Para Lélia essa exclusão das decisões e as delegações de “tarefas mais ‘femininas’” ocorria em função do movimento “reproduzir certas práticas originárias da ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo.”¹³ E os militantes negros, como elaboravam a questão na época? Santos, em uma pesquisa sobre a dinâmica política das entidades negras no Brasil, aborda que entre os aspectos positivos do advento dos blocos Negros e Afoxés, na Bahia, além de avaliar como um fato positivo a admissão de mulheres em seus quadros, estava no fato de reconhecerem que a “mulher é a sacerdotisa que orienta, coordena, dirige, comanda, costura, ornamenta, é a conselheira e transmite para os filhos a forma de atuação, música e dança”¹⁴, e, para ele, foram os pioneiros “na luta feminista/racista, pois começaram por cantar a mulher negra”, em suas músicas, o que fez de um lado que o homem negro colhesse os frutos aceitando mais a mulher negra “como mulher e companheira, mãe e irmã e conseqüentemente, busca[sse] menos a mulher branca como ideal de beleza e superioridade”. Por outro:

entre nós a fala de um dirigente dizendo que não ia levar sua filha para aquele lugar.

¹¹ LEMOS, Rosalia. Op. Cit., pp. 185.

¹² Ibid., pp. 52.

¹³ GONZALEZ, Lélia. *A luta continua*. Op. Cit., p. 179.

¹⁴ Uma similaridade também presente no Rio de Janeiro. Citamos, como exemplo, o Bloco Afro Agbara Dudu que foi liderado por Vera Maria Mendes e outras mulheres, no início dos anos 1980.

A mulher negra assumiu, também, a sua negritude e como essência de ser e beleza transou o corpo, aderiu as tranças ao seu modo de ser, deixou o cabelo natural, assumiu ainda, o companheiro negro buscando menos o homem branco como o padrão ideal de beleza.¹⁵

Porém, no cenário do Rio de Janeiro, o autor não percebeu, como observa Lemos, que na sua própria entidade “nenhuma mulher [...] até hoje” integrara a diretoria¹⁶. De fato, os que foram escolhidos para dirigir “os destinos da instituição”¹⁷ eram todos homens¹⁸ que representavam três correntes: grupos de artistas negros, profissionais liberais negros e de intelectuais negros¹⁹. Nesse cenário, onde o IPCN congregava a maioria da militância, tanto pela sua história quanto pela facilidade de possuir uma sede própria (1977) no centro do Rio de Janeiro, na Lapa, apesar, ou melhor, em consequência do “moralismo calvinista e machista” de parte de seus membros e falta de sensibilidade, como avaliou Lélia, ou na disputa de poder a ponto de “freqüentemente” chegarem “à violência física” na ausência de “uma análise de gênero”²⁰. No entanto, Lélia ressalta que, “apesar de todos os ‘pegas’”, as “nossas relações” se dariam em um “plano mais igualitário cujas raízes” proviriam de um “mesmo solo: a experiência histórico-cultural comum”²¹. Enfim, o REMUNEA, apesar do “seu breve capítulo na organização do movimento de mulheres no Rio de Janeiro”, criou condições para plantar “sementes”²² que trouxeram sérias consequências políticas nas

¹⁵ SANTOS, Paulo Roberto dos. *Instituições Afro-Brasileiras V I*, s/d, pp.. 29.

¹⁶ LEMOS, Rosalia. Op. Cit., pp. 48.

¹⁷ Excetuando um período de grave crise, em 1978, quando da primeira Assembléia do MNU, realizada nas dependências do IPCN, e para equacioná-la constituíram uma *Junta Governativa* que três anos depois, 1980, foi substituída por outra denominada *Diretoria Provisória*, composta por uma maioria de mulheres (Adélia Azevedo dos Santos, Pedrina de Deus, Abigail Paschoal, Jurema Gomes da Silva, Oir Nascimento de Oliveira, João das Neves Silva e Hélio Rosalvo) que dirigiu a entidade por 10 meses e, em 1985, Abigail Paschoal foi sua presidente por um ano.

¹⁸ Presidente, Benedito Sérgio de Almeida (engenheiro), Vice-presidentes de Cultura, Milton Gonçalves (ator/diretor), Administrativo, Paulo Roberto dos Santos (professor), Relações Públicas, Carlos Alberto Medeiros (comunicólogo) Financeiro, Gerson Pereira de Jesus Filho (músico) e Conselho Fiscal. Ives Mauro Silva da Costa (advogado) e Jorge Coutinho (ator/produtor).

¹⁹ SANTOS. Op. Cit. V. II, pp. 81.

²⁰ LEMOS, Rosalia. Op. Cit., pp. 47.

²¹ Cf. GONZALEZ, Lélia. *A luta continua* Op. Cit. pp. 179 e Capítulos II e III desta dissertação.

²² LEMOS, Rosalia. Op. Cit., pp. 73.

trajetórias de várias mulheres negras e especialmente na de Lélia Gonzalez.

Encontros e desencontros

Enquanto isso, nesse mesmo período, 1979, Lélia – apesar de, desde o ano anterior, incluir em suas reflexões a temática da mulher negra, inclusive tendo publicado um artigo, *Mulher Negra; Um retrato*, no *Jornal Lampião*²³, periódico dedicado às causas dos homossexuais, já que no MNU não só as mulheres, segundo Lélia, “como nossos companheiros homossexuais, conquistamos o direito de discutir, em congresso, as nossas especificidades” enquanto as esquerdas ainda “titubeavam sobre ‘tais questões’ temendo a divisão da “luta do operariado”²⁴. Como dirigente disciplinada do MNU, participava de articulações políticas e de eventos destacando o binômio raça-classe. Era, por exemplo, o que relatava o *Jornal Tribuna da Imprensa*. Esse periódico, a partir de uma percepção sobre o 1º Congresso da Mulher Fluminense feita por Santinha²⁵, uma de suas organizadoras, concluiu que as feministas avaliaram que o evento havia encontrado dificuldade em discutir o tema sexualidade, porém, consideraram uma vitória a participação de “outros grupos” de mulheres. Esses grupos devem ter tido uma participação marcante, pois o jornal deu destaque na matéria para a representante do Movimento Negro Unificado, Lélia Gonzalez. A sua intervenção, informava o periódico, fora contra a discriminação racial, a divisão racial do trabalho e a violência sobre a população negra e afirmava que sua entidade tentava combinar “as questões específicas de discriminação racial, com as questões gerais do povo brasileiro, que estava oprimido”. E Lélia ainda explicava que “a luta” era “por melhores condições de vida da população brasileira”, que era “constituída de grande percentagem de negros”. O jornal finalizou sua matéria com a fala de Lélia que, mesmo recém-

²³ BARRETO, Raquel. Op. Cit., pp. 118.

²⁴ GONZALEZ, Lélia. *A luta continua*. Op. Cit., pp. 179.

²⁵ Maria do Espírito Santo.

chegada de um congresso feminista em Montreal, destacou uma semelhança do racismo “entre os modelos brasileiros e o africano do Sul. ‘O modelo racista da África do Sul é escrachado, e o modelo racial brasileiro tem as mesmas práticas sob a égide do mito da **democracia racial**’”²⁶. Essa matéria demonstra que até essa data Lélia, talvez presa à disciplina, concordava plenamente com a proposição do MNU de que a prioridade era “contra a discriminação racial”²⁷; entretanto, ela reconhecia que as mulheres no MNU (e de outras entidades) já discutiam que:

Também nós, mulheres negras, além da denúncia do branqueamento do homem negro, em termos de casamento, discutimos os problemas relativos à educação de nossas crianças, controle da natalidade, assim como nossa participação no processo de libertação do povo negro e na luta contra o racismo. Analisamos também a situação da mulher negra enquanto empregada doméstica no quadro da reprodução do racismo (inclusive por parte de muitas militantes brancas do movimento de mulheres).²⁸

Nesse mesmo ano, começam suas viagens internacionais para denunciar a “situação do negro brasileiro”, segundo Lélia, dando continuidade às denúncias feitas por Abdias Nascimento (1968).²⁹ E foi ele, Abdias, considerado por Moore um “dirigente brasileiro [...] um grande militante pan-africanista, [e que] sempre estávamos fazendo as coisas juntos”, que, ainda “exilado [...] em Nova York”, fala de “uma dirigente mulher que ia passar por Paris” pertencente ao movimento negro. E, como ele, Moore, “estava voltando para o Senegal”, Abdias pede-lhe que a acolha em sua casa, em Dakar, para atender a sua “grande vontade de visitar a África”. Ele “um dia” recebe um contato de Lélia “dizendo que estava chegando”. Então, acompanhado de sua esposa “afro-norte-americana”, Shawna, a recebe no aeroporto e conhece a “bomba-atômica [...]

²⁶Cf. Setor S.R, Jornais, Pasta 03, Folha, 04.

²⁷ GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos. Op. Cit., pp. 64.

²⁸ Ibid., pp. 63.

²⁹ Ibid., pp. 61.

mulher fantástica” que ela era. Segundo ele, a empatia entre eles foi imediata. Já no “primeiro dia”, à noite, começaram a “discutir o marxismo” e nela estava também em debate o suposto fascismo marxista dos negros. Assim uma “guerra [...] terrível” se instalou entre eles “porque Lélia estava defendendo [...] uma visão não “estritamente marxista a cem por cem”, mas compreendeu e “até ficou chocada [sobre sua dissidência] com o regime cubano”. Porém, Lélia mantinha seus pontos de vista, definido por Moore como um “marxismo comum”.

Como vimos, ambos buscavam uma saída tanto intelectual como política para suas inquietações. E, foi assim, que Lélia lhe trouxe a psicanálise lacaniana e Moore abalava a sua orientação marxista e, provavelmente, também as suas idéias pré-concebidas sobre Abdias. Ela deve ter compreendido a sua indelicadeza para com ele, pois, em 1987, ambos participaram de uma conferência pan-africanista na Universidade Internacional da Flórida³⁰, organizada por Moore, que reuniu, um ano depois da morte súbita de Cheik Anta Diop, “grandes intelectuais negros”. Ele ficou surpreso – era a primeira vez que os via junto – com a relação amistosa entre eles:

[...] eles estavam falando de uma maneira tranqüila. Havia uma certa reticência de Abdias, mas estavam falando de uma maneira tranqüila, rindo. Para mim foi uma grande surpresa. Parece que em todo esse tempo a própria Lélia mudou, o coração dela mudou. E a visão dela. E Lélia não era uma mulher dogmática. Ela não era dogmática. Lélia tinha paixão na maneira de representar as coisas, em muitas coisas ela poderia ter aparecido, mas Lélia não era uma mulher dogmática, ela não era, ela não era.

Para Moore, Lélia e Abdias tinham um “coração brando para os irmãos e as irmãs brasileiros”, uma ternura que ele não via em outros “africanos fora da África que é essa ternura dos negros no Brasil”. Uma característica que Bairros reconheceria em Lélia.

³⁰ Lélia, segundo Moore, ficou de “oito a dez meses” trabalhando com ele para o “êxito” da Conferência. Observamos que essas longas ausências de Lélia tiveram como consequência sua exoneração de uma de suas matrículas, recuperada anos depois.

Era também uma pessoa que tinha uma autocrítica, eu acho, que era extremamente forte nela. Eu me lembro de um episódio em que ela fez uma crítica em um programa de televisão; inclusive, fez uma crítica extremamente dura a Ruth de Souza, entendeu? Por conta dos papéis que Ruth representava na televisão etc... uma crítica que ela tinha, aquele tipo de coisa, e ela reviu essa posição, e ligou para a Ruth se desculpando pelas opiniões que ela já havia emitido antes.

Mas retomemos as argumentações de Moore sobre o marxismo, nas quais ele rejeitava a “supremacia” do econômico sobre o racial, pois, não era “uma verdade”. Desse modo, ele e Lélia discutiram as idéias marxistas e as obras de Marx. Moore “sabia” que não se poderia estudar o racismo “como” os marxistas. Foi uma discussão de “dois apaixonados” e ele admite que havia de sua parte um certo dogmatismo, em função da Revolução Cubana que demonstrou, para ele, que a questão racial era percebida de forma “mecânica, dogmática e simplória” e que o racismo era um “produto da luta de classe, o produto dos capitalistas”. Para ele era uma questão esgotada e encontrou em Lélia dúvidas em relação a essa práxis no Partido dos Trabalhadores – PT, ao qual estava filiada:

E eu acho que eu reagi com maior vigor ante o marxismo de Lélia, que era um marxismo que já estava abalado, que já estava saindo pela porta, eu reagi ao marxismo de Lélia com o mesmo vigor que teria reagido com o marxismo de qualquer quadro de Cuba ou qualquer quadro do movimento de esquerda. Porque Lélia não era isso, ela era de esquerda, era marxista, mas era uma marxista crítica quando eu a conheci em 78. Não sei o que ela era antes, como ela começou, mas Lélia ali já tinha colocado a predominância da questão racial. Já Lélia tinha chegado a esse compromisso de considerar que a questão racial era algo autônomo. E a minha contribuição para ela foi dar a experiência cubana; já isso demonstrou para ela efetivamente que havia um problema ali, praticamente insuperável com a esquerda.

De fato, sua adesão à Convergência Socialista³¹ “durou pouco” e, nesse mesmo ano, 1979,

³¹ Além de atuarem no Jornal *Versus* a Convergência Socialista era uma das correntes políticas do PT.

Lélia ganha destaque além das fronteiras nacionais, pela posição que ocupava como dirigente do MNU, representando-o “inúmeras vezes no exterior”³² e, também, porque possuía um instrumental fundamental: “lia bem e falava perfeitamente o francês e o inglês”. Mas, sobretudo pôde se articular internacionalmente com os pan-africanistas e com as feministas e, segundo Rubens, muitos deles ficavam hospedados em sua casa. No que diz respeito ao primeiro, na opinião de Moore, ela possuía uma “base” pois “tinha lido Amílcar Cabral” e conhecia bem a “questão da luta nas colônias portuguesas e a luta da África do Sul” e tinha ficado impressionada com as idéias dessa corrente de pensamento. Para Moore, que trabalhara três anos (1975, 76 e 77) com Cheik Anta Diop, o “nosso maior cientista” do século XX, que ele considerava da mesma altura do “maior pensador” que é W. E. B. Du Bois. Com tal compreensão apresentou o pensamento de Diop a Lélia, como algo “prático” e “indispensável” sobre a “história da África” e suas estruturas sociais. Segundo ele, eram estudos absolutamente complexos, que foram “devorados” por ela, que pretendia introduzi-los “no Brasil”, apesar de reconhecer que seria tarefa difícil, devido à “ditadura”. E Lélia, de fato, fez essa tentativa; porém, não obteve êxito, como esclarece Rose Mary Muraro:

É foi ela que me introduziu ao Cheik Anta Diop. Eu tinha [entregues por Lélia] os livros dele e ia publicar, mas, afinal não consegui publicar por que aqui não tinha muito público no Brasil. Não é? Sobre os grandes líderes negros africanos, ela que, que me chamou. Não cheguei a ler os livros, não. Eu queria era publicar. Quando você publica, publiquei 1600 livros, publicar 1600 livros, você tem que ler 16 mil originais. Então você não podia fazer nada em profundidade e até hoje ainda quero ler o Cheik Anta Diop... até hoje.[Lélia o apresentou] como sendo um dos maiores intelectuais do mundo. E não era reconhecido na branquitude.

Muraro, não se recorda de quando conheceu Lélia, mas, para ela, parece que sempre havia

³² SANTOS, Paulo Roberto. Op. Cit., pp. 90.

estado “presente na minha vida”, tendo inclusive ajudado na realização de seu livro *Sexualidade da Mulher Brasileira* (1983), um estudo em que estava “cruzando gênero e classe social” para contrapor aqueles que diziam que “nós éramos diversionistas por tratar de sexualidade e de gênero”. Os partidos “tanto os clandestinos como os não clandestinos” acreditavam que “a gente tinha de voltar a fazer luta de classes. Aí a gente dizia: ‘Não, vocês fizeram isso há 500 anos e não conseguiram, nada, agora deixa a gente fazer do nosso jeito’”. Na obra, trabalhou com o movimento feminista de São Paulo, do Rio e de Pernambuco e, a uma certa altura, sentiu “falta da negritude” e, então, chamou Lélia para auxiliá-la a encontrar “comunidades negras” para aplicação de questionários; e “foi assim que ela me conseguiu a Vic”³³, que entrevistou vinte cinco mulheres e sete homens. E o resultado que Muraro encontrou foi “completamente diferente” do que havia encontrado na comunidade branca, inviabilizando assim o seu propósito.

Conclusão, eu peguei esse material, escondi, porque eu tive pânico que eu não sabia como resolver esse problema de gênero e raça. Que eu já vi que gênero é uma coisa muito difícil, então, gênero e raça estavam acima das minhas forças, de fazer isso em profundidade. Então, eu peguei esse material e durante 10 anos ele ficou escondido.

Era hipótese não prevista. Segundo Lélia, na “pesquisa que realizamos com mulheres negras de baixa renda” apresentou um perfil reduzido de mulheres que começaram a trabalhar “já adultas” – “por volta dos 8-9” anos para ajudar a família – na maioria imigrante, principalmente de “Minas Gerais, do Nordeste ou do interior do Rio de Janeiro”. Nos centros urbanos vão trabalhar como empregada doméstica e “pouquíssimas” terminaram o curso primário. Lélia dá destaque a um “depoimento significativo para nós”, de uma mulher chamada Maria, que falava de suas dificuldades de “menina pobre”, filha de pai desconhecido, e de suas dificuldades de

³³ Obs. Victoria Mary dos Santos é uma inglesa que, juntamente com seu ex-marido, Adauto dos Santos, registrou em vídeo o movimento negro nesse período.

aprendizagem na escola; e ela não deixou de “criticar o comportamento dos professores”, autoritariamente colonialistas, por reproduzirem os privilégios de raça e classe. A exigência era alcançar um “grande ideal” de “saber ‘por excelência’” que emanava da “cultura ‘por excelência’”. Nesse sentido, Lélia afirmava que:

Por isso mesmo, o texto de abertura desta segunda parte do nosso trabalho (Muraro, 1983) é bastante sintomático: se as transformações da sociedade brasileira nos últimos vinte anos favoreceram a *mulher*, não podemos deixar de ressaltar que essa universalização abstrata encobre a realidade vivida, e duramente, pela grande excluída da modernização conservadora imposta pelos donos do poder no Brasil pós-64 a *mulher negra*. É por aí que se entende, por exemplo, uma das contradições do movimento de mulheres no Brasil.³⁴

E Muraro, para Lélia, era uma das poucas exceções que entenderia a situação da mulher negra, cujo movimento de mulheres estaria submetido à dependência cultural existente “em nosso país”. Depois dos tais 10 anos do material escondido é que, segundo Muraro, ela entendeu “a diferença entre a negritude e a branquitude”. Para ela:

É que os brancos eram movidos por uma culpa inconsciente judeu-cristã que forçava a trabalhar de maneira compulsiva, como mais tarde o capitalismo veio a nascer da ética protestante e os negros não, então, eu não encontrei padrões conhecidos entre os negros [...] eram desconhecidos, eu não tinha medida comum, que tinha gente evangélica, tinha gente do candomblé, tinha gente da universidade, tinha gente de todos os tipos. E eu não encontrava nada de comum. De repente eu estudei a fundo a branquitude, vamos dizer assim, que era a culpa. A culpa judeu-cristã, mesmo entre os marxistas russos, a cultura ocidental ela traz dentro dela, não importa se você é cristão, se você é judeu... importa se você é da cultura ocidental porque ela traz incrustada essa culpa de trabalho. Como é que... eu mais tarde vim a fazer a história da culpa no meu livro[...] eu vi como é que a culpa vinha se formando para dar a noção de pecado, né? E a noção do pecado que se paga com trabalho, que é a parte básica do Gênese da Bíblia. Assim como o Gênese da Bíblia é texto fundante do patriarcado [é também] do racismo. E então,

³⁴ GONZALEZ, Lélia. *A luta continua*. Op Cit., pp. 176.

por causa daí, desse problema, eu não vi na raça negra a culpa que eu via na raça branca. Isto é, padrões rígidos que... por classe social, cada classe social tinha seu padrão de trabalho, seu padrão de comportamento, você conseguia invariáveis e eu não consegui nas amostras da negritude, eu não consegui invariante nenhuma.[...] Então, eu vi que eles [os negros] eram mais soltos [...]

Lélia também estudou a “culpa” branca, mas, ressaltamos, de uma perspectiva distinta (e também de muitas das idéias acima³⁵); mas elas, segundo Muraro, não tiveram oportunidade de dialogar, porque só viria a estudar ou compreender esse “problema da culpa” depois que “Lélia morreu”. E, também, não havia conhecido o estudo de Lélia, porque somente lera “um artigo dela chamado ‘A ideologia ibero-afro-americana’ que era para um livro que a gente ia fazer sobre gênero e raça mesmo”. Na opinião de Muraro, “Lélia Gonzalez e a prática política e a prática negra nunca se separaram” e era também integrante “do movimento negro e do movimento feminista ao mesmo tempo”. Entretanto, no Brasil:

Nós, não, não, ela não participava, não participava dos grupos [feministas]. Nós chamávamos a Lélia como assessora para as mulheres negras, que era, era... aquelas, aquela que era mais confiável. Ela era antropóloga, não é? Ela, ela tinha mais facilidade, olha aí, mais facilidade de chegar junto com as mulheres brancas. Eu peguei gente no movimento negro muito *angry*, quando eu fiz a campanha no, no PDT [1986] eu vi gente muito ressentida, **e com razão**.

Mas era, segundo Moore, graças às feministas européias que Lélia se fazia “convidar por alguma organização mundial de mulheres [e] quando ela chegava fugia, sumia” deslocando-se

³⁵ Suas referências, ou seja, “melhores trabalhos” eram de: HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; SAFFIOTI, Heleieth I.B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976; SILVERSTEIN, Leni. *Mãe de todo Mundo*, IV Semana Fluminense do Negro da Universidade Fluminense, (mimeo), 1978; MOREIRA ALVES, Branca. *Ideologia e feminismo*, Petrópolis: Ed. Vozes (1980) esta última, segundo Lélia, “desenvolve muito bem a questão de articulação entre classe, raça e sexo em nível teórico”. Cf. O papel da mulher negra na sociedade brasileira – Uma abordagem políticoeconômica (mimeo).

para o Senegal “durante [os] anos 78, 79, 80, 81”, ou seja, “estava vindo anualmente” e assim conheceu os intelectuais senegaleses e de outros países africanos para beber toda informação “direta sobre a África. [...] era uma esponja, tinha uma enorme capacidade intelectual de absorver informação e sintetizá-la criticamente, é no que eu gostava dessa mulher”.

Além desse diálogo com os pan-africanistas, Lélia buscou compreender as questões da mulher negra/africana e as questões de gênero que se apresentavam na relação militante negro e militante negra/feminista. Ela se convertera em uma “irmã” com intimidade do casal Moore, viajando com Shawna pelo continente africano:

Elas começaram a viajar [...] porque Lélia queria conhecer o interior da África. Então cada vez que Lélia vinha, viajavam para outros países africanos [...] eu gostava dessa amizade que elas tinham. Viajaram para Burkina Faso, ficaram ali duas semanas, não sei o que [...] viajaram em todas as partes em Senegal. [...] conhecer a questão das mulheres nos vilarejos, Lélia sempre estava muito preocupada com a questão de como vivem as mulheres, como elas se organizam. [...] Quais são as organizações delas, essas sociedades secretas femininas fascinavam Lélia. A questão que, é, como as mulheres se organizavam em sociedades, em grupos fechados [...] chamada sociedade secreta, que havia sociedades secretas femininas e sociedades secretas masculinas às quais os homens não tinham acesso e as mulheres, é claro, não tinham acesso às sociedades dos homens[...] Mas, o fato de que havia essas estruturas diferenciadas de cada gênero, tinham um universo que comandava, fascinava.

Os anos da década de 1980 também foram intensos e bastante prazerosos para Lélia, que, além de ver suas idéias circularem, foi premiada e reconhecida. Já começa, no dia do seu aniversário, em 1º de fevereiro, recebendo o prêmio *Uma das Dez Mulheres do Ano* no Brasil e, segundo Rubens, foi “uma das poucas vezes que eu via minha mãe chorar”. Ela colaborou para a edição especial *O artista Negro*³⁶, apresentou várias comunicações no Brasil e no exterior e foi

³⁶ Cf. Vida e Obra - Revista Módulo, nº 58, abril/maio, 1980.

uma das personalidades entrevistadas do livro *Patrulhas Ideológicas*.³⁷ Lélia destacou que dos *Seminários A Mulher sob o Apartheid* promovidos pela ONU, no Canadá e na Finlândia, foi vice-presidente, participando do *Encontro Preparatório da Conferência da Década da Mulher na Suíça*, da *Conferência Alternativa da Década da Mulher* em Copenhague, do *II Congresso das Culturas Negras das Américas* bem como proferiu palestras nos Estados Unidos, Europa e África (Senegal, Alto Volta e Mali), que concedeu entrevista nesses continentes à imprensa escrita, falada e televisada, participou das manifestações pelo Dia da Libertação Africana, 25 de Abril, e inclusive “o Dia Nacional da Consciência Negra, o nosso 20 de Novembro, foi comemorado em Londres.”³⁸

Em 1981, com a proximidade das eleições, suas viagens diminuem de intensidade e ela se dedica à propaganda e articulação de sua campanha. Nesse ano conhece a Serra da Barriga, em Palmares (AL), e participa do I Seminário sobre Palmares (Maceió, AL), compõe o primeiro Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (1981-1984). Colabora com *Jornal Mulherio* (SP) na *Seção Mulher Negra*, publica os artigos *Mulher Negra, essa Quilombola* e *A Questão Negra no Brasil*³⁹ inclusive seu texto de referência *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*⁴⁰.

Segundo o DOPS⁴¹ fora realizado na Faculdade Cândido Mendes, entre os dias 31 de julho e 02 de agosto, o I Encontro de Movimento de Mulheres no Brasil, com o objetivo de trocar informações. Além de relacionar os nomes de suas organizadoras, da entidade que apoiou o evento, da listagem das entidades de diversos estados, destacaria os nomes de Rose Mary Muraro e de Lélia Gonzalez. Ele também acompanharia as andanças e articulações de Lélia e de outros

³⁷ PEREIRA, Carlos Alberto e HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.) *Patrulhas Ideológicas – arte e engajamento*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

³⁸ GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos. Op. Cit., pp. 62.

³⁹ Cf. respectivamente: *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno ‘Folhetim’, 22 novembro, 1981, e *Cadernos Trabalhistas*, São Paulo: Global Editora, 1981.

⁴⁰ Cf. Vida e Obra. *Psicanálise e Política*. Rio de Janeiro: Ed. Clínica Social de Psicanálise A. K. Semper, 1981.

⁴¹ Cf. Setor DGIE, Pasta 306 e Folha 353.

candidatos e, nessas atividades, ela se apresentava como membro do MNU⁴², porém havia por parte de outros membros a insatisfação com “certos militantes” quanto a essa múltipla atuação em “outro movimento ou partido político” pois temiam que a entidade pudesse ficar “à deriva”.⁴³ Mas, para Lélia tratava-se de travar uma “batalha violenta no sentido de conquista de um espaço para o negro na realidade brasileira”⁴⁴ e, já nessa época, ela tinha preocupações com o ponto de vista marxista do PT sobre a questão racial, como narra Moore:

A Lélia não, eu não vou, não posso mentir, dizer que Lélia naquela época não tinha visto que havia um problema; ela viu, mas Lélia estava dentro do PT, naquela época em um momento onde era difícil. Ela vai falar que tinha dificuldades dentro do PT. Ela falou “estou compreendendo, estou sentindo o que você está dizendo porque eu mesma estou começando a colocar essas questões dentro do PT”. [eles] rejeitavam a questão racial. No país não havia problema racial no Brasil. Essa era uma coisa que estava sendo totalmente manufaturada pelos militantes negros do PT. Não havia questão racial! O Brasil isso não se colocava. E ela estava insistindo que sim.

Apesar do temor do MNU, que em certa medida Lélia compreendia, haja vista que “sempre fomos isolados, sempre fomos chutados pra córner” na história, “sobretudo a partir da Abolição da Escravatura pra cá” e também discordava das “esquerdas em geral”, de que o “problema da discriminação racial” estaria resolvido quando se “liquida[sse] o problema da luta de classe na medida em que entramos numa sociedade socialista”: desse modo, ou melhor, com esse pensamento esperançoso, “ninguém levantava a questão do negro [...] silêncio total e absoluto”, mesmo com as denúncias feitas pelo MNU, em 1978. Para ela a minimização da esquerda brasileira para “as nossas reivindicações” estaria presa a um certo “modismo [em]

⁴² Cf. DGIE, Pasta 305D; Folha; 239, PRONTUÁRIO GB – Nº 3.224, Pasta: 305C, Folha; 166, dentre outros.

⁴³ Cf. Setor; DGIE; Pasta; 296; Folhas 159 a 170. Obs. Os documentos se referem ao III Congresso do MNU, realizado em Belo Horizonte/MG, entre 9 e 11 de abril de 1982.

⁴⁴ PEREIRA, Carlos Alberto e HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Patrulhas Ideológicas*. Op. Cit., pp. 205.

relação ao operariado”, que ela considerava “válido”, porém, a esquerda não verificava que era uma “classe minoritária”, pois, segundo ela, a grande maioria da população pertencia a uma “massa marginal crescente” que sequer alcançara a categoria de operário, e era aí que o “negro está”⁴⁵. Com esse ponto de vista, persistia em divulgar: a “experiência do meu povo, a experiência do povo negro.” Mesmo em campanha, em 1982, participou do Seminário “Situação Política, Econômica e Social do Brasil”, na Itália – mais uma vez deslocando-se para o Senegal – e do Congresso Afro-Brasileiro, no Recife, e integrou o Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi da Serra da Barriga. Foi membro da Comissão Julgadora da 1ª Noite da Beleza Negra do Grupo Agbara Dudu (RJ) e da Comissão Julgadora do Desfile Oficial das Escolas de Samba, Grupo 1-B (RJ); autora do enredo *A Revolta dos Malês*, do Grêmio Recreativo e Bloco Carnavalesco Mocidade dos Guararapes (RJ), que se localizava em uma comunidade próxima a sua residência, na Ladeira dos Guararapes. Teve publicado o seu artigo *A mulher Negra na Sociedade Brasileira* e seu livro *Lugar de Negro*. Esses últimos, por exemplo, lhe garantiram grande visibilidade junto aos militantes; entretanto, em função da candidatura eleitoral, foi obrigada a abandonar seu cargo de dirigente no MNU. A candidatura de Lélia às eleições trouxe sérias conseqüências para sua trajetória até aqui relatada. Obrigou-a a fazer escolhas. Uma foi sua exclusão da Coordenação Executiva do MNU - CEN e, depois, veio a sua “decepção” com o PT do Rio de Janeiro.

Em primeiro lugar, falaremos do MNU, cuja fundação foi considerada por Cardoso e Jônatas C. da Silva “a primavera de maio do movimento negro”.⁴⁶ Em fevereiro de 1982, a reunião da CEN decide “deslocar a perspectiva de abordagem da questão da mulher e do

⁴⁵ PEREIRA, Carlos Alberto e HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Patrulhas Ideológicas*. Op. Cit., pp. 205.

⁴⁶ Cf. CARDOSO, Marcos Antonio. *O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1988*, Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002, pp. 26 e *Movimento Negro Unificado - 1978-1988, 10 anos de luta contra o racismo*, São Paulo: Ed. Confraria do livro, 1988. pp. 7.

homossexual negro para um âmbito mais geral, onde se tomasse o fio da meada do processo de opressão” com o objetivo de se ir à “raiz da discriminação” que eles se encontravam submetidos. Nesse sentido, o 3º Congresso do Movimento Negro Unificado teve como “tese: sexismo e racismo”. Lembremos que Lélia fazia parte de sua executiva, logo participou da escolha da tese-guia (e seriam alguns dos eixos principais de sua campanha), que propunha contribuir para:

[...] uma avaliação do problema a nível nacional, partindo do sistema escravocrata até o sistema produtivo capitalista. Na atualidade, destaca seus reflexos no interior do MNU e nossas relações com os movimentos de cunho sexual.⁴⁷

Apesar de, na avaliação de Bairros, Lélia ter percebido que era “muito evidente a necessidade de que nós teríamos de participar” do processo das primeiras eleições livres no Brasil, existia no MNU uma “vontade tão ferrenha” de distanciar-se de “qualquer tipo de conotação partidária”, que os congressistas deliberaram que “qualquer militante que se candidatasse teria que ser afastado das suas funções de direção”. Lélia, porém, afastou-se definitivamente da entidade. Na perspectiva de Bairros é muito difícil identificar em relação a esse processo os “fatos específicos” que determinaram a sua “saída”. Segundo ela, “essas coisas na verdade foram num crescendo”. Comenta, entretanto, que a resolução do Congresso.

[...] foi a gota d’água na questão da relação com ela. Que a partir de então, quer dizer, isso na verdade significava que ela perderia a condição dela dentro da Comissão Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado, num certo sentido para o PT que existia naquela época, uma vinculação efetiva com o Movimento Social era um cacife muito grande dentro do Partido. Então, na verdade, quando o MNU tomou essa decisão, era como esse ao mesmo tempo a gente tivesse tirado dela, na relação com o partido, àquilo que a legitimaria como uma representante de um movimento, de um movimento social.

⁴⁷ *Movimento Negro Unificado - 1978-1988*. Op. Cit., pp. 26.

De fato, os problemas políticos, tanto no “interior do partido” como no “movimento negro no Rio de Janeiro”, geraram “conflitos que marcaram a campanha” como abordaria Tereza Costa⁴⁸. De um lado, as contradições que eram inerentes ao contexto político de redemocratização que atravessava o Brasil, onde novos sujeitos se apresentavam (ou disputavam um pedaço do poder), principalmente, aqueles oriundos do movimento social de negros, de mulheres, de homossexuais, de trabalhadores e de comunidades de bairros (do Centro, da Zona Norte, da Zona Sul, do interior) das favelas e das periferias (Baixada ou/e Grande Rio), bem como artistas e intelectuais. E parcelas desses setores estiveram presentes na Campanha de Lélia Gonzalez⁴⁹. Foi um cenário que possibilitou uma oportunidade histórica para o movimento negro, na avaliação de Lélia:

O grande encontro do MN com o Movimento de Favelas ocorreu a partir de campanha eleitoral de 1982, uma vez que, até aquele momento, vinham atuando de maneira paralela. Os efeitos da chamada abertura política, concretizados na formação de novos partidos políticos, atraíram setores que, até então, haviam permanecido à margem do processo político-partidário. Os novos programas, de um ou outro modo, integraram algumas das reivindicações dos movimentos sociais e os partidos de oposição preocuparam-se em lançar candidatos populares. E foi nesse contexto que surgiram candidaturas originárias do MN e MF⁵⁰.

Tereza Costa acompanhou por dois anos a campanha política denominada por ela “‘projeto’ L.G.” e pôde constatar que Lélia buscou manter articulada e “acionada” a sua

⁴⁸COSTA, Teresa Cristina N. Araújo. *Caminhando contra o vento – notas sobre a candidatura de Lélia Gonzalez*, Rio de Janeiro: Comunicações ISER. Ano 1, nº 3, 1982. pp.43.

⁴⁹ Destacamos que, além da disputa de poder junto à candidata, havia uma “prevenção sob a suposta hegemonia do movimento negro” e uma incompreensão acerca de como expressar para o eleitorado o que era a candidatura de uma mulher negra. Um fato emblemático pode ilustrar essa afirmativa. Lélia Gonzalez morava na Ladeira dos Guararapes e o muro paralelo de toda a quadra era a residência de Roberto Marinho, presidente das Organizações *Globo*. Por iniciativa própria, uma das colaboradoras da campanha, branca, picha no muro em sua longa extensão: “não votem em branco”. Tal atitude não só contrariou a candidata como os demais participantes, principalmente os que coordenavam a campanha e os militantes negros. Seu lado positivo foi que pudemos “problematizar” as relações raciais na campanha e “limpar a área da tal hegemonia” ou melhor, houve a tentativa de.

⁵⁰ GONZALEZ, Lélia. *A luta continua*. Op. Cit., pp. 180.

“identidade” de militante e de intelectual, na qual, mesmo destacando as críticas já apontadas aqui (e outras que serão apresentadas posteriormente), ela, contudo, encontrou justificativa para “tornar-se petista”. E não era, segundo Lélia, uma opção “transitória” como ocorria com outros candidatos de outros partidos, porque o PT:

[...] têm muita negrada e muita mulher e não e à-toa ” [...] não tem senhor, não tem essa de arregaçar a manga feito Ademar. Eudes é Eudes, não é Sr. Senador, Meu Governador, etc...É toda uma visão de mundo, uma postura corporal diferente[...] tem um papel reeducador, é um puta partido. Eu tenho uma perspectiva crítica interna e externa a nível de partido. Temos dificuldade de levar a questão do negro, da mulher, do homossexual mas não tem estruturas guetizantes tipo departamento negro [...] o partido combina as lutas específicas com as lutas gerais.⁵¹

Essas caracterizações do PT – talvez apostando que pudesse “subverter a ordem” – foram feitas por Lélia em depoimento, em abril e junho de 1982 e, nesse último, realizado numa “reunião com membros do Comitê Unitário Pró-Educação”, a candidata Lélia alegou que enfrentava “discussões sobre o lugar da questão racial dentro do PT” e, apesar de suas críticas em relação ao partido, para ela o fundamental era “o compromisso com o movimento social” e esse, isto é, o compromisso, é que definiria o “perfil de parlamentar que L. G. delinearía para si”; dessa forma, emergiria um “novo parlamentar”, uma espécie de “porta-voz dos movimentos sociais”. Assim, nos parece uma profissão de fé a afirmação de Lélia:

Nós parlamentares do PT vamos mudar o rosto do parlamentar tradicional, funcionar como uma caixa de ressonância dos movimentos populares, como porta-voz indo e vindo às bases e levar as reivindicações. Ter isso claro, as pessoas vão cobrar da gente.⁵²

⁵¹ COSTA, Teresa. Op. Cit., pp. 45.

⁵² Ibid.

As informações selecionadas sobre a origem da candidata e suas “várias identidades” – de intelectual, de liderança do movimento negro e de militante feminista que inclusive a inseriram no PT – foram consideradas relevantes para Tereza Costa, visando compreender:

1º) A candidatura de L.G. no PT – as propostas colocadas, sua relação com o programa de partido, o estilo da campanha, as alianças estabelecidas, o espaço disponível para esta candidatura, os conflitos emergentes e as perspectivas de médio prazo de reorganização pós-eleitoral; 2º) A candidatura de L.G. e sua articulação com o Movimento Negro – como se deu a colocação da questão racial, a quem se dirigiu L.G., o efeito de ampliação de sua campanha e as perspectiva de consolidação de sua liderança nacional.⁵³

A primeira fase na elaboração do material de campanha, os panfletos, de acordo com a própria candidata, foi o momento do “gozo” e das “mil idéias do crioulo” para o planejamento da candidatura⁵⁴, e a segunda, para Tereza Costa, foi “marcada pelo enquadramento da campanha” – por parte do partido – com o objetivo de “impor caráter unitário para a atuação eleitoral”. A análise desse processo permitiu à autora avaliar a “imagem construída” da candidata, seu dinamismo, as propostas, a relação no interior do PT e com o movimento negro. Outra questão importante foi a articulação com “as noções de educação e cultura” – momento em que Lélia ainda utilizava o “‘jornal Nagô’ como instrumento de comunicação”, ou seja “‘só falação’”⁵⁵ – que teve o papel de resistir ao enquadramento do Partido, através do Comitê, que buscava garantir o seu “papel ‘reeducador’; porém, os dois grupos das candidaturas federais entraram em conflito na consolidação de “espaço de atuação e de perspectiva ideológicas”. Dessa forma:

⁵³ COSTA, Teresa. Op. Cit., pp. 45.

⁵⁴ Também é o momento em que Lélia, como outros candidatos, convida pessoas de sua livre escolha a participarem da campanha e é por isso que, na segunda fase, o partido buscou enquadrar sua marca ideológica.

⁵⁵ Esse foi o nome do primeiro jornal do MNU, instrumento principalmente utilizado pelo MNU da Bahia.

No comitê duas tendências se chocam, a que propõe uma campanha mais ativa e aberta a outros setores a questões e a do PT de lutas para o qual qualquer esforço neste sentido seria ‘eleitoreiro’. Verifica-se durante três meses uma relativa paralisação da campanha, em que se discute entre outras coisas se os panfletos seriam dos candidatos ou do Comitê para evitar personalismo. Penso que a disputa ilustra bem as tensões que irão se reproduzir ao longo da campanha eleitoral em torno do significado desta para o PT e de conseqüências desastrosas para o desempenho dos candidatos⁵⁶.

Saindo da paralisação, Lélia “rompe com o ‘aparelhismo e centralismo’ que aprisionava a campanha”, e apenas com uma identidade – a de mulher negra – articula-se com “as campanhas de proposta de outros candidatos como a de Benedita da Silva, Hildésia Medeiros, Liza, Cunha e Lulu⁵⁷”. Esse enquadramento atingia todos os candidatos e comitês.⁵⁸ Muitos dos que abandonaram esse centralismo se posicionaram politicamente no Boletim PT nº 11, num “abaixo-assinado sobre ‘a necessidade urgente de se imprimir um novo ritmo e maior amplitude na campanha política de nosso partido’”. Lembremos que o cenário era de intensa disputa não só ideológica, mas, especialmente, com setores populares chaguistas e outros. Assim, a militância e os simpatizantes do PT, no Rio, enfrentaram em vários lugares e setores o *slogan* ou palavra de ordem “Brizola na cabeça e PT no coração”.

Somente depois do rompimento é que os primeiros panfletos foram distribuídos, em agosto e setembro, e, no fim desse, o jornal da campanha – com as propostas e “biografia oficial” da candidata – articulando os anseios das “maiorias silenciadas”, ou seja, o negro, a mulher e os

⁵⁶ COSTA, Tereza. Op. Cit., p. 46.

⁵⁷ Liza Vieira, Lucia Arruda e Bocayuva Cunha/Cunha e desse grupo se elegeram os dois primeiros como deputado estadual e outro primeiro-suplente e Benedita da Silva, vereadora. José Eudes, que fora deputado pelo PMDB, foi eleito Deputado Federal e, apesar de disputar o mesmo cargo, fez inúmeras parcerias com Lélia Gonzalez.

⁵⁸ A idéia inicial dos comitês unitários era além de garantir a ideologia do partido também potencializar os recursos das campanhas e ainda contribuir para as atividades inerentes ao Diretório Estadual e para a campanha majoritária (presidente, governador e senadores).

homossexuais⁵⁹, com essa proposta os panfletos foram centrados num “cálculo de eficácia eleitoral” com candidatos das “camadas médias” da Zona Sul, de Friburgo, de Campos e de Volta Redonda e com “candidatos a vereador ligados à favelas da zona sul e a movimento negro”. Era uma seleção, segundo a autora, “‘terminal’ básica – *one that embraces and integrates a whole series of status, roles and lesser identities*⁶⁰” conferindo um “sentido comum às propostas e às tabelinhas estabelecidas à de mulher negra”, e na maioria com candidatas mulheres e “com a temática das maiorias silenciadas”.⁶¹ E Lélia ressalta que foi a partir do encontro dos Movimentos Negros e de Favelas que teve “oportunidade de fazer a campanha em conjunto sobretudo com duas irmãs faveladas: Benedita da Silva e Jurema Batista”⁶². Segundo Rubens, foi nessa oportunidade que ela também se aproximou de moradores da comunidade dos Guararapes, com os quais até então só trocava cumprimentos formais, apesar de Célia, que trabalhara em sua casa, lá residisse. Assim, “em 82 foi que ela começou a montar esse vínculo com as pessoas” e “subiu o morro”, conseguindo a adesão do Presidente da Associação e de uma turma que apoiou e deu força na campanha. Para ele, foram esses vínculos que abriram “mais a cabeça dela”. Dessa maneira, a campanha ganhou as ruas e se fortaleceu junto a outras candidaturas e houve, segundo Tereza Costa, uma “aproximação crescente” com Lizi Vieira “com lançamento de panfletos”, de sua iniciativa⁶³, no qual a temática e a “questão cultural” eram “reapropriadas” a uma “vida alternativa”, resultando em uma proposta de “Desobediência, o Prazer, a ‘libertação do negro que há em você, na sua pele, no seu sangue, na nossa cultura’”, que dava a impressão de “adquiri[r] seu pique e seu estilo”, pois, para Lélia aquela era:

⁵⁹ O último em dobradinha com Hebert Daniel.

⁶⁰ De nossa livre tradução: “aquela que abrange e integra toda uma série de status, papéis sociais e identidades de menor visibilidade (ou expressão social)”.

⁶¹ COSTA, Tereza. Op. Cit., pp. 47.

⁶² GONZALEZ, Lélia. *A luta continua*. Op. Cit., pp. 180.

⁶³ Ou seja, financiado pelo candidato cujas propostas eram fundamentalmente identificadas com a ideologia dos “verdes europeus”.

Uma campanha para cima, de alto astral... aberta às várias bandeiras, agitadora, as pessoas chegando minha casa virando zona, congregando a heterogeneidade, moderníssima. A campanha levou a questão cultural a fundo – questão do negro dentro de você, uma campanha alternativa e vitoriosa... Tamos aí nas bocas correndo...⁶⁴

Rubens reconhece que “foi muito egoísta em 82” e fala dessa modernidade não prevista no planejamento inicial da candidatura:

[...] pensei muito em mim [...] você viu que às vezes eu brigava com vocês... –‘Porra, não tem o que comer nessa casa!’ Botava recado na geladeira; minha mãe uma vez chegou lá e ficou indignada: “Por favor, quando pegarem água na geladeira, se tiver vazia, botem a garrafa em cima da pia.” [...] de repente o meu mundo mudou [...]. Chega uma invasão de pessoas dentro da minha casa [...] a gente tinha muito aquela relação da individualidade, de respeitar o espaço do outro [...] Ela sempre colocou isso. Apesar de algumas vezes eu brigar com ela, -‘Oh, o que você está falando, as suas atitudes demonstram que você, que tua prática não é igual ao seu discurso, não é, você está querendo... como você detém o poder econômico, você quer me dominar.’ Então, às vezes, eu tinha discussões com ela nesse sentido, que eu falava assim: ‘Ah, não tem isso... você na hora de fazer o discurso lá, fala que a mulher é explorada pelo marido, você está fazendo a mesma coisa, eu sou uma pessoa explorada.’

Esta “zona” tinha um outro lado que atingiu profundamente a vida pessoal da candidata. Muitos de seus familiares, seus amigos – que incluía militantes negros – compartilhavam da opinião de Rubens de que o “trabalho” ou a “missão” de Lélia não era “entrar na política [...]”. Eu fiquei puto tanto é que, você é prova disso, que eu não ajudei muito na campanha. Fazia algumas coisas e tal, ajudava aqui e ali”. Ele e outros se afastaram da campanha, o que deixava Lélia deprimida e solitária. Outro aspecto que desorganizou a sua vida foi a questão financeira que, além de inviabilizar uma maior penetração da campanha, a obrigava a restringir suas alianças. Rubens não omitiu que fora contra a candidatura. Além do impacto no seu cotidiano, achava que

⁶⁴ COSTA, Tereza, Op. Cit., pp. 48.

Lélia, já que queria ser candidata, deveria ter disputado um cargo menor, isto é, para deputada estadual ou vereadora. Mas a definição, segundo ele, coube ao partido; por constatar que o nome dela “era de expressão”. Rubens, além de se sentir invadido, temia o futuro:

E aí, eu me tranquei [...]. Eu via a dificuldade dela [...] Porque o salário dela ia embora, vendia ouro, empenhava jóia na Caixa, perdeu jóia na Caixa para pagar campanha, não é, e por conta da campanha. [...] foi assim... um sacrifício muito grande, [se tivesse] sido eleita, não é, e pra ela seria um conflito **muito grande** ela chegar lá... A gente num primeiro momento que você tem todo um ranço que tem até hoje você imagina a primeira eleição em 82, depois da preocupação, depois de todo aquele período que a gente passou. Aí chega uma mulher, não é, no Congresso, Nossa Senhora. Ela seria engolida. [...] na época inconscientemente, eu já visualizava isso. [...] e ao mesmo tempo a questão financeira também. Isso teve impacto muito grande na nossa vida, sabe, de faltar as coisas dentro de casa e tal. É aquela história, estou é claro estou puxando a brasa para a minha sardinha, sabe de você abrir a geladeira, era oco, não é, fazia eco dentro da geladeira, não é? Não tinha o que comer, não tinha nem ovo para você fritar um ovo, não é. E eu ficava puto com essa história, meu gato, lembra do Luís XV, o gato que eu tinha, não tinha comida pra dar pro gato, eu ficava puto da vida com isso, não é. E aí eu acho que por isso de repente... é a tal história, não é, na época eu estava com 20 anos, não é? a gente, tem um período que a gente se acha dono da verdade, não é, e uma, e aí a gente... eu fiquei muito chateado, talvez por isso eu tenha ficado muito chateado, me travei e não caí de cabeça na campanha.

E também não tinha comida para a candidata. É evidente que tal situação era só do conhecimento das pessoas íntimas do comitê-residência, mas foi uma campanha que conseguiu viabilizar-se, segundo Tereza Costa, articulando a questão racial a outros temas que ampliou sua plataforma e estabeleceu no “processo eleitoral”, uma ampla rede de relações - “que incluía candidatos, militantes do PT, grupos de outras campanhas e amigos” caracterizando a campanha pela sua “heterogeneidade”. Indagando-se sobre a “coerência de tudo isso” no “momento final” da campanha a partir da “proposta básica” de Lélia, Tereza Costa encontrou resposta na “questão cultural” que foi “levada” na identidade de Lélia, ou seja, mulher negra. Assim, na argumentação

da autora:

A questão cultural, onde a cultura é pensada como cultura de resistência, permite colocar também o papel da mulher negra como forjadora da cultura brasileira. A temática do negro dentro de você tem sido elaborada há algum tempo por L.G. Penso que seria uma versão pessoal da questão do negro como maioria, do negro como povo central nas formulações de Movimento Negro.⁶⁵

E, para compreender o seu alcance e os seus limites, a autora salienta que foi importante ir “além da coerência interna” da candidatura e verificar a sua compatibilidade com a do partido e o “espaço” entre elas, ou seja, as propostas do PT com as de Lélia. Assim comparou os panfletos de Lélia com os de outros candidatos. Constatou que houve “ênfases diversas na questão de classe e no lema nacional do PT – Terra, Trabalho e Liberdade, bem como na validade do processo eleitoral”. E foi nessa diversidade de perspectiva que pareceu para autora “desencontros” em torno da “questão de classe”: de um lado, entre o partido e o movimento negro, apesar de ambos a privilegiarem como uma questão central; para o último, ela deveria estar também articulada com “raça”, ainda que, ressalva Tereza Costa, houvesse por parte desse uma “tendência” crescente em enfatizar a “questão da cultura negra”; de outro lado, o partido com a candidatura de Lélia e de várias a ela “associadas”. O desencontro entre essas candidaturas e o partido, para ela, ganharam “novo sentido” porque foram elas que obtiveram “melhor desempenho eleitoral”, que os habilitou a “contestar e consolidar o espaço aberto pelas propostas alternativas na reorganização pós-eleitoral do partido”. Na conclusão de sua análise, Tereza Costa afirma que “atualmente” no movimento negro a discussão passou a ser sobre o “fraco desempenho” nacionalmente dos “candidatos ligados” a ele, a “existência do voto racial” em “nossa ‘democracia racial’” e a “pertinência da postura ‘autonomista’” frente aos partidos políticos. Por fim, a autora considera que a “experiência singular de Lélia Gonzalez” refletiu o “embate entre o

⁶⁵ COSTA, Tereza, Op. Cit., pp. 48.

‘reducionismo economicista’ de certas correntes do PT com relação às propostas dessa e de outras campanhas e a pretensão de autonomia do Movimento Negro”.⁶⁶ Mas Lélia ressalta que a “troca de saberes/experiências” – que como opinou Rubens abriram sua cabeça – gerada pelas campanhas das três mulheres negras, possibilitou de um lado, “uma profunda consciência dos problemas e das necessidades concretas da comunidade” e, de outro, uma “consciência da discriminação racial e sexual enquanto articulação da exploração de classe”. E, no final dessa empreitada, Lélia estava certa de que elas estavam com “falas inteiramente afinadas apesar das diferenças individuais” e que, mesmo inexperientes, tudo foi de “extrema riqueza política e pessoal”.⁶⁷ E Jurema Batista, que quando entrou no movimento negro era “uma pessoa muito raivosa”⁶⁸, também abriria sua cabeça, aprendendo que “a gente vivia naquela favela porque tinha uma tal de luta de classes, que uma minoria tinha direito a tudo e deixava a maioria na miséria”⁶⁹. A campanha de Lélia foi de fato aglutinadora. De um lado, como apontou, setores do movimento negro e do movimento de mulheres ganharam novas possibilidades (e também maior complexibilidade); e, por outro, Lélia Gonzalez tornara-se uma liderança nacional e era a primeira suplente do PT no Rio de Janeiro. Ela tinha essa consciência e pretendia assumir a tarefa política. Segundo ela:

Apesar dos resultados negativos para ambos os movimentos, e justamente por isso, impôs-se a exigência de efetuar uma avaliação conjunta da atuação dos candidatos negros dos partidos de oposição no processo eleitoral. Daí em diante, os movimentos passaram a ter uma atuação mais unitária.⁷⁰

Mas existia uma andorinha, “Bené – mulher negra e favelada”, a primeira a ser eleita vereadora no Rio de Janeiro. Mas, se Rubens temia que uma “Lélia Gonzalez” fosse engolida,

⁶⁶ Ibid., pp. 49.

⁶⁷ GONZALEZ, Lélia. *A luta continua*. Op. Cit., pp. 180

⁶⁸ LEMOS, Rosalia. Op Cit., pp. 33.

⁶⁹ Ibid., pp. 172.

⁷⁰ GONZALEZ, Lélia. *A luta continua*. Op. Cit., pp. 181.

para Benedita da Silva – com nome e sobrenome adotado depois de sua ascensão no PT e na política - uma “Bené” era uma certeza. Benedita acreditava que encontraria uma “burguesia branca [e] muito severa” e, para não se “abater diante do desafio”, convidou Lélia para integrar sua assessoria política (1983-1984). Na sua argumentação – frente a Lélia – acionou as múltiplas identidades entre elas:

[...] eu não sou mulher de muitas letras, eu não sou uma intelectual e tenho certeza que vou precisar ter um braço do conhecimento formal, para que eu possa dizer com minhas palavras meu sentimento e defender o meu povo, que eu tenho certeza que é o nosso povo. Por isso, Lélia, eu gostaria que você fosse minha assessora. Eu sei, Lélia, que talvez seja difícil para você, uma mulher conhecida nacional e internacionalmente, ter que se submeter a um gabinete de uma vereadora, mas nós temos uma história em comum. Somos mulheres da resistência. Nós somos quilombolas. Você vem comigo? E ela disse: – ‘Eu vou.’ Nós começamos a trabalhar e começamos a sentir as dificuldades, eu, Lélia, e também Hildesia Medeiros, uma outra grande companheira, formávamos o grande trio de resistência da Câmara Municipal da nossa cidade, o Rio de Janeiro.⁷¹

Mas o desafio não se limitava à vereança como vimos nas argumentações de Tereza Costa e da própria Lélia. Algumas candidaturas vitoriosas ao longo da campanha tinham desafiado o centralismo do PT representado, segundo Benedita da Silva, pelos setores “altamente revolucionários”, obrigando o seu mandato (que contemplava todas as maiorias silenciadas) a ampliar e consolidar o citado novo sentido do PT. Dessa forma, para essa empreitada, nada mais coerente para a vereadora que buscar refúgio e amparo na “quase eleição por mil votos” de Lélia, e a recíproca também era verdadeira por parte da 1ª suplente do PT.⁷²

⁷¹ Discurso da ex-ministra Benedita da Silva na abertura da *Semana Lélia Gonzalez*, em outubro de 2004, promovida pela Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura.

⁷² BARRETO, Raquel. Op. Cit., pp. 30. Observamos que Lélia não fora eleita por falta de cerca de mil votos no coeficiente eleitoral.

Era com Lélia Gonzalez que eu dividia os meus medos, as minhas dificuldades, o meu temor, e dizia: - Lélia, eu sou uma mulher negra, do PT, da favela e evangélica. Eu também sofro preconceitos acentuados, mas no nosso gabinete nós queremos uma pluralidade, uma coerência naquilo que nós estamos praticando no dia-a-dia. E ela pôde ali com toda a sensibilidade, compreender e ter no nosso gabinete de 1983 as pessoas que vieram do candomblé, vieram evangélicas, vieram católicas e que não eram de religião nenhuma. Nós ali por uma questão de coerência, de compreensão e de divisão ali das nossas preocupações, tínhamos negros, tínhamos brancos, tínhamos intelectuais e tínhamos pessoas que não tinham frequentado nenhuma universidade. E o tratamento humano igual honesto, transparente no debate fez com que nós pudéssemos ousadamente colocar no Partido dos Trabalhadores propostas maravilhosas, revolucionárias. E que fomos xingadas, quase apedrejadas até mesmo por falta de compreensão de companheiros e de companheiras altamente revolucionárias, mas que naquele momento não compreendiam a nossa posição política. Mas foi bonito, nós perdemos uma competição, onde nós nos levantamos e falamos da contradição existente entre a luta de classe como se o trabalhador não tivesse gênero, não tivesse raça e, por isso, as nossas referências revolucionárias de uma sociedade socialista não passaram pelo Quilombo de Palmares, mas passaram por outras teorias. E começamos a defender propostas dessa natureza e revolucionamos, e colocamos dentro de um partido que não tinha essa referência, passou a ter compromisso com a discussão da questão racial.⁷³

Mas antes dessa derrota política elas procuraram consolidar suas propostas. A primeira delas foi tentar unificar os movimentos, e para Lélia:

[...] alguns exemplos são bastante significativos: a presença de favelas no Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro pelo Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (março de 1983); a cobertura e divulgação de eventos do MN pelo jornal do MF, O Favelão; a criação de uma vice-presidência comunitária na estrutura do IPCN etc.⁷⁴

E Lélia, nesse ano, publica um artigo, *Racismo por Omissão*, na Folha de São Paulo, no qual crítica o PT por não mencionar em seu programa nacional a “situação dos afro-descendentes”⁷⁵,

⁷³ BARRETO, Raquel. Op. Cit., pp. 30.

⁷⁴ GONZALEZ, Lélia. *A luta continua*. Op. Cit. pp. 181. Vale destacar que nessa articulação havia a participação militante de outros partidos, sobretudo do PT e PDT.

⁷⁵ BARRETO, Raquel. Op. Cit., pp. 30.

considerada por ela uma “escorregada” do seu “amado PT”⁷⁶, partido pelo qual tinha “uma identificação” e “ajudou a construir”.⁷⁷ Pela sua postura (não só dela como a de Benedita) foi “chamada de direita, porque estava” sendo coerente, isto é, denunciando a “discriminação da mulher, do negro, do índio e dos homossexuais”.⁷⁸ Também no movimento negro, Lélia – segundo Bairros – possuía uma postura diferenciada, isto é, não tinha “uma militância sisuda, em absoluto, não era uma militância rancorosa” e era um aspecto “extremamente interessante”, para outros, informa Bairros. Lélia, não passava de “alguém muito ‘light, quando na verdade, não era por aí que a coisa se passava”. Essa intolerância, na sua opinião, foi fruto de parte de “pessoas negras” que não exerceram, “no interior da sociedade, nenhuma posição, que seja uma posição de poder”. Assim, elas escorregavam “facilmente”, “nesse recurso de buscar, de destruir a outra pessoa negra”; tal situação acontecia, para ela, “muito por efeito do racismo” e em Lélia, “esse tipo de coisa, nunca esteve presente, embora ela tenha sido, sempre, muito e extremamente criticada”. Ela, na avaliação de Bairros, buscou um “tipo de militância totalmente diferenciada” para não “repetir os mesmos erros do ponto de vista das relações” que tivera “dentro do MNU”.

Lélia passa, então, a investir no movimento autônomo de mulheres negras com a criação, juntamente com outras companheiras⁷⁹, do NZINGA – Coletivo de Mulheres Negras – no Rio de Janeiro, fundado na sede da Associação do Morro do Cabrito. O nome foi sugestão de Lélia, sua primeira coordenadora, fruto de suas pesquisas sobre a história das mulheres africanas e o poder por elas exercido⁸⁰, para lutar “contra todas as formas de violência”, ou seja, o sexismo e o

⁷⁶ TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz. (Coord.) *A Construção da Cidadania.Feminina*. In *A Construção da Cidadania*, Brasília: Ed. UNB, pp. 121

⁷⁷ Entrevista Rubens.

⁷⁸ BARRETO, Raquel. Op. Cit., pp. 30.

⁷⁹ São suas fundadoras e principais participantes: Geralda Almeida Campos Ana Garcia, Lélia Gonzalez, Sonia C. da Silva, Sandra Helena Bernadete Veiga de Souza, Victoria Mary dos Santos, Helena Maria de Souza, Jane Thomé, Jurema Batista, Miramar Costa Correia Corrêa, Rosalia Lemos, Ivonete, Cláudia Maria Silva Pinto, Elizabeth Viana, dentre outras.

⁸⁰ Cf. GLASGOW, Roy Arthur. *NZINGA: Resistência Africana à Investida do Colonialismo Português em Angola*

racismo (a discriminação racial) “que fazem de nós o setor mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira”. Seu objetivo, conforme Lélia, era “trabalhar com as mulheres negras de baixa renda (mais de 80% das trabalhadoras negras)”.⁸¹ Mas também visava, segundo Lemos, “integrar a discussão de gênero e raça”, bem como articular as “ações de mulheres negras pobres e de classe média”⁸² e, pela inclusão das últimas e por “não aprofundar a discussão de classe, foi acusada” de “elitista”.⁸³ Consideramos que o NZINGA buscava o exercício do poder, como sintetiza a fala de Jurema Batista, “uma briga por espaço”⁸⁴ quer seja com o movimento negro quer seja com o movimento feminista. Porém, Lélia e seus membros não compreendiam o NZINGA como opositor, ao contrário, foi uma tentativa de – como desejava Pedrina de Deus – expressar “o ideal de um momento histórico”.⁸⁵ Assim o coletivo seria um instrumento contra a tripla opressão sobre a mulher negra. Para Lélia:

A escolha do nome NZINGA tem a ver com nossa preocupação de resgatar um passado histórico recalcado por uma ‘História’ que só fala dos nossos opressores. E a famosa rainha Jinga (NZINGA) teve um papel da maior importância na luta contra o opressor português em Angola. E o pássaro que usamos como símbolo tem a ver com a tradição nagô, segundo a qual a ancestralidade feminina é representada por pássaros. E nossas cores têm a ver, o amarelo de Oxum⁸⁶, e o roxo com o movimento internacional de mulheres.⁸⁷

Nesse processo, o mandato de Benedita da Silva⁸⁸ teve importância fundamental, além de mobilizar e aglutinar vários setores do movimento social realizou diversos eventos e encontros

(1582 -1663). São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.

⁸¹ GONZALEZ, Lélia. *A luta continua*. Op. Cit., pp. 181.

⁸² LEMOS, Rosalia. Op. Cit., pp. 74.

⁸³ BARRETO, Raquel. Op. Cit., pp.56.

⁸⁴ *Ibid.*, pp. 75.

⁸⁵ Ver anexo. 3.

⁸⁶ Ver anexo n° 4.

⁸⁷ GONZALEZ, Lélia. *A luta continua*. Op. Cit., pp. 182.

⁸⁸ Seu marido e chefe de gabinete, Agnaldo Santos, o Bola, experiente líder comunitário e político, foi também fundamental nesse processo.

onde as mulheres negras não só foram as organizadoras como as protagonistas como, por exemplo, os dois seminários de Mulheres de Favela e Periferia, que marcou “também o aparecimento do CEMUF – Coletivo de Mulheres de Favela e Periferia”⁸⁹.

O NZINGA assumidamente feminista⁹⁰ exigiu de suas componentes uma dinâmica inovadora que além de articular as questões de sexo, de raça e de classe tentou garantir também as individualidades, as aptidões e as histórias de vida de cada integrante. Outra particularidade importante foi a abrangência de suas ações não restritas ao Estado do Rio de Janeiro. Como alvo da tripla discriminação existente na sociedade brasileira, a mulher negra enfrentava a opressão de raça e de classe por parte da mulher branca, que, segundo Lélia, foi e era beneficiária do racismo brasileiro, por reproduzir as relações de opressões sobre a primeira (como veremos nos próximos capítulos). Entretanto, o movimento feminista, nessa época, não conseguia também incorporar em seu discurso a dimensão de raça (e de classe), além de que estava, como afirma Carneiro, “prisoneiro” de uma “visão eurocêntrica” e “universalizante das mulheres”.⁹¹ Essa perspectiva não só invisibilizava a história das mulheres negras como relegava a um segundo plano suas especificidades.

E Lélia não se afastou do movimento negro “de onde muitas de nós viemos e de onde as questões relacionadas ao racismo constitu[em] o eixo pelo qual se faz a necessária intersecção”;⁹² pois, além de compor a Assessoria Política do IPCN (1983 -1984), permaneceu próxima ao MNU, já que uma de suas características, segundo Luiza Bairros, era a de que “não alimentava rancores com relação às pessoas”. Dessa forma:

⁸⁹ LEMOS, Rosalia. Op. Cit., pp. 77.

⁹⁰ ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileira; desafio e perspectivas. In: *Tirando a máscara – Ensaio sobre o racismo no Brasil*. GUIMARÃES, Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn (orgs). São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000, pp. 240.

⁹¹ CARNEIRO, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista, In: *História do Negro no Brasil – O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. MUNANGA, Kabengele (org), v. , Brasília, Publicação da Fundação Cultural Palmares/MinC, 2004, pp. 308.

⁹² Ibid, pp. 288.

[...] a relação política e pessoal que ela tinha com muitas pessoas dentro da organização, ela continuou ao longo da vida dela toda, isso continuou. Por isso que eu sempre digo, quer dizer, eu faço parte de um grupo de pessoas que dentro do MNU que continuou nessa relação com ela, a trocar com ela, a se aconselhar com ela e receber muitas vezes críticas dela por conta das posições que a gente tomava e ela sempre, em todas as circunstâncias, mesmo já não sendo mais parte da entidade, sempre se referiu ao MNU com imenso respeito.

Retoma suas viagens, inclusive no Encontro “La Donna, la comunicazione e lo sviluppo in America Latina”, em Roma, onde apresentou uma comunicação, *A Mulher Negra nos Meios de Comunicação; Causa e Efeitos*, em co-autoria com Benedita da Silva. Participou da articulação e da inclusão de mulheres negras: três delegadas, dentre elas, “Jurema Batista, representante do NZINGA (fundadora e presidente da Associação de Moradores do Morro do Andaraí” e duas delegadas⁹³ do GMN/RJ, no II Encontro Feminista da América Latina e do Caribe. Esse encontro para Lélia foi um marco, pois a atuação dessas mulheres foi de “tal ordem” que criaram um “Comitê Anti-racismo no interior do Encontro”, mas, sobretudo, foi “pela primeira vez na história do feminismo negro brasileiro [que] uma favelada representava, no exterior, uma organização específica de mulheres negras”. O artigo *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, que fora apresentado na ANPOCS, em 1980, é publicado e alcança grande repercussão⁹⁴. Essas mulheres, lideradas principalmente por Lélia (a partir de suas idéias que tinham como fonte a cosmovisão africana e sua diáspora), assumem-se como mulheres guerreiras e têm no Brasil um símbolo: Dandara. Foi com essa perspectiva que Lélia integrou a equipe de consultores⁹⁵ do filme *Quilombo* (1984). Dirigido por Cacá Diegues, para quem o filme era “mais uma ‘ficção mito-

⁹³ Adélia Azevedo dos Santos e Abigail Paschoa.

⁹⁴ Ver epígrafe em anexo 5.

⁹⁵ Conforme ficha técnica sob a rubrica “continuidade” os demais são: Luis Motta, Maria Inês Villares, Roberto da Matta, Beatriz Nascimento e Joel Rufino dos Santos.

poética””, apesar das várias controvérsias que a obra causou, especialmente junto à militância negra⁹⁶, a participação de Lélia merece destaque. Para Cardoso, foi graças a sua participação que houve destaque ao papel de “Dandara, companheira de Zumbi dos Palmares”, cuja personagem foi fundamental no “resgate das histórias das lutas negras da participação da mulher negra” e constitui-se, ainda, uma “referência positiva” para os negros, ou seja, homens e mulheres⁹⁷.

No Rio de Janeiro, o Partido dos Trabalhadores não conseguiu conviver com a citada heterogeneidade e acabou optando por uma visão restrita da dinâmica política no Estado. Pelo menos era o que alegava Lélia ao explicar e justificar a sua desfiliação, em 1985.

Eu mudei de partido por uma razão muito simples; é conhecido de todos que o PT do Rio de Janeiro acabou ficando restrito a determinados setores e que são majoritários no PT. Não realizam um trabalho efetivo na questão racial. Então, meu último sentimento em relação ao PT do Rio – eu quero frisar que só estou me referindo ao Rio de Janeiro, porque se eu estivesse em São Paulo, eu não teria saído do partido – foi vê-lo como uma vanguarda para quatro paredes.

Tal cenário quem nos informa é Muraro: “a Bené me levou para o PT”, mas o que ela viu foi “aquele pessoal da Libelu trepado nas cadeiras e dando palavra de ordem. Então eu disse assim: - ‘ Eu conheço isso desde os anos 40’. E aí sai correndo. Naquela época era assim, uma coisa muito sectária”. Na verdade, a motivação da saída de Lélia foi algo mais complexo. De um lado, houve “um rompimento político de Jurema e Lélia com o mandato da vereadora Benedita da Silva”⁹⁸ e, de outro, esses setores majoritários não se restringiam ao Rio de Janeiro. O contexto era de grandes mobilizações em torno de um pacto político para por fim ao regime

⁹⁶ Particularmente pela visão “carnavalizada” da história dos negros e pela licença poética da esposa branca de Zumbi, protagonizado pela atriz Vera Fischer.

⁹⁷ CARDOSO, Marcos Antônio. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1988*, Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002. pp. 81.

⁹⁸ *Mulher Negra tem História: Imagens de Lélia Gonzalez*, Revista Eparrei, Ano II, nº 4, 1º semestre/2003. pp. 6 - 10.

militar. O ano de 1985 foi o da Nova República, e, nesse cenário, o PT – ainda considerado um jovem partido –, mesmo conseguindo através da campanha das “Diretas Já!” a “incorporação ao debate político de amplos segmentos dos trabalhadores”, foi incapaz, segundo Teixeira Silva, de apoiar, sob a liderança de Tancredo Neves, a consolidação da “abertura, lenta, gradual e segura” arquitetada pelos militares. Tancredo inclusive superou Ulisses Guimarães – “o senhor das Diretas Já!”. O primeiro era considerado “melhor negociador, mais moderado” e com esse perfil conseguiu “costurar uma ampla aliança” – a Aliança Democrática/AD - composta pelo PMDB e “os dissidentes liberais do PDS”, e, assim, foi “nesse quadro que o PT não só se nega a compor uma frente com as oposições, como ainda acusa a Frente Opositorista de capitulação diante dos interesses conservadores”.⁹⁹ Mas, no Rio a liderança política era exercida por um hábil político: o Governador Leonel Brizola (1922 - 2004). Desse modo:

O espaço da esquerda opositorista é rapidamente ocupado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola. Com o comando do Rio de Janeiro e grande representação nos estados do Sul do país, Brizola lidera manifestação de massa em favor da chapa Tancredo-Sarney, enquanto a Frente Liberal organiza ações similares no Nordeste. A própria respeitabilidade e tradição de Tancredo em Minas Gerais, ao lado de lideranças expressivas como Aureliano Chaves, garante a segunda bancada Federal fechada em torno da chapa do PMDB. A representação de São Paulo é disputada por Maluf e as lideranças do PMDB paulista, como Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso.¹⁰⁰

Em pauta havia a convocação de uma Assembléia Constituinte e no Congresso Nacional assumira, em 1983, um mandato de deputado federal pelo PDT, Abdias do Nascimento (1983 – 1987), o único a “defender sistematicamente” os “direitos humanos e civis dos negros no Brasil”,

⁹⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985*. In: O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX v. 4, Org: FERREIRA, Jorge e DELGADO Lucilia de A. Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 278.

¹⁰⁰ Ibid, pp. 279.

a denunciar às relações com África do Sul sob o regime de Apartheid, apoiar às demandas dos povos africanos de língua portuguesa por autodeterminação e se solidarizar com as “lutas de libertação de povos africanos”. O governo Brizola (1982 – 1986) acaba por contemplar uma antiga reivindicação da militância negra, qual seja, a presença negra no primeiro escalão. Além disso, o partido tinha uma militância negra atuante que não se restringia ao Rio de Janeiro. Assim, o “processo de consolidação da democracia na chamada Nova Republica” contou, segundo Abdias, com uma participação “eficaz” do movimento negro; esse, em Uberaba, na “administração do Prefeito Wagner do Nascimento”, realizaria, em 1984, o “Encontro Nacional de Militantes Negros”, cabendo ao Deputado Abdias do Nascimento encaminhar o documento elaborado “ao futuro presidente Tancredo Neves”. Com a morte desse, assume o Vice, José Sarney, que realiza “vários encontros” de membros do seu ministério com o deputado para atender às “reivindicações da comunidade”. Dessa forma, na avaliação de Abdias, houve por parte de “setores governamentais” uma “evolução na aceitação da proposta de uma atuação administrativa” para atender às “necessidades específicas da população negra”.¹⁰¹ Era desse processo que Lélia desejava participar. Avaliara a importância dessa participação e trabalhara no sentido de se incluir nela. Lélia (no período de 1985 até julho de 1989) e Benedita (de 1985 a 1989) participaram, com o respaldo do movimento de mulheres negras, como membros efetivos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher cuja presidente era Ruth Escobar (1985-1986) que indicara Lélia para o cargo de Ministra da Cultura com o apoio de diversos setores. Tal indicação de Ministra deixou Lélia em “estado de graça porque, principalmente o pessoal de São Paulo” tinha reconhecido a sua luta e o seu trabalho. Ela ainda destaca que apesar da sua “formação acadêmica” tinha “grande ligação com as bases populares da sociedade brasileira”. E, no Rio de

¹⁰¹ LARKIN NANSIMENTO, Elisa e NASCIMENTO, Abdias. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: *Tirando a máscara – Ensaios sobre o racismo no Brasil*. GUIMARÃES, Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn (orgs), São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000, pp. 223.

Janeiro, na lista de apoio, contou com a “comunidade negra” e de intelectuais e, nela, o músico Ricardo Tacuchian considerou o ato “uma simples questão de justiça”. Segundo Lélia, apesar de “Sarney não ter dado muita atenção”, para ela: “valeu”.¹⁰² Essa exultação evidencia que Lélia aprovava o pacto construído pela Nova República. Nesse sentido é que acreditamos que aceitara, juntamente com Muraro, o convite de ingressar no PDT, segundo ela, com a seguinte estratégia:

Eu serei a candidata a deputada estadual pelo PDT e a Rose Marie Muraro também, nós vamos fazer uma dobradinha pelo partido. Também houve uma coisa, segundo colocações da Rose, a Igreja só permitiria que ela se lançasse, se ela se comprometesse com os direitos da mulher; por outro lado, o fato de termos vários candidatos negros à Constituinte, levou-nos a concluir que era necessário alguém na retaguarda que levasse não só a questão da mulher, dos homossexuais, das minorias, ou melhor, das maiorias silenciadas. Minha proposta é pela modernização da Assembléia Legislativa, maior contato com o interior do estado¹⁰³.

Todavia, analisando sua plataforma política¹⁰⁴ – construída em outro cenário – manteve um elenco de “lutas prioritárias” que seriam próprias de uma parlamentar federal. Mas essa aspiração encontraria sérias dificuldades inerentes ao quadro político: os candidatos de primeira hora do PDT e, especialmente, a candidatura de Benedita da Silva, eleita nesse pleito deputada federal. E mais, sua mensagem encontraria resistência junto aos setores da Igreja, inviabilizando até certo ponto a tal dobradinha com Muraro, que enfrentava problemas com o Papa, tendo, inclusive, proibidos alguns dos seus livros pela hierarquia da Igreja. Por isso, Muraro sabia que tinha de “sair da Editora Vozes por causa da Teologia da Libertação e da sexualidade”, pois, segundo ela, “foi aí que resolvi fazer uma campanha política”. Lélia e Muraro construíram suas trajetórias políticas em sintonia com os movimentos sociais. As militantes do movimento feminista encontravam-se “divididas” porque “muitas eram do PT e muitas eram do PDT, como

¹⁰² *Pasquim*, pp. 8.

¹⁰³ *Pasquim*, Op. Cit, pp. 8.

¹⁰⁴ Ver anexo 6.

sempre”. No caso particular de Lélia, além dessa aparente dificuldade – extensiva ao movimento negro – existiu uma conjunção de fatores que frustraram mais uma vez sua candidatura. De um lado, o projeto político do NZINGA (inclusive articulado com o CEMUF) teve seu percurso abalado por divergências políticas – internas e externas – incluído o afastamento de Lélia, em 1985, motivado por problemas¹⁰⁵ de “gerenciamento interno de projetos”¹⁰⁶ e, de outro, a dissidência com Benedita, que se consolidara enquanto liderança nacional do PT, a ascensão de Jurema Batista, que fora eleita vereadora e a recentíssima desfiliação de Lélia do PT que pegou de supressa suas bases populares com as quais ela contava na “firmeza do voto”¹⁰⁷. Mas a insistência de Darcy Ribeiro para suas respectivas candidaturas foi, segundo Muraro:

[...] para nos manipular, ele sabia que nós éramos nomes nacionais, sabia que nós tínhamos muita entrada nos movimentos sociais [...] tanto que no Jornal do Brasil veio: ‘A Lélia Gonzalez e a Rose Marie Muraro entraram hoje no PDT, então está chovendo no pomar de Brizola’.

Muraro afirma que tanto ela como Lélia pretendiam se candidatar “mais seriamente”, e a última acreditava – pela performance anterior – que se elegeria “brincando” deputada estadual. Mas foram “roubadas”. É o que acredita Muraro:

¹⁰⁵Como vimos havia uma suspeita insidiosa sobre certos militantes, em relação a Lélia era que, como Abdias, viajava às custas da CIA. No caso desse projeto a instituição que estava financiando teria repassado 12.000, 00 dólares. Porém, um dos membros do NZINGA tomara conhecimento de que o repasse era de \$ 15.000.00 dólares. A justificativa de Lélia para a existência desta diferença era que ela corresponderia ao subsídio para sua participação no encerramento da “Década da Mulher”, em Nairobi (1985). Infelizmente o NZINGA desconhecia esse acordo, que como testemunha Moore, existiria entre Lélia e as feministas, isto é, o financiamento de suas viagens. Após uma série de reuniões tensas, os membros do Coletivo exigiram um pedido de desculpas – autocrítica como se dizia na época - por parte de Lélia e um documento da instituição ou das feministas que confirmasse as suas alegações. Lélia não fez uma coisa nem outra. Para Lemos somente dez anos depois, isto é, com a realização da Conferência em BEIJING, em 1995, e do falecimento de Lélia em 1994, que “parte do grupo” entenderia “o significado daquele ato”, ou seja, Lélia representando o NZINGA no evento. Cf. LEMOS, Op. Cit. 111.

¹⁰⁶ LEMOS, Rosalia. Op. Cit, pp. 77.

¹⁰⁷Observamos que nesse pleito o PT fez uma bancada expressiva, inclusive elegendo Marcelo Dias deputado estadual, militante do movimento negro e de favelas, cuja vitória foi uma surpresa, isto é, não era considerado um dos “elegíveis”.

Os votos migram dos nacionais para os locais, dos ideológicos para os fisiológicos porque o partido manipula. Quem tem aparelho [...] só ganha quem tem o aparelho do estado com muito dinheiro ou muita mídia' A gente não tinha dinheiro, não tinha aparelho do partido, não tinha aparelho do estado, tinha bastante mídia, [...] eu ganhei e não levei e ela também; acho que ganhou e não levou. Eu tenho certeza, eu sei onde fui roubada, sei onde os juízes da Baixada pegavam: botavam revolver em baixo dos livros para que os nossos fiscais não aparecessem lá, entendeu? [...] Porque eu vi onde era roubado. Em todas as seções nós fomos roubadas. [os] fisiológicos mesmo, eles compravam os nossos votos. Compravam as mesas dos juízes para darem votos, porque era tudo contado manualmente. [...] um fiscal nosso ia reclamar, o juiz pegava o revólver e dizia: sai daqui. E tinham 12 partidos contra o PDT; então era impossível.

Rubens, comparando as duas eleições, destaca que a última foi mais favorável. Em 1986, Lélia gozava da simpatia de Brizola eles, juntamente com Abdias, no final dos anos 1970, no exterior, haviam discutido a questão racial brasileira.¹⁰⁸ Segundo Rubens, a primeira eleição partira da “ação” e da “vontade” de Lélia, de algo da qual ela fizera parte; a segunda partira da “coisa política de Brizola”, isto é, do seu entendimento político de que seria “importante” sua participação pelo que ela havia construído. Assim, em 1986, obteve do Governador um certo apoio financeiro e da máquina administrativa. Além disso, fez uma dobradinha com Abdias e tinha uma “reserva própria” e, portanto, não necessitou “vender cadeiras, jóias”. Inclusive, dessa vez, contou com apoio “operacional” de Rubens. A decepção provocada por sua não eleição não teve a mesma intensidade como a de 1982. Para Rubens, ela não estava tão “empolgada” como antes, mas estava mais preparada, pois sabia que existia a “possibilidade de perder”. Assim, diferentemente da eleição anterior, quando “ficou 15 dias se isolando muito”, em 86, já “no dia seguinte [...] continua[va] o trabalho dela”, que era o retorno ao seu cotidiano, entretanto, mediado por um balanço crítico de “15 anos de movimentos negros”. Para ela, os negros

¹⁰⁸ BARRETO, Raquel. Op. Cit., pp. 31.

intelectuais orgânicos eram poucos e, apesar de existir “um grande leque de ativistas para poder responder às exigências que nos são colocadas”¹⁰⁹, também existiria uma outra militância que era também de “grande importância nos meios não negros”. Ela faz essa observação no “sentido” de termos um “grande trabalho pela frente”, em diferentes níveis da realidade brasileira, para que vejamos que somos um “país multiétnico, com uma diversidade de *manifestações* culturais” do qual o negro é uma “grande fonte inspiradora” inclusive de “uma população artística oficial”, onde os “rapazinhos brancos de Liverpool, os Beatles” foram “abeberar” com a “música negra vinda da Jamaica”, que era, para ela, uma “apropriação” de uma cultura negra “evidentemente marginalizada”. E no Brasil não seria diferente: de um lado a MPB, de outro o samba do “criolê”, que “formam dois conjuntos que são classificados separadamente”. Na sua compreensão, esses fatores exigiam “uma grande sensibilização e mobilização para a questão negra”, que ela sintetizava no título do seu artigo: *A democracia racial: uma militância*¹¹⁰.

E Lélia exemplifica com a sua própria experiência. Para ela, sua produção intelectual, a partir de um trabalho que desenvolvia “numa universidade”, se revelava uma “militância extremamente gratificante” em alguns aspectos, “embora muito doída porque é muito fácil você se fechar num canto e ficar discutindo internamente”, mas “a grande questão é você sair pra rua, e se defrontar com o outro”¹¹¹. Além de lecionar na PUC, Lélia integrou, juntamente com Neuma Aguiar e Dando Prado, a Associação de Pesquisas e Estudos da Mulher/APEM do IUPERJ, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, que foi considerado, em 1986, um “período fértil em debates e produção de textos, [que] ampliou o número de espaços feministas

¹⁰⁹ Segundo Gramsci, intelectuais orgânicos são aqueles originários de sua própria classe capazes de dá homogeneidade e consistência em vários campos para o seu grupo e apesar de todos os homens serem intelectuais nem todos “desempenham na sociedade” essa função. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹¹⁰ UAPÊ. Op. Cit.

¹¹¹ Ibid.

no Rio de Janeiro”.¹¹² Para compreendemos a dimensão de suas escolhas, avaliamos o legado para as mulheres negras (e os homens negros) que se tornaram guardiãs de sua memória e tomaram para si a tarefa de dar continuidade a sua trajetória, imortalizando-a.¹¹³ E que legado foi esse? Foi compreendido em sua plenitude antes de sua morte? Apesar de longa, acreditamos que vale a pena transcrever os últimos parágrafos do artigo: o que Lélia entende do que seja militância num mundo globalmente em transformação.

Participando do Conselho Nacional para a Defesa dos Direitos Femininos, estamos novamente atuando num desafio. Nesses limites do oficial e do marginal, nos interstícios, fica muito difícil. É evidente que com esses 15 anos de movimentos negros, aqui alguns efeitos já percebemos, que houve uma maturação política – e evidente há toda uma estratégia de trabalho que implica estar atuando em níveis diferentes, em áreas diferentes porque afinal de contas, a sociedade brasileira mudou. Nós não podemos fechar os olhos diante disso. Ela mudou, passou por um processo de transformação, o que tem se evidenciado não só em termos de avanços, mas também dos grandes problemas de dívida, de desemprego etc., apontando para um processo de modernização da sociedade de uma mudança que ocorreu aí, e evidentemente nós mudamos também. O importante é procurar estar atento aos processos que estão ocorrendo dentro dessa sociedade, não só em relação ao negro, ou em relação à mulher; nós temos que estar atentos a esse processo global e atuar no interior dele para poder efetivamente desenvolver estratégias de luta.

Em termos de movimento negro e no movimento de mulheres falamos muito em ser o sujeito da própria história: nesse sentido eu sou mais lacaniana vamos ser sujeitos do nosso próprio discurso. O resto vem por acréscimo. Não é fácil, só a prática é que se vai percebendo e construindo a identidade a ser construída, reconstruída, desconstruída, num processo dialético realmente muito rico.

A partir dessa compreensão, retomou viagens internacionais e nacionais, participou

¹¹²SCHUMA, Schumacher e BRASIL, Érico Vidal. Op. Cit., pp. 90.

¹¹³ ABREU, Regina. *A fabricação do Imortal – Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1996.

intensamente dos debates sobre a nova Constituição – inclusive no Senado Federal¹¹⁴. Na avaliação de Lélia foi um período em que o movimento negro, devido à sua “anterioridade”, possibilitou que questões, só lidas por ela na história dos Movimentos Feministas, Negros e Homossexuais dos EUA, saíssem do campo da abstração e fossem debatidas na Constituinte, fazendo com que o movimento saísse da invisibilidade.¹¹⁵ Lélia aceitou, em 1987, a convite do Governo Saturnino Braga, na época prefeito do PDT, a direção do Planetário da Gávea (1987 – 1989). Ela, segundo Rubens, sabia que esse convite tinha por base que o “lugar de negro era na área de cultura”, mas ela também percebia que “não podia perder a oportunidade de desenvolver alguns trabalhos” neles incluído o “pessoal do Minhocão” (transferido de uma favela) que passava a ter acesso à cultura, peças de teatro, enfim, “ao próprio Planetário”. Tal abertura, segundo Rubens, “deixou saudades no Planetário” num período difícil com a decretação da falência da cidade pelo prefeito e greve do funcionalismo público. A reflexão sobre a integração dela nesses espaços não pode ser simplificada como uma mera adesão a um determinado projeto político. Lélia ambicionava muito mais. Por exemplo, no início do ano de 1988, foi à Nigéria e visitou a cidade de Ilê-Ifé, “considerada a cidade santa dos Yorubás”, e é convidada para ser vice-presidente do Congresso Mundial de Intelectuais Negros (que deveria ser realizado em 1990, na Filadélfia). Em maio regressa, no dia 11, dos Estados Unidos – de um encontro internacional de mulheres negras promovido pelo Carebian Control Center - a tempo de participar da histórica passeata do 13 de maio, no Rio de Janeiro¹¹⁶.

Para Cardoso, Lélia se dedicou “intensamente ao trabalho de formação e organização do que hoje representa a principal vertente do Movimento Negro – Movimento de Mulheres

¹¹⁴ Cf. Sua participação e a de Helena Theodoro na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de abril de 1987, publicada no Diário da Assembléia Nacional Constituinte-Suplemento, maio de 1987, pp. 120 – 134 e A Construção da Cidadania, Ed. Universidade de Brasília, Org. Departamento de Sociologia da UnB e Coord. João Gabriel Lima Cruz Teixeira, dentre outros.

¹¹⁵ Jornal do MNU, Op. Cit.

¹¹⁶ Projeto Perfil. Op. Cit.

Negras”¹¹⁷, entretanto na primeira oportunidade de organizá-lo nacionalmente sua participação causou polêmica. Denominado I Encontro Nacional de Mulheres Negras/ ENMN, realizado em 1988, no Rio de Janeiro, demandou de Lélia severas críticas por considerá-lo, em alguns aspectos, uma reprodução do “feminismo branco-ocidental” ao limitar a relação entre homens e mulheres como uma relação de “macho opressor versus fêmea oprimida”, que, para ela, não passava de um “feminismo sexista”¹¹⁸. Outro alvo de sua crítica foram as divergências políticas e partidárias que ocorreram no encontro. Porque, segundo ela, a Comissão Executiva, além de cercear o debate político “desenvolveu um clima de desconfiança frente às militantes ligadas aos partidos de esquerda” sob a acusação de querer desarticulá-lo¹¹⁹. Apesar de a maioria das participantes considerar o encontro positivo, sobretudo pelo ineditismo da iniciativa e capacidade de realizá-lo autonomamente, uma de suas organizadoras deixou evidente que o “Rio de Janeiro se dilacerou no Encontro”¹²⁰. Era algo esperado, como vimos; se, de um lado, as ações políticas das mulheres negras foram pioneiras, de outro, as contradições que lhes eram inerentes – tais como as divergências políticas com o movimento negro, com as feministas e as lutas partidárias. Inclusive o encontro e (não só nessa iniciativa) era alvo das desconfianças políticas dos movimentos negro e feminista. Além das tensões inerentes em função da responsabilidade de organizar e sediar o evento.¹²¹

Para superar algumas contradições, Lélia entendia que uma organização autônoma de mulheres negras deveria ter como referência as lutas das mulheres africanas e amefricanas, como Nanny, que estaria “para Jamaica assim como Zumbi para o Brasil”. As lendas ou narrativas

¹¹⁷ CARDOSO, Edson. *Prêmio Lélia Gonzalez*. In: Ensino: educação e o negro brasileiro. Belo Horizonte: Prêmio ANDES/SN de Arte Universitária. 2000.

¹¹⁸ Cf. BARRETO, Raquel. Op. Cit., pp. 58 e BAIROS, Luiza. Op. Cit. pp. 364.

¹¹⁹ Cf. BARRETO, Raquel. Op. Cit., pp. 58 e BAIROS, Luiza. Op. Cit. pp. 364.

¹²⁰ *Ecos do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras*. Informativo NZINGA, Ano IV, nº 5, março de 1989, pp. 1 – 16. Ver anexo 7.

¹²¹ Cf. *Dossiê Mulheres Negras*. Revista Estudos Feministas, v. 3, nº 2. ISSN 0104-026X.

acerca de Nanny – além da sua capacidade de guerrear – demonstraram, para ela, simbolicamente, que a mulher, ou seja, a mulher negra: a) “assegura a regeneração e a continuidade de uma sociedade”, mesmo em condições adversas, b) possui uma “perspicácia feminina no desenvolvimento de táticas, inesperadas para o inimigo, cuja fonte está no saber do próprio grupo e c) e possuiria “uma radicalidade”. Na comparação, entre Nanny e Zumbi feita por ela poderíamos traçar uma analogia com o segundo, como destacou Bairros, sobre as constantes referências a Zumbi nos escritos de Lélia, não como uma “alusão a um passado longínquo”, mas, uma “atualização das demandas do povo negro hoje”. As narrativas acerca de Nanny, segundo a própria Lélia, remeteriam à “importância das mulheres na luta das comunidades amefricanas ontem e hoje”¹²². Esse discurso é “preocupante”, na compreensão de Barreto, pois teria um “olhar para trás em busca de algo que passou”. Nessa perspectiva, outra questão que chama a atenção seria o suposto poder compartilhado pelas mulheres africanas – “desde a Antiguidade até a chegada dos islames e dos europeus judaico cristãos”, que Lélia acreditava tivesse sido sem subordinação e discriminação. Porém, Barreto aponta as ambigüidades presentes nessa narrativa, referindo-se aos “nacionalistas negros e Pan-africanistas”; para alguns, essas mulheres, nesse passado – teriam “uma posição igualitária” e, para outros, foram mantidas sob “total submissão”. Mas para Barreto, concretamente, o que teríamos “em termos de Brasil é a importância e o poder das mulheres dentro das religiões de matriz africana e também nas resistências cotidianas; porém, ressalva que “não necessariamente significou mudanças progressistas para as mulheres negras”. Ai sim, em sua opinião, Lélia (e Angela Davis, nos EUA) com suas críticas colocou “um desafio transformador”, ou seja, desenvolver “um projeto de transformação social” no qual estariam os três níveis de desigualdades: “classe, gênero e raça”¹²³

¹²² GONZALEZ, Lélia. *Amefricanidade – Nanny*, Revista Humanidades, Ano V, 1988, ISSN 0102-9479, pp. 24.

¹²³ BARRETO, Raquel. Op. Cit., pp. 59.

De fato, essa era a questão chave para Lélia Gonzalez. Entretanto, ela como Beatriz Nascimento, como será visto no próximo capítulo, acreditava numa continuidade histórica, ou melhor, não existiria descontinuidade histórica na luta de homens e mulheres negras do outro lado do Atlântico. E podemos acompanhar o esforço intelectual de Lélia na especificidade dessa história “forjada em diferentes sociedades”, que teria na África o seu ponto de partida ou seu berço; todavia, não seríamos mais africanos. Nesse sentido é que difunde essa idéia em vários veículos como no jornal *Maioria Falante, As amefricanas do Brasil e sua militância*, na Revista *Humanidades Por um feminismo Afrolatinoamericano* e a já citada narrativa sobre Nanny – que é mãe e é guerreira – e, por fim, para dar conta dessa questão, publicou o texto *A categoria político-cultural Amefricanidade*. Sem dúvida esse seria o eixo central de sua tese – mas essa é uma afirmativa especulativa de nossa parte – já que ela estava discutindo até com os pan-africanistas. Porém, apesar de constar que ela seria “mestre” ou “pós-graduada” em Comunicação e Antropologia¹²⁴, como constatou Barreto, ela não se “depar[ou com tese ou dissertação] ou referência mais aprofundada”. Segundo Bairros, Lélia afirmava que “para poder fazer meu doutorado eu teria que sair do Brasil [...] pra um lugar daqueles assim, que neva o ano inteiro nos Estados Unidos, aí muito provavelmente eu poderia me sentar pra poder efetivamente escrever alguma coisa de maior fôlego”. Como destaca Bairros, “ela sempre produzia” textos que eram ou “requeridos pela conjuntura” ou determinados por uma “questão que a estivesse inquietando ou coisa desse tipo”. Embora, para ela, seus textos “mais importantes se refiram às questões, que são questões estruturais mais do que questões conjunturais”.

No Governo Marcelo Alencar, em 1989, Lélia, foi exonerada do cargo no Planetário da Gávea. Segundo Rubens, ela já estava, como acontecera com o PT, ideologicamente “rachada” com o PDT frente ao que pregava o partido daquilo que praticava. Lélia então fica, a partir de

¹²⁴ Cf. Apresentação livro *Lugar de Negro*.

julho, à disposição da RIOARTE, lotada no Centro Cultural José Bonifácio. Em 1991 foi apresentada ao administrador do Centro, Hilton Cobra, que até 1994 desenvolveria com Lélia, segundo ele, “um trabalho muito intenso” e ela o estimulava dizendo: “Não se preocupe, eu tenho o lastro, você tem a vontade. Vamos, vamos”.¹²⁵ De fato, a Administração de Cobra, no Governo César Maia, foi uma gestão de grande visibilidade, com a participação de artistas, intelectuais e da população em geral, ou seja, investiram em tornar o local de fato um centro de cultura negra. Mas Lélia, nesse período, já redimensionara mais uma vez sua atuação política e sua militância.

O testamento político de Lélia Gonzalez

A nova Coordenação do MNU que estava articulando o retorno de Lélia (agora afastada de partidos políticos, de cargos políticos e sem filiação ativa a qualquer outra entidade do movimento social no Brasil) publica, em 1991, um artigo de sua autoria: *Uma viagem a Martinica*¹²⁶, no Jornal MNU, e uma entrevista: *Lélia Gonzalez – uma mulher de luta*, na qual fazia uma análise crítica não só dos movimentos negro e de mulheres negras como da sua própria trajetória. Dos primeiros, o balanço teve um saldo positivo: sensibilizou a sociedade, principalmente junto ao poder político e, nas “áreas relativas à questão cultural”, alcançou relativa autonomia e os considerou democráticos. Entretanto, faltava-lhes uma “reflexão crítica” na articulação com outros setores da sociedade e existiria entre os companheiros, no campo político, ausência de ética e solidariedade, permitindo que houvesse cooptação, alijamento da maioria da população, guetização, cumplicidade dos políticos negros com o poder (aqueles que se

¹²⁵ Fala proferida no evento – *Lélia Gonzalez 10 anos - Memórias e Heranças* – UERJ - 29/07/2004.

¹²⁶ BAIROS, Luiza, Op. Cit, pp. 368. Ressaltamos que Edson Cardoso, jornalista e membro da Executiva do MNU, afirma que teve o “privilegio de editar” alguns dos seus textos “dispersos no ‘Raça & Classe’, tablóide da Comissão do Negro do PT/DF, na revista ‘Humanidades’, da Universidade de Brasília e no ‘Jornal do MNU’. Cf. Prêmio ANDES-SN de Arte Universitária Brasileira – Ensino: Educação e o Negro Brasileiro Prêmio Lélia Gonzale[z], Belo Horizonte, junho 2000. Lélia viajou inúmeras vezes para a Martinica onde estava morando Shawna, que também visitara o Brasil (Rio e Salvador).

aliavam aos poderosos). Na sua avaliação, não cabia, ou melhor, passara o tempo de “manifestaçãozinha de rua”, agora, a necessidade era “desenvolver uma militância muito ativa junto às comunidades negras espalhadas pelo Brasil” devido à complexidade e aos “terríveis problemas” que viriam na próxima década, referindo-se à automatização. E esse cenário exigiria que essa militância se preparasse. No entanto, o que Lélia constatava era que nas disputas por determinados espaços, o movimento não apoiava as iniciativas das pessoas negras que trabalhavam em prol da comunidade; cita como exemplo o trabalho da atriz e cantora Zezé Motta, que tentou criar um “catálogo de atores negros”, porém, sem o apoio e o suporte do movimento, seu trabalho ficou isolado, e sozinho – agora se incluindo no discurso – “você não tem forças”, porque no “momento em que neguinho me atinge, não está atingindo a uma pessoa que é a Lélia, está atingindo a mulher negra, é o movimento que está sendo atingido”. Sem dúvida, toda a argumentação de Lélia foi permeada pela sua própria experiência na relação com os movimentos (partidos políticos e governos), mas também reconheceu que, por falta de perspectiva histórica, o militante narcisisticamente pensa que sua contribuição é “divina e maravilhosa” e com essa postura perde a consciência da sua temporalidade, do “seu tempo de inserção” e fica faltando humildade e sabedoria. Essa atitude fez com que muitos companheiros se perdessem “pelo meio do caminho”. O que então é preciso fazer? Segundo ela, o militante deve “exorcizar” o narcisismo, ter “paciência revolucionária” e não querer “abraçar o mundo com pernas e braços porque não dá jeito”; o que ele precisa ter é “consciência histórica da sua temporalidade” e é ela que lhe traz tranquilidade e sabedoria. E coletivamente, isto é, a militância, ela sugeriu que, acreditamos, metaforicamente, que nos voltemos “para dentro dos quilombos e nos organizemos melhor no sentido de dar um instrumental para esses que vão chegar e vão continuar o nosso trabalho” para que seja possível desenvolver trabalhos concretos e diversificados, junto às comunidades negras, mas dialogando, isto é, sem imposição. Lélia se

inclui nessa avaliação? Acreditamos que sim. No começo de sua militância, segundo Helena Theodoro, “ela não aceitava muito a discordância do ponto de vista dela; o ponto de vista dela era o ponto de vista e ponto”, por exemplo, em 1982 a militância mais aguerrida não aceitava conciliar as trajetórias de Zumbi e de Ganga-Zumba, ou seja, para Lélia tinha que se ir para “luta mesmo, pra briga” e para Helena Theodoro era importante “fazer determinados acordos”. Era um debate próprio da época. Na narrativa do período, construída pelo movimento, o primeiro era o herói e o segundo, mesmo, com vozes discordantes ou relativistas, era o traidor e nela também encontramos uma interpretação do 13 de maio como uma farsa.

Agora, com os anos de experiência, Lélia acreditava que o movimento deveria atuar e pressionar os governadores negros, já que eles teriam pelo menos um “mínimo de poder”, mas, essa pressão era para que eles percebessem a sua “tarefa”, a “exigência ética” e, essa última também deveria estar associada à “política”, pois são articuladas entre si. Outra questão que Lélia abordou, tanto no nível político quanto no pessoal, foi a relação de gênero. De um lado, o “ressentimento” das mulheres negras a respeito da sexualidade dos homens negros por preferirem as mulheres brancas (que eles disputam com os homens brancos) de outro a “postura muito machista” dos homens negros, inclusive sua procura pelas mulheres brancas – que não têm a experiência da discriminação racial – derivada desse machismo. Ele torna-se o “rei da cocada preta” e ela, a mulher negra, “fica jogada pra escanteio”. É essa, para ela, a origem do ressentimento. É uma “verdade”, segundo Lélia, que não dá mais para esconder, atingindo até mesmo “algumas lideranças do Movimento Negro” e deveríamos vê-la como uma “forma de reprodução do esquema racial”. E “até o momento” as respostas encontradas para essa questão de “parte a parte”, ou seja, do movimento negro e do movimento de mulheres, não eram, na sua avaliação, “satisfatórias” e só restando então uma luta de poder, ou melhor, uma “luta interna”. Dessa forma, quando no interior do movimento, “nós mulheres” constatamos “a coisa” ela

adquiri tal dimensão, que muitas vezes, “nos leva a assumir as mesmas posturas” do “feminismo branco, ocidental judaico-cristão” fazendo com que seja reproduzido mecanicamente. Assim, o feminismo que tentava propor não bastaria “a gente se olhar enquanto mulher negra” na medida em que ela considerava que o “fundamental é não perder de vista a relação homem negro /mulher negra” como vemos. Ela, dois anos depois do I Encontro Nacional de Mulheres Negra, sustentava sua discordância com os caminhos traçados pelo movimento de mulheres negras. Mas também por outro lado, Lélia buscava sensibilizar os homens negros.

Moore, por exemplo, testemunhou como tal questão a emocionava a ponto de ela explicar as coisas chorando. Ele que tinha uma “visão intelectual da questão da igualdade de gênero” que era “não ser violento, não oprimir”, participar das tarefas domésticas e “ajudar a companheira para que ela progredisse intelectualmente”; Lélia apresentou uma outra visão: “a feminilidade, o discurso feminino, a paixão feminina, o carinho feminino, a maneira de pensar, a ternura e maneira **feminina** de ser”. Para Lélia, a dificuldade de Moore penetrar nesse universo estava na relação de gênero porque, sem que ele percebesse, era “automaticamente uma condição dominante que já impedia o diálogo”; para ele, esse reconhecimento “foi muito abalador” e Lélia compreendia que essa ausência de diálogo era “determinada historicamente”. Dessa maneira, ela estremeceu suas convicções ao demonstrar que sua relação com o gênero oposto tinha as mesmas características do “branco liberal com os negros conscientes”, isto é, “era uma revolução de mecanismos similares”, e foi a partir desse primeiro “choque” que Lélia pôde “introduzir todos os aspectos da questão”. Lélia, na entrevista, considerava que a experiência histórica comum nos trouxe “toda uma cumplicidade no que diz respeito a várias questões” e, através da primeira, poderíamos encontrar um equilíbrio. Nesse sentido, explicitando sua proposta, argumentava que:

A questão da sexualidade tem que ser discutida num nível mais amplo e não no nível do orgasmo pura e simplesmente. Estou propondo um orgasmo muito maior, um prazer e uma felicidade muito maiores [...] Precisamos assumir uma posição mais equilibrada em termos dessa relação homem/mulher, porque eu não sou mulher sozinha, eu sou mulher com um homem, é nessa relação que vou assumir minha mulheridade, numa relação de troca com o homem, se não a gente dança. E esses valores da cultura africana estão lá esquecidos no inconsciente da gente, e têm muito a contribuir no sentido do equilíbrio na relação homem/mulher.¹²⁷

Helena Theodoro, como muitos outros que testemunharam sobre a vida pessoal e política de Lélia, fala de sua disponibilidade para ir a qualquer lugar, “porque ela sempre foi um elemento de dar estímulo e ânimo às grandes lideranças do movimento negro, ela sempre estava lá” e, ao longo do tempo, segundo ela, Lélia “já era sua irmãzinha”, onde existia trocas, confidências e intimidades para falarem de suas perdas, inclusive do sofrimento que foi para Lélia afirmar-se “cada vez mais como mulher e como negra”, que em função de uma “vida muito militante” essa acabara por prejudicar seu lado afetivo, o que para Helena Theodoro, falando dessa escolha, te deixa “muito solitária”. Porém, segundo Moore, apesar do trauma do suicídio de seu marido, Lélia – e de não falar “sobre a infância e “nem sobre a família” – ela não deixou de falar sobre seus “amores” e seus “amantes”. E ele afirma que ela “foi a primeira mulher” com quem se sentiu bem em “falar” sobre “o problema de sexualidade” entre homens e mulheres”. Para ele, Lélia “não tinha preconceitos de tipo nenhum” pois compreendia que “não podemos ter preconceitos contra qualquer tipo de sexualidade; a sexualidade é sexualidade”. Todavia, a própria Lélia, na entrevista ao Jornal do MNU, fala que “sacrificou sua existência pessoal em função do movimento”, um movimento que tinha “lutas internas terríveis” e “cobranças absurdas”. Para ela, todos aqueles que se perderam ao longo do processo foi por “falta de clareza política”, mas também “porque jogaram de uma forma tal, que, para eles, a construção de sua própria vida era

¹²⁷ Jornal do MNU, Op. Cit.

um negócio muito secundário porque eles estavam apostando única e exclusivamente no movimento”.¹²⁸ E Lélia fala da sua própria experiência, finalizando a entrevista:

Eu vejo o meu próprio caso, eu fui muito assim, é uma autocrítica que eu estou fazendo também. Eu achava que tinha que estar em todas me jogando loucamente, e meu próprio projeto se perdeu muito, agora que eu estou catando os pedaços para poder seguir a minha existência enquanto pessoa que sou [...] A questão da militância tem que ter esse sentido e aí nós temos que aprender com os nossos antigos, os africanos, esse sentido da sabedoria, esse sentido de saber a hora em que você vai interferir e como você vai interferir, fora desse lance individualista. É importante distinguir o seguinte: projeto pessoal não que dizer individualismo, não [...] Agora, no Movimento Negro você não via crescer se misturar isso. Se misturou, dançou. Você vira fanático, que ninguém agüenta que ninguém suporta. Acho que isso é fundamental e vai lhe permitir essa reflexão e ainda lhe permitir não cair na sedução da cooptação¹²⁹.

A candace Lélia Gonzalez

*Havia uma aldeia. Um dia chegou a essa aldeia uma amazona de torço estampado de esperança, montada num cavalo negro como nossa ancestralidade.
[...] contava e contava história. [...]*

O que ela queria, todo o tempo, era passar para o povo da aldeia o entendimento daquilo que eles viam ao redor. O tempo todo ela contava a perspicácia dos caminhos que outras tribos percorreram. Ela transmitia CONHECIMENTO.

[...] Um dia, quando a aldeia acordou, percebeu que ela havia partido. [...] De repente, as pessoas se entreolharam e compreenderam que ela precisava continuar o seu caminho e que cabia a cada um transformar a semente deixada em substância.

[...] Grande era a tarefa, pois caberia a todos eles, a todos Nós, tornar os homens e mulheres conscientes de sua negritude.

Valeu, Lélia Gonzalez!
Néia Daniel¹³⁰

¹²⁸ Sobre essas questões, ou seja, a solidão. Cf. BENTO, Maria Aparecida Silva e CARONE, Iray. (org), *Psicologia Social do Racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 2ª ed, Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002; *Cadernos Pagu* (6-7), publicação do PAGU – Núcleo de Estudos do Gênero/UNICAMP, Campinas/SP: 1996; SOARES, Marli Pereira. ROCHA, Maria Alice, e MORAES, Maria Teresa (entrevista e texto) *Marli Mulher – “Tenho Pavor de Barata, de Polícia Não”*, Rio de Janeiro: Ed. Avenir, Coleção Avenir Mulher, 1981, ALMEIDA, Hermógenes. *Oríkiis – canções de rebeldia, poemas de paixão*. Rio de Janeiro: Ed. Graflin, 1988, SANTOS, Gislene Aparecida dos. *Mulher Negra Homem branco: Um breve estudo sobre feminino negro*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2004; WERNECK, Jurema, MENDONÇA, Maisa. e WHITE, Evelyn C. *O Livro da Saúde das Mulheres Negras – Nosso passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2000. SOUZA, Neusa Santos. *Torna-se Negro ou As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*. Rio de Janeiro, Ed. Graal: 1983.

¹²⁹ Jornal do MNU. Op. Cit.

¹³⁰ BAIROS, Luiza. Op. Cit., pp. 347

Em 1991, Lélia retorna exultante dos Estados Unidos porque ao invés de engordar, como sempre, perdera oito quilos. Era o início de uma debilidade física. Não estaria mais loucamente se jogando. É tempo de reflexões e conversas. Bairros, por exemplo, que a visitava constantemente, afirma que ela “nos recebia em sua casa para uma cerveja, muitas risadas, longas avaliações de conjuntura e alguns puxões de orelha”.¹³¹ O tema principal: o Movimento Negro Unificado, “o quê aquilo representava, o que a gente fazia, para onde levava a entidade [...] Edson Cardoso também participou de conversas desse tipo com ela e foi exatamente nesse período que a gente estava tentando reconectá-la ao MNU”. Além de dialogar com os militantes do MNU e do MN em geral, pelo jornal do primeiro participou do I Encontro de Mulheres do MNU, no Recife, em Pernambuco, enfocando “a questão das mulheres negras a partir de uma leitura em que buscava a espiritualidade dos negros (não a religiosidade, como fez questão de frisar) como elemento principal na diferenciação entre nossa luta política e de outros setores”.¹³² Cobra também conversava: “aprendi muito com Lélia; não adianta ter consciência, a comunidade negra inteira ela hoje, ela tem consciência. O importante é, o que fazer com essa consciência” e foi ela que sugeriu o nome de sua companhia de teatro. “Black ... Black [...]. ‘Cobra Negra’. ‘Não’. ‘Então Ialodê’ e, por fim, criaram, segundo ele, “realmente o projeto que ela deu, bateu carimbo, “Tá bom, tá legal” e daí em diante a companhia muda de nome de Ialodê para Cia dos Comuns”.

Em 1992, Rubens, que estava casado e já com um casal de filhos (outro registro da memória de Rubens, de que ela “chorou” ao se tornar avó), atende a um chamado de Lélia. E leva, posto que não a via há três meses, “um susto [...] estava magra, magra, magra, macérrima mesmo...” Não havia ido ao médico e para ela era o resultado de um “trabalho de regressão para emagrecer”. Sempre controlava o peso: engordava e emagrecia. Rubens convence-a de que aquilo

¹³¹ BAIRROS, Luiza. Op. Cit., pp. 364

¹³² BAIRROS, Luiza. Op. Cit., pp. 365.

não era normal e consegue levá-la ao médico que, após uma série de exames, diagnosticou “que ela estava com diabetes [mellitus]”. Nessa época, o casamento de Rubens entra em crise e ele muda-se para a casa de Lélia. Financeiramente ela estava bem, “tinha as matriculas dela e estava na PUC” e, inclusive, segundo ele, deu-lhe “o maior apoio financeiro”. Mas de saúde...

Ela estava tão fraca que não conseguia dirigir. Aí eu de manhã levava na PUC [...] de tarde o Reginaldo deixava ela em casa. Ela não conseguia abrir o portão da garagem para pegar o carro. [...] ela controlou a diabetes, ganhou peso e tal, ficou normal [...] Então a gente ficou ali muito... foi muito importante isso, porque a gente conversou muito, aprendi mais ainda com ela [...]

Em 1993, depois de intenso tratamento, o diabetes ficou controlado, mas “deixou seqüelas” atingindo o coração. No início do ano Rubens e Lélia rompem - ele vai morar com um amigo – e o contato entre eles passou a se fazer através de terceiros: Ivonete, Graça e Edmundo. Eles eram a ponte de ligação: ele “perguntava a Ivonete” e “Ah, sua mãe perguntou por você. Como é que você está? Está tudo bem?” Era assim que ficava sabendo que ela “estava tocando a vida” e de sua parte reatara o casamento e mergulhara no trabalho. E como que Lélia estava tocando a vida?

Segundo Bairros, em *Lembrando Lélia Gonzalez*, ela estava “distante da linha de frente mais voltada para suas atividades como professora”, mas, como vimos, “continuava sendo uma referência”¹³³ Após dezenas de anos de dedicação à PUC e com apoio, principalmente dos alunos, foi eleita Chefe do Departamento de Sociologia e Política, em maio de 1994. Fortes emoções. Aparentemente parece que supera a doença, que estava sobre controle. A posse foi uma festa concorrida com um gostinho de vitória. Também pretendia retornar as suas viagens internacionais, e, assim aceitara o convite de Moore, para participar de uma conferência

¹³³ BAIROS, Luiza, Op. Cit., pp. 365.

internacional no Uruguai, promovida pelo Mundo-Afro. Na sua posse compareceu o poeta e militante Hermógenes de Almeida, seu amigo e que também compusera a assessoria política de Benedita da Silva; ele acreditava que “Somos sim / Negros brilhantes / Como ouro / Contra as trevas / Do racismo louco”.¹³⁴ Hermógenes e Reinaldo Guedes Miranda, também ativista negro, acabaram assassinados, ao sair de uma festa junina, em 13 de junho de 1994, por um mensageiro(s) das “trevas”. Um crime nunca esclarecido. Foi nesse doloroso episódio que Cardoso “nós relembra” a última aparição pública de Lélia.

Guardo com emoção a última imagem de Lélia Gonzalez, combalida pela doença, discursando nas escadarias da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no momento em que eram conduzidos para o cemitério os corpos de Hermógenes e Reinaldo, assessores da vereadora Jurema Batista brutalmente assassinados em 1994. Sem microfone, sua voz indignada ganhou uma força inesperada e nos envolveu a todos, nos fez maiores e melhores. Depois, um abraço caloroso e a voz sussurrada: ‘estou voltando, com toda a força’¹³⁵.

Nesse sentido, tinha vários projetos, entre eles em parceria, uma peça de teatro e o seu texto seria “a parte histórica”, a ser encenada pela Cia dos Comuns. Cobra e Lélia, em 2 de julho, na residência da última, começaram as gravações para construção do texto. Narra então que na “civilização de Méroe, dos cushitas...”

Vão surgir grandes rainhas que resistem à presença romana; que chegam até a derrotar um exército romano que se enfronha por essa região. Uma delas derrota... e os romanos vêm em cima, mas não conseguem [...] e acabam abandonando, largando o pessoal de lado. Elas eram chamadas de candaces. As rainhas candaces, que resistiram à presença romana nessa região, bem ao sul do Egito, onde ficava o reino de cushi ou Núbia.¹³⁶

¹³⁴ ALMEIDA, Hermógenes (poemas) e ROCHA, Everaldo (gravuras). Carta de Intenções. In: *Ícone da Sedução – Poemas & Gravuras*. Rio de Janeiro: BANGRAF, 1993.

¹³⁵ CARDOSO, Edson. Op. Cit., pp. 31.

¹³⁶ Cf. Repertório da peça *Candaces – A reconstrução do Fogo*, 1ª encenação, Rio de Janeiro: Teatro Gláucio Gil em março de 2003. Obs. Na peça, várias mulheres falam em *off* e essa é a fala de Lélia.

Candace é o “nome genérico da Rainha da Etiópia na antiguidade” e a principal característica do seu poder foi “a habilidade e a continuidade” e chegaram até os dias de hoje os nomes de quatro candaces: Shanakdakete, Amarirenas, Amanishakete e Amanitere¹³⁷. No sábado seguinte, dia 9, iriam dar continuidade ao trabalho, mas Cobra ao chegar, Lélia lhe diz que: “hoje, não, que eu tô muito cansada”. E combinam para o dia seguinte. Mas o mal-estar continuava. É dia de jogo do Brasil na Copa de Mundo, e Lélia diz para sua sobrinha, Lili, que com suas filhas moravam com ela, que não iria beber porque estava “um pouco enjoada”.¹³⁸ À noite, vai dormir e não acorda mais. E a história das Candaces? Para a Cia dos Comuns ela foi uma encomenda de Lélia, nesse sentido consideraram uma “ordem Candace” e, em 2003, apresentaram a peça com grande sucesso.

*O Tempo é o Senhor das histórias.
O Tempo guarda muitas histórias para sempre.
As histórias ficam guardadas para sempre no reino do Tempo,
quando não são contadas.
As histórias não são contadas quando não existe voz que as conte,
quando as vozes não são ouvidas,
quando as vozes são caladas,
quando ouvidos não conseguem escutá-las
quando ouvidos não entendem o que escutam.
Temos muitas histórias pra contar.
Temos então que restaurar nossa voz.
Temos que acostumar os ouvidos ao
Som dessa voz restaurada.
Temos que tirar as histórias do reino do tempo¹³⁹.*

¹³⁷ Cf. *Candaces*. Op. Cit.

¹³⁸ BARRETO, Raquel, Op. Cit., pp. 36.

¹³⁹ Cf. *Candaces*. Op. Cit.

CAPÍTULO 3

PENSANDO COM(O) LÉLIA GONZALEZ: UMA OUTRA HISTÓRIA

Neste capítulo, destacaremos as críticas de Lélia Gonzalez sobre a história e historiografia brasileira. Para ela, tratava-se de uma “história oficial” que negava o protagonismo do “povo brasileiro”, especialmente da “população negra”, tornando-a invisível e infantilizando-a. Esse protagonismo foi (re)construído – como frisava Lélia – a partir de um determinado “lugar”. Qual? De uma mulher e negra que falava com toda as implicações e significados que o papel militante carrega, inclusive aquele de quem guerreia por uma causa. É na própria História que ela ordenava uma certa inteligibilidade: seu ponto de partida é o tráfico negreiro. Se por um tempo – ainda em curso – para alguns, o papel do historiador foi o de construir uma narrativa “gloriosa e promissora”, para outros representava reconstruir, como um “contador e sonhador”, uma “outra história” cujos heróis, como veremos no próximo capítulo, são “outros”.

Nesse sentido, os argumentos originais de Lélia Gonzalez sobre o papel histórico da população negra, que, para ela, era aquela de origem negra e indígena, nasceram de sua própria trajetória pessoal. Sua formação acadêmica, seu ativismo nos movimentos sociais e o cenário intelectual entre as décadas de 1970 e 1980 constituíram as bases filosóficas e políticas que lhe permitiram um novo olhar sobre a história do Brasil e, particularmente, sobre o “povo negro” ou os “negros”, como costumava denominar. Por “negros” ou “povo negro” devemos compreender, segundo Beatriz Nascimento, aqueles homens que foram, nos vários processos históricos, submetidos à dominação, subordinação, dominância e subserviência ao longo do período escravagista e sobreviveram.¹ Também foi fundamental o diálogo que Lélia travou com os

¹NASCIMENTO, Beatriz. *Kilombo e memória comunitária um estudo de caso*. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de

afrocentristas,² cuja perspectiva teórica é o conceito de afrocentricidade, definido por Sundiata como “uma qualidade de pensamento e prática enraizada na imagem cultural e nos interesses humanos dos povos africanos”,³ onde homens e mulheres, segundo ela, foram submetidos a violência etnocida dos colonizadores.

Diálogos: emoção, razão, política, cultura e história

O artigo *A mulher negra na sociedade brasileira – Uma abordagem político-econômica*,⁴ publicado no Brasil em 1982 – originalmente apresentado em 10 e 12 de maio de 1979 no Spring Symposium The Political Economy of The Black World, Universidade da Califórnia (UCLA), organizado pelo Center for Afro-American Studies, sendo dedicado a Marli Pereira Soares e Walter Rodney⁵ – foi um dos primeiros textos produzidos por Lélia. Na introdução, Lélia destacou que os aspectos históricos possibilitavam uma certa inteligibilidade e um melhor entendimento da situação da mulher negra, em particular, e do “povo negro” na sociedade brasileira. Assim, “esquemáticamente”, procurou abordar a escravidão no Brasil, seu ponto de partida para discutir a história do “povo negro”. O tráfico negreiro, segundo a autora, oficialmente começou em 1550, período em que já existiam africanos trabalhando nas plantações de cana-de-açúcar brasileiras e, no final do século XVI, constituíam a maioria da população na nova colônia portuguesa. Baseava-se na afirmação de Du Bois⁶ (1868 – 1963) de que “a

Janeiro: Edição Cadernos Cândido Mendes, nº6-7, 1982. pp. 260.

² ASANTE, Molefi K, DZIDZIENZO, Anani, dentre outros.

³ SUNDIATA, Ibrahim. *Repensando o africanismo da Diáspora*. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: EDUSP, 1996. (Estação Ciência), pp. 48.

⁴ GONZALEZ, Lélia. ‘A mulher negra na sociedade brasileira (Uma abordagem político-econômico)’. In: MADEL, Luz. (Org.). *O lugar da Mulher (Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual)*. Rio de Janeiro : Graal, v. 1, 1982 (Coleção Tendências).

⁵ A primeira denunciou e apontou, frente a um Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, os assassinos de seu irmão Paulo Pereira Soares Jr., 18 anos (1979); e o segundo, ativista e líder negro da Guiana, que conheceu e dele recebeu estímulos no citado simpósio, foi, mais tarde, assassinado pela repressão de seu país.

⁶ W.E. D. Du Bois, segundo Kabengele Munnaga, teve o papel importante - de revelar aos negros o passado africano e que esses não “deveriam envergonhar-se” dele. In *Negritude – Usos e sentido*. São Paulo: Ed.

população do Algarve logo se tornou quase completamente negra; e já na metade do século XVI os negros superavam numericamente os brancos na própria Lisboa”.⁷ Os “casamentos inter-raciais” existiam “desde o início”, assim, em “poucos anos”, o “sangue etíope” já estava difundido e era, segundo ele, mais “notavelmente pronunciado no sul e entre as classes baixas”.⁸ Lélia, comparando a colônia à metrópole, destacou diferenças. Porém, argumentou em que medida a miscigenação foi compreendida como “mito fundador” de uma suposta democracia racial brasileira:

A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os “casamentos inter-raciais” nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenhos, traficantes de escravos etc.). Este fato daria origem, na década de trinta, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial. Gilberto Freyre, o famoso historiador e sociólogo, é seu principal articulador, com sua teoria do lusotropicalismo. O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistente em nosso País graças ao processo de miscigenação.⁹

Propondo-se a discutir o processo de miscigenação no Brasil, Lélia realizou uma leitura crítica da historiografia brasileira. Essa – como destacava Marilena Chauí – foi construída pela tradição historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB (1838), influenciado pela escola histórica Alemã, que, afirmava, “o ‘princípio da nacionalidade’, definida pelo território e pela demografia”.¹⁰ Estudando as bases filosóficas do mito fundador do Brasil, Chauí avaliou que mito não deve ser compreendido só no seu aspecto etimológico da palavra grega *mythos*, isto é, uma narração pública de feitos lendários. Destacou haver um “sentido

Ática. 1988. pp. 36.

⁷ MUNANGA. *Negritude*. Op. Cit., pp. 89.

⁸ GONZALEZ. *A mulher negra*. Op. Cit. pp. 89.

⁹ *Ibid.*, pp. 90.

¹⁰ CHAUI, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, v. 1, 5ª ed. 2004 (Coleção História do Povo Brasileiro). pp. 50.

antropológico” cuja narrativa era uma solução imaginária, que não encontrava caminhos na realidade. Assim, quando dizíamos mito fundador era porque ele impunha um vínculo com o passado, que não cessava nunca. Não permitia “o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal”. O mito também existia na acepção psicanalítica, visto que operava um impulso cuja repetição também era imaginária. Ou seja, “cria um bloqueio à recepção de realidade e impede de lidar com ela”. Deste modo, o mito fundador não parava de encontrar novos meios, novas linguagens, novos valores e idéias. Sempre numa repetição.

Para Chauí, havia uma diferenciação entre “*fundação e formação*” porque, quando os historiadores referiam-se à última não só falavam das determinações econômicas, sociais e políticas que faziam o acontecimento histórico, mas também refletiam sobre a *transformação* numa perspectiva de continuidade e descontinuidade como processos temporais. Enquanto registro da formação, era “a história propriamente dita” incluída “suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, sejam as que o ocultam (isto é as ideologias)”.¹¹ A primeira, a fundação, referia-se ao momento do passado imaginário, o instante originário que permanecia vivo e presente em todo o curso do tempo. Era perene, “quase eterno”, sendo dessa forma que “traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido”. Estava “além do tempo e fora da história”, nunca cessando em multiplicidade de formas e aspectos. E mais, sua marca peculiar “é a maneira como ela põe a transcendência e a imanência do momento fundador”, surgindo como emanado da sociedade, ou da nação, no caso brasileiro, ao mesmo tempo em que era engendrado por ela própria. O mito fundador, esclarecia Chauí, oferecia um repertório inicial da “representação da realidade” e, a cada momento da formação histórica, seus elementos eram reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna, no qual o elemento principal comandava os demais, quanto da ampliação de seu sentido, quanto novos elementos

¹¹ CHAUI. Op. Cit., pp. 9.

acrescentavam-se ao elemento principal. É por isso que, “sob novas roupagens”, o mito repetia-se indefinidamente¹². Enfim para Chauí, o papel do historiador, na formação e fundação da nação brasileira, foi o de construir uma narrativa histórica do Brasil, “de passado glorioso e futuro promissor”, a partir da contribuição das três raças – indígena, negra e branca –, porém com a predominância do português conquistador e senhor para assegurar o território e imprimir “suas marcas morais ao Brasil”.¹³ Foi fundamental resumir detalhadamente os argumentos de Chauí, pois eles representavam as bases das reflexões de Lélia Gonzalez naquele contexto.

Compartilhando dessas perspectivas, Lélia acompanharia tal posicionamento esclarecedor que revelava uma leitura singular da história do Brasil, na perspectiva do oprimido, isso é, dos “negros” como sujeito e não objeto da história. Para ilustrar essa compreensão, damos relevo ao debate ocorrido no III Congresso Afro-Brasileiro¹⁴ entre o historiador Décio Freitas (1922 – 2004), em torno da questão central de compreender a “impotência” dos escravos frente ao regime escravista. As debatedoras eram a antropóloga Juana Elbein dos Santos e a própria Lélia Gonzalez. Freitas argumentava que em todo período da escravidão no Brasil as revoltas negras - que se registraram, apesar do escasso conhecimento sobre suas estruturas tanto em nível empírico quanto teórico e, de nenhuma fonte primária produzida pelos quilombolas, sociologicamente - deviam ser categorizadas como insurreições, isto é, “uma luta em que se questionava e se tentava destruir um sistema de dominação”¹⁵. Afirmava que os quilombos foram uma “forma típica de manifestação de cólera negra” concentrada fundamentalmente no “quadro rural”, uma singularidade brasileira e uma “forma de libertação”, presente também em regiões de mineração, e nas periferias das cidades – de Salvador e do Rio de Janeiro, notadamente – um tipo de

¹² CHAUÍ. Op. Cit., pp. 10.

¹³ Ibid. 50.

¹⁴ Cf. Congresso Afro-Brasileiro, 3, Recife, 1982.

¹⁵ FREITAS, Décio, SANTOS, Juana Elbein & GONZALEZ, Lélia. “Insurreições Negras e Sociedade Brasileira”. In: MOTTA, Roberto (org.). *Os afro-brasileiros*. Recife: Ed. Massangana, nº 19, 1985 (Série Cursos e Conferências). pp.36.

quilombo “suburbano ou de serviço”.¹⁶ Considerava, ainda, ter havido quilombos predatórios, que sobreviviam do saque e da pilhagem. Freitas qualificava assim os quilombos como “economias seminaturais”, que realizavam trocas mercantis. Tinham chefias, aparelhos técnicos e administrativos, porém, nada que configurasse um Estado. Na sua opinião, apenas no *Quilombo de Palmares* podia ser encontrado um “embrião de Estado”.¹⁷

A partir da argumentação de Freitas e do desdobramento do debate envolvente nesse Congresso será possível analisar algumas perspectivas de Lélia sobre a história do “povo negro”. Para Freitas, a despeito de sua superioridade numérica em diversas regiões e “momentos da história brasileira”, os quilombos constituíram “um grupo ou classe incrivelmente débil” em função dos seguintes fatores: fracionamento, dispersão geográfica, heterogeneidade étnica agravada pela perda de identidade e “profundas animadversões produzidas pela própria história africana”. Outro fator que dificultava a organização, avaliava Freitas, era a “divisão de caráter estamental”, ou seja, a posição de cada um juridicamente naquela sociedade. A maioria era composta de escravos, mas possuía um número considerável de libertos que ao se aliarem aos insurretos colocavam seu *status* de libertos em risco, isto é, ficavam sujeitos à revogação de sua alforria, por ingratidão. E, mais, na divisão entre os cativos proletários e os domésticos, estes últimos não colocariam em risco o seu “tratamento patriarcal”. Além disso, havia divisão étnica entre africanos de origens diversas e os chamados crioulos, que eram os nascidos no Brasil. Os primeiros, anotava Freitas, eram os protagonistas das insurreições por serem “ainda não domados, ainda não quebrada sua resistência e sua rebeldia”; os segundos eram “já enraizados, já com profunda diferenciação cultural, adaptados” tendo, inclusive, “adotado a religião católica”.¹⁸ Enfrentavam um “tremendo obstáculo”: a solidez e a coesão do sistema escravagista, na medida

¹⁶ Registra também várias categorizações: quilombos extrativista, mercantil, pastoril e de mineração.

¹⁷ FREITAS, Décio, SANTOS, Juana Elbein & GONZALEZ, Lélia. Op. Cit., pp. 37.

¹⁸ Ibid., pp. 39 e 40.

em que todos se beneficiavam do sistema, inclusive os livres pobres e a massa branca que vivia de esmolas. Esses fatores demonstravam que “os negros estavam pateticamente sós”. Esse não foi um fenômeno exclusivamente brasileiro.

O referido historiador demonstra que, comparativamente, todos os sistemas escravistas ruíram a partir de fatores externos: em Roma, pela “irrupção das hordas bárbaras”; nos Estados Unidos da América, pelas “baionetas da burguesia do Norte”; e, no Haiti, os escravos se beneficiaram com a ajuda de ingleses e espanhóis “interessados em destruir a rica e florescentes colônia francesa”¹⁹. Para ele, isso significava que os sistemas escravistas constituíam “uma negação daquilo que se poderia chamar de lei da revolução social”, cuja mudança era determinada ²⁰ pelas contradições internas. Esse conceito, revolução ou mudança social, foi elaborado a partir de “determinadas experiências históricas”, notadamente as revoluções burguesas e socialistas. Não foi possível realizar uma revolução ou mudança social, segundo Freitas, em formações sociais pré-capitalistas. Não houve “derrubada súbita” do sistema a partir das “insurreições realizadas pelas classes subalternas”. As mudanças vieram a partir de “elemento exterior, uma força externa que vem para desencadear o processo de desagregação e decomposição do sistema”. No Brasil, por exemplo, teriam sido as pressões externas da Inglaterra com o fim do tráfico de escravos (1850) que explicava, em sua opinião, uma “desescravização” em todos os níveis: geográfico, demográfico, jurídico e econômico. E concluía sobre o escravismo no Brasil: no caso brasileiro desapareceu como “conseqüência de um processo de obsolescência. Ele morre de velho”.²¹ Freitas questionou, então, que tipo de mudança social havia ocorrido. Nas suas palavras, paradoxalmente, foi uma revolução social, porque era um tipo de revolução social num contexto de formações pré-capitalistas oriundas de transformações lentas, a

¹⁹ FREITAS, Décio, SANTOS, Juana Elbein & GONZALEZ, Lélia. Op. Cit., pp. 40.

²⁰ Ibid., pp. 10.

²¹ Ibid., pp. 41 e 42.

partir de pequenas e “imperceptíveis metamorfoses”. E “como dizia um grande pensador alemão, não há vencidos nem vencedores, caso típico dessa revolução brasileira”. Assim desapareceram, segundo Freitas, os senhores e os escravos, sendo que os primeiros conservaram a propriedade dos meios de produção. Assim “as classes não desapareceram fisicamente, desapareceram enquanto classes”, um tipo arcaico de revolução, em que as aquisições eram limitadas. Situação típica da Abolição no Brasil (1888): essa era, para ele, “a raiz da trágica e ultrajante” condição social do negro no Brasil. Compreendê-la era um passo importante para superá-la. E este seria, para o autor, um dos fatores que torna o Brasil uma “nação inconclusa”.²²

A partir dessa alocação do historiador Décio Freitas se estabeleceu um importante debate. A antropóloga Santos contestou, no campo da cultura, a afirmação de que os escravos chegavam despojados de sua cultura de origem. Se esses “negros africanos” não traziam sua cultura, interrogava-se, como depois de quatro séculos: “nós temos essa permanente insurgência de grupos institucionalizados”. Na avaliação de Santos, existia uma oposição “aos padrões e aos valores instituídos pelo Poder”. Por exemplo, frente à Igreja Católica, na medida em que paralelamente a “religião negra” crescia em “diversidade de forma e instituições”, afirmava, esse ir-e-vir permanente, notadamente na Bahia, de dirigentes dessas instituições e “seus colegas africanos” e alude a uma “vasta documentação” que permitia estabelecer “perfeitamente laços de origem, laços familiares e de ancestrais comuns”. Havia, segundo ela, uma “continuidade histórica de instituições negras, africanas, na América Latina”, permitindo um “estado permanente de insurgência, de oposição”. Inclusive uma continuidade identitária, resultando que muitas dessas instituições fossem “verdadeiras comunidades, pólos culturais que se irradiam pela sociedade dominante”.²³ E, para comprovar seus argumentos, Santos convidou os congressistas

²² FREITAS, Décio, SANTOS, Juana Elbein & GONZALEZ, Lélia. Op. Cit., pp. 43.

²³ Ibid., pp. 42.

para assistirem um vídeo produzido em uma comunidade da Ilha de Itaparica, como exemplo desse “novo conceito de insurgência e quilombismo”, pois era um recorte do cotidiano de uma comunidade que demonstrava “uma vida alternativa”, um “modelo próprio” e, assim, “dialeticamente inserida no conglomerado onde se acha localizada”. E, finalmente, a debatedora comparou a perspectiva de Freitas com a de Nina Rodrigues (1862 – 1906), que “achava os escravos no Brasil incapazes de mudanças”, e concluía, considerando paternalista a “afirmação” de que escravos e negros precisam “sempre de um agente exterior para poder lutar por suas mudanças”.²⁴

Dando visibilidade a outra questão central subjacente, que era a teoria marxista, Décio Freitas respondeu que suas palavras tinham sido mal compreendidas e que não havia demonstrado uma visão paternalista sobre os negros; dizendo “evitar um conceito eurocentrista de revolução”. Reafirmava seu conceito de revolução do tipo arcaico, alegando que escravos africanos e escravos romanos, historicamente, tanto no período escravagista quanto em todas as formações pré-capitalistas, não foram capazes de fazer revolução para atender seus interesses e necessidades, ao menos nos termos clássicos que conhecemos, isto é, as revoluções burguesa e socialista. Ademais, destacava: “Eu disse a impotência revolucionária dos escravos, não disse dos negros”. Para ele, quem trabalhava com a história da escravidão a partir da perspectiva marxista deparava-se com um problema: “a indigência do pensamento marxista” para esse tipo de questão, pois, “o marxismo não se ocupou disso”.²⁵

Lélia – criticando Freitas – detalhou toda a sua percepção sobre história, agência e protagonismo negro. Retornando à “linha do pensamento” de Santos, argumentou que “as abordagens efetuadas sempre” partiam da perspectiva do sujeito que “elabora a história do

²⁴ FREITAS, Décio, SANTOS, Juana Elbein & GONZALEZ, Lélia. Op. Cit., pp. 43.

²⁵ Ibid., pp. 43.

oprimido como de um objeto diferente dele”. Assim frisou “[...] nós participamos da perspectiva do oprimido, que é o próprio objeto”. Reconhecendo os “grandes esforços” no resgate da “História do povo brasileiro”, inclusive da contribuição de Freitas²⁶ em “relação ao papel importantíssimo dos quilombos”, diferente dos Bandeirantes, segundo ela, “um ‘esquadrão da morte’ a serviço da Coroa Portuguesa no Brasil”. Neste sentido, Lélia, aproveitou o debate com Décio Freitas, para refletir sobre a função da história para a identidade brasileira. Avaliou assim que – “enquanto negros”, e “descendentes desses insurretos do passado” – era fundamental perceber que ficou a “chama”. Esta explicava o contexto de “estarmos aí nos revoltando, nos rebelando de uma maneira organizada”, como os “nossos companheiros do passado”, agora, segundo ela, “para denunciar um estado de coisa, que sempre nos inferioriza e marginaliza”. Lélia procurou assim ressemantizar a simbologia das lutas anti-escravistas para as lutas anti-racistas.

Enfatizando as continuidades históricas, traçou um paralelo do passado para o presente do Rio de Janeiro, indagando se os quilombos do passado não seriam as favelas de hoje. Os favelados, para espanto dos técnicos, resolveriam a “questão da água na favela”; assim, restaria a esse técnico, segundo Lélia, se perguntar: “Afim, os engenheiros são vocês, ou somos nós?”. Esses, para ela, possuíam uma perspectiva de que os moradores de periferia eram “simples favelados, primitivos, inferiores, incapazes de coisas e tais”. Para a Lélia, tal percepção, preconceituosa, era devida a uma conexão, uma “interligação entre essas favelas e os quilombos, que perduram até os dias de hoje”. A cultura dominante, prosseguia Lélia, tinha uma visão que “nos vê” de uma perspectiva “paternalista, diluidora de pequenos, que nos infantiliza”. Para ela,

²⁶ Cf. As obras: *Palmares: Guerra dos Escravos* (1981), *O Escravismo Brasileiro* (1982), *República de Palmares* (2004) dentre outras, de Décio Freitas.

na narrativa de João do Rio (1881 – 1921)²⁷ percebia-se “uma vida paralela” da sociedade, da cultura e da classe dominante. Dá como o exemplo o período da Ditadura Vargas (1937 – 1945), que ficou “enrolando e criando” mitos sobre a sociedade brasileira. Além disso, “nos bairros periféricos”, desenvolvia-se uma outra visão de mundo: de um lado, o samba; de outro, a religião.

Assim na periferia:

Não se falava em ‘religião’, se falava em ‘lei’, ‘eu sou do samba, mas sou da lei’. Esta questão da identidade étnica permanece nos dias de hoje, apenas ela é silenciada nos textos oficiais, é tirada de cena, é recalcada. É impossível se construir uma nação se não se leva em conta as diferenças e existem diferenças, sim, na sociedade brasileira.²⁸

Por fim, para Lélia Gonzalez existia uma “diferença radical” na sociedade brasileira, por exemplo, entre a sua “figura”, a de uma mulher e negra, e a de um homem branco. Nesse sentido, contrapondo-se a Freitas, e concluindo o debate, afirmava que se não se constatar essa divisão racial e sexual no trabalho no país, não se poderá falar de “flores”²⁹, porque “teremos de falar de uma situação trágica”; o Brasil não se constitui ainda uma nação em função do “caráter absolutamente colonizador das classes dominantes, que dominam, que exploram as classes dominadas”³⁰. Criticava, assim, a perspectiva de Freitas de inconclusão da nação brasileira.

Uma outra História

Nas reflexões de Lélia, a “história oficial”, bem como o discurso pedagógico internalizado desde a infância, apresentavam o brasileiro como um ser “cordial” e a “história do povo brasileiro” como um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões e conflitos. Isso se articulava e se complementava com o mito da democracia racial, gerando e difundindo uma série

²⁷ Um dos mais importantes cronistas do século XIX.

²⁸ FREITAS, Décio, SANTOS, Juana Elbein & GONZALEZ, Lélia. Op. Cit., pp. 44.

²⁹ Uma referência a música *Para não falar de flores* de Geraldo Vandré, 2º lugar no Festival Internacional da Canção (1968), uma espécie de “hino” da resistência à Ditadura Militar brasileira.

³⁰ FREITAS, Décio, SANTOS, Juana Elbein & GONZALEZ, Lélia. Op. Cit. pp. 44.

de estereótipos sobre o negro, tais como: “passividade”, “infantilidade”, “incapacidade mental” e a “aceitação tranqüila” da escravidão, dentre outros. Afinal, segundo a autora, para Aristóteles “existem pessoas que nasceram para dirigir e outras para serem dirigidas”³¹.

Contra-pondo-se à “história oficial”, Lélia construiu um outro referencial, ou seja, *uma outra história – heróica, de luta e de resistência*. Segundo ela, a história do povo brasileiro, e especialmente do que denominava “povo negro” foi outra. Este sempre buscou formas de resistência contra a sua condição subumana. Para sustentar essa argumentação, recorreu às considerações da historiadora e também ativista negra, Maria Beatriz Nascimento³², que tinha como principal objeto de estudo a formação dos Quilombos.³³

O projeto de pesquisa de Beatriz Nascimento, intitulado “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros – dos quilombos às favelas”, era, para ela “um grande sonho”. Uma investigação histórica sobre como os homens e seus grupamentos, que no passado formaram o que convencionamos chamar de “quilombos”, ainda “podem e procuram fazê-los”. Para Beatriz, não se tratava de uma “sobrevivência” ou “resistência cultural”, e sim de uma continuidade histórica, porém, apesar de muito mais abstrato, era esse o objetivo de seu projeto; por isso ele era um sonho. Acreditava que todo historiador era “um conversador e um sonhador de busca de um *continuum*”. Essa continuidade seria nas próprias palavras de Beatriz:

[...] a vida do homem – e dos homens – continuando aparentemente sem clivagens, embora achatada pelos vários processos e formas de dominação, subordinação, dominância e subserviência. Processo que aconteceu, ao longo desses anos, com aqueles que, em nossas abstrações, se englobam na categoria de negros.³⁴

³¹ GONZALEZ. *A mulher negra*. Op. Cit., pp. 90.

³² Historiadora e ativista do movimento negro, assassinada no Rio de Janeiro (1995).

³³ Termo esclarece Lélia, de origem da língua bantu (Angola), significando *capital, povoação, união*, mas a “história oficial” traduz como “valhacouto de escravos fugidos” e que é interessante observar que, na Argentina, o termo significa “bagunça, confusão, *bordel*”.

³⁴ NASCIMENTO, Beatriz. *Kilombo e memória comunitária um estudo de caso*. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: Edição Cadernos Cândido Mendes, nº6-7, 1982, pp. 260.

Apresentado como um relatório parcial no I Seminário Internacional Brasil África, realizado no Rio de Janeiro, entre 4 e 7 de agosto de 1981, Beatriz Nascimento destacava que não era sua pretensão “estar com a verdade” ou “definir uma tese” mas somente dizer: “foi isso que encontrei”. Assim a partir das informações de Beatriz, esclarecia Lélia, ganharia destaque o modelo de sociedades alternativas criado pelos negros:

[...] já em 1559 se tem notícias da formação dos primeiros quilombos, essas formas alternativas de sociedade, na região das plantações de cana do nordeste. E os quilombos existiram em todo o país como a contrapartida, o modo de resistência organizada do povo negro contra a superexploração de que era objeto. Sua distribuição geográfica articulou-se com a migração interna da população escrava (principalmente depois de 1850), forçada a satisfazer as exigências econômicas regionais do sistema. Os chamados “ciclos da economia brasileira” do período escravagista (açúcar, mineração e café, além de outros secundários, como algodão, fumo etc.) obrigavam a população escrava a tais deslocamentos e esta, por sua vez, resistia com a formação dos quilombos.³⁵

E a “história oficial” também não contava, ressaltava Lélia, que o primeiro “Estado livre” de todo o continente americano existiu no Brasil colonial, constituindo-se uma *denúncia viva* do sistema escravista. Mais uma vez, dar-se-á voz à autora, agora, para apresentar o que foi, do seu ponto de vista, o Quilombo dos Palmares:

Estamos falando da República Negra dos Palmares que, durante um século (1595-1695), floresceu na antiga Capitania de Pernambuco. O que essa história não enfatiza é que o maior esforço bélico despendido pelas autoridades coloniais foi contra Palmares e não contra o invasor holandês (1630-1654), como se costuma divulgar (Freitas: 1978). O que ela não enfatiza é que Palmares foi a primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e sócio-econômicos, realizou um grande avanço. Sob a liderança da figura genial de Zumbi, ali existiu uma **efetiva** harmonia racial já que sua população, constituída por negros, índios, brancos e mestiços vivia do

³⁵ GONZALEZ, Lélia. *A mulher negra*. Op. Cit., pp. 90 e 91.

trabalho livre cujos benefícios revertiam para **todos**, sem exceção. Na verdade, Palmares foi o berço da nacionalidade brasileira. E o mesmo se pode dizer com relação aos quilombos, onde a língua oficial era o “pretuguês” e o catolicismo (sem os padres, é claro) a religião comum.”³⁶

Lélia registrava a existência de uma “resistência negra” também na cidade, que classificava como movimentos urbanos armados, tais como aqueles iniciados em 1807 na cidade de Salvador, culminando em 1835 com a “famosa Revolução dos Malês liderados pelos muçulmanos”. Esse fato histórico mereceu da autora dois destaques: em primeiro lugar, diferentemente dos demais, os rebelados tinham como objetivo a tomada do poder; em segundo, “uma mulher extraordinária”, Luiza Mahim, participava tanto na organização quanto na luta armada contra a minoria branca dominante. Esta personagem mantinha um concubinato com um branco que a abandonou, deixando como fruto o que viria a ser mais tarde uma das maiores figuras negras do movimento abolicionista: seu filho Luiz Gama (1830 – 1882).

Destacava, também, a participação dos negros nos movimentos de “libertação nacional”, tanto no período colonial quanto no imperial, referindo-se especialmente à chamada Revolta dos Alfaiates (1798 – 1799) (também conhecida como Configuração Baiana), à Confederação do Equador (1824 – 1825), à Sabinada (1837 – 1838), à Balaiada (1838 – 1841), à Revolução Praieira (1848 – 1850) entre outras. Todavia, sublinhou que essa importante contribuição do negro em tais movimentos jamais recebeu os “benefícios” dos setores “brancos” da sociedade brasileira. Enfim, uma crítica à historiografia acadêmica e oficial contextualizada nos debates de uma “nova” concepção de história, porém, não de todo rompida com o marxismo como veremos na próxima seção.

³⁶ GONZALEZ, Lélia. *A mulher negra*. Op. Cit., pp. 91.

Relações raciais no Brasil

Lélia Gonzalez reportou-se a Louis Althusser (1918 – 1990), na tentativa de caracterizar o racismo, pois teve a intenção de conceituá-lo ou caracterizá-lo como uma construção ideológica e demonstrar como suas práticas se concretizavam em diferentes processos de discriminação racial. Era um discurso de exclusão e tinha sido, após a abolição da escravidão, perpetuado e reinterpretado em favor dos interesses daqueles que dele se beneficiaram e ainda se beneficiam. Para Althusser, como inseria Lélia, nas sociedades de classes, a ideologia era uma representação do real – uma metáfora tomada emprestada de Lacan –³⁷, mas *necessariamente falseada*, porque foi necessariamente orientada e tendenciosa, uma vez que o seu escopo não era dar aos homens o *conhecimento objetivo* do sistema social, e sim, ao contrário, oferecer uma representação mistificada do sistema social para, desta forma, manter os homens no seu “lugar”, no sistema de exploração de classes.³⁸ Ressaltava, assim, que o discurso ideológico era internalizado pelos atores e reproduzido em suas consciências e comportamento imediato, tanto por aqueles que eram por ele beneficiados quanto aqueles por ele prejudicados³⁹. Desta forma, incorporou e reproduziu, reafirmando a proposição de Hasenbalg, a partir da distinção operada por Nicos Poulantzas (1936 – 1979), que apontava dois aspectos da reprodução ampliada das classes sociais. De um lado, que era o principal, a “reprodução dos lugares das classes”, e, de outro lado, o subordinado, “o da reprodução dos atores e sua distribuição entre esses lugares”.⁴⁰

³⁷ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 6ª ed. 2001. pp. 37.

³⁸ GONZALEZ, Lélia. *A mulher Negra*. Op. Cit. pp. 95

³⁹ GONZALEZ, Lélia. “*A questão Negra no Brasil*”. Rio de Janeiro: Ed. Global, 1981, (Cadernos Trabalhistas). pp. 62.

⁴⁰ Cf. GONZALEZ, Lélia. “*A Questão Negra no Brasil*”. Rio de Janeiro: Ed. Global, 1981, (Cadernos Trabalhistas) & GONZALEZ, Lélia. “A mulher negra na sociedade brasileira (Uma abordagem político-econômico)”. In: MADEL, Luz. (Org.). *O lugar da Mulher (Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual)*. Rio de Janeiro. Graal., v. 1, 1982 (Coleção Tendências), dentre outros.

[...] segundo a qual a raça, como atributo socialmente elaborado, relaciona-se diretamente com o aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, ou seja, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. Isto obviamente implica em que as minorias raciais não estão excluídas da estrutura de classes das sociedades multirraciais onde as relações de produção capitalista – ou outras relações, se for o caso – são as dominantes. Mais ainda, o racismo, como articulação ideológica que toma corpo e se realiza através de um conjunto de práticas [...], é um dos principais determinantes da posição dos negros e não-brancos dentro das relações de produção e distribuição. Uma vez que o racismo (de forma similar ao sexismo) transforma-se numa parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, a reprodução da divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para elementos subjetivos como o preconceito⁴¹.

Com essas referências, Lélia Gonzalez discutia a formação econômica do Brasil a partir das análises das relações entre raça, e estrutura de classe e sistema de estratificação social discutida por Hasenbalg.⁴² Nessa perspectiva, coexistiram três processos de acumulação, qualitativamente distintos, porém com autonomia relativa e interdependentes, a saber: o capital comercial, o capital industrial competitivo e o capital monopolista, este último hegemônico. Era uma formação dependente e periférica em relação ao mercado mundial e ainda preservava formas produtivas anteriores (formas pré-capitalistas de exploração de mão-de-obra). O seu desenvolvimento desigual e combinado era mesclado e integrado por momentos históricos distintos. Nessa realidade, constatava que, em “termos de superpopulação relativa”, não existia somente um “exército industrial de reserva” (funcional), mas uma “grande massa marginal crescente” (não-funcional); esta última caracterizava as relações produtivas no Brasil. Para Lélia, na medida em que só podemos falar “de mercado a partir da emergência do trabalhador livre e do capitalismo industrial competitivo”, verificava-se que na força de trabalho também coexistiam “dois mercados de trabalhos

⁴¹ GONZALEZ, Lélia. “A mulher negra na sociedade brasileira (Uma abordagem político-econômico)”. In: MADEL, Luz. (Org.). *O lugar da Mulher (Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual)*. Rio de Janeiro: Graal, v. 1, 1982 (Coleção Tendências), pp. 95

⁴² Cf. HASENBALG, Carlos Alfredo. “*Discriminação e desigualdade raciais no Brasil*”. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

distintos”, o que determinava “uma elevada taxa de dispersão de salários”.⁴³

Nesse sentido, sublinhava a autora, em função da acumulação capitalista, representada pelas grandes empresas monopolistas, uma significativa parcela da “superpopulação relativa” tornava-se supérflua (massa marginal). Na sua composição encontravam-se: a) uma parte absorvida pelo capital industrial competitivo; b) outra parte buscando “refúgio” nas atividades terciárias de baixa remuneração; c) outra ainda composta de uma maioria de desocupados; d) e a totalidade da força de trabalho submetida ao capital comercial. Assim, a autora considerava não ser difícil perceber que existia uma divisão racial e sexual de trabalho, e o dano causado sobre a população negra.⁴⁴

Lélia sustentava que “se quisermos tratar do problema da participação”, ou seja, da integração social do negro na sociedade brasileira, seria preciso passar para as práticas sociais, evitando assim “o risco do economicismo”. Cabia, então, uma indagação mais ampla sobre as instâncias, pois, para ela, era a articulação entre as instâncias econômicas, políticas e ideológicas que dava objetivamente o limite dos “diversos comportamentos possíveis dos atores”. Mas antes julgava necessário observar que havia uma distinção entre integração social (relações harmoniosas ou conflituosas entre os atores) e integração do sistema (relações harmoniosas ou conflituosas entre as partes do sistema). A partir desta distinção, afirmava que, havendo condições estruturais que ameaçassem as partes, a manutenção do equilíbrio se dava na minimização da interdependência, ocorrendo, assim, uma “certa fragmentação do conjunto”. Desse modo, continuava Lélia, “a não-funcionalidade da massa marginal acaba por se converter

⁴³ Cf. GONZALEZ, Lélia. “*A Questão Negra no Brasil*”. Rio de Janeiro: Ed. Global, 1981, (Cadernos Trabalhistas) & GONZALEZ, Lélia. “A mulher negra na sociedade brasileira (Uma abordagem político-econômico).” In: MADEL, Luz. (Org.). *O lugar da Mulher (Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual)*. Rio de Janeiro: Graal., V.. 1, 1982 (Coleção Tendências), dentre outros.

⁴⁴ Cf. GONZALEZ, Lélia. “*A Questão Negra no Brasil*”. Rio de Janeiro: Ed. Global, 1981, (Cadernos Trabalhistas) e GONZALEZ, Lélia. “A mulher negra na sociedade brasileira (Uma abordagem político-econômico).” In: MADEL, Luz. (Org.). *O lugar da Mulher (Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual)*. Rio de Janeiro: Graal., V.1, 1982 (Coleção Tendências), dentre outros.

em afuncionalidade”, favorecendo os diferentes níveis de autonomia do subsistema em que estava contida.⁴⁵

Pensemos, como no caso brasileiro, na combinação parcial dos três sistemas produtivos sob a hegemonia do capital monopolista; como o econômico é o determinante em última instância, o índice de denominação manifesto será diferente em cada um deles. Ora, a manutenção do equilíbrio, mediante a autorização relativa de cada setor, demonstrará seu caráter complicado e instável, uma vez que a interação dos diferentes índices de dominação não pode deixar de ocorrer. Se, de um lado, a instância ideológica predomina ao nível das relações pré-capitalistas, de outro, prevalece a instância econômica se se trata do capitalismo competitivo; mas em termos de capitalismo monopolista, o nível político intervém de maneira crescente em todas as esferas. Em outras palavras, se o liberalismo econômico (capitalismo competitivo) corrói o paternalismo ideológico (no capital comercial, ambos são ameaçados pela lógica planificadora do capitalismo monopolista) que, por sua vez, sofre-lhes a influência⁴⁶.

Nesse contexto, o Estado, afirmava Lélia, exercia um papel fundamental. Era o “mediador necessário”, e usava a “coerção aberta” para impedir a “desarticulação sistêmica”. Ao se introduzir a temática do dualismo sociológico, isto é, sociedade tradicional e sociedade moderna coexistindo no mesmo lugar⁴⁷, a autora constatava que:

[...] a partir da inteligibilidade dessa lógica da incoerência, a necessidade de reequacionar certas análises: se o sistema enquanto um todo exige a redução da interdependência de suas partes, é claro que se a autonomia relativa de uma delas for ameaçada, o sistema também o será. Que se atente, por exemplo, para o “realismo sociológico” da burguesia paulista durante o governo Goulart: as campanhas de alfabetização do Nordeste tornaram-se ameaçadoras para ela, na medida em que se traduziam em custos econômicos e riscos políticos. É nesse tipo de contexto que se inscreve o mito da democracia brasileira⁴⁸.

⁴⁵ GONZALEZ, Lélia. “A questão Negra no Brasil”. Op. Cit., pp. 62.

⁴⁶ Ibid., pp. 62.

⁴⁷ Cf. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes (1978)*, *O negro no mundo dos brancos (1972)* dentre outros.

⁴⁸ GONZALEZ, Lélia. “A questão Negra no Brasil”. Op. Cit., pp. 62.

Para Lélia, a escravidão deixou um legado concreto: a distribuição geográfica da população negra. Sua concentração localizava-se na periferia “em relação às regiões e setores econômicos hegemônicos”, no denominado “Brasil subdesenvolvido”, onde predominavam formas pré-capitalistas, visto que, desde 1888, na Abolição da Escravidão, a população de cor, livre, e os poucos libertos nessa data faziam parte da “massa marginalizada”, exercendo as funções de parceiros, lavradores, moradores/assalariados rurais, trabalhadores de mineração etc. A partir dessa constatação, alegava, dialogando com Florestan Fernandes, poder-se-ia aventar que o racismo não passava de um arcaísmo cuja persistência histórica seria superável pelas exigências da sociedade capitalista moderna⁴⁹: um ponto de vista basilar no pensamento de Florestan Fernandes. Porém, como demonstrou, a integração ao sistema impunha padrões específicos para que ela acontecesse e era nesse contexto que o racismo tornava-se eficiente, na medida que a divisão racial do trabalho era compartilhada por todas as formações econômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Dessa forma, contradizia Florestan Fernandes. Constituíam um critério fundamental “de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social”.⁵⁰

Era em tal cenário que “a questão típica do economicismo” era aventada: ambos, negros e brancos, sofriam a opressão capitalista. Para Lélia, pelo que foi exposto, não restava a menor dúvida quanto a essa questão:

[...] na verdade, a opressão racial faz-nos constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo a partir da vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes,

⁴⁹ Cf. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes* (1978), *O negro no mundo dos brancos* (1972) dentre outros.

⁵⁰ GONZALEZ. *A questão Negra*. Op. Cit., pp. 62.

implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas”⁵¹.

Isso significava, em outros termos, que os brancos, com a mesma origem de classe, educação, por exemplo, entravam nessa competição já possuindo uma vantagem adicional: sua “filiação racial”.⁵² Afirmava que, historicamente, a população deslocava-se geograficamente, obedecendo às exigências da produção econômica (ciclos da cana-de-açúcar, da mineração etc.) e permanecendo em suas regiões de origem em atividades de subsistência ou até mesmo de desvinculação econômica social. Avaliava que foi a partir da cultura cafeeira que teria ocorrido a acumulação primitiva do capital, conseqüentemente surgindo a questão de mão-de-obra livre e, nesse cenário, se situava o movimento abolicionista. Todavia, no 13 de maio (1888), 90% da população de cor era composta de libertos havendo, então, uma polarização na distribuição racial, que foi reforçada e reinterpretada. De um lado, o Brasil subdesenvolvido para o grupo negro e, de outro, o Brasil desenvolvido para o grupo branco.⁵³

Essa divisão racial – que não estava desarticulada de “toda uma política oficial” implementada nos meados de 1930 – estimulou a emigração européia para “solucionar o problema da mão-de-obra no sudeste”. Lélia sublinhava que a participação econômica e social do “povo negro” começava nesse período (1930-1950), em condições melhores que as das demais regiões, porém subordinada hierarquicamente ao grupo branco. Particularmente, no que diz respeito ao acesso à educação, registrava-se um aumento de nível para a população em geral, no período compreendido entre 1950 e 1973; mais uma vez não atingia a população de cor, pois esta não ultrapassava as diferentes fases do ensino de 1º grau. A autora, relacionando esse aspecto com os níveis ocupacionais, constatou que essa população se situava “majoritariamente nos mais

⁵¹ GONZALEZ. *A questão Negra*. Op. Cit., pp.64.

⁵² *Ibid.*,

⁵³ *Ibid.*, pp. 65.

baixos, mas que ela é muito menos beneficiária dos retornos da educação – em termos de vantagens ocupacionais – do que o grupo branco" e destacava, mesmo possuindo o mesmo nível educacional havia um diferencial de renda acentuado. Para o grupo branco, segundo a autora, existia uma relação quase linear entre os níveis, porém para o grupo negro o "incremento educacional não é acompanhado por aumento proporcional de renda".⁵⁴

Tais contradições eram remetidas ao "mito da democracia racial". Perante a letra fria da Lei "todos são iguais"; assim, o Brasil era, para aqueles países em que a discriminação racial era declarada, um exemplo de harmonia inter-racial, permitindo o grupo branco dominante justificar sua indiferença e ignorância. Responsabilizava, assim, o próprio negro pelos "seus papéis sociais mais inferiores". Para finalizar, a autora avaliava oportuno destacar como "formas racionalizadas da dominação / opressão racial" eram compartilhadas pelas "correntes"⁵⁵ ditas progressistas", pois elas "também refletem, no seu economicismo reducionista, o mesmo processo de interpretação etnocêntrica", visto que em suas denúncias das injustiças socioeconômicas, que caracterizavam as sociedades capitalistas, essas "não se apercebem como reprodutoras de uma injustiça racial paralela". Essa "injustiça racial", como já visto, para a autora, tinha como objetivo reafirmar a sua reprodução e a perpetuação.

Tratava-se, na verdade, na visão de Lélia, de indiferença, cinismo e opressão: indiferença para aqueles que a questão racial era uma "questão de classe pura e simples", reforçando sobre a "cabeça dos mais ingênuos" o mito da democracia racial; cinismo para quem nunca "ouviu falar" de discriminação racial, tais como aqueles setores "conservadores e reacionários" e "cara de pau", segundo Lélia, que compuseram a Comissão da Lei Áurea⁵⁶ cujo secretário teve a missão

⁵⁴ GONZALEZ. *A questão Negra*. Op. Cit., pp. 65.

⁵⁵ No texto lê-se "corretas", pp. 66

⁵⁶ Comissão criada pelo Ministério da Justiça em celebração aos 100 da Abolição (1988), presidida pelo Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans e Bragança.

de “sair à cata de um negro que seja doutor em História”: e, por fim, opressão quando o movimento de mulheres não compreendia que o racismo e suas práticas constituíam “formas estruturais de opressão e exploração” tal qual o sexismo⁵⁷.

As críticas de Lélia tinham como alvo alguns setores do pensamento marxista da esquerda brasileira. Como frisou Maria Paula Araújo, analisando o marxismo nos anos 1970 no Brasil, a totalidade na teoria marxista “não é, necessariamente, homogeneizante nem reducionista; não nega a multiplicidade nem a diversidade” mas, supõe que haja “uma chave” para explicar a última. Dessa forma, “a riqueza da vida social” poderia ser compreendida e representada no seu conjunto por uma teoria, sobretudo, “de um método que, partindo das determinações mais simples, seja capaz de dar sentido ao conjunto da vida social humana”. E mais, argumenta Araújo, “no projeto político marxista”, a revolução socialista tem por objetivo a construção de um novo mundo de uma nova totalidade, que é a sociedade socialista, e ela será universal⁵⁸. Um dos elementos centrais em sua cultura era a noção de sujeito universal, que diz respeito à idéia de “um sujeito histórico, politicamente construído a partir da identidade de interesses, de visão de mundo e da unidade na ação: a classe operária e seus aliados através de seu partido”. A primeira exprimia o interesse de todos os oprimidos e explorados e tem por tarefa a emancipação de toda a humanidade. Era a sua vocação e está embasada cientificamente⁵⁹.

Mas, paradoxalmente, o marxismo negava a importância do sujeito na História. Posto não ser a sua ação política e escolha que produziam a História. Era esse – na década de 1970 – o

⁵⁷ Cf. GONZALEZ, Lélia. “*Para as minorias, tudo como dantes...*”. E agora, Brasil. Lua Nova. Cidade: Brasiliense, V. 1, nº 4, janeiro-março, 1985 (Cultura e Política). pp. 11 e GONZALEZ, Lélia. “Mulher Negra”, *Cartas – falas, reflexões e memórias*. Informe de Distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro – 1695 – 1995/ 300 anos de Zumbi – falas e escrituras, 1988, pp. 179.

⁵⁸ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo da década de 1970*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. pp. 102.

⁵⁹ *Ibid.*, pp. 103.

debate sobre o marxismo, no qual, em virtude de sua trajetória, Lélia também estava inserida, porém em permanente tensionamento, o que lhe permitia fazer o seguinte questionamento:

[...] até que ponto essas correntes, ao reduzirem a questão do negro a uma questão sócio-econômica, não estariam evitando assumir o seu papel de agentes do racismo disfarçado que cimenta as nossas relações raciais? Nesse sentido, seu discurso difere muito pouco daquele das correntes conservadores, que por razões óbvias, desejam manter os seus privilégios intocáveis.⁶⁰

Era o que constatou, por exemplo, Abdias do Nascimento, que se auto-exilou numa longa peregrinação. Registrava, também, essa especificidade do racismo brasileiro ao relatar sua experiência nos Estados Unidos, assinalando que em nada afetou sua posição sobre o racismo e a “luta negra” empreendida no Brasil. Porém, foi riquíssima no que diz respeito ao contato com uma “comunidade militante cuja liberdade de expressão permitia uma linguagem radicalizada”. Essa era a diferença em comparação com o Brasil porque, para Abdias, nos Estados Unidos os “negros podiam soltar a língua, afirmar diretamente suas posições independentes” ao passo que para os negros no Brasil existiria a necessidade de “maneirar, lançar mão de metáforas, praticar o chamado ‘jogo de cintura’, tomar cuidado com a expressão verbal ou escrita”. Por fim, Abdias, avaliou que não aprendeu nada de novo com os negros naquele país, todavia, o que não era pouco, sentiu-se, segundo ele, a vontade para desenvolver o seu “próprio pensamento sem aquela mordada da democracia racial, de esquerda ou de direita, que sempre nos prendia no Brasil”⁶¹

Nesse sentido, Lélia finaliza que em outros termos, “o paternalismo/liberalismo racial” que permeou o “discurso revolucionário” contra o monopólio do capital revelava um “não-

⁶⁰ ARAÚJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada*. Op. Cit., pp. 66.

⁶¹ NASCIMENTO, Abdias & LARKIN NASCIMENTO, Elisa. “Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938 – 1997”. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo & HUNTLEY, Lynn (org.). *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000, pp. 217.

consciente de perpetuação dos mecanismos de dominação utilizados pelo sistema que combate”. Para ela, na medida em que esse “discurso não é consciente de seus fundamentos e de seus efeitos ele não pode se dizer científico”, visto que sequer percebia as armadilhas da ideologia.⁶² E eram armadilhas que atingiam a todos, como veremos no próximo capítulo.

⁶² GONZALEZ. *A questão Negra*. Op. Cit., pp. 66.

CAPÍTULO 4

TEORIAS, SENTIDOS E DIÁSPORAS: IDENTIDADES NEGRAS DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO

Dom Avelar Brandão (1920 - 1973), Arcebispo da Bahia, afirmava que a africanização do Brasil era um modo de regressão. Uma assertiva que causava em Lélia discordância e desconfiança. Para ela, o arcebispo “acordou tarde” e “dançou aî”, isto é, o Brasil “já está e é africanizado”¹. Essa era uma das conclusões do seu artigo, *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*² apresentado no IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais (1980), no Grupo de trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”. Afirmações como as do Arcebispo estimularam Lélia a identificar uma certa “neurose” na sociedade brasileira, bem como as “artimanhas” daqueles que se beneficiavam do racismo brasileiro. Assim, no texto em epígrafe poderemos acompanhar de um lado seu aprofundamento teórico e, de outro, seu amadurecimento político. Como assinala Araújo, ao estudar o pensamento político nos anos 1970, as experiências intelectuais tornavam o ‘sujeito da diferença’ livre para “viver sua especificidade e partilhá-la com outros”. Para Lélia não foi diferente.

A partir da metade da década de 1970, os movimentos sociais passaram a desenvolver uma dinâmica cada vez mais sustentada por suas particularidades. Ao mesmo tempo em que se afastavam das “formas tradicionais da política, e mesmo da esquerda”. Isto acontecia por existir uma certa desconfiança em “relação às idéias de totalidade, universalidade e identidade de interesse”. Ainda assim mantiveram com a década anterior as seguintes referências: “o sentido

¹ GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo*. Op. Cit., pp. 236.

² Ibid., pp. 223-44.

forte da dissidência, de heterodoxia, a desconfiança das modalidades tradicionais de representação política (como partidos e sindicatos), a valorização da fala pessoal e da ação direta, sem intermediários”. Dessa forma, criava-se uma “nova idéia de esquerda”, distanciada do “paradigma marxista” e, como conseqüência, os movimentos sociais passaram a exigir “dos políticos e intelectuais uma nova forma de olhá-los”. Grupos e movimentos não representariam apenas “grupos de interesses, mas grupos identitários com visões de mundo, códigos de valores e padrões comportamentais próprios”.³ É nesse contexto que Lélia Gonzalez apresentava de forma original as suas reflexões no espaço acadêmico. Ela destacaria numa longa epígrafe – *Cumé que a gente fica* – as relações de conflito raciais e a hegemonia de um certo pensamento social no Brasil.

Cultura e identidade num Brasil Ladino

Na epígrafe em questão, relatou o lançamento de um “negócio de livro sobre a gente”, ressaltando que o grupo “foi muito bem recebido e tratado com toda consideração”, sendo que alguns deles “até” foram convidados para se sentarem à mesa, cuja temática era: opressão, discriminação e exploração. Criava então uma narrativa onde os brancos, “gente fina, educada, viajada... Sabiam das coisas”, não perceberam, ocupados que estavam em ensinar ao “crioléu” da platéia, que os convidados ficaram no fundo e, que, se apertassem, todos poderiam sentar-se no mesmo nível. Lélia era umas das convidadas e, a uma certa altura, uma “neguinha” deu uma de atrevida e começou a reclamar de umas coisas que estavam acontecendo na festa.⁴ Armou-se a “quizumba”.⁵ Foi uma “deixa” para a platéia se insurgir aos gritos e vaias. De um lado, os

³ ARAÚJO, Maria Paula. Op Cit., pp. 112.

⁴ Era comum, nessa época, os ativistas, debatedores ou não, discordarem frontalmente dos pontos de vista dos “acadêmicos”.

⁵ Conflito em que se envolvem numerosas pessoas; confusão. No mesmo registro, para Nei Lopes, provavelmente alterado do Quizomba; festa, “aos olhos do racismo as festas dos negros sempre foram sinônimo de confusão.

brancos, “brancos de raiva e com toda a razão”; de outro, a “zoada toda da negrada ignorante e mal educada”. Era demais. Nesse impasse um branco se enfezou e partiu para cima de um “crioulo que tinha pegado no microfone pra falar contra os brancos”. A festa acabou em briga. E questionava Lélia:

Agora, aqui pra nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora tá queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é à toa que eles vivem dizendo que ‘preto quando não caga na entrada caga na saída’...⁶

Através da reconstrução dessa narrativa, Lélia abordou a identificação do dominado com o dominador. Ela estava dialogando com Frantz Fanon (1925 – 1961), um importante intelectual do Caribe que se destacou pelas suas reflexões sobre o colonialismo e o capitalismo moderno. Para ele, o homem negro, por causa de “uma série de aberrações afetivas”, se fixou “no centro de um universo”, ou seja, de um lugar de onde é preciso e é fundamental tirá-lo. Sua pretensão era “libertar o homem de cor de si mesmo”.⁷ Avaliava que era uma tarefa lenta, pois existiam dois pólos: “o Branco e o Negro”. Na sua obra *Pele Negra, Máscara Brancas* – uma análise psicológica de uma relação freqüentemente destrutiva – tentou compreender a relação entre esses dois pólos. De um lado, o branco era escravo de sua brancura; de outro, o negro de sua negrura. Assim, na mesma realidade, encontraríamos um “círculo vicioso” e um “impasse”: o primeiro julgava-se superior e o segundo queria demonstrar ao branco “custe o que custar, a riqueza de seus pensamentos, a força comparável de seus espíritos”. Era dessa maneira que se engendraria entre as raças um “complexo psico-existencial de massa”. A tarefa que se impõe, segundo Fanon,

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa; Houaiss, Antônio e Villar, Mauro S., Instituto Antônio Houaiss de lexicografia e Bancos de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda; Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, pp. 2367.

⁶ GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo.. Op. Cit.*, pp. 223.

⁷ FANON, Frantz. *Pele Negra, máscara brancas*. Rio de Janeiro: Livraria Fator, 1983, pp. 10.

é analisá-lo para destruí-lo.⁸ Destacou ainda o referido autor que “a verdadeira desalienação do negro supõe uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais”, pois se havia um complexo de inferioridade ele era duplo: inicialmente econômico, depois, pela “epidermização” da inferioridade.⁹ Fanon não se sentia impedido de, sem “condescendência”, caracterizar como “doente” tanto aquele que “adora” os negros quanto aquele que os “execra”, e, para ele, era tão “infeliz” o negro que quer “embranquecer” quanto o negro que pregava o “ódio” ao branco¹⁰. Ambos são escravos: o primeiro de sua brancura, o segundo de sua negrura e, nesse sentido, Fanon afirmava ser essencial “deixar o homem livre”.¹¹

Lélia rearticulou as reflexões proposta por Fanon, analisando – para o Brasil – a relação de dominação entre brancos e negros e o dano psíquico causado pelo embranquecimento. Mais que isso, Lélia, recuperou uma “identificação”, operando sua análise com o sexismo. Para isso, se fez as seguintes indagações:

[...] o que foi que ocorreu, para que o mito da democracia racial tenha tido tanta aceitação e divulgação? Quais foram os processos que teriam determinado sua construção? Que é que ele oculta, para além do que mostra? Como a mulher negra é situada no seu discurso?¹²

Dessa forma, situou-se num lugar que determinou sua interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para ela “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” e, sua articulação com o sexismo, produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Na articulação entre sexismo e racismo, Lélia vai aprofundar sua análise e adotar uma postura crítica para não

⁸ FANON, Frantz. “*Pele Negra, máscara brancas*”. Op. Cit., pp. 11.

⁹ Ibid., pp. 12.

¹⁰ Ibid., pp. 10.

¹¹ Ibid., pp. 10.

¹² GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo*. Op. Cit., pp. 225

reproduzir e repetir modelos oferecidos pelo “esforço de investigação das ciências sociais”, pois este se encontrava preso a uma perspectiva tão-somente socioeconômica. Assim, sua perspectiva é construída a partir da vivência como feminista (porém destacando ser uma mulher negra) e pelo instrumental oferecido pela psicanálise.

Há uma intenção não manifesta totalmente por Lélia em aprofundar uma epistemologia para entender a sociedade brasileira. O conhecimento produzido pelas ciências sociais elucidava “uma série de problemas propostos pelas relações raciais”; contudo, “ficava (e ficará)”, afirmava, “sempre um resto que desafiava essas explicações”; tal situação começou a incomodá-la¹³. É a partir da insatisfação com as noções de mulata, de doméstica e de mãe-preta, nessas explicações, que a “martelavam” com sua insistência, que a autora busca suportes epistemológicos, a partir de Freud (1856 – 1939) e Lacan (1901 – 1981), fundamentalmente, na psicanálise. Considerando as perspectivas de Miller sobre a linguagem, introduz as preposições de Lacan em suas reflexões:

O que começou com a descoberta de Freud foi uma outra abordagem da linguagem, uma outra abordagem da língua, cujo sentido só veio à luz com sua retomada por Lacan. Dizer mais do que sabe, não se saber o que diz, dizer outra coisa que não o que se diz, dizer outra coisa, falar para não dizer nada, não são mais, no campo freudiano, os defeitos da língua que justificam a criação das línguas formais. Essas são propriedades inelimináveis e positivas do ato de falar. Psicanálise e Lógica, uma se funda sobre o que a outra elimina. A análise encontra seus bens nas latas de lixo da lógica. Ou ainda: a análise desencadeia o que a lógica domestica¹⁴

Para ela, “na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim determina a lógica da dominação”, cabia, então, uma indagação pelo viés psicanalítico. Nesse sentido, a alternativa proposta por Miller possibilitava formular novas

¹³ GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo*. Op. Cit., pp. 225.

¹⁴ Ibid.

questões, ao mesmo tempo em que se posicionava em determinado lugar:

[...] por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue e muita vezes, nós o sabemos) domesticar. E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente por que temos sido falados, infantilizados (*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.¹⁵

Assim, para Lélia, a primeira coisa que se percebe “nesse papo de racismo” é sua naturalização, ou melhor, é incorporado por “todo mundo”: negro vive na miséria, justificado por esta lógica da dominação, “porque têm umas qualidades que não estão com nada”, tais como: “irresponsabilidade”, “incapacidade intelectual”, “criancice” etc. Daí, segundo a autora, “é natural” ser perseguido pela polícia por não gostar de trabalhar, logo é considerado um malandro, e se é malandro, é ladrão, portanto tem de ser preso; se for menor, só pode ser pivete ou trombadinha, “pois filho de peixe peixinho é”. Quanto à mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta, basta ler o jornal, ouvir o rádio e assistir televisão. “Eles não querem nada”. “Portanto têm mais é que ser favelados”.¹⁶ Continuou, de forma irônica, como a narrativa daquela “neguinha atrevida” da festa, a desafiar a tudo e a todos:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante com umas feições tão finas... Nem parece preto.¹⁷

¹⁵ GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo*. Op. Cit., pp. 225

¹⁶ *Ibid.*, pp. 226.

¹⁷ *Ibid.*

Assim avaliava:

Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo. E se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?) Seguindo por aí, a gente também pode apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel.¹⁸

A partir deste ponto de vista, ou melhor, deste lugar, a autora propunha-se a: “trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar”, referindo-se às noções de consciência e memória. Considerava a primeira, a consciência, o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento até do saber; nela, o discurso ideológico se fazia presente. A segunda era o não-saber que conhecia esse lugar de inscrições que restituiria uma história que não foi escrita, “o lugar da emergência da Verdade” estruturada como ficção. “A consciência exclui o que a memória incluir”. Assim como lugar de rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante – ou os seus efeitos – numa dada cultura, ocultando a memória mediante a imposição do que a consciência afirma como “a” verdade. Considera que a memória tem “artimanhas” e “jogo de cintura”, por isso, ela, a memória, fala a partir das “mancadas” do discurso da consciência.

O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela pra tudo nesse sentido. Só que isso ta aí ... e fala¹⁹

É importante destacar, trazendo para o corpo de texto, uma nota em que Lélia,

¹⁸ GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo*. Op. Cit., pp. 226.

¹⁹ *Ibid.*, pp. 227

exemplificando a eficácia da “ideologia do branqueamento” sobre a “crioulada”, analisou que:

[...] foi justamente um crioulo, apelidado de mulato, [...] foi o primeiro a [...] articula[r] [em] discurso ‘científico’. A gente tá falando do ‘seu’ Oliveira Viana. Branqueamento, não importa em que nível, é o que a consciência cobra da gente, prá mal aceitar a presença da gente. Se a gente parte para alguma crioulice, ela arma logo um esquema pra gente ‘se comportar como gente’. E tem muita gente que embarca nessa²⁰.

Segundo Lélia, para “quem saca de crioulo” as argumentações de M. D. Magno eram “uma mina de ouro”. Em seu texto, “América Ladina: Introdução a uma abertura”²¹ ele questionou uma suposta latinidade brasileira ao afirmar que o Brasil é uma América Africana. Tal preposição permitiu a Lélia “revelar” e colocar “em cena” o que a “boçalidade europeizante” tenta calar e mistificar. Por isso, as declarações do Arcebispo só deveriam causar desconfiança, pois, na verdade, seria uma forma de ocultação de um temor, como veremos mais adiante. É a partir dessas considerações que Lélia analisava que:

E justamente por isso tamos aí, usando de jogo de cintura, prá tentar se entender. Embora falando, a gente, como todo mundo, tá numa escritura. Por isso a gente vai tentar apontar praquela que tascou sua assinatura, sua marca, seu selo (aparentemente sem sê-lo), seu jamega, seu sobre-nome como pai dessa ‘adolescente’ neurótica que a gente conhece como cultura brasileira. E quando se fala de pai tá se falando de função simbólica por excelência. Já diz o ditado popular que ‘Filhos de minha filha, meus netos são: filhos do meu filho, serão ou não’. Função paterna é isso aí. É muito mais questão de assumir do que de ter certeza. Ela não é outra coisa senão a função de ausentificação que promove a castração. É por aí, graças a Frege, que a gente pode dizer que, como o zero, ela se caracteriza como escrita de uma ausência.²²

²⁰ GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo*. Op. Cit., pp. 227.

²¹ Cf. M.D. Magno. *América Ladina: Introdução a uma abertura*. Rio de Janeiro: Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, 1980.

²² GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo*. Op. Cit., pp. 236.

Segundo Lélia, o nome dessa ausência é o nome que se atribui à castração:

E o que é que falta para essa ausência não ser ausente, para completar essa série? Um objeto que não há, que é retirado de saída. Só que os mitos e as construções culturais etc. vão erigir alguma coisa, alguma ficção para colocar nesse lugar; ou seja, qual é o nome do Pai e qual é o nome do lugar-tenente do Nome do Pai? Por um motivo importante, porque se eu souber qual é o nome qual é o nome do lugar-tenente do Nome do Pai, acharei esse um (S¹) que talvez não seja outra coisa senão o nome do Nome do Pai.²³

Para a autora o S¹ é o Sobre-nome, ele inaugura a ordem significante de nossa cultura e, por isso, ela concordava com M.D. Magno, que atribuía ao significante Negro o lugar de S¹. Que se pense, argumenta a autora, no mito de origem elaborado por Mario de Andrade (1893 – 1945). Macunaíma nasce negro, “preto retinto e filho do medo da noite” e, posteriormente, “branqueia como muitos crioulos que a gente conhece, que, se bobear quer virar nórdico”.

Por esse caminho, argumentava, poderíamos compreender a ideologia do branqueamento: “a lógica à dominação que visa à dominação da negrada mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais”. No entanto, lembrava que Macunaíma era o “herói da nossa gente”, e nada melhor do que um herói para exercer a função paterna. Pensemos, sugeria a autora, nos outros heróis, tais como Zumbi, que é uma força simbólica como significante para “cutucar” a consciência da negrada para o seu despertar, Ganga-Zumba, até mesmo Pelé. E nesse outro herói chamado a “Alegria do Povo”²⁴. Eles estão como repetição do S¹ e são representações populares dos heróis. E concluía: os heróis oficiais são produtos da lógica da dominação e por isso eles estão excluídos; nada dizem, segundo a autora, para “a alma de nossa gente”²⁵.²⁶

²³ GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo*. Op. Cit., pp. 236.

²⁴ Trata-se do jogador de futebol Manuel Garrincha.

²⁵ Lélia se inspira na obra de referência de Du Bois, *As almas da gente negra*. Nela o autor articula as realizações materiais e intelectuais da “gente negra”. Cf. DU BOIS, William Edward Burghardt. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed, 1999.

Lélia esclareceu que para M.D. Magno, Macunaíma é “o eroí sem H” e, Zumbi, no imaginário popular nordestino, é invocado para as crianças se comportarem “bem”. Para ela, deve ser percebido como uma reminiscência do temor dos senhores de engenho dos ataques de surpresa de Zumbi.²⁷ É por essa via que a autora entende as falas contra o negro: são modos de ocultação e de assunção da própria castração, como estas expressões problematizadas pela autora de vários modos e circunstâncias – “preto correndo é ladrão” (que a autora sugere ser, talvez, ladrão de “uma onipotência fálica”); “mulata assanhada”,²⁸ instrumento de tortura da polícia da Baixada Fluminense; o verbete “negro” no “Aurélio” (que é para Lélia uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo); o porquê do medo do “seu” bispo com a “ameaça da africanização do Brasil”; a insistência de colocar os negros em “determinados lugares” e “que lugares são esses”, indaga a autora. Finalmente, o porquê do medo de se ter preconceito, ao mesmo tempo em que se acha natural que o “lugar do negro” seja as favelas, os cortiços e alagados.²⁹

Por isso, Lélia postula que as condições materiais de existência da população negra remetem a condicionamentos psicológicos, que “devem ser atacados e desmascarados”. Elas, segundo a autora, não são um acaso, são historicamente construídas:

[...] parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do *lugar natural* de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são as moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande

²⁶ GONZALEZ. *Racismo* Op. Cit., pp. 237.

²⁷ Ibid.

²⁸ Cabo de vassoura introduzido no ânus do preso.

²⁹ GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo*. Op. Cit., pp. 238

e o sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’ (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço³⁰.

No Brasil falamos o pretuguês, diz Lélia, porque a troca do **r** pelo **l**, como, por exemplo, em Framengo, é uma marca lingüística de um idioma africano no qual inexistente o **l**, e não prova de ignorância de quem assim fala; ao contrário, ignorante é aquele que desconhece essa marca porque, “ao mesmo tempo em que acham um barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá. Não sacam que tão falando pretuguês”.³¹

Só que na hora de mostrar o que eles chamam de ‘coisas nossas’, é um tal de falar de samba, tutu, maracatu, frevo, candomblé, umbanda, escola de samba e por aí afora. Quando querem falar do charme, da beleza da mulher brasileira, pinta logo a imagem de gente queimada da praia, de andar reboativo, de meneios no olhar, de requebros e faceirices. E culminando, pinta este orgulho besta de dizer que a gente é uma democracia racial. Só que quando a negrada diz que não é, caem de pau em cima da gente, xingando a gente de racista. Contraditório, né? Na verdade, para além de outras razões, reagem dessa forma, justamente porque a gente põe o dedo na ferida deles, a gente diz que o rei tá pelado. E o corpo do rei é preto e o rei é Escravo.³²

É na dialética do Senhor e do Escravo que a autora encontra explicação para essa inversão e subversão. É justamente no carnaval, uma festa cristã, num espaço cristão, que o reinado desse rei se manifesta. O Carnaval Brasileiro tem uma especificidade, uma subversão que só tem a ver com o negro. É nele que a “negrada” sai para realizar o seu gozo e fazer a sua gozação, e os não-negros saúdam e abrem passagem para o Mestre-Escravo no reconhecimento manifesto de sua

³⁰ GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Op. Cit, pp. 15.

³¹ GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo*. Op. Cit, pp. 238.

³² *Ibid.*, pp. 239.

realeza. É esse o momento de exaltação da cultura Amefricana que se dá através da mulata, desse “produto de exportação”, que remete a um reconhecimento internacional, a um assentimento para além dos interesses econômicos e sociais etc, embora que com eles se articulem. Não é por acaso que a mulher negra, na condição mulata, conforme a autora, posto sabe e conhece, “bota pra quebrar com seu rebolado”.

Quando se diz que o português inventou a mulata, isso nos remete exatamente ao fato de ele ter instituído a raça negra como objeto a; e a mulata é crioula, ou seja, negra nascida no Brasil, não importando as construções baseadas nos diferentes tons de pele. Isso aí tem mais a ver com as explicações do saber constituído do que com o conhecimento.³³

No carnaval, tem-se a exaltação do mito da democracia racial, segundo Lélia, porque neste curto período o Senhor-Escravo mostra que ele, sim, transa e conhece a democracia racial, e é por isso que no resto do ano há reforço do mito da democracia racial para não se olhar para onde, o Senhor-Escravo, aponta.

Para ela, é uma verdade que deve ser recalcada, tirada de cena para, em seu lugar, ficarem as ilusões que a consciência cria para si mesma. É desse ponto de vista que Lélia encontra explicação para a interdição/invisibilidade dos negros na sociedade brasileira. Senão como se explicaria “[...] o fato dos brancos proibirem a presença da gente nesses lugares que eles chamam de chique e da gente não ter essas frescuras com eles?” E reproduz a “sacação” de M. D.Magno:

Na dialética Senhor-Escravo, porque é a dialética da nossa fundação (...), aonde sempre o senhor se apropria do saber do escravo, a inseminação, por vias desse saber apropriado, como marca que vai dar em relação com S², não foi produzida pelo escravo, que na dialética, retoma o lugar do senhor, sub-receptivamente, como todo escravo. (...) quer dizer, o lugar do senhor que era de outrem, mas a produção e a apropriação do lugar-tenente de nome do pai veio marcada, afinal, por esse elemento africano³⁴.

³³ GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo*. Op. Cit, 240.

³⁴ Ibid.

E, finalmente, em diferentes lugares da cultura brasileira, Lélia encontra a presença desse elemento, como na Umbanda, haja vista o 31 de Dezembro, no futebol e nas festas de largos em Salvador. Mas chama a atenção para os hospícios, as prisões e as favelas; esses são os lugares privilegiados da culpabilidade branca enquanto dominação e repressão, e isso ocorre porque o Significante-Mestre foi roubado pelo escravo que se impôs como senhor.³⁵

Amefricanidade³⁶

O artigo *A categoria político-cultural de Amefricanidade*³⁷ é publicado pela *Revista Tempo Brasileiro*, edição comemorativa ao Centenário da Abolição (1988). Nesse período Lélia Gonzalez já exercia cargos públicos de relevância, inclusive seu ativismo era reconhecido internacionalmente. Assim, o texto foi apresentado por Lélia como resultado de suas reflexões anteriores³⁸. Segundo ela, sua raiz deriva da retomada de uma idéia de Bety Milan e desenvolvida por M. D. Magno (1981). Na sua perspectiva, trata-se de um “novo” enfoque sobre a formação histórico-cultural do Brasil. Esse, por razões geográficas e especialmente da ordem do inconsciente, não era o que se afirmava: um “país cujas formações do inconsciente são exclusivamente européia, branca”. Ao contrário, para a autora, representava uma América Africana porque, na ausência de uma latinidade, teve seu **t** trocado pelo **d** para assim poder assumir o seu nome *Améfrica Ladina*. Destacava que é por isso que a *neurose cultural* brasileira tinha no racismo o seu sintoma por excelência. A partir deste ponto de vista, advogava que todos

³⁵ GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo*. Op. Cit. 240.

³⁶ Este trabalho a autora dedica a Marie-Claude e Shawna pelo incentivo e é também uma homenagem ao Honrável Abdias do Nascimento.

³⁷ GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de Amefricanidade*. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro: 92/93 janeiro – junho, 1988. pp. 73.

³⁸ Cf. GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo*; GONZALEZ, Lélia. “Por um Feminismo Afrolatinoamericano”. *Revista Isis*. Cidade: Editora. julho/88. Ano e GONZALEZ, Lélia. *Pilar da Amefricanidade*. *Revista Humanidades*. Brasília: Ed. da UNB, nº 17, 1988.

os brasileiros são ladinoamefricanos, não só os “pretos” e os “pardos” do IBGE.³⁹

Os argumentos ensaiados por Lélia Gonzalez para entender as identidades teria aqui outros desdobramentos. Vejamos a concepção do sujeito moderno na “modernidade tardia”, que, para alguns, segundo Stuart Hall, não foi só uma “desagregação” mas um “deslocamento” (fragmentação/descentração) que se realizou “através de uma série de rupturas no discurso do conhecimento moderno”⁴⁰. Ele considerou a “descoberta do inconsciente de Freud”⁴¹ um dos cinco avanços⁴² “na teoria social e nas ciências humanas ocorridas no pensamento”⁴³. Apesar dos questionamentos de que os “processos inconscientes não podem ser vistos ou examinados”, não resta dúvida para ele de que o seu impacto foi considerável⁴⁴. De forma incompleta, algumas destas argumentações podem ser encontradas no pensamento de Lélia Gonzalez.

Em primeiro lugar, destacamos a leitura que Lacan faz do “pai da psicanálise”. Segundo Hall, a “imagem do eu”, na perspectiva lacaniana, inteira e unificada, a criança “*aprende*” somente “gradualmente, parcialmente e com grande dificuldade”. Seu desenvolvimento não se realiza no “interior do seu núcleo” e, sim, é formado em relação com os outros, mas especialmente com as “complexas negociações psíquicas inconscientes, na primeira infância, entre a criança e as poderosas fantasias que ela tem de suas figuras maternas e paternas”.⁴⁵ Nesse estágio, a criança não está coordenada, não tem auto-imagem como uma pessoa “inteira”: é a “fase do espelho”. Destacava que o reflexo que ela vê, ou imagina, é “no ‘espelho’ do olhar do outro”; argumenta que, de certa forma, tem uma aproximação com a concepção de Mead e Cooley do “eu interativo”, mas há uma distinção, pois enquanto para estes a socialização é uma

³⁹ GONZALEZ, Lélia. *Amefricanidade*. Op. Cit., pp. 69.

⁴⁰ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 6ª ed., 2001, pp. 34.

⁴¹ Ibid, pp. 56.

⁴² Destacaremos dois avanços, a psicanálise e a linguagem, os demais são: as tradições do pensamento marxistas, o trabalho de Michael Foucault e o impacto do feminismo.

⁴³ HALL, Stuart. Op. Cit., pp. 36.

⁴⁴ Ibid, pp. 39.

⁴⁵ Ibid, pp. 37.

questão de “aprendizagem consciente”, para Freud “a subjetividade é o produto de processos psíquicos inconscientes”.⁴⁶

Assim, a formação do “eu no ‘Olhar’ do Outro” é que inicia a relação da criança com os sistemas simbólicos que estão no seu exterior. É a sua entrada nos vários sistemas de representação simbólica “incluindo a língua, a cultura e a diferença sexual”.⁴⁷ Os sentimentos são contraditórios e não resolvidos que o acompanham nessa difícil entrada – dividida entre o amor e ódio ao pai, o desejo de agradar e o impulso de rejeição à mãe, divisão do seu “eu” entre suas partes “má e boa”, a negação entre sua parte masculina ou feminina, dentre outras – “são aspectos-chave da ‘formação do inconsciente do sujeito’ e que deixam o sujeito ‘dividido’, permanecem com a pessoa por toda a vida”, afirma Hall. Entretanto, mesmo “sempre” partido e dividido, o sujeito vivencia sua identidade como algo que estivesse “reunida e ‘resolvida’, ou unificada, como resultado da fantasia de si mesmo como uma ‘pessoa’ unificada que ele formou na fase do espelho”. Para esse tipo de pensamento psicanalítico, esta é a origem contraditória da “identidade”.⁴⁸

A identidade é formada ao longo do tempo e terá sempre algo “imaginário ou fantasiado sobre sua unidade”, sempre em “processo” e sempre “sendo formada”. Nesse sentido, para Hall, no lugar de identidade como uma coisa acabada, devemos falar em “*identificação*” e percebê-la como um “processo em andamento”. A primeira não surge tanto da “plenitude de identidade”, que já faz parte do interior do indivíduo, mas de “uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso *exterior* pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros”. Assim, conclui Hall, psicanaliticamente, continuamos buscando a ‘identidade’ e construindo biografias que “tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque

⁴⁶ HALL, Stuart. Op. Cit., pp 37.

⁴⁷ Ibid., pp. 38.

⁴⁸ Ibid.

procuramos recuperar esse prazer fantasiado da plenitude”.⁴⁹

Em segundo destacamos “o trabalho de lingüística estrutural” de Ferdinand de Saussure (1857 – 1913). Para Stuart Hall, a argumentação de Saussure parte do princípio que não somos “autores” das afirmações nem dos significados expressos na língua. Ela é utilizada para “produzir significados apenas nos posicionando no interior das regras da língua e dos sistemas de significado de nossa cultura”. É um sistema social e não individual e existente antes de nós, por isso não somos os autores. Não expressamos apenas nossos pensamentos interiores e originais, mas também significa “ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais”.⁵⁰

E mais, segundo Hall, seus significados não são fixos “numa relação um-a-um com os objetos ou eventos no mundo existente fora da língua”. Daí que o “significado surge nas relações de similaridade e diferença que as palavras têm com outras palavras no interior do código da língua”. É “a noite” porque sabemos que não é “o dia”. Para Hall existe uma analogia entre a língua e a identidade. Para ele, “[e]u sei quem “eu” sou em relação com o ‘o outro’ (por exemplo, minha mãe) que eu não posso ser. Como diria Lacan, a identidade, como o inconsciente, ‘está estruturada como a língua’”⁵¹. Para Hall, os modernos filósofos da linguagem, dentre eles Jacques Derrida (1930 – 2004), influenciados por Saussure e pela “virada lingüística”, argumentavam que independentemente dos esforços o/a falante individual nunca pode “fixar o significado de uma forma final, incluindo o significado de sua identidade. As palavras são ‘multimoduladas’”, e, trazem consigo sempre os ecos de outros significados que “elas colocam em movimento, apesar de nossos melhores esforços para cerrar o significado”. Nossas afirmações estão baseadas em “preposições e premissas das quais nós não temos consciência, mas que são,

⁴⁹ HALL, Stuart. Op. Cit., pp. 39.

⁵⁰ Ibid., pp. 40.

⁵¹ Ibid., pp. 41.

por assim dizer, conduzidas na corrente sangüínea de nossa língua”. Assim tudo o que é dito tem um “antes” e um “depois” – uma “margem” na qual outras pessoas podem escrever. “O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)”. Está sempre “escapulindo de nós”. Porque existem “significados suplementares” dos quais não temos controle, mas sempre “surgirão e subverterão nossas tentativas para criar mundos fixos e estáveis.”⁵²

Em suas análises, Lélia é fortemente impactada por essas concepções da psicanálise. Assim é que, em sua opinião, a categoria freudiana de *denegação* (*Verneinung*), que é o “processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença (Laplace e Pontalis, 1970)”⁵³, possibilita um bom entendimento das artimanhas do racismo como neurose cultural. A denegação da ladinoamefricanidade faz com que o racismo “à brasileira”, do ponto de vista étnico, se volte contra aqueles que são seus testemunhos vivos que são os negros e concomitantemente diz não praticá-lo porque é encoberto pela “democracia racial brasileira”.⁵⁴

Em suas viagens pelo continente americano, observou que as manifestações culturais guardam certas similaridades nos falares que lembram o Brasil. Do seu ponto de vista, é certo que a presença negra na região caribenha, incluindo a costa atlântica da América Central e o norte da América do Sul, modificou o espanhol, o inglês e o francês falados nessas regiões, marcados que foram pela africanização da língua, sobretudo o espanhol. No caso brasileiro, essa africanização, facilmente constatada, é o “pretuguês”. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas e a ausência de certas consoantes apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo, sem falar nos dialetos “crioulos” do

⁵² HALL, Stuart. Op. Cit., pp. 41.

⁵³ GONZALEZ, Lélia. *Amefricanidade*. Op. cit., pp. 69

⁵⁴ *Ibid.*

Caribe. A autora frisa que as similaridades se tornam mais evidentes se o olhar se voltar para as músicas, as danças, os sistemas de crença etc., porém esta influência negra é encoberta pelo “véu ideológico do branqueamento” e recalcada por classificações eurocêtricas, tais como “cultura popular”, “folclore nacional”, dentre outros, minimizando assim a contribuição negra⁵⁵.

No livro *Festas Populares no Brasil*,⁵⁶ Lélia Gonzalez explicita essa contribuição destacando a importância de negros e índios na “nacionalização” na cultura nacional brasileira. Suas festas (Congadas, Bumba-Meu-Boi, Afoxés, Malhação de Judas, Caboclinhos, Falias, Blocos de Sujos, Fogueiras e balões, Maracatus dentre outros) são uma “espécie de ruptura dos limites impostos pelo modelo dominante”⁵⁷, realizado pelas culturas africanas, indígenas e por aquelas originárias do velho paganismo, e observando que este último não era só greco-romana. É a partir desta advertência que Lélia dá a verdadeira dimensão da dinâmica cultural, pois para ela:

É a grande responsável pelo estilhaçamento de classificações impostos de cima para baixo: essa dinâmica que tem por sujeitos os anônimos representantes das chamadas classes populares. Portanto, se o espaço da festa é eurocatólico, sua manifestação é muito mais ampla, muito mais abrangente”⁵⁸.

Com esta compreensão, Lélia posiciona-se contra um certo olhar, o olhar:

[...] do estudioso, educado segundo as normas de sistemas ideológicos, (que) acaba por aprisionar, por reduzir a compreensão da riqueza cultural de tais manifestações. E isto para não falarmos do preconceito explícito, óbvios, de certas análises marcadas pelo etnocentrismo. Não é casual, alias, o significado atribuído ao termo “folclorizar”. Tais análises são as responsáveis pela “folclorização” das manifestações folclóricas, populares.⁵⁹

⁵⁵ GONZALEZ, Lélia. *Amefricanidade*. Op. Cit., pp. 70.

⁵⁶ GONZALEZ, Lélia. *Festas Populares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Index, 2ª ed, 1989, pp. 10.

⁵⁷ *Ibid.* pp. 15.

⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁹ *Ibid.*

Segundo Lélia, Câmara Cascudo (1898 – 1986) viu a cultura humana nos seus dois aspectos, tanto aquela produzida pelo popular quanto aquela produzida nos livros e nas universidades. Esta última é excludente por estar presa, no “racionalismo e abstrato” e no formalismo. A primeira, afirma Lélia, concordando com o mestre, é a própria que “a experiência do mundo revela”, ela é anterior fruto de uma colaboração de anônimos que vem de milênios. Para a autora, a presença negra é uma marca indelével na elaboração do perfil do Novo Mundo. Apesar de a habilidade racista deslocá-la, ela se manifesta em diferentes níveis tais como: o político, o ideológico, o socioeconômico e o psicocultural⁶⁰.

Outro aspecto bem inconsciente que aborda diz respeito à outra categoria freudiana, a *de objeto parcial (Partialobjekt)*:

Tipo de objetos visados pelas pulsões parciais, sem que tal implique que uma pessoa, no seu conjunto, seja tomada como objeto de amor. Trata-se principalmente de partes de corpo, reais ou fantasmadas [...] e, dos seus equivalentes simbólicos. Até uma pessoa pode identificar-se ou ser identificada como um objeto parcial (Laplace e Pontails 1970)⁶¹

Lélia, no caso particular do Brasil, chama a atenção tanto para a Literatura Brasileira, por exemplo, a de Jorge Amado (1912 – 2001), quanto para as manifestações das fantasias sexuais, brasileiras, que se concentram num objeto parcial, por excelência, a bunda. Estas e muitas outras marcas da presença negra na construção cultural do continente, aqui observadas, possibilitaram à autora elaborar uma categoria a partir dessa abordagem mais ampla, levando-a a considerar as exigências da interdisciplinaridade. Assim, começou a refletir sobre a categoria de *amefricanidade*.⁶²

⁶⁰ GONZALEZ, Lélia. “Nanny: Pilar da Amefricanidade”. *Revista Humanidades*. Brasília: Ed. da UNB, n° 17, 1988, p. 23.

⁶¹ GONZALEZ, Lélia. *Amefricanidade*. Op. Cit., pp. 70.

⁶² *Ibid.*, pp. 71.

Vale ressaltar que comparativamente como o faz, observaremos que a autora não trabalha somente com as similaridades, mas também com os contrastes e as diferenças. O colonialismo, tal como é compreendido hoje, se configura na metade do século XIX, ao mesmo tempo em que o racismo se constituía como “ciência” da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), e se estruturava um “modelo ariano” que, segundo a autora, “ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental”. Esse processo se desenvolveu no terreno fértil da tradição etnocêntrica pré-colonialista (século XV – século XIX), que considerava absurdas, supersticiosas ou exóticas as manifestações dos povos “selvagens”, daí, segundo a autora, a “naturalidade” da “violência etnocida e destruidora” exercida sobre esses povos. A Europa, na metade do século XIX, encontrou uma explicação racional dos “costumes primitivos”, visando atender às questões de racionalidade administrativas de suas colônias. A resistência dos colonizados à violência assumiu novos contornos, em muitas das vezes não assumida como violência, mas como uma “verdadeira superioridade”.

Entendido como uma estratégia pela autora, o racismo desempenhou um papel fundamental na internalização dessa superioridade, com pelo menos duas faces, diferenciadas apenas pela tática empregada para atingir o mesmo objetivo: exploração/opressão. Refere-se ao *racismo aberto* e *racismo disfarçado*. O primeiro estava presente nas sociedades de origem anglo-saxônica, germânica ou holandesa, que estabeleceram que é negro quem tem antepassados negros (sangue negro nas veias). Nesta articulação ideológica, a miscigenação foi impensável para manter sua “pureza” e reafirmar sua superioridade, porém não excetuado o estupro e exploração da mulher negra. A consequência – única solução – assumida de maneira explícita, como mais coerente, foi a segregação dos grupos não-brancos. A África do Sul era o modelo desse sistema, igual, mas separado. O segundo, nos casos das sociedades de origem latina, foi o chamado racismo disfarçado, classificado pela autora como *racismo por denegação*, em que

prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. A chamada América Latina, muito mais ameríndia e amefricana, era o melhor exemplo desse modelo, sobretudo nos países de colonização luso-espanhola, com exceção, segundo a autora, da Nicarágua e o seu *Estatuto de Autonomia de las Regiones de la Costa Atlântica*. Para uma melhor compreensão desse modelo, a autora sugere que se volte o olhar para a formação histórica dos países ibéricos⁶³.

Alude ao seu texto “Nanny: Pilar da Amefricanidade”, ao demonstrar o modo como esse tipo específico de racismo se constituiu como forma eficaz de alienação. Nele, a sofisticada ideologia do branqueamento manteve na América Latina negros e índios na condição de segmentos subordinados. A formação histórica da Espanha e de Portugal realizou-se na luta plurissecular – a Reconquista (711 – 1492) – contra a invasão moura. Para a autora, tanto do ponto de vista racial quanto civilizacional, a presença moura deixou profundas marcas nas sociedades ibéricas, inclusive na França, Itália etc. Assim, a América Latina constituía lugar privilegiado de expressão do racismo por denegação, na medida em que Espanha e Portugal adquiriram uma sólida experiência quanto aos processos mais eficazes de articulação das relações raciais. Neste sentido, a autora compreendeu a formação histórica da América Latina.

Sabemos que as sociedades ibéricas estruturaram-se a partir de um modelo rigidamente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar determinado (até mesmo o tipo de tratamento nominal obedecia às regras impostas pela legislação hierárquica), enquanto grupos étnicos diferentes e dominados, mouros e judeus eram sujeitos a violento controle social e político. As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante (Da Matta, 1984). A expressão do humorista Millôr Fernandes, ao afirmar que ‘no Brasil não existe racismo porque o

⁶³ Cf. GONZALEZ, Lélia. *Nanny*. Op. Cit.

negro reconhece o seu lugar’, sintetiza o que acabamos de expor⁶⁴.

A afirmação de que “todos são iguais” perante a Lei era de um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. Assim, o racismo latino-americano foi suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à ideologia do branqueamento. E foi através dos meios de comunicação e dos aparelhos ideológicos tradicionais que se reproduziu e se perpetuou a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco eram únicos, verdadeiros e universais. Desta forma, o mito da superioridade branca demonstrou a sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial, internalizados pelo desejo de embranquecer simultaneamente com a negação da própria raça e da própria cultura.

Comparativamente a este modelo, a segregação explícita sobre os grupos discriminados produziu efeitos contrários, ou seja, reforçou a identidade racial. Neles, as crianças cresceram sabendo o que são e não se envergonhavam da sua identidade racial, o que permitiu, assim, acreditar a autora, desenvolver outras formas de percepção nas sociedades onde vivem na qual a literatura negro-feminina era uma fonte de grande riqueza pouco conhecida no Brasil, excetuando-se Alice Walker⁶⁵.

[...] os quadros jovens dos movimentos de liberação da África do Sul e da Namíbia. Ou, então, para o fato de o Movimento Negro – MN dos Estados Unidos ter conseguido conquistas sociais e políticas muito mais amplas do que o MN da Colômbia, do Peru ou do Brasil, por exemplo. Por aí se entende, também, porque Marcus Garvey, esse extraordinário jamaicano e legítimo descendente de Nanny (ver biografia), tenha sido um dos maiores campeões do Panafricanismo ou, ainda, porque o jovem guianense Walter Rodney tenha produzido uma das análises mais

⁶⁴ GONZALEZ, Lélia. *Amefricanidade*. Op. Cit., pp. 73.

⁶⁵ Escritora e poetisa. Ganhou o prêmio Pulitzer, em 1983, com o romance *A Cor Púrpura* que, em 1985, foi transformado em filme por Steven Spielberg.

contendentes contra o colonialismo-imperialismo, demonstrando Como a Europa Subdesenvolveu a África (1972,1974) e, por isso mesmo, tenha sido assassinado na capital de seu país, a 13 de junho de 1980 (tive a honra de conhecê-lo e de receber o seu estímulo, em seminário promovido pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles, em 1979). Por tudo isso, bem sabemos das razões de outros assassinios, como o de Malcolm X ou o de Martin Luther King Jr.⁶⁶

Assim, a produção científica dos negros desses países caracterizou-se pelo “avanço”, “autonomia”, “determinação”, “inovação”, “diversificação e credibilidade nacional e internacional”; o que os remetia a “um espírito de profunda determinação”, dados os obstáculos pelo racismo dominante. E foi justamente, segundo a autora, a consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertavam esse empenho, para o resgate e a afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado “inferior”. A dureza do sistema encontrou por parte da comunidade negra a união, em diferentes níveis, contra todas as formas de opressão racista.

Nas sociedades de “racismo por denegação”, reafirmava, o processo foi diferente; a força cultural apresentou-se como a melhor forma de resistência, o que não significava que vozes solitárias não efetuassem análises/denúncias do sistema vigente. Citava como exemplo Frantz Fanon e Abdias do Nascimento. O primeiro produziu análises instigantes sobre as relações socioeconômicas e psicológicas entre colonizador/colonizado (1979 – 1983), e o segundo, no caso brasileiro, tem importante produção no teatro, na poesia e na pintura, embora pouco reconhecido e ignorado pela intelectualidade. Além disso, era acusado de sectarismo e de “racista às avessas”, o que, logicamente, deduzia a autora, pressupunha um “racismo às direitas”. Também julgava interessante destacar que tanto Fanon⁶⁷ quanto Abdias só foram reconhecidos e

⁶⁶ GONZALEZ, Lélia. *Amefricanidade*. Op. Cit., pp. 74.

⁶⁷ Este só mereceu, segundo Lélia, homenagens do seu país após sua morte prematura; no seu leito de morte, expressa o desejo de ser sepultado na Argélia.

valorizados internacionalmente e não em seus países e, mais, ressaltava a dor e a solidão “desses irmãos”, para ela, exemplos de efetiva militância negra. Aqui, a autora aponta uma contradição nas formas de luta e resistência:

Todavia, na minha perspectiva, uma grande contradição permanece quando se trata das formas político-ideológicas de luta e resistência negra no Novo Mundo. Continuamos passivos em face da postura político-ideológica da potência imperialisticamente dominante na região: os Estados Unidos. Foi também, por esse caminho, que comecei a refletir sobre a categoria de amefricanidade.⁶⁸

Para a autora, como foi visto, o Brasil e o Caribe apresentavam grandes similaridades, todavia, nos Estados Unidos, os africanos escravizados sofreram uma duríssima repressão na tentativa de conservação de suas manifestações culturais. O puritanismo do colonizador anglo-americano preocupado com a “verdadeira fé” forçou-os à conversão e à evangelização, ou seja, ao esquecimento de suas raízes, mas houve, segundo Lélia, resistência cultural, sobretudo em comunidades da Carolina do Sul. As reinterpretações, as recriações ocorreram fundamentalmente no interior das igrejas protestantes. A Guerra de Secessão (1861 – 1865) trouxe-lhes a abolição e, ao mesmo tempo, a Ku Klux Klan (1866), a segregação e o não-direito à cidadania. Suas lutas heróicas de um povo discriminado culminaram com o “Movimento pelos Direitos Civis”, que comoveu o mundo inteiro, servindo de inspiração para outros movimentos no âmbito internacional.

A coletividade negra dos Estados Unidos – informava a autora – era “uma minoria ativa”, “criadora e vitoriosa” em suas principais reivindicações; aceitou e rejeitou uma série de termos de auto-identificação: “Colored”, “Negro”, “Black”, “Afro-American”, “African-American”, mas esses dois últimos chamaram sua atenção para a contradição neles existente, que a remeteu a duas reflexões: a primeira, de que só existiram negros nos Estados Unidos; e a segunda, que aponta

⁶⁸GONZALEZ, Lélia. *Amefricanidade*. Op. Cit., pp. 75.

para uma reprodução inconsciente da posição imperialista do citado país ao se afirmar como sendo “A AMÉRICA”. Neste sentido, indagava a autora, o que dizer da AMÉRICA do Sul, Central, Insular e do Norte? E também por considerar o Caribe algo separado, se foi ali que se iniciou a história dessa AMÉRICA? Achava interessante observar, por exemplo, que se diz no Brasil que se vai para “a América”, no seu ponto de vista, isso ocorria porque *todos os negros*, de qualquer região do continente, reproduziam e perpetuavam o imperialismo americano chamando seus habitantes de “americanos”.⁶⁹

E nós, o que somos, asiáticos?...Quanto a nós, negros, como podemos atingir uma consciência efetiva de nós mesmos, enquanto descendentes de africanos, se permanecemos prisioneiros, “cativos de uma linguagem racista”? Por isso mesmo, em contraposição aos termos supracitados, eu proponho o de **amefricanos** (“Amefricans”) para designar a todos nós⁷⁰

Avaliava que as implicações políticas e culturais da categoria Amefricanidade (Amefricanity) eram democráticas, posto que permitiram ultrapassar as limitações de caráter territorial, lingüístico e ideológico, abrindo novas perspectivas de um entendimento mais profundo onde ela se manifestava: AMÉRICA como um todo – Sul, Central, Norte e Insular. Assim, além do seu caráter puramente geográfico, essa categoria incorporava todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que era afrocentrada, porque referenciada a modelos como a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos Yorubá, banto e ewe-fon. Sua preposição, acreditava, teria como consequência encaminhar os negros no sentido da construção de toda uma identidade étnica, e frisava que esta categoria estava intimamente relacionada àquelas de *Panafricanismos*, “*Négritude*”, “*Afrocentricity*” etc.

⁶⁹GONZALEZ, Lélia. *Amefricanidade*. Op.Cit., pp. 76

⁷⁰Ibid.

Assim, Lélia forjava e, ao mesmo tempo, justificava uma *unidade específica* para os negros fora da África:

Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, a América, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirado em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricanas/amefricanos designar toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo”.⁷¹

No passado, como no presente, segundo a autora, os *amefricanos* tinham desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade, que identificava, na Diáspora, uma experiência comum que exigia ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora os negros pertençam a diversas sociedades, o sistema de dominação era o mesmo, estando presente em todos os níveis de pensamento.⁷² A autora julgava ter demonstrado que o racismo estabelecera uma hierarquia racial e cultural opondo a “superioridade” branca ocidental à “inferioridade” negro-africana. A África era o continente “obscuro”, sem história (Hegel); “por isso a Razão é branca, enquanto a Emoção é negra”. Assim, dada a sua natureza “subumana”, a exploração socioeconômica dos amefricanos era considerada natural. Contudo, em virtude dos estudos de autores africanos e amefricanos, tais como Cheik Anta Diop (1923 – 1986), Théophile Obenga, Amílcar Cabral (1924 – 1973), Kwame Nkruma, (1909 – 1972) W. E. B. Du Bois, Chancellor Williams, George C. M. James, Yosef A.A. Ben-Jochannan, Ivan Van Sertima, Frantz Fanon, Walter Rodney, Abdias do Nascimento e tantos outros permitiram à autora compreender a dimensão do racismo sobre a história dos povos africanos e dos amefricanos:

⁷¹ GONZALEZ, Lélia. *Amefricanidade*. Op.Cit., pp. 77.

⁷² Ibid.

[...] sabemos o quanto a violência do racismo e suas práticas despojaram-nos do nosso legado histórico, da nossa contribuição, da nossa dignidade, da nossa história e da nossa contribuição para o avanço da humanidade nos níveis filosófico, científico, artístico e religioso: o quanto a história dos povos africanos sofreu uma mudança brutal com a violenta investida européia, que não cessou de subdesenvolver a África (Rodney); e como o tráfico negreiro trouxe milhões de africanos para o novo mundo [...] ⁷³

Dessa perspectiva histórica e cultural, Lélia considerava importante reconhecer que a experiência amefricana se diferenciava daquela dos africanos que permaneceram em seu continente. Avaliava que os “irmãos” dos Estados Unidos da América, ao se autodesignarem afro/africanoamericanos também caracterizavam a denegação dessa rica experiência vivida no Novo Mundo e, conseqüentemente, da *Améfrica*. E mais, existia o fato concreto de os “irmãos” de África não os considerarem como verdadeiros africanos. O esquecimento dessa história pontuada pelo sofrimento, pela humilhação, pela exploração, pelo etnocídio, apontava para uma identidade própria, logo reafirmada alhures, isto é, em outra parte, o que, para a autora, era compreensível, em face das pressões raciais no próprio país. Porém não se podia deixar de levar em conta “a heróica resistência e a criatividade na luta contra a escravidão, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação”. Pontuava que a herança africana foi sempre fonte revivificadora de forças e, justamente por tudo isso, existiam contribuições específicas para o mundo pan-africano. Nesse sentido, assumindo a “nossa” Amefricanidade, a autora acreditava: “podemos ultrapassar uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África”, ao mesmo tempo em que podemos voltar o olhar para a realidade em que “vivem todos os amefricanos do continente”. ⁷⁴

Lélia daria voz a Molefi Kete Asante, criador da perspectiva afrocentrada, para quem: “Toda linguagem é epistêmica. Nossa linguagem deve contribuir para o entendimento de nossa

⁷³ GONZALEZ, Lélia. *Amefricanidade*. Op.Cit., pp. 77.

⁷⁴ Ibid pp. 78.

realidade. Uma linguagem revolucionária não deve embriagar, não pode levar à confusão”. Neste sentido, compreendia que, na autodesignação de afro/afroamericano, o real dava lugar ao imaginário e a confusão se estabelecia – afro/africanoamericanos, afro/africanocolombianos, afro/africanoperuanos e por aí afora – como uma espécie de hierarquia, os primeiros, ocupando o primeiro plano, “ao passo que os garífunas da América Central ou os “índios” da República Dominicana, por exemplo, situam-se no último (afinal, eles nem sabem que são afro/africanos...). E fica a pergunta: o que pensam os afro/africanoafricanos?”⁷⁵

Lélia ressaltava que os “irmãos” dos Estados Unidos, na sua expectativa de ver a África em tudo, posto que agora descobriram a riqueza da criatividade cultural baiana, bem como muitos latinos do nosso país, vinham em massa a Salvador em busca de “sobrevivências” de culturas africanas. Esse era um engano que se dava em duplo aspecto, porque:

A visão evolucionista (e eurocêntrica) com relação às “sobrevivências” e a cegueira em face da explosão criadora de algo desconhecido, a nossa Amefricanidade. Por tudo isso, e muito mais, acredito que politicamente é muito mais democrático, culturalmente muito mais realista e logicamente muito mais coerente, identificar-nos a partir da categoria de amefricanidade e nos autodesignarmos amefricanos: de Cuba, do Haiti, do Brasil, da República Dominicana, dos Estados Unidos e de todos os outros países do continente”⁷⁶.

Lélia recorreu mais uma vez a M.K. Asante que propôs uma ideologia de libertação que “deve encontrar sua experiência em nós mesmos; ela não pode ser externa a nós e imposta por outros que não nós próprios; deve ser derivada da nossa experiência histórica e cultural particular”. Assim, apoiava-se nesse ponto de vista para indagar por que não abandonar as reproduções de um imperialismo que massacrava não só os povos do continente, mas outras

⁷⁵ GONZALEZ, Lélia. *Amefricanidade*. Op.Cit., 78.

⁷⁶ *Ibid.*, pp. 79.

partes do mundo, e reafirmar a particularidade da experiência na América, sem perder a consciência da dívida e dos profundos laços com a África. Para ela, este era um momento em que se estreitavam as relações entre os descendentes de africanos em todo o continente, em que os amefricanos constatavam as grandes similaridades que os uniam, e a proposta de M. K. Asante parecia atualizada. Sobretudo se pensarmos naqueles que deram testemunho de luta e de sacrifício no passado, não muito distante, abrindo caminhos e perspectivas para que os negros pudessem levar adiante o que eles iniciaram. Aí residia a sua insistência em relação à categoria de *Amefricanidade*.

Assinalava – por fim – que desde a época escravista, esta categoria se manifestava nas revoltas, em sua estratégia de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização materializada por todo o continente nos *quilombos, cimarrones, cumbes, palenques, marronages e maroon societies*.⁷⁷ Até mesmo, segundo Lélia, na chamada América Pré-Colombiana, marcando, por exemplo, a cultura dos olmecas (Sertima). Finalmente, Lélia acreditava que “reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: *amefricanos*”⁷⁸.

⁷⁷ Apud. NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Pan-Africanismo na América do Sul: Emergência de uma Rebelião Negra*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1981.

⁷⁸ GONZALEZ, Lélia. *Amefricanidade*. Op.Cit., pp. 79.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Afinal, a lição que nos foi dada aqui é a de que, inclusive,
a gente tem o modo da gente contar a nossa história.
(Orayeyeo!Axé/Muntu!
Lélia Gonzalez - 1984.¹*

Na apresentação deste trabalho, nos referimos à responsabilidade de se tentar reconstruir a trajetória de Lélia Gonzalez e pensar com e como ela desenvolveu idéias sobre raça, gênero e história e também revisitar a nossa iniciante trajetória de jovem estudante universitária, época em que conhecemos a biografada. E foi nesse cenário que se iniciou o processo de construção – mesmo como tantos outros, contraditoriamente e fragilmente – da nossa própria identidade negra. Na verdade, esta dissertação resulta, de um lado, da nossa insatisfação com a invisibilidade da intelectualidade negra no pensamento social brasileiro, isto é, nos reportamos ao conjunto de idéias que explica e aponta soluções para a questão no Brasil e, de outro, do nosso questionamento sobre até que ponto a sociedade brasileira manterá uma parcela expressiva de sua população à margem e, principalmente, até quando essa população resistirá, sobrevivendo em péssimas condições de vida como se relata na literatura produzida no passado pelo “meio negro” e, mais recentemente, pelo movimento negro e de mulheres negras e ou aquelas produzidas – por uma miríade de perceptivas comparativas ou não – por número expressivo de estudiosos das relações raciais no Brasil. Nesse sentido, nossa introdução deu voz a várias correntes de pensamento com a intenção de romper o privilegio que têm gozado vários setores brasileiros – intelectuais, políticos, econômicos, culturais – na tentativa infrutífera, segundo Lélia, de ver-se (também) como uma nação africanizada que não concluiu, ou melhor, impediu e impede a emancipação dos povos não-brancos. Essa é a principal resposta que encontramos à nossa

¹ GONZALEZ, Lélia. *Griot & Guerreiro* In: Sankofa: Resgate da Cultura Afro-Brasileira, v. 2. NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). Rio de Janeiro: SEAFRO, 1994.

indagação e não a suposta herança escravista que mantém, para o deleite de alguns, o Brasil hierarquizado por raça, por classe e por gênero.

E Lélia Gonzalez já reconhecia a existência de uma militância dentro do “meio não-negro” e, devido a nossa diversidade, já que somos um país multiétnico, ela deveria ser incluída num grande trabalho contra esse estado de coisas ou no que Munanga denomina de “lutas contra o racismo”, que comportaria duas formas de ação, “uma discursiva e retórica” e uma outra “prática”, traduzida em leis e orientada e definida pelos governos. Entretanto, devido à complexidade do fenômeno do racismo e à “variabilidade de suas manifestação no tempo e no espaço”, Munanga constata que não seria fácil sua aplicação: a) pelas suas contradições e falta de consenso entre os especialistas, que são orientados por suas ideologias e acabam por entender e atribuir conteúdos diferentes ao racismo, e b) à ação militante que, para ele, não é unitária e ficaria “influenciada” e, algumas vezes, “perdida nas tendências do discurso intelectual”, o que dificulta suas “buscas nas estratégias de anti-racista”.² Esta é uma questão à qual Lélia tentou contribuir, ao investir na unificação das entidades negras através do MNU e, na prática, buscou em duas oportunidades assento no legislativo e na sua atuação nos conselhos e órgãos governamentais.

Outra contribuição de Lélia refere-se à reflexão sobre gênero, a prioridade no combate ao racismo e suas críticas ao feminismo. Na avaliação de Carneiro, historicamente a “‘variável’ racial produziu gêneros subalternizados”: nas mulheres, uma “identidade feminina estigmatizada”; nos homens, uma “masculinidade subalternizada” dessa forma validou o rebaixamento o “*status* dos gêneros”. Com essa compreensão, ela credita a Lélia “sínteses preciosas” que balizaram as discussões sobre o feminismo; a primeira delas marcou a trajetória

² MUNANGA, Kabengele. “O anti-racismo no Brasil”. In: *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. MUNANGA, Kabengele (org), São Paulo: Ed. USP, 1996, pp. 80.

das mulheres negras dentro desse movimento no Brasil, ou seja, dialeticamente, de um lado promoveu a afirmação de todas as mulheres como “novos sujeitos políticos” e, de outro, exigiu o reconhecimento da “diversidade e desigualdades” e, segunda a autora, faz referência a uma “crítica fundamental que a ação política das mulheres negras introduziu no feminismo que vem alterando significativamente suas percepções, comportamentos e instituições sociais”.³

Essa contribuição de Lélia deriva de sua leitura singular sobre o papel da mulher negra nas comunidades *amefricanas*, que, na opinião de Barreto, se trata de um discurso preocupante e aponta ambigüidades; porém, destaca que Lélia “adiantou-se” à própria intelectualidade americana, que somente “na década de 1990” começaria a rever “muitos dos seus conceitos”.⁴ Mas, segundo Sundiata, desde 1972, o sociólogo Jamaicano Orlando Petterson já atacava o afrocentrismo, ao reduzi-lo a uma busca de “raízes africanas na mesma sociedade ocidental que os afrocentrista atacavam”. Ao tratarmos dessa matéria, temos como objetivo evidenciar o olhar agudo de Lélia que, de fato, desde 1983, começaria a estruturar sua categoria da *Amefricanidade*, ou seja, cinco anos após do seu diálogo com os pan-africanistas. Seu ponto de partida foi o seu questionamento sobre a formação histórico-cultural do Brasil, já que essa formação tanto geográfica quanto inconscientemente não seria somente de origem européia. Mas, gostaríamos de ressaltar que metodologicamente Lélia se orientou pela afrocentricidade, só que a sua perspectiva era diaspórica, isto é, dos negros que vivem do outro lado do Atlântico.

No contexto do multiculturalismo, segundo Sundiata, para os afro-americanos a “história ‘da fundação’” tem uma importância fundamental, pois nela, “quaisquer que sejam os caprichos da história e da cultura”, a África ocupa lugar central em todas as narrativas, pois ela envolve a

³ CARNEIRO, Sueli. *A mulher negra na sociedade brasileira – O papel do movimento feminista na luta anti-racista*. In *História do Negro no Brasil – O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. V.1, MUNANGA, Kabengle (org). Brasília: Fundação Cultural Palmares/Minc. 2004, pp. 310.

⁴ BARRETO, Raquel. Op. Cit., pp. 51.

“África da memória e do desejo”, e a questão “candente no despertar desse desejo tem sido ‘Que África, a África de Quem?’”.⁵ A essas e outras questões Lélia pretendeu dar conta com a sua categoria da *Amefricanidade*. Apesar de criticar aqueles que vão a Salvador em busca de sobrevivências africanas, especificamente os afro-americanos e muitos latinos brasileiros. No entanto ela também encontrou na cosmovisão africana suporte para sua existência, pois foi no candomblé que Lélia descobriu-se uma filha de Oxum. Segundo a memória presente no mito de Oxum, ela representaria simbolicamente a renovação do feminino e a fertilidade, e suas principais características seriam a sedução, a dissimulação e a astúcia. Essa cosmologia simbólica não estaria em oposição “à realidade sensível” e, sim, existiria uma “cumplicidade entre o imaginário e a realidade”. Assim, os mitos femininos dessa cosmovisão nos remeteriam, segundo Bernardo, a um “universo feminino afro-brasileiro”⁶. Essas características têm sido incorporadas à personalidade de nossa pesquisada, principalmente pelas mulheres negras, mas essa é uma leitura restritiva e subjetiva da contribuição de Lélia, mas admitimos que ela é poderosa.

Este trabalho também trouxe à luz uma parte da vida de Lélia, que possibilitou demonstrar que não foi somente a partir da experiência de outros que ela passou a ter certeza de que vida para os negros no Brasil era e é realmente preta. Inúmeras vezes, ela foi acusada de elitismo por, supostamente, pertencer à classe média – lugar ao qual ela mesma acreditava pertencer – e gozar do privilégio de ser uma pessoa confiável aos brancos. O que constatamos é que Lélia viveu exclusivamente de seu trabalho como professora, e sobre as suas constantes ausências prolongadas do mesmo: algumas vezes ela conseguia licença formalmente; outras eram seus colegas de trabalho que, através do “jeitinho brasileiro”, concediam o afastamento informalmente, e, por isto, inclusive uma ocasião foi penalizada. Também desmistificamos a

⁵ BARRETO, Raquel. Op. Cit., pp. 46.

⁶ BERNARDO, Terezinha. *Negras, mulheres e mães: Lembranças de Olga de Alaketu*. São Paulo: EDUC ; Rio de Janeiro. Ed. Pallás, 2003, pp. 19.

suposta rivalidade ou inimizade existente entre Lélia, Abdias Nascimento e Beatriz Nascimento. Suas atividades intelectuais mantiveram – até a morte das duas primeiras – coerência, diálogo e respeito. A essa assertiva tomamos como parâmetro a distinção operada por Simmel, entre individualidade e personalidade; a primeira é eterna e original e a segunda é menos importante, porque é dominada pelo ego (egoísmo) e dessa maneira suas atitudes para sociedade são irrelevantes; assim, compreendemos, como ele, que a importância desses indivíduos reside nos seus talentos e capacidade de liderar⁷.

E as contradições da personagem neste trabalho? Para nós, elas estão presentes em toda a narrativa. Lélia em algumas vezes agiu com senso de oportunidade e “oportunismo”, loucamente como admite, na tentativa de abrir um espaço no poder para si e para os negros brasileiros. Mas no Brasil, ou em qualquer outro país, historicamente, não se pode contar somente com a astúcia de grupos ou indivíduos isoladamente. Isto porque sempre haverá uma parcela – de grupos ou de indivíduos – à espreita de qualquer movimento que ameace o *status quo* dos que estão comodamente instalados nos vários níveis de poder (ou até mesmo aqueles que tenham uma vida menos preta). Nesse sentido, nos cenários e nos contextos em que a personagem Lélia de Almeida Gonzalez atuou, sua história de vida é, na nossa opinião, um exemplo. Luiza Bairros, pensando como Said, afirma que Lélia “incorporou a condição metafórica do intelectual como ‘exilado’”, na medida em que esta condição não se aplica necessariamente ao emigrante ou expatriado, pois acredita que “um intelectual pode assim percebe-se por encontrar barreiras para participar dos círculos convencionais e para ter acesso aos meios de influenciar efetivamente o debate público”. Sua posição nas margens, todavia, é privilegiada para assim ver “o que geralmente não é visto pelos que nunca se aventuraram para além dos limites conceituais aceitos

⁷ WOLFF, Kurt H. *Individual and Society in Eighteenth – and Nineteenth - Century Views of Life*. The Sociology of George Simmel. New York: The Free Press, Collier Macmillan Publishers: London.

pela maioria”,⁸ ou, como afirma a própria Lélia, de enfrentar o desafio de revelar um “resto” presente do seu ponto de vista no pensamento social brasileiro saindo, assim, da acomodação.

Segundo Said (1935 – 2003), os intelectuais têm uma função vital na sociedade, tanto nas suas instituições (academia, Igreja, entidades) e com todos os poderes fruto do profissionalismo e especialização. Assim, a cooptação dos intelectuais se dá em alto grau e tem como resultado, como assinala Wilfred Owen, que “os escribas impõem suas vozes ao povo / E pregoam obediência ao Estado”.⁹ Frente a essa realidade, Said advoga que “o principal dever do intelectual é a busca de uma relativa independência em face de tais pressões”. Por isso, suas caracterizações do intelectual são como a de um “exilado e marginal, como amador e autor de uma linguagem que tenta falar a verdade ao poder”.¹⁰

Nesse sentido, para a nossa perspectiva, a obra de Lélia Gonzalez tem uma “erudição implacável”, expressão tomada como empréstimo de Michel Foucault (1926 – 1984) por Said e que se refere àquele intelectual que é testemunha de um “estado lamentável de coisas” de quem não está no poder. Sua atividade não é monótona nem monocromática, busca fontes alternativas, desenterra documentos e revive “histórias esquecidas (ou abandonadas)” a partir de um conjunto de escolhas concretas. Assim, na primeira leitura das reflexões de Lélia, sentimos um “choque” com a linguagem escolhida; porém, como a própria Lélia diz, é a “lata do lixo” falando. Não poderia ser diferente. Primeiro porque se coloca neste lugar, segundo porque quer desafiar o *status quo* e em terceiro lugar quer tornar a sua própria fala tal qual uma “neguinha atrevida”. Ela é necessária para quem não se acomoda, o que significa para Said, nessa erudição, envolver um “sentido do dramático e do insurgente”, que se aproveita ao máximo das “raras oportunidades que se tem para falar, cativando a atenção do público, saindo-se melhor na troca de farpas, no humor

⁸ BAIROS, Luiza. Op. Cit., pp. 366.

⁹ SAID, Edward W. Op. Cit., pp. 15.

¹⁰ Ibid.

e no debates com os oponentes”. E, para ele, “há algo fundamentalmente desconcertante nos intelectuais que não têm nem escritórios seguros, nem território para consolidar e defender” e, por isso, usam mais a “auto-ironia” do que a “pomposidade” e a “frontalidade melhor do que a hesitação e o gaguejo”, e, que tal postura, inegavelmente, o impede de ter amigos em altos cargos e de receber honras oficiais, o que torna sua “condição solitária”: porém, afirma, é “sempre melhor do que uma tolerância gregária para com o estado das coisas”.¹¹

É com esse estado espiritual que devemos ler Lélia Gonzalez, ou melhor, ouvi-la, pois o objetivo de sua atividade como intelectual, segundo Said, é “promover a liberdade humana e o conhecimento”¹² e, para isso, é essencial na sua ação saber “usar bem a língua e saber quando intervir”¹³. Essa intervenção comporta risco, pois permite ao público “observar as limitações, os preconceitos e as idiossincrasias do orador”, uma fala de Virginia Woolf (1882 – 1941) incorporada à argumentação de Said¹⁴. Para ele, a combinação de vulnerabilidade e argumentação racional permite a Woolf não ter “uma voz dogmática que institui a ipisíssima verba, mas como uma intelectual representando o ‘sexo fraco’ esquecido, numa linguagem perfeitamente ajustada ao seu trabalho”.¹⁵

Na luta contra os inimigos, não basta ao intelectual participar “do coro de vozes consensuais”. Este alinhamento para Fanon, segundo Said, não basta, porque mesmo no auge da batalha devemos sempre analisar nossas escolhas com senso crítico. Assim, na argumentação de Fanon, o objetivo de um intelectual “de uma nação ou povo subjugado não pode ser simplesmente substituir o policial branco pelo seu correspondente nativo, mas, antes, o que ele

¹¹ SAID, Edward W. Op. Cit., pp. 17.

¹² Ibid., pp. 31.

¹³ Ibid., pp. 33.

¹⁴ Ibid., pp. 45.

¹⁵ Ibid., pp. 45.

denominou, citando Aime Césaire, inventar novas almas”.¹⁶ Assim, para Said, o intelectual, na qualidade de “membro pensante de uma sociedade”, deve ter uma postura de um amador para “levantar questões morais no âmago de qualquer atividade”; é uma atitude que ele denomina de “amadorismo” oposta ao “profissionalismo moderno”, que é alienante. Na sua postura amadora, o intelectual – espiritualmente – faz de sua rotina “algo mais intenso e radical” e a sua audiência e seu o público estão lá para serem desafiados, instigados e mobilizados para, segundo ele, terem “uma maior participação democrática na sociedade”. Porém, Said adverte que “não há como se desviar da autoridade e do poder” nem de sua relação com ambos. E, coloca a questão de como o intelectual vai se dirigir “à autoridade: como um bajulador profissional ou como uma consciência crítica dessa autoridade, ou seja, um amador que não espera recompensas?”¹⁷ Foram essas as questões tratadas nos dois primeiros capítulos, a partir do ponto de vista de Lélia Gonzalez.

Refletindo sobre a obra *O dilema do intelectual negro* de Cornel West, bell hooks nos chama a atenção que temos de ser honestos em admitir que o trabalho intelectual é realizado em “isolamento” e, também, “é informado pelo tempo gasto em contemplação, devaneio e escrita ativa”¹⁸ e, no caso particular das intelectuais negras, estas ainda têm de conviver com a “subordinação sexista” que persiste em “obscurecer e desvalorizar” suas obras¹⁹. Mas é preciso, segundo ela, “enfrentar o problema do ‘isolamento’, nosso medo dele, medo de que nos aliene da comunidade e iniba a busca completa de trabalho intelectual”.²⁰ E cabe ao intelectual negro, ele ou ela, transgredir fronteiras discursivas porque “vê a necessidade de fazê-lo, e ela destaca que “nem sempre o reconhecimento vem de “manifestações convencionais” e isso demonstra, para ela, que o “trabalho intelectual pode nos ligar a um mundo fora da academia, aprofundar e

¹⁶ SAID, Edward W. Op. Cit., pp. 50.

¹⁷ Ibid., pp. 87.

¹⁸ Hooks, Bell. Op. Cit, pp. 473.

¹⁹ Ibid., pp. 467.

²⁰ Ibid. pp. 473.

enriquecer nosso senso de comunidade”. No seu caso, o “endosso” veio de “indivíduos e lugares marginalizados”, que a fortaleceram e a inspiraram.²¹ E em Lélia Gonzalez não foi diferente.

Todavia, na avaliação de Bairros, Lélia González pagou um alto preço por suas escolhas²² e, neste sentido, ao reconstruir seu pensamento intelectual (através de parte de sua produção escrita), o nosso objetivo foi demonstrar a complexidade e a natureza de suas escolhas e gostaríamos de ressaltar que, como ativista e contemporânea de Lélia Gonzalez, esse foi um esforço que desafiou e desafia a nossa própria trajetória e, finalmente, parafraseando Beatriz Nascimento, não tivemos a pretensão de estar com a verdade, mas simplesmente quisemos contar uma história porque foi isso que encontramos.

²¹ Hooks, Bell. Op. Cit., pp. 476.

²² BAIROS, Luiza. Op. Cit., pp. 366.

FONTES

Fontes orais:

- 1 - Rose Marie Muraro, Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 2004.
- 2 - Carlos Moore, Brasília, em 01 de março de 2005.
- 3 - Helena Theodoro, Rio de Janeiro, em 05 de julho de 2005.
- 4 - Rubens Luis Rufino de Lima, Rio de Janeiro, em 26 e 27 de agosto de 2005.
- 5 - Luiza Bairros, Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 2005.

Depoimentos públicos sobre Lélia Gonzalez:

- 1 - Hilton Cobra – *Memória e Heranças – Lélia Gonzalez 10 anos depois*. Realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 29 de julho de 2004. (Gravado para a pesquisa).
- 2 - Benedita da Silva – Abertura da *Semana Lélia Gonzalez*. Realizado, entre 25 e 29 de outubro de 2004, no Auditório Gilberto Freyre – Palácio Gustavo Capanema. FCP/MinC- Acervo da Representação da Fundação Cultural Palmares no Rio de Janeiro

Fontes manuscritas

- 1 - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/ DOPS.
- 2 - Lélia Gonzalez – Vida e Obra (elaborado por Ana Felipe Garcia).
- 3 - Diário da Assembléia Nacional Constituinte-Suplemento, maio de 1987, pp 120 – 134.
- 4 - Repertório da peça *Candaces – A reconstrução do Fogo*, 1ª encenação, Rio de Janeiro, Teatro Gláucio Gil, março de 2003.

Acervos particulares

1 - Jurema Gomes da Silva

2 - Euza Maria de Oliveira

Panfletos Lélia Gonzalez (1986)

Acervo da Representação da Fundação Cultural Palmares no Rio de Janeiro/MinC.

Periódicos

O Pasquim, 871 (20-26 mar. 1986)

MNU Jornal, 19 (maio/junho/julho. 1991)

Revista Eparrei, Ano II, nº 4, 1º semestre/2003

UAPÊ Revista de Cultura Ano 2, nº 2, Ed. UAPÊ, 2000

Documentário (Vídeo)

Projeto Perfil – Lélia Gonzalez

Produzido pelo CTE - Centro de Tecnologia Educacional /SR-3

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Produção intelectual de Lélia Gonzalez**Livros:**

Lugar de Negro

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos A. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. (Coleção 2 Pontos 3).

Festas populares no Brasil

GONZALEZ, Lélia. Rio de Janeiro: Editora Índex Ltda., 1987.

Livros traduzidos

HUISMAN, Denis e VERGEZ André. *Curso Moderno de Filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1966.

HUISMAN, Denis e VERGEZ André. *Compêndio Moderno de Filosofia - A Ação*. v. 1, Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1966.

HUISMAN, Denis e VERGEZ André. *Compêndio Moderno de Filosofia - O Conhecimento*. v. 2, Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1966.

HUISMAN, Denis e VERGEZ André. *História dos Filósofos Ilustrada Pelos Textos*. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1968.

MANNONI, Octave. *Freud e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977.

Artigos

O papel da mulher na sociedade brasileira.

Apresentado no Spring Symposium The Political Economy of the Black World, Los Angeles, Center for Afro-American Studies: UCLA, 1979, (mimeo).

A mulher negra na sociedade brasileira (Uma abordagem política-econômica).

In: O lugar da mulher (Estudos sobre a condição da feminina na sociedade atual) LUZ, Madel T. (org.). Rio de Janeiro: Graal, 1982 (Coleção Tendências).

Racismo e Sexismo na cultura brasileira.

In: Movimentos Sociais Urbanos, minorias étnicas e outros estudos. SILVA, Luiz Antonio Machado da etlii. Brasília: ANPOCS, 1983 (Ciências Sociais Hoje 2).

Para minorias, tudo como dantes...

In: E Agora, Brasil? - Revista Lua Nova - Cultura e Política. V. 1, nº 4, São Paulo: Brasiliense, jan/mar, 1985.

A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade

Rio de Janeiro: Global In: Tempo Brasileiro, 92/93, jan/jun, 1988.

Nanny – Amefricanidade

Revista Humanidades, v. 17. Brasília: Ed UNB, 1988.

A Questão Negra no Brasil

Rio de Janeiro: Global, 1994 (Cadernos Trabalhistas).

Mulher Negra

In: 1695 – 1995 - 300 anos de Zumbi: Falas e Escrituras. Brasília: Informes de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro, 1994.

Outros

Lélia Gonzalez

In: Patrulhas ideológicas: arte e engajamento em debate. PEREIRA, Carlos Alberto M. e HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1980 (Depoimento).

1º Seminário Internacional Brasil-África

In: Estudos Afro-Asiáticos, nº 6-7, Rio de Janeiro: UCAM, 1982 (Alocução).

Dois Negros Libertários: Luiz Gama e Abdias do Nascimento

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1985 (Sessão Solene na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro).

Insurreições Negras e Sociedade Brasileira

FREITAS, Décio; SANTOS, Juana Elbein e GONZALEZ, Lélia. In: Os afro-brasileiros – Anais do III Congresso Afro-Brasileiro. MOTTA, Roberto (org.). Recife: Ed, Massangana, 1985 (Série Cursos e Conferências) (Alocução)

A Construção da Cidadania Feminina

In: A Construção da Cidadania. Departamento de Sociologia da UnB (Org.). Brasília: Ed. UNB. Debate: MACHADO, Lia Zannota (Cood.), MORAES, Maria, VERUCCI, Floriza, PORTO, Comba Marques e GONZALEZ, Lélia. (Exp.)

Griot & Guerreiro

In: Sankofa: Resgate da Cultura Afro-Brasileira, v. 2. NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). Rio de Janeiro: SEAFRO, 1994. (Introdução do livro de poemas “Axés de Sangue e da Esperança” de Abdias do Nascimento).

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Regina. *A fabricação do Imortal – Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1996.
- ALMEIDA, Hermógenes, *Oríkís – canções de rebeldia, poemas de paixão*, Rio de Janeiro: Graflite, 1988.
- ALMEIDA, Hermógenes (poemas) e ROCHA, Everaldo (gravuras). *Ícone da Sedução – Poemas&Gravuras*. Rio de Janeiro: BANGRAF, 1993.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo. (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo da década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. Salvador/BA, *Afro-Ásia n° 23*. Centro de es
- BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: Depoimentos*. São Paulo, Quilombohoje. 1998.
- BARRETO, Raquel Andrade. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez*. Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona, Dissertação de Mestrado (História Social da Cultura), Departamento de História da PUC - Rio, Rio de Janeiro: 2005.
- BENTO, Maria Aparecida Silva e CARONE, Iray, (org), *Psicologia Social do Racismo - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: EDUSP, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: *Usos e Abusos da História Oral*. 5ª ed., FERREIRA, Marieta de e AMADO, Janaína (org.), Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- CARDOSO, Edson. Prêmio Lélia Gonzalez. In: *Ensino: educação e o negro brasileiro*. Belo Horizonte: Prêmio ANDES/SN de Arte Universitária, 2000.
- CARDOSO, Marcos. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1988*, Belo Horizonte: Mazza, 2002.

CARNEIRO, Sueli. A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In; *História do Negro no Brasil – O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. MUNANGA, Kabengele (org), v. 1, Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC, 2004.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). In: Topoi. *Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ/ 7Letras, set, 2002, n.5.

CHAUI, Marilena. Brasil: *Mito fundador* e sociedade autoritária. v. 1, 5ª ed, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, (Coleção História do Povo Brasileiro).

COSTA, Teresa Cristina N. Araújo. *Caminhando contra o vento – notas sobre a candidatura de Lélia Gonzalez*, Ano 1, nº 3, Rio de Janeiro: Comunicações ISER, 1982.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, 6ª ed, Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

EVARISTO, Conceição. A noite não adormece nos olhos das mulheres. In: *O livro da Saúde das Mulheres Negras: Nossos passos vêm de longe*, WERNECK, Jurema, MENDONÇA, WHITE, Evelyn C, (Org), Rio de Janeiro: Pallas e Crioula, 2000.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscara Brancas*. Rio de Janeiro: Livraria Fator, 1983.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX*, v. 4, Org: FERREIRA, Jorge e DELGADO Lucilia de A. Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

FILHO, Mario. *O Negro no Futebol Brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

FREITAS, Décio, SANTOS, Juana Elbein & GONZALEZ, Lélia. Insurreições Negras e Sociedade Brasileira. In: MOTA, Roberto (org.). Os afro-brasileiros – *Anais do III Congresso Afro-Brasileiro*. Recife: Editora Massangana, 1985 (Série Cursos e Conferências).

GINSBURG, Carlo. *Olhos de Madeira – Nove Reflexões sobre a Distância*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Flávio dos Santos. Em Torno da Herança: do Escravo - Coisa ao Negro - Massa (A escravidão nos estudos de relações raciais no Brasil). In: *Idéias de modernidade e Sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa*. MAIO, Marcos Chor e VILLAS BÔAS, Gláucia Pinto (orgs.). Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências Atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UFP, 2003.

_____. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GOMES, Flávio e VIANA, Elizabeth. Personagens, História Intelectual e relações raciais no Brasil: Notas sobre pesquisas biográficas. In: *De Preto a Afro Descendente: Trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, (Coleção 2 Pontos).

GONZALEZ, Lélia. *O papel da mulher na sociedade brasileira*. Apresentado no Spring Symposium The Political Economy of the Black World, Los Angeles, Center for Afro-American Studies:UCLA, 1979. (mimeo).

_____. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Edição Revista Tempo Brasileiro, 92/93 janeiro – junho, 1988.

_____. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira (Uma abordagem político-econômica). In: MADEL, Luz. (org.). *O lugar da Mulher* (Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual)". Rio de Janeiro: Graal, V.1, 1982, (Coleção Tendências).

_____. A Questão Negra no Brasil. *Cadernos Trabalhistas*. Rio de Janeiro: Global, 1981

_____. *Festas Populares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Índex Ltda., 1987.

_____. Nanny: Pilar da Amefricanidade. *Revista Humanidades*. Brasília: UnB, nº 17, 1988.

_____. Racismo e sexismo na Cultura Brasileira. In: SILVA, L. A. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, Cap. 3, 1983. (Ciências Sociais Hoje, 2)

_____. *Mulher Negra*. In: 1695 – 1995 - 300 anos de Zumbi: Falas e Escrituras. Brasília: Informes de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro, 1994.

GLASGOW, Roy Arthur. *NZINGA: Resistência Africana à Investida do Colonialismo Português em Angola (1582 -1663)*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 3ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRIN, Mônica. Rigor Sociológico e Estudos sobre Negros: uma contribuição de L. A. Costa Pinto" In: *Idéias de modernidade e Sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa*

Pinto MAIO, Marcos Chor e VILLAS BÔAS, Gláucia *Pinto* (orgs.). Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

GUIMARÃES, Sérgio Alfredo. 'Raça', racismo e grupos de cor no Brasil, In *Estudos Afro-Asiáticos n° 27*. Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, publicação do Centro de Estudo Afro-Asiáticos – CEAA, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 6ª ed., 2001.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o Poder. – Movimento Negro no Rio e São Paulo (1945-1988)*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Ed. UERJ. 2001.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro; Gal, 1979.

JOAQUIM, Maria Salete. *O Papel da Liderança Religiosa Feminina na Construção da Identidade Negra*. Rio de Janeiro: Educ, 2001.

LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*, 2ª ed, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LEITE, José Correia. *E disse o velho militante José Correia Leite: depoimento e artigos*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LE MOS, Rosalia de Oliveira, *Feminismo Negro em Construção: A organização do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro*. Orientadora: Maria Lúcia Rocha-Coutinho. Dissertação de Mestrado, (Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia da UFRJ, 1997.

LUZ, Marco Aurélio. Ideologia e Psicanálise. In: Teoria do Simbólico, Ideologia e Psicanálise. *Revista de Cultura* n° 6, ano 67. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias e NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: *Tirando a máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil*. GUIMARÃES, Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn (orgs), São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária – um estudo de caso. *Estudos Afro-Asiáticos* v. 6 e 7. Rio de Janeiro: Edição Cadernos Cândido Mendes, nº 6-7, 1982.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O Sortilégio da Cor: identidade raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.

PEREIRA, Carlos Alberto M. e HOLANDA, Heloisa Buarque. *Patrulhas Ideológicas: arte e engajamento em debate*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, v. 2, nº 3, Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1995.

RAMOS, Maria Bernadete. Ao Brasil dos Meus Sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt”. In: *Estudos Feministas*, v.7, n. 1-2, Florianópolis: UFCS, 1999.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras; desafio e perspectivas. In: *Tirando a máscara – Ensaio sobre o racismo no Brasil*. GUIMARÃES, Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn (orgs), São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2000.

SAID, Edward W. *Representação do Intelectual: as conferências Reith 1993*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A Invenção do Ser Negro: um percurso das idéias que naturalizam a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Ed. Pallas. 2002.

_____. *Mulher Negra Homem branco: Um breve estudo sobre feminino negro*, Rio de Janeiro, Ed. Pallas, 2004.

SANTOS, Paulo Roberto dos. *Instituições Afro-Brasileiras*, v. I, Rio de Janeiro:UCAM, s/d.

SCHUMA, Schumacher e BRASIL, Érico Vital. *O feminismo no palco da história: a contribuição das mulheres fluminenses*, Rio de Janeiro: REDEH, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985. In: *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e os*

movimentos sociais em fins do século XX. v. 4, Org: FERREIRA, Jorge e DELGADO Lucilia de A. Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco* - raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Trad. Raul de Sá Barbosa: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Marli Pereira, ROCHA, Maria Alice, MORAES, Maria Teresa. *Marli Mulher* - “Tenho Pavor de Barata, de Polícia Não”. Rio de Janeiro: Ed. Avenir, Coleção Avenir Mulher, 1981.

SOUZA, Neusa Santos. *Torna-se Negro* ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e Gênero: o papel da analogia na ciência. In: *Tendências e impasses* – o feminismo como crítica da cultura. (Org.) HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SUNDIATA, Ibrahim. Repensando o africanismo da Diáspora. In: MUNANGA, Kabengele, (org). *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, (Estação Ciência).

TELLES, Edward Eric. *Racismo à Brasileira*: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz. (Coord.) A Construção da Cidadania Feminina. In *A Construção da Cidadania*, Brasília: UnB.

WERNECK, Jurema. De Ialodês e Feministas – Reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe. In *A intersecção das Desigualdades de Raça e Gênero* – Implicações para as políticas públicas e os direitos humanos, Rio de Janeiro: Publicação produzida pelo Consulado Geral dos EUA/RJ / O Globo, s/d.

WOLFF, Kurt H. Individual and Society in Eighteenth – and Nineteenth - Century Views of Life. *The Sociology of George Simmel*. New York: The Free Press, Collier Macmillan Publishers: London.

ANEXOS

Anexo 1



NZINGA

INFORMATIVO

FEVEREIRO/MARÇO 1986

Nº 3

ANO I

MARÇO: 8 - Dia Internacional da mulher
21 - Dia Internacional pela eliminação da discriminação racial

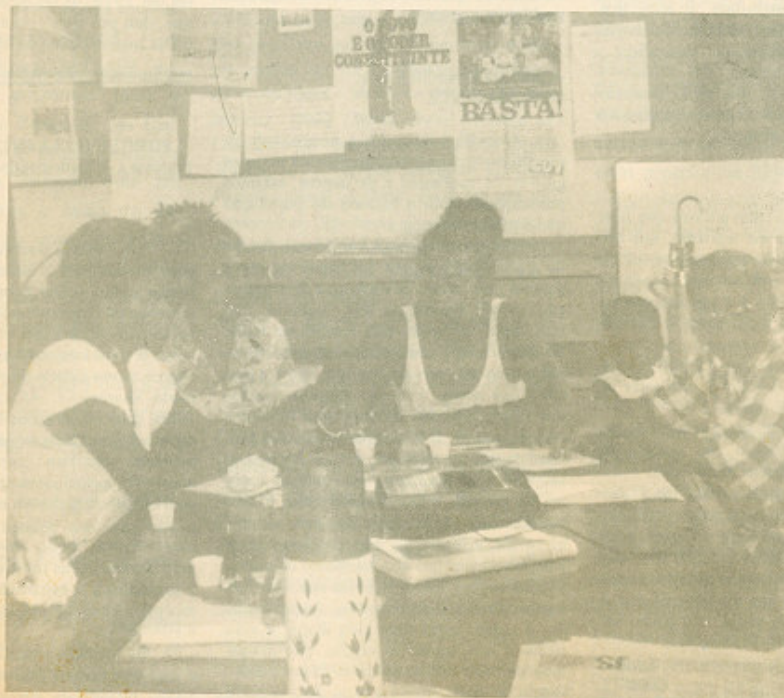


Foto: Jurema Gomes da Silva

Vera Lucia, Joana (CEMUFF), Suzete e Pedrina com seu filho Kauande, da AQUALTUNE

**Vitória contra o racismo:
Fechamento da Boate Help..... pág. 8**

Entrevista págs. 3, 4, 5 e 6 Lendo e aprendendo..... pág. 7
Aconteceu... acontecendo..... pág. 7 Ainda em tempo..... pág. 2

Ainda em tempo: Sobre a Constituinte

Sob este título no Informativo anterior (julho de 1985), demonstrávamos nossa indignação pela "ausência de uma pessoa que pudesse falar com representatividade em nome das mulheres negras" na Comissão Provisória para Estudos Constitucionais (mais conhecida como Comissão dos Notáveis, porque seus 50 membros foram todos indicados ou escolhidos a dedo pelo presidente Sarney para esboçar a futura Constituição).

Sete meses após, houve algumas alterações nesse quadro. A 1ª delas é que foi incluído por pressão do governo Montoro e da comunidade negra um único negro na Comissão, o presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, o companheiro HÉLIO SANTOS.

A outra é a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte. É bom lembrar que alguns meses atrás havia setores na sociedade brasileira que defendiam a tese do atual Congresso (os senadores, os deputados federais que estão cumprindo mandato), exercer também as funções da Assembleia Constituinte.

CONSTITUINTE E CONSTITUIÇÃO

Constituinte é uma palavra que hoje está na propaganda da televisão, nos discursos das autoridades, nas conversas de boteco, ou seja está nas ruas. Ainda assim é pouco entendida. E é por isso que vamos falar um pouquinho sobre o que ela significa.

No nosso entender a CONSTITUINTE E A CONSTITUIÇÃO devem estar intimamente ligadas. E por que?

A CONSTITUIÇÃO é a lei mais importante de um Estado (no sentido de País). É ela quem indica como serão feitas e cumpridas as outras leis. Ela é tão importante que estabelece os direitos e deveres de cada cidadão e até onde o Estado pode interferir nas liberdades de cada um. Isto significa que a Constituição reflete a vontade do cidadão. Daí que um governo que se diz representante do povo, não poder governar sem uma CONSTITUIÇÃO.

Agora, o mais importante é saber quem elabora, isto é, quem faz a CONSTITUIÇÃO, para saber se os nossos desejos e nossas esperanças cabem dentro dela. E é aí que entra a importância da CONSTITUINTE, que é a reunião de pessoas escolhidas para fazer estas leis.

A NECESSIDADE DA REPRESENTAÇÃO

É impossível nos dias atuais, reunirmos toda a população do país numa praça para fazer as leis. Então temos necessidade de delegar poderes aos deputados e senadores que, em nosso nome, farão a Constituição. Para isto eles são chamados de re-

presentantes do povo. E, como representantes, têm a obrigação e o dever de nos consultar, antes de elaborar, votar ou rejeitar uma lei. É essa representação que torna as Assembleias Legislativas Estaduais e o Congresso importantes e poderosos.

Na medida em que os deputados e senadores representam o povo, é importante que os candidatos eleitos para ocupar tais cargos tenham um compromisso real com a comunidade que dizem representar. E é por isto que defendemos a necessidade de nossos representantes serem escolhidos entre os grupos de mulheres, de negros, de índios, dos sindicatos, das associações de moradores e de favelas, das igrejas e etc., porque só assim teremos leis que garantam realmente os nossos direitos, já que serão feitas por pessoas que no dia a dia estão discutindo, questionando e levantando os problemas conosco.

A MULHER NEGRA E A CONSTITUINTE

Quando colocamos a necessidade de escolhermos nossos representantes entre os grupos de mulheres e de negros, estamos preocupados com a maioria da população que é mulher e é negra.

Por que será que a Lei Afonso Arinos de 03/07/1951 nunca foi capaz de punir alguém pelo crime de racismo e discriminação racial? Porque as leis, sozinhas, não têm força; sozinhas, não modificam nada. Se assim fosse, nosso país seria uma maravilha pelo número de leis que são votadas em nosso nome, com que sejamos consultados e que, por isso mesmo, nem tomamos conhecimento. É claro que as leis são profundamente necessárias, mas é necessário também que tenhamos mecanismos capazes de garantir o seu cumprimento. E se o cidadão branco, escolarizado, com um mínimo de informação não consegue fazer isto, como ficamos nós, membros da comunidade negra? Como ficamos nós, que não temos direito à informação, à escolaridade, à saúde, a ter uma vida digna? Como ficamos nós, mulheres negras, que ocupamos os mais baixos escalões da sociedade, somos as mais mal pagas — isto quando conseguimos trabalhar — e não somos respeitadas nem como seres humanos nem como cidadãs? Como ficamos nós?

A Constituição por si só não resolverá todos estes problemas, mas, dependendo de como for feita, poderá garantir alguns de nossos direitos. Por isso acreditamos que a Constituinte tem que ser discutida em todos os lugares: em casa, no trabalho, na escola, no samba, no pagode... Nós, mulheres negras, temos que votar em candidatos homens e mulheres negros. Não qualquer negro, mas aqueles companheiros que efetivamente estão comprometidos com a luta de libertação das mulheres e dos negros.

8 DE MARÇO: DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Nesse mesmo dia, em 1857, pela primeira vez, aconteceu uma greve só de mulheres, nos Estados Unidos. Elas eram operárias da indústria têxtil que exigiam a redução de seu horário de trabalho (trabalhavam de pé, durante 16 horas por dia). Como foram atacadas pela polícia, correram para dentro das fábricas. E o que fizeram os patrões? Fecharam os portões e atearam fogo lá dentro (e a gente se lembra logo do incêndio da Praia do Pinto, por exemplo). Muitas mulheres morreram queimadas e asfixiadas.

Por isso mesmo, quando se realizou uma Conferência Internacional das Mulheres em 1910, na Dinamarca, ficou decidido que, dali pra frente, o dia 8 de março seria o Dia Internacional da Mulher.

PORQUÊ O DIA INTERNACIONAL CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL?

Em 1966, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) proclamou o dia 21 de março como o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Essa data foi escolhida para que nunca mais se esquecesse o massacre sofrido por mais de 300 negros numa cidade da África do Sul, chamada Sharpeville. Ali, a 21 de março de 1960, policiais brancos se lançaram contra os manifestantes que participavam de um protesto pacífico contra as leis do *apartheid*, principalmente aquela que obriga os negros a trazerem consigo um *livro de passes* para que possam circular nas áreas determinadas pelos brancos. Armados de metralhadoras, os policiais atiraram contra a multidão e o resultado foram 69 negros mortos e mais 180 feridos, entre mulheres e crianças.

Os primeiros conflitos entre brancos e negros na atual África do Sul datam de 1816, quando o chefe negro TCHAKA iniciou o império ZULU.

São 150 anos de lutas, sacrifícios, morte... mas sobretudo de resistência à presença branca em suas terras. De lá para cá muita coisa mudou. Porém, não o suficiente para derrubar o regime racista. A caminhada continua. É necessária a solidariedade de todos os povos: brancos, negros e amarelos para que a Azânia (nome africano da África do Sul) seja realmente livre.

Nota: Nosso Informativo de nº 02 (julho de 1985) é todo em apoio ao povo negro Sul-Africano.

Entrevista

Quando convidamos as mulheres do Aqualtune, queríamos atingir dois objetivos: através das companheiras homenagear as mulheres negras pelo 08 de março, e, ao mesmo tempo, resgatar e registrar a luta de um "grupo" de mulheres negras do Rio de Janeiro, na perspectiva do Projeto que estamos desenvolvendo.

Conseguimos o endereço de onze companheiras e fizemos o convite através de carta. Compareceram três.

Por problemas de espaço, tivemos que resumir 3 horas gravadas de uma conversa informal, mas muito rica e proveitosa nesta entrevista.

Participaram do evento, Jurema Gomes, Beth, Cláudia, Valéria, Bárbara, Carmem Lúcia, as "aqualtunes" Pedrina, Vera Lúcia e Suzete. A Jô (Joana Angélica) do CEMUFP – Centro de Mulheres de Favela e Periferia – fora convidada para fotografar o evento, mas, como ela sabe de muitas histórias da nossa História, resolveu contar.

As falhas, os erros e as omissões decorrentes deste resumo são de inteira responsabilidade do NZINGA/CMN aqui representado pela Mariza e Helena.

Helena – O que levou vocês mulheres negras a fundar um Grupo?

Suzete – Na época em que eu, Amauri e Iêdo entramos para o IPCN-Instituto de Pesquisa das Culturas Negras – ele estava bastante desorganizado. A imagem dele era muito ruim... tinha o salão do Pedro e as meninas que apareciam eram todas cantadas... Então, como não tinha mulher, eu discutia muito, e me informava sobre o movimento, sobre tudo, com o Amauri e o Iêdo. Quando eu li o 1º número do jornal (SINBA), a gente começou a brigar por causa do artigo "A Omissão da Mulher Negra".

Beth – Não tinha mulheres no SIMBA ou no IPCN?

Suzete – Ter, tinha. Só que naquele momento elas não estavam pensando a questão da mulher negra. Estavam discutindo outras coisas. Não se tinha pensado em mulher negra numa forma organizada. O que havia era um lamento aqui, uma discussão ali, uma coisa isolada. Inclusive, eu tive uma discussão com a Lélia (Lélia González – socióloga), porque ela afirmava num depoimento que já se falava sobre a mulher na época que o IPCN se reunia na Cândido Mendes. A imagem que ela (Lélia) me passava era a de feminista, e eu tentei mostrar que o que havia em termos de reivindicação dentro do conjunto de mulheres organizadas eram reivindicações feministas.

(Nota: Numa reunião de mulheres na Associação Brasileira de Imprensa, em 1975, de onde saiu o CMB-Centro de Mulher Brasileira, estavam presentes as mulheres negras do CEAA-Centro de Estudos Afro-Asiáticos – da Universidade Cândido Mendes. Stella (Maria Stella Fonseca de Oliveira) foi entrevistada para o Brasil Mulher, o 1º jornal feminista do país. Posteriormente o Sívio Back fez um documentário "Mulheres Guerreiras" para a TV Globo, com algumas das mulheres do Centro – (Stella, Alba Valéria, Lucia e Zumba, entre outras).

Joana – Antes o IPCN se reunia no Teatro Opinião, depois Afro-Asiático e no ICBA – Instituto Cultural Brasil Alemanha. O que quero dizer é que o CEAA antecede o IPCN. Lá a gente trabalhava junto com os homens, apesar daquela disputa entre nós. Éramos muito atacadas por eles. Dessa época são a Beatriz Nascimento (pesquisadora), a Vera Mara e a Alba Valéria, a Marlene Cunha (socióloga) e outras. Fizemos um trabalho sobre o livro "Peles Negras, Máscaras Brancas" do Frantz Fanon que foi muito importante. Num momento em que estávamos tirando mesmo as máscaras brancas. A Lélia também chegou depois, quando o Movimento Negro já estava mais organizado, saindo da Cândido Mendes, sendo expulso de Ipanema. Ela apareceu num discurso no Parque Lage.

Beth – Que período é esse?

Joana – 1974/1975.

Suzete – Eu sei que o pessoal daquela época não considera o surgimento

do Mov. Negro a partir da Cândido Mendes, porque a proposta era acadêmica. Discutir o negro dentro da sociedade. Na relação oprimido x opressor como se enquadrava a questão racial. O Mov. Negro se fortalece quando sai da Cândido Mendes com o racha do SINBA (que foi a 1ª Entidade Negra do Rio de Janeiro).

Maria – Suzete, como é a história daquele seu artigo no 2º número do SINBA?

Suzete – É um artigo em que eu negava e afirmava ao mesmo tempo que as mulheres não participavam do Movimento.. Nele eu respondia o texto: "A Omissão da Mulher Negra". Foi na época que a gente convocou a mulherada para sentar e discutir. Eu não tinha nada em mente em matéria de organização. Ainda não tinha o Aqualtune. Aqualtune veio depois.

Mariza – Vocês se reuniam no IPCN?

Suzete – Tudo isso começou no IPCN. Eu pensei em montar um ciclo de debates sobre a mulher. Na época o Iêdo me ajudou muito. Ele me deu algumas estatísticas, essas coisas todas. Foi quando chegou Pedrina, Estela Oir e outras pessoas.

Helena – Vocês tinham experiências de trabalho em grupo?

Suzete – A Pedrina e a Estela vinham do Movimento Feminista. Havia outras que tinham experiência de outros movimentos. Eu, desde 1974, tinha experiência de Grupo Teatral.

Continua na página 4

Continuação

Fiz parte do Garra Suburbana de onde saiu o Semog (Ele Semog poeta negro). Minha formação era toda voltada pra arte. Teatro de contestação, aplicando as técnicas do Boal, o teatro do Oprimido.

Helena — Como surgiu a idéia do aqualtune?

Suzete — A idéia era reunir mulheres que participavam ou tinham participado das várias entidades para discutir, sem formar mais um grupinho. A escolha do nome partiu da necessidade de se homenagear heroínas negras. Como os nomes sugeridos: Maria Felipa e Luiza Mahin já eram nomes de Centros de Luta do MNU (Movimento Negro Unificado), a gente foi pesquisar.

Vera Lucia — Todo mundo foi ler e pesquisar pra encontrar um nome. Na época nós fizemos um impresso justificando essa escolha.

Mariza — Por que escolheram este nome?

Vera Lúcia — A Pedrina pode dizer quem foi Aqualtune e porque chegamos a esse nome. Qual era a história dela. . .

Pedrina — Aqualtune foi a avó de Zumbi. Trazida como escrava, desembarcou num navio em Recife e foi obrigada a manter relações sexuais com um negro para reproduzir escravos. Ela, que já ouvira falar em Palmares, fugiu da fazenda em que trabalhava e foi pra lá, para que o filho não nascesse escravo. Teve uma filha, que é a mãe de Zumbi. Ela trabalhou na organização política do quilombo de Palmares. Encontrei estes dados no livro "Zumbi Rei".

Vera Lúcia — Por que tivemos necessidade de colocar um nome no grupo?

Pedrina — A partir do artigo da Suzete respondendo ao jornal SINBA, sentimos a necessidade de fundar um grupo de mulheres negras, porque algumas mulheres já militavam em grupos feministas. Queríamos discutir a questão da mulher negra especificamente. Então escolhemos um nome. Estávamos inclusive pensando

em registro, estatuto, etc. . .

Helena — Como reagiram os militantes negros ao surgimento de um grupo de mulheres dentro do IPCN?

Pedrina — Começamos a nos reunir no IPCN. Era o espaço do Movimento Negro. Repentinamente estávamos sendo vistas como Dept.^o Feminino da Entidade e utilizadas para lavar, varrer, fazer comida para angariar fundos etc. Estávamos sendo utilizadas como mão de obra. Até o dia do incidente. Fomos para nossa reunião (que era todas as 3^{as} e 5^{as} feiras) e o Paulo Roberto, Pres. do IPCN na época, nos disse: "você se reúnam em outro lugar, porque temos uma reunião muito importante". Em 1979, reunião de mulheres negras era uma coisa nova, e eles não nos tratavam com a devida importância. O incidente gerou uma crise interna. A Suzete, que era uma das que achavam que devíamos brigar pelo espaço do IPCN, ficou lá, e nós saímos e passamos a nos reunir na casa de alguém.

Mariza — Então houve uma divisão no grupo?

Beth — E as que ficaram no IPCN? continuaram pensando a sua questão?

Pedrina — Sim. Continuaram pensando enquanto mulheres negras no IPCN. Não formaram outro grupo.

Suzete — Nos considerávamos Aqualtunes também. A questão não é ter ficado ou saído. Na nossa concepção, Aqualtune era um espírito que pairava, que estava aí. Aqualtune somos todas nós. O grupo que ficou dentro do IPCN era o que mais se afinava com o pessoal da imprensa. Aos trancos e barrancos continua tentando transar imprensa até hoje. O que nós amadurecemos em termos de reflexão, tentamos aplicar associado ao Movimento como um todo. O Trabalho consistia em utilizar as técnicas de Paulo Freire — Pedagogia do Oprimido — numa ação de rua.

Helena — E como era esse trabalho?

Suzete — A gente começou a se definir como um grupo de agitação. Não acreditávamos em atos públicos, em

manifestações convencionais (esse negócio de palanque, discurso, etc.) Daí, fazíamos pesquisa diária de campo e a gente ocupava um local estratégico — geralmente uma praça — com impressos, megafone e cartazes sobre a questão racial. As pessoas passavam, viam os desenhos e se manifestavam contra ou a favor. A partir daí se iniciava o processo de discussão. É nesse momento que chegam outras mulheres: a Joselina (Jô), Adélia, Abgail. . .

Mariza — Essas mulheres estão no grupo hoje?

Suzete — Como as pessoas não estavam entendendo o que era ser Aqualtune — não era fazer parte de outro grupo —, houve outro racha, de onde surgiu o GMN — Grupo de Mulheres Negras, composto pela Adélia, Abgail, Mary Isabel, a Jô, que fizeram aquele encontro lá no. . .

Beth — 1^o Encontro de Mulheres Negras. . .

Suzete — . . . Benett. Se bem que antes a gente tenha se unido para participar em conjunto do 1^o Encontro de Mulheres do Rio de Janeiro.

Pedrina — Nós, as que saímos do IPCN, continuamos abertas a todas as mulheres que quizessem participar sem ter que optar por um grupo. Elas poderiam se reunir conosco, não como representantes de entidades, mas como mulheres discutindo a questão da mulher negra. Passamos a ser um Grupo de Reflexão. Neste momento, nós tiramos uma Carta de Princípios que definia a nossa situação. Formaríamos a REMUNEA — Reunião de Mulheres Negras Aqualtune —, um grupo de combate ao racismo e ao machismo, com objetivo de preparar suas participantes para a ação política, cuja atuação fosse voltada para o fim dessas duas ideologias. Dispensaríamos o registro oficial como entidade e não seríamos uma organização negra a mais.

Beth — Esse documento saiu quando?

Pedrina — Em 22 de setembro de 1979 — É o começo do Aqualtune.

Continua na página

Continuação

Mariza — Então o Aqualtune não é um grupo?

Pedrina — Não! É uma reunião de mulheres com determinados objetivos.

Mariza — Quais as propostas de trabalho do Aqualtune?

Vera Lúcia — A proposta era preparar as mulheres para discutir a questão da mulher e do negro em seu local de atuação. Nós escolhíamos um tema, discutíamos, debatíamos, levávamos para casa, refletíamos. . . Reuníamos outra vez e escrevíamos um texto. Esse texto era impresso e distribuído.

Pedrina — Era um trabalho de formiguinha. A gente se reunia, discutia, aprofundava a ideologia que nós iríamos combater e formávamos uma contra-ideologia. Fora isso, cada uma levava a discussão para o grupo em que atuava — algumas estavam no CMB (Centro de Mulher Brasileira) outras no IPCN —, a questão da mulher negra. Aquelas que não pertenciam à entidade nenhuma, discutiam em casa, com a família. Éramos um Grupo de Reflexão.

Mariza — E os homens não participavam dessa reflexão?

Pedrina — Não. No princípio, como em todo grupo de mulheres no IPCN, associávamos feminismo à luta contra o homem. Faziam exatamente o que o Capitalismo queria que se fizesse. Então as mulheres negras tinham pavor do feminismo.

Joana — Também se associava a homossexualidade ao feminismo.

Pedrina — Exatamente! Era em cima dessa questão mesmo. Então os homens queriam participar com a justificativa de que eram nossos companheiros, que queriam saber da nossa questão, sentar na mesa para discutir conosco. Bem. Argumentamos que assim como as entidades negras não admitiam que o branco se sentasse com elas para discutir a questão do negro no IPCN, no MNU, a preparação da Marcha de 20 de Novembro, etc. — eles podem até vir, mas você não vai chamar branco para os gru-

pos negros, não é? —, com os grupos de mulheres é a mesma coisa. Como todo grupo que está dando os 1ºs passos é preciso se fortalecer sozinho. Entre homens e mulheres, os homens estão mais bem preparados, e iriam acabar dirigindo as discussões. Depois há coisas que ficaríamos inibidas de colocar na presença de um homem. Ou porque é o companheiro, ou o marido da amiga, ou porque são questões relativas ao corpo. . . Não há sentido que um homem participe de uma reunião de mulheres porque a questão é nossa.

Vera Lúcia — Deixe eu fazer um aparte. Depois do tema refletido, bem colocado na nossa cabeça, a gente abre a discussão.

Joana — O problema da inibição entre mulheres já é tão forte, porque é muito recente a gente se sentar pra conversar. Vejo que estamos ansiosíssimas pra falar porque a gente quase não fala. A gente se encontra em festas, mas não conversa. E se entre nós somos inibidas, imagine com o homem. . .

Vera Lúcia — Essa inibição de que você está falando, é porque as coisas ainda não estão arrumadas na cabeça da gente.

Joana — Acho que estão arrumadas sim. É uma questão de defesa. Você não se abre porque não confia. Converso com minha mãe e a cabeça dela está arrumadinha. Ela não bota é pra fora. . .

Helena — Por que decidiram que não seriam uma entidade a mais? A partir de que?

Pedrina — Em 79 havia inúmeras entidades e achávamos que seríamos mais uma, além de enfraquecer as existentes — porque tiraríamos pessoas delas —, E depois, queríamos que cada mulher que participasse do Aqualtune levasse a discussão para o seu grupo.

Jurema — O Grupo chegou a pensar, a discutir sobre uma escola, onde (poderia até haver concurso para crianças brancas) a criança negra especificamente, pudesse aprender toda a história da formação social do

negro, como as escolas israelitas, alemãs, italianas.

Vera Lúcia — Não houve tempo.

Suzete — Não. O que começamos foi discutir a questão da linguagem.

Helena — Não sei se a Jurema pensa que isto é importante. Mas eu acho que temos é que reverter o processo institucional, porque somos a maioria, e incluir a história do negro nos currículos escolares. Não é brigar por escolas paralelas. . .

Joana — Não podemos é aceitar o gueto, a discriminação. . .

Carmem Lúcia — Percebo que a maioria é professora. Como é ser professora negra? Os alunos têm restrição? Vocês tentam passar a história do negro? Há alguma dificuldade?

Suzete — Dificuldades há sim. Desde o planejamento escolar. . . Vai da Unidade Escolar aos livros didáticos. Numa escola em que trabalhei, os alunos problemáticos — com 12, 14 anos e sem saber ler — foram distribuídos entre mim e uma professora índia. A criança rejeita veladamente o professor negro. As dificuldades aumentam quando você pega o livro didático. Eu acho que a gente tem que transformar o currículo escolar sim. Mas, não dá pra ficar só na denúncia. É preciso propor.

Beth — Como se articula o Movimento Feminista e a mulher negra?

Suzete — Minha preocupação básica não é o Movimento Feminista, porque vejo que todas que estamos aqui, uma vez que demos um pulo no sentido do conhecimento, somos feministas por excelência. Agora eu não endosso o movimento feminista da forma que ele está. Ele é um movimento restrito. O Mov. vai se dar de fato, quando for amplo, porque aí não será o Mov. Feminista mais sim o Movimento de mulheres.

Pedrina — Não sou contra o Movimento Feminista. Ele está certo. Nós temos é que aproveitar a contribuição dele, do que ele já fez. A relação com o movimento feminista tem que ser de troca, porque ele tem a questão das mulheres em geral muito

Continua na página 6

Continuação

mais discutida. Tem erros e acertos, mas a gente tem que aprender com ele. Acontece que ele não está preocupado com uma questão específica que é a nossa, mas que é específica de uma maioria de mulheres e que, portanto, atrasa o Movimento de Mulheres em geral. Ele é feminista na medida em que está sendo feito para determinadas camadas. O ideal é que haja um momento histórico em que exista um Movimento de Mulheres, porque todas as mulheres estarão fazendo aquilo. Como negras nós temos dois problemas: o de ser negra e o de ser mulher. E eles têm que ser resolvidos juntos. Sem resolver os dois a gente não consegue resolver nenhum.

Joana — A nossa participação no Movimento Feminista só vai se dar a partir do momento que elas (as mulheres) aceitarem discutir a questão da classe e da cor. Tivemos uma experiência em Bertioiga, no III Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em agosto passado, onde nós não entramos porque éramos pobres — tinha que pagar uma taxa de inscrição — e a maioria negra. Fizemos até um vídeo que podemos passar a qualquer momento que vocês queiram. Éramos 23 mulheres que não entramos, mas ganhamos muito porque o caso teve repercussão Internacional. É preciso retomar essa discussão da classe e da cor no próximo encontro em 1987 lá no México, e reavaliar o que aconteceu.

(Nota: A posição de NZINGA/CMN em relação aos incidentes ocorridos em Bertioiga, por ocasião do referido encontro, foi publicada no 2º número do Informativo).

Beth — As Discussões do Aqualtune trouxeram alguma contribuição para vocês?

Suzete — Uma contribuição do Aqualtune foi fomentar a organização das mulheres negras, que até então — continuo afirmando isso — não havia, e o surgimento de grupos. Outra é o resgate da história e da figura de Aqualtune. Uma outra é o fortalecimento das entidades do Movimento Negro e sua articulação com

o Movimento Social como um todo no Rio de Janeiro, no desenvolvimento de mecanismos eficazes no combate à discriminação no mercado de trabalho, por exemplo.

Pedrina — Para mim foi a base de todo esclarecimento sobre a importância da mulher e do negro na luta social. Antes dessas discussões eu sabia da exploração social, sabia da luta contra o racismo, mas não tinha claro como solucionar isso. Porque a gente achava que se o país mudasse de regime estariam resolvidos os nossos problemas, já que mudariam as leis, etc. etc.. É preciso incomodar racialmente e sexualmente. Depois das reflexões do Aqualtune está claro para mim que sem mulheres e sem negros não se faz revolução nesse país.

Vera Lúcia — Isso também aconteceu comigo. A partir do Aqualtune, fui participar da luta política partidária. A dita revolucionária. No PC do B eu tentei levantar a questão da mulher e do negro, durante 3 anos e não consegui. Eles diziam que não cabia discutir estes assuntos porque já estavam incluídos na questão do operariado... que quando houvesse a revolução não haveria mais racismo, discriminação sexual, etc... Eu tinha me afastado do Movimento Negro pensando contribuir participando de um Partido Político. Não consegui nada. Saí. Estou voltando e acredito que tenho que participar organizada do Movimento Negro, enquanto mulher negra.

Jurema — Como sei que vocês não acreditam em partido político, e a Vera foi militante de um, vocês não acham que nessa luta isolada, nós, negros, vamos acabar nos asfixiando?

Vera Lúcia — Espera aí. Eu saí porque achei que estava me enfraquecendo. Preciso voltar a conversar com as mulheres e os negros para ter mais argumentos, para poder me fortalecer novamente. Eu acho importante o engajamento político.

Suzete — O engajamento não se dá necessariamente dentro de um Partido Político da forma como está es-

truturado neste País. Se você está militando dentro de uma entidade você está engajado politicamente.

Pedrina — Acho que são duas coisas: a militância dentro do Movimento Feminino e do Movimento Negro, além de escolher um partido cuja plataforma você concorda e tentar militar dentro dele levando a questão do negro e da mulher. Acho que a articulação é essa. Você não pode trazer as questões do Partido Político para dentro do movimento negro ou de mulheres, porque o nome Partido já diz que é uma parte, uma parcela... Você tem é que levar a discussão da mulher e do negro para dentro do seu partido.

Jurema — Como vocês estão vendo as eleições este ano? Se elege ou não mulheres? se elege homens ou mulheres negros ou só mulheres negras?..

Joana — A gente pode começar a trabalhar em cima da questão. Eu vou votar em mulher e negra. Não importa se disserem que ela é isso... ou aquilo. Eu quero é botar uma mulher negra no Poder e vou batalhar pra isso...

Pedrina — Eu tenho uma opinião a respeito. Eu concordo com Martin Luther King que diz "os negros são pessoas como quaisquer outras. Seres humanos. Podem ser alegres ou tristes, felizes ou infelizes, bons ou maus honestos ou desonestos". Então, por princípio, não voto numa pessoa desonesta mesmo sendo negra e mulher, porque uma pessoa desonesta e f... da p... vai atrasar a luta.

Joana — Quando eu digo que meu voto é do negro é do negro mesmo. Se tiver só negro f... da p... eu voto nele porque o branco é f... da p... com a gente a vida toda... pelo menos assim um negro comum, que não está questionando muito, vai ver outro negro no Poder e vai dizer: "Pô, se aquele neguinho chegou lá eu também posso..."

Jurema — O queo NZINGA acha de chamar as mulheres negras candidatas, para discutir?

Mariza — O NZINGA já pensou nisso... Falta é estruturar.

Aconteceu... acontecendo...

- Está previsto para 03 de abril o Lançamento da Campanha "MULHER NA CONSTITUINTE". A última reunião foi 03 de março às 19:00 h na sede da ABI - Araújo Porto Alegre, Centro Rio de Janeiro-RJ.
- DIA INTERNACIONAL DA MULHER
 - 06 de março: na Estudantina, às 21:00 h, o baile "Amélia nunca mais" Promoção da Federação das Mulheres Fluminenses.
 - 07 de março:
 - 16:00 h. Homenagem a Carmem da Silva, no Salão Nobre da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Inicialmente do gabinete da deputada Lúcia Arruda (PT-RJ).
 - 17:30 h. Passeata: trajeto Rua São José-Rio Branco-Cinelandia.
 - 18:30 h. Missa em memória da Mônica (caso Mônica) na Igreja Sta. Mônica no Leblon.
 - 08 de março: O CEMUPF - *Centro de Mulheres de Favela e Periferia* promoverá uma série de atividades a partir das 9:00 h, no Morro do Gambá, à Rua Maria Luiza, nº 70 - Lins (saltar Hospital Marçilio Dias)
 - 09 de março. Comemoração do 19 aniversário da ALM *Associação Liberdade Mulher no Sindicato dos Metalúrgicos* às 15:00 h com uma peça sobre a Constituinte.
 - 16 de março: Fala, Mulher - Filmes, debates, recreação, lazer - promoção do MUB - Movimento de União de Bairros em Caxias - de 8 às 17 h. Local: Instituto de Educação Gov. Roberto Silvério.
- A vereadora Benedita da Silva (PT-RJ) está convidando os negros filiados e simpatizantes do PT para discutir a formação da COMISSÃO DE NEGROS DO PT. Contato p/tel.: 292-4141 Ramal 477 (Hermógenes).
- O CECUN - Centro de Estudos da Cultura Negra do Espírito Santo, promove o Seminário "A REALIDADE DO NEGRO NO ENSINO DE 19 e 20 GRAUS". O evento aconteceu dia 19 de março, de 8:30 h às 18:30 h, no Colégio Maria Ortiz em Vitória - ES.
- Curitiba-PR já tem seu Conselho Municipal da Condição Feminina pelo decreto 10/12/84. O Conselho publicou o nº 01 do Jornal da Mulher. Endereço: R. Claudino Santos, 108 Curitiba - PR CEP 80000
- O 2º ENCONTRO DE POETAS E FICIONISTAS NEGROS será realizado dias 28, 29 e 30 de março na Rua Clarimundo de Melo, 847 - Quintino - RJ. Contatos c/o poeta Éle Semog - Rua João Lira nº 209 apto. 401 - Leblon - Rio de Janeiro - RJ
- Participaram de um encontro do grupo ALVORADA - feministas de diversos países do mundo com uma linha de

atuação preocupada com a pobreza - com os vários grupos de mulheres do Rio de Janeiro para troca de experiências, dia 20 de fevereiro p. passado. A Coordenação foi de Neuza Aguiar do IUPERJ - Inst. de Pesquisas Univers. do R. Janeiro.

- O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo está publicando o "Jornal da Comunidade Negra". A distribuição é gratuita, basta mandar nome, endereço e profissão. Endereço: R. Antonio Godoy, 122 7º e 9º andares - Centro - CEP 01034 - São Paulo.
- As entidades negras do Rio de Janeiro estão discutindo a formação do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO NEGRO. As reuniões estão acontecendo todas as 2ªs feiras às 20:00 h no IPCN, Rua Mem de Sá, 208 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
- O 2º Encontro Estadual de Entidades e Militantes Negros está sendo organizado. Reuniões às 3ª e 4ª feiras às 20:00 h no IPCN.
- 2º Congresso Internacional da "Mathaba Mundial" - um foro de debates sobre o imperialismo, sionismo, racismo e facismo com vistas ao combate coletivo de tais práticas acontecerá em Trípoli, na Líbia, entre 15 a 21 de março. Representando a comunidade negra irá a companheira VERA MARIA MENDES do Grupo Afro Agbara Dudu.
- Terminam dia 15 de março as inscrições para seleção do Programa de Intercâmbio Cultural ISIS-WICCE referente a 1987. O Programa tem por objetivo a troca de experiência entre as componentes de grupos de mulheres. Endereço: ISIS-WICCE - Caixa Postal 2471 CH - 1211 - Genève 2 - SWITZERLAND - Tel.: (022) 336746.
- Está prevista para 26 de março a palestra sobre "A SITUAÇÃO DO NEGRO E DO ÍNDIO DO BRASIL DE HOJE" que o NZINGA fará em Barra Mansa para professores da rede Estadual. O desenvolvimento do tema é uma atividade conjunta do CEP, SIMPRO e CRE daquela região, com o objetivo de discutir as "minorias" e a Constituinte. As mulheres da baixada santista estão fundando um Coletivo de Mulheres Negras naquela região. A inauguração será dia 21 de março com mulheres representativas do Movimento Negro debatendo "o mito da democracia racial no Brasil". End. Av. Conselheiro Nêbias, 651 - apto. 107-11050 - Santos - SP. O Mov. Negro, Partido Verde, Famerj, AMES, IBASE, e INESC convidam para a Passeata dia 21 de março às 18:00 h contra o apartheid da África do Sul. Trajeto: Rua Voluntários da Pátria (estacionamento do Metrô em Botafogo até em frente ao consulado da África do Sul).

Lendo e aprendendo

- O QUE É CONSTITUINTE de Marília Garcia - Ed. Brasiliense - Coleção Primeiros Passos. É hora de ler o texto da Marília. Numa linguagem clara e simples ela explica conceitos como Constituinte, Constituição, Cidadania, Pacto Social, mostrando como eles assumem vários tipos e formas através dos tempos.
- O QUE É RACISMO de Joel Rufino dos Santos - Ed. Brasiliense - Coleção Primeiros Passos. Como bom contador de histórias, o Profº consegue mostrar como o racismo está entranhado em nós de maneira tão forte e sutil, que atos e palavras aparentemente inofensivos denotam um terrível preconceito racial. Indo mais além, Joel explica as origens do racismo e da discriminação racial como causas históricas e não naturais.
- ABORTO QUEM DECIDE? Texto mimeografado da deputada Lucia Arruda (PT-RJ) Gabinete Lucia Arruda Praça XV S/Nº Anexo Sala 410 CEP 20010 - Rio de Janeiro - Fone: 224-6667 e 292-0111 R 336/337. A autora fala sobre a Lei 832 que obrigava a rede pública de Saúde do Estado a prestar atendimento à mulher, nos casos de aborto já permitido pelo Código Penal de 1940. O texto é fundamental para esclarecer homens e mulheres sobre os argumentos que derrubaram a lei.
- O QUE É FEMINISMO de Branca M. Alves e Jacqueline Pitanguí - Ed. Brasiliense - Coleção Primeiros Passos. As autoras demonstram que, embora as mulheres tenham contribuído sempre para a subsistência da família além da criação dos filhos, este trabalho nunca foi reconhecido nem valorizado. Explicam como através dos tempos os homens, muitas vezes sob o pretexto da proteção, acabaram por nos oprimir e justificar esta opressão. Relatam ainda a história das lutas das mulheres pela libertação até o surgimento do Feminismo.

Vitória contra o racismo: Fechamento da Boate Help

Dia 07 de janeiro a mulher negra DJANIRA PEREIRA administradora de empresas foi barrada na boate HELP na Av. Atlântica, em Copacabana. Estava bem vestida, tinha dinheiro para pagar a consumação, mas ela é NEGRA. O porteiro RICARDO mandou-a dar queixa à polícia, caso não estivesse satisfeita. DJANIRA fez mais. Procurou o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos que encaminhou a denúncia à Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Dias 01 e 02 de fevereiro (sábado e domingo) alguns companheiros do Movimento Negro fizeram uma manifestação de repúdio à discriminação sofrida por DJANIRA entre 21:00 h e 3:00 h da manhã, em frente à boate. A manifestação contou com a solidariedade de pessoas brancas, algumas frequentadoras da Boate.

A Secretaria de Justiça, na pessoa do Sr. Secretário Vivaldo Barbosa, baseada na lei 4.737 de 20/12/85 de autoria do dep. Walmor Giavari (PMDB-PR), fechou a boate dias 04 e 05 de fevereiro passado.

Na reunião de 05 de fevereiro, onde estiveram presentes representantes das entidades negras, do movimento social e os parlamentares negros, o Conselho ratificou por 13 votos a sentença da Secretaria de Justiça. Houve 06 votos pedindo a ampliação da pena para 05 dias de fechamento e 05 votos pedindo a cassação do Alvará de Funcionamento da Boate.

O negro pobre convive com a discriminação racial no seu dia a dia. Está tão acostumado a entrar pelos elevadores de serviço, a ser obrigado a apresentar seus documentos quando os policiais assim o desejarem, a não ser bem atendido pelo comércio, a ser rejeitado nos empregos por que não tem boa aparência que acaba achando que tudo é natural. Nesse sentido o fechamento da boate HELP (ainda que somente por 2 dias) é um marco significativo na luta contra a discriminação racial no Brasil, pois é a 2ª vez (a 1ª foi em Juiz de Fora — MG) na história desse país que alguém é punido por crime de racismo.

Expediente:

RESPONSÁVEIS PELA EDIÇÃO
HELENA MARIA DE SOUZA E MARIZA MARTINS PEREIRA

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
BÁRBARA R. COSTA E CLÁUDIA MARIA PINTO

IMPRESSO - VIA AÉREA



NZINGA
Coletivo
de Mulheres Negras

Caixa Postal, 2073
Rio de Janeiro — RJ
Brasil — CEP 20001

Anexo 2



BOLETIM do INSTITUTO DE PESQUISAS DAS CULTURAS NEGRAS

Ano 1 • vol. 1 • Número 3 • Julho de 1976

UM ANO DE IPCN

FUNDADO A 8 de julho de 1975 o IPCN, mesmo antes desta oficialização, já vinha desenvolvendo atividades com vistas a seus objetivos, promovendo debates públicos; editando o 1.º número de seu Boletim Informativo; participando da primeira "Semana do Negro" levada a efeito no ICHF da UFF; promovendo conferência sobre Arte Negra, proferida por Abdias do Nascimento, Professor da cadeira de Culturas Afro-Latino-Americanas da Universidade Estadual de Nova York em Buffalo (EUA); participando, juntamente com o Consulado Geral Português, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, o jornal *Crítica* e representantes da Nigéria, Quênia e Camarões, do ato público em comemoração à independência de Moçambique; entre outras atividades.

A partir de sua fundação, tem o IPCN desenvolvido toda uma série de atividades e realizações que passamos a enumerar resumidamente:

AUDIOVISUAL

Projeção, acompanhada de debates com a platéia, do audiovisual "O Passado Africano", produção do IPCN, nos seguintes locais: Guadalupe Country Club; Teatro Fonte da Saudade; auditório do IBAM; ACRIAPI, em Del Castillo; Instituto de Educação Clélia Nancy, em São Gonçalo; Irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito dos Homens Pretos; Teatro Gláucio Gil, em convênio com o 4.º Distrito de Educação e Cultura do Rio de Janeiro; e no Museu de Arte Moderna, onde também foi exibido o filme "O Negro na Cultura Brasileira".

CONFERÊNCIAS E PALESTRAS

- Palestra com os compositores Candeia e Rubem Confeite sobre As Escolas de Samba e as Origens do Samba Urbano no Teatro Opinião, com projeção do curta metragem "Partido Alto".
- Palestra da Diretoria do IPCN em São Gonçalo que propiciou a criação do CEBA — Centro de Estudos Brasil-África.
- Conferências, em número de três, do etnólogo Gherard Kubik, sobre a influência de Angola na música brasileira, em convênio com o IBAM e ICBA.
- Palestras do ator Milton Gonçalves e do Adido Cultural do Senegal Edmond Roques King no Instituto de Educação Clélia Nancy, em convênio com o CEBA, e no Teatro Gláucio Gil, para alunos da área do 4.º DEC.

CICLOS DE CINEMA COM DEBATES

- Apresentação, no Teatro Fonte da Saudade, de dois filmes documentando o Festival de Arte Negra, na Nigéria.
- Projeção do filme *A Rainha Diaba*, na Cinemateca do MAM, acompanhada de palestra do ator Milton Gonçalves sobre a marginalização do negro no cinema.
- Lançamento, na Cinemateca do MAM, do filme *Compasso de Espera*, seguido de debates com seu diretor, Antunes Filho, sobre o tema abordado: a problemática do negro de classe média.
- Realização, na Cinemateca do MAM, do Seminário "Cinema Brasileiro e Cultura Negra", com a projeção dos curta-metragens: *Sai dessa Exu*, *Candomblé*, *Partido Alto*, *Artesanato do Samba*, *Alma no Olho*, *Aruanda*, *Zumbi dos Palmares*, *Chico Rei*, *Festas na Bahia de Oxalá*, *Gafieira e Exu Mangureira*, com a participação nos debates de diversos professores, cineastas e atores.
- Projeção, no Teatro Gláucio Gil, do filme *Máscaras Negras (Masques Noires)*

ATIVIDADES DE PESQUISA

- Entrevista com Otacílio Galdino, 1.º Cidadão Samba do G.R.E.S. Mangureira.
- Entrevistas visando ao levantamento de dados sobre as religiões brasileiras oriundas de África, em conjunto com o Museu de Arte & Folclore do Rio de Janeiro e o Adido Cultural do Senegal.
- Levantamento, ainda em curso, — datas de eventos significativos para a história do negro brasileiro — com vistas à elaboração de um calendário a ser editado.
- Projeto de pesquisa sobre o jongo e suas origens.
- Projetos de pesquisa em fase de estudos de viabilidade de realização:
 - Expressões populares de uso corrente, denotativas de discriminação racial;
 - Levantamento dos estoques raciais no Brasil.

PROMOÇÃO DE SHOWS DA DANÇA E MÚSICA BRASILEIRAS

- Apresentação do espetáculo *Olurum Baba Mim* no auditório do IBAM, em convênio com o ICBA.
- Primeira apresentação em público do trio vocal OS TINCOAS no Teatro Opinião após palestra do radialista e produtor Adelson Alves.
- Apresentação do já consagrado conjunto vocal OS TINCOAS no auditório do IBAM, em convênio com o ICBA.
- Lançamento do primeiro Lp da compositora e cantora GIOVANA na sala Corpo Som do MAM.

CONTATOS COM ENTIDADES CONGÊNERES

Objetivando o desempenho de nossas atividades, o IPCN manteve contatos com as seguintes entidades: Câmara de Comércio Brasil-África; Museu de Arte & Folclore do Rio de Janeiro, com vistas ao desenvolvimento de projetos comuns de pesquisa; Centro de Estudos Afro-Asiáticos, que promoveu a realização do Encontro de Pesquisadores de Cultura Negra, com a participação de representantes da Universidade Federal Fluminense, Universidade de Campinas, Universidade Federal da Bahia, Secretaria de Ciência, Cultura e Tecnologia do Est. de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Grêmio Recreativo de Arte Negra e Samba Quilombo, participando das primeiras reuniões que deram origem à sua fundação; Afoxé Filhos de Ghandi; Consulado Geral do Senegal, apresentando a proposta aprovada pelo Consulado, da criação de um Centro Cultural Senegal-Brasil: G.R.E.S. Unidos de São Carlos, fornecendo dados para a elaboração de seu enredo *A Arte Negra da Legadária Bahia*; Associação de Canto Coral, objetivando realizar o levantamento da obra do Pe. José Maurício; além da participação nos dois encontros de Entidades de Cultura Negra dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

ATIVIDADES SOCIAIS

- Almoço de confraternização realizado na ACRIAPI, em Del Castillo, onde foi servida suculenta carne seca com abóbora, em meio a apresentação do conjunto de samba local, grupos de capoeira, etc.
- Participação, em conjunto com a Equipe Soul Grand Prix, na festa em homenagem a Cosme e Damião, com farta distribuição de doces, refrigerantes e brinquedos no Vitória Esporte Clube.
- Ceia de natal oferecida pelo IPCN às famílias de seus associados e amigos.
- Participação no coquetel comemorativo do aniversário da Independência do Senegal.

8 de Julho de 1976

É O DIA DO PRIMEIRO aniversário do IPCN. O evento não representa, em absoluto, o atingimento de uma meta; representa antes superação de uma fase, união, perseverança e fé em nós mesmos. Representa ainda dedicação, abnegação e espírito de sacrifício de muitos. Representa horas de renúncia, noites de constante vigília, dias de preocupação, não quanto ao passado, mas quanto ao futuro. Este primeiro aniversário simboliza, enfim, imensos campos semeados à espera do bom tempo e da boa colheita. Os inimigos são muitos, reconhecemos: a terra árida — os que não crêem; o tempo ruim — os que recusam qualquer tipo de ajuda; as pragas — os que minam nossas forças ainda no nascedouro; e as aves de rapina — os que querem viver de nós. Somente através da união de esforços no trabalho é que poderemos vencê-los. Assim, amigos, mais do que nunca precisamos de você, mais do que nunca precisamos de sua ajuda na ceifa desta colheita, a qual se não é grande, não obstante vale mais por ser a primeira. E unidos poderemos colher muito mais, deixando ainda os campos semeados para os que vierem depois. O IPCN veio para ficar.

Deu nos jornais

O Depto. de Pesquisas do IPCN recolheu nos jornais cariocas diversas matérias concernentes aos assuntos de interesse dos associados.

No campo da música, chamou-nos a atenção o artigo de Aloysio Reis — "A Libertação é um grito SOUL" — do qual destacamos parte:

A PENETRAÇÃO

Para qualquer um desses ingênuos que pensam que no Brasil não existe racismo, eu recomendo uma visitinha a uma dessas domingueiras dançantes promovidas pelos clubes da Zona Norte e Baixada Fluminense, onde as discotecas só executam *soul music*.

2 Você pode contar nos dedos, os brancos que dançam no meio do salão, e, vale a pena lembrar, que algumas aparelhagens de som já foram quase destruídas pela platéia porque alguns discotecários imprudentes resolveram retirar os discos de *soul*, e substituí-los por *rock* ou qualquer outro gênero. Estes grupos de negros dançarinos de *soul* estão altamente organizados e estão melhor informados sobre as novidades neste campo de música, do que qualquer colonista especializado. Eles se complimentam através de gestos especiais e falam um dialeto especial. Quanto mais James Brown, melhor.

"São uns macacos de imitação dos negros americanos", diriam os idiotas da objetividade — esse tipo humano tão bem rotulado por Nelson Rodrigues.

Muito mais importante do que a constatação de que a *soul music* está penetrando integralmente no meio da juventude negra dos subúrbios, é o fato de que esta é também uma resposta à discriminação racial que sempre existiu no Brasil, embora enrustida. E por que não haveria de existir, se os negros chegaram aqui em navios negreiros, e foram tão massacrados quanto seus irmãos que desembarcaram ao norte da América?

"Por que esses caras não vão dançar samba?" — perguntariam ainda os idiotas da objetividade.

Porque a força contestatória do samba já foi completamente anulada pelas suas próprias instituições. Há muito tempo que as escolas de samba já perderam o rebelado. Ao se transformarem em empresas promotoras de espetáculos para inglês ver, aceitando, inclusive, um vergonhoso contrato de prestação de serviços com a Riotur, o que restava em termos de "expressão autêntica do povo" foi pra cucuia.

É claro que existe a resistência. Ninguém pode fechar os olhos para iniciativas brilhantes como a recém-criada escola de Quilombo (Candeia, Paulinho da Viola, Monarco e outros). Ninguém pode deixar de sentir o poder arrasador de uma interpretação de Clementina de Jesus.

Mas acontece que essas coisas não tocam no rádio. Acontece que o samba autêntico é ostensivamente massacrado pelo samba massificado.

Enquanto isso, a carga externa de *soul music* é arrasadora. Só nesse mês, a gravadora Top Tape lançou 6 LPs de *soul*. E a Motown penetrando em massa. Os discos de James Brown vendem como arroz e feijão nos subúrbios. As discotecas não têm outra opção: é *soul* ou nada.

(Última Hora — 27-05-76.)

Em foco

I SEMINÁRIO CINEMA BRASILEIRO E CULTURA NEGRA

Em abril próximo passado, do dia 22 ao dia 26, o IPCN realizou, em convênio com a Cinemateca do MAM, um seminário intitulado Cinema Brasileiro e Cultura Negra. O evento consistiu de projeção de uma série de curtas metragens abordando a temática, e de palestras e debates após cada projeção.

Tendo como objetivo colocar em discussão aspectos concernentes às relações cinema brasileiro / cultura negra, o Seminário teve início com a projeção do filme *Compasso de Espera*, de Antunes Filho, encenado pelos atores Zózimo Bulbul e Renée de Vilmond. A exibição seguiu-se amplo debate com a platéia, sobre o preconceito racial e o papel do negro no cinema brasileiro.

A PREPARAÇÃO

Paralelamente a uma ampla divulgação na imprensa, o IPCN completou junto à Embrafilme o levantamento da filmografia de curta metragem destinada a programas educacionais, em que fossem abordados temas relativos à história, aspectos sociais e expressão cultural do negro no Brasil. Entre mais de mil filmes examinados, foram escolhidos dez, os únicos a versarem temas relativos à participação do negro no ambiente cultural brasileiro da atualidade. Os trabalhos escolhidos foram divididos por assunto e programados de modo que a cada sessão ocorressem duas exposições diferentes. Para julgar os filmes, tanto no seu aspecto técnico, quanto no da validade de sua mensagem, foram convidados especialistas de consagrada competência.

OS FILMES

Como representativos do assunto religião, foram exibidos dois curtas metragens: *Sai Dessa Exu* e *Candomblé*. Para dirigir a discussão foram convidados Braulino Nascimento e Alexandre dos Santos, do Museu de Arte e Folclore. Ainda dentro deste tema foi projetado, extra programa, o filme *Exu Mangueira*, do cineasta Jom Azulay, que também participou dos debates.

Já o item arte foi representado pelos filmes *Alma no Olho* e *Artesanato do Samba*, de Vera Figueiredo, realizadora de ambos. O folclore se fez representar por *Chico Rei* e *Festas da Bahia de Oxalá*, de cujos debates participou o ator e diretor Milton Gonçalves e o engenheiro José Carlos. Sobre História foram exibidos *Aruanda* e *Zumbi dos Palmares*, analisados pela professora e pesquisadora Beatriz Nascimento Gomes. *Partido Alto* e *Gafieira* representaram o tema manifestação cultural e foram debatidos pelo jornalista e compositor Rubem Confeite, o compositor e fundador da Império Serrano Edgar Barbosa, o chefe do Departamento de Cinema do IPCN, o fotógrafo Januário Garcia e o cineasta Jom Tobá Azulay.

(continua na pág. 6)

1108
3255

Letras

BOLETIM do IPCN

LIMA BARRETO — 1881 - 1922

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu aqui no Rio de Janeiro, numa sexta-feira 13 em 1881, portanto, exatamente sete anos antes da Abolição. Filho de negros livres, não nasceu escravo. Seu pai, João Henriques de Lima Barreto era tipógrafo. Operário, nutria grande fé no valor da educação. Francisco de Assis Barbosa, biógrafo de Lima Barreto, diz-nos que até pouco tempo existia em uso na Imprensa Nacional um manual de tipografia traduzido do francês por João Henriques.

Como sempre tem acontecido aqui no Brasil, principalmente entre nós, um pai normalmente projeta para o filho a realização de seus sonhos frustrados. Com João Henriques vai acontecer o mesmo. Não vendo como formar-se em Medicina, quer ver o filho graduado. E é à custa de ingentes sacrifícios que consegue dar a Lima Barreto a base educacional para que ele em 1897 matricule-se na Escola Politécnica do Largo de S. Francisco, antigo nome da Faculdade de Engenharia que funcionou naquele local.

Óbvio que Lima Barreto não concluirá o curso de Engenharia. Mas a luta que empreende para fazer face a um meio mesquinho e obscurantista, vai dar à sua vida uma dimensão, de riqueza interior, de integridade de caráter, de humanismo, poucas vezes atingida por um intelectual brasileiro.

Marginal, mas consciente dos fatores que determinavam sua marginalização, questionará até a morte a consistência da escala de valores que lhe predeterminara "o seu lugar".

Fiel ao sentimento de negritude, foi dos primeiros intelectuais negros a empreender a "via crucis" da auto-realização, sem jamais deixar de denunciar as

injustiças sofridas, e clamar por um tratamento humano para seus irmãos.

Pioneiro no campo da arte literária, inovador tanto no que se refere ao conteúdo, quanto no que se relaciona à forma, somente agora alguns críticos de vanguarda, como Osman Lins começam a ver que sua obra de muito se antecipa às proposições inovadoras dos promotores da Semana de Arte Moderna de 1922.

Profundamente sensível aos problemas sociais, sua concepção de arte é a que se chama hoje de "arte engajada", tendo como fim precípuo o "acordar" os homens de sua letargia insensível e assim fazê-los melhor. Seus personagens são geralmente negros, sua ficção, sempre relacionada com a vida real, jamais se afasta do aspecto de denúncia.

São momentos altos de sua obra os seguintes romances: *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *Memórias do escravo Isaías Caminha*, *Clara dos Anjos* e vários contos, principalmente *O Homem que falava javanês*. Obra vasta, mas que não foge a uma linha ascendente, cheia de altos e baixos, reflexo da vida difícil e sofrida do autor, está sendo revista em nossos dias pela crítica de vanguarda que costuma asseverar que Lima Barreto instaura entre nós o "romance crioulo", o "romance Brasil", em oposição ao beltrismo geral, importação européia.

Como lenitivo às pressões de toda ordem que em vida sofreu, Lima Barreto adquiriu o hábito da bebida que em fases sucessivas o levará à indigência, à loucura, aos manicômios e à morte. Morreu a 1.º de novembro de 1922, já um farrapo de gente, numa casinha do bairro de Todos os Santos.

Nosso respeito à sua vida e à sua obra.

CLASSIFICADOS

COMUNIDADE PROFISSIONAL

• Expressão Corporal e Danças Afro-brasileiras — com a Professora Marlene Silva — Rua José Linhares, 121 — Leblon, às terças e quintas, 20,00 h. Tel.: 274-4417.

• Equipamento de Som e Luz para Bailes, Festas, Shows — VERASOM — Rua Síqueira Campos, 142 — s/l 42 — Tel.: 235-6527.

• Equipe Soul Gran Prix. Sensacionais reuniões de *soul music* nos diversos Clubes da Cidade. O melhor *som*. Tel.: 261-6499.

• Berman Arquitetura Ltda. Projetos para decorações de interiores. Construções. Rua Figueiredo Magalhães, 266 — s/903. Tel.: 257-0734.

• Afro Chamber. Órgão informativo da Câmara de Comércio Afro-Brasileira. Pedidos para Av. Rio Branco, 279 — 7.º and. — s/4 — São Paulo — SP.

• Dra. Maria Helena N. Barbosa. Cirurgiã dentista — Rua do Catete, 310 — s/407. Diariamente de 9,00 às 12,00 h e de 14,00 às 19,00 h. Sábados: 9,00 às 12,00 h e 14,00 às 17,00 h.

• Tatiana Modas. A amiga das costureiras e modistas. Rua Humsatá, 71 — Loja D.

• Fotografias para arte & propaganda — Slides — Posters — Reportagens. Januário Garcia — Tel.: 252-9949. José Ricardo — Tel.: 224-3881. Carlos Alberto Vieira — Tel.: 224-1529.

O NEGRO

E A HISTÓRIA

• Os egípcios — a primeira grande civilização que a História registra — eram, segundo o historiador grego Heródoto, que visitou o país, "negros e de cabelo encarapinhado".

• Navegadores africanos atingiram a América muito tempo antes de o genovês Cristóvão Colombo "descobri-la". Esse fato, há longo tempo conhecido dos pesquisadores de história da África, foi confirmado pela descoberta, em escavações realizadas no México, de ossadas pertencentes a negros que morreram por volta do ano 800 A.C.

• Foi George Washington Carver o descobridor das propriedades alimentícias da soja, hoje bastante popularizada graças à grande quantidade de calorias e proteínas que contém. Ele viveu no século passado, nos Estados Unidos, sendo hoje conhecido em todo o mundo.

• Até o século XVI, a Europa estava atrasada, em termos culturais, sociais, tecnológicos, etc., em relação a diversas regiões da Ásia e da África. Com a escravidão e o colonialismo, começou a suprir-se o mito hoje popular, da superioridade européia.

• O Brasil é o segundo país do mundo em população negra, só perdendo para um país africano — a Nigéria — com 80 milhões de habitantes. Estima-se que os descendentes de africanos no Brasil perfazam mais de 50 por cento da população.

• Esopo, a quem são atribuídas as famosas *Fábulas*, era um escravo de origem africana, nascido na Frígia, Ásia Menor. A informação é segura, pois quem nos dá é o monge Planudes, o Grande, que viveu no século XIV, ao qual devemos a história da vida de Esopo e suas *Fábulas*, na forma em que hoje são conhecidas. Esopo, segundo ele, tinha "nariz largo... com lábios grossos e balouçantes e a pele negra da qual tirou seu nome (Esopo sendo o mesmo que Etiope)".

• O famoso Quilombo dos Palmares, tão (mal) cantando por nossas escolas de samba, constituiu um verdadeiro Estado negro-africano encravado em pleno território da América Portuguesa. Palmares durou cerca de 100 anos, e os registros que falam de 20 ou 30 anos referem-se unicamente ao período de luta, não levando em conta o tempo necessário para a organização de um Estado que chegou a ameaçar o poder lusitano no Nordeste do que hoje é o Brasil.

NOTICIÁRIO

Universidade estuda negro

Plena de êxito foi a iniciativa dos alunos da UFF, especificamente do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, que de 31 de maio a 8 de junho último realizaram a Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro à Formação Social Brasileira, no Anfiteatro da Faculdade de Direito em Niterói.

Entre os temas abordados, destacam-se "Culturalismo e Contracultura", "Alguns aspectos da história social do negro pós-Abolição", "O negro e a Casa das Minas no Maranhão", "Movimentos políticos como forma de organização do negro".

A Semana de Estudos, que teve por objetivo introduzir na Universidade uma cadeira de estudos sobre o negro, principalmente nos cursos que abrangem a área de Ciências Humanas, contou com a participação de vários intelectuais de projeção como a historiadora Beatriz Nascimento, o professor Eduardo Oliveira e Oliveira, o professor Peter Fry, o professor José Bonifácio Rodrigues e outros.

Soul

Em promoção da Equipe Soul Grand Prix será realizado possivelmente no dia 21 de agosto no OLARIA ATLETICO CLUBE, a apresentação do conjunto soul "Archie Bell and The Drells", um dos maiores sucessos na atualidade.

Ciclo de cultura negra nas escolas

Vem sendo coroado de efetivos êxitos na área educacional o trabalho realizado em convênio com o IV Distrito Educação e Cultura do Rio de Janeiro, do qual recebemos ofício de agradecimento e apostilas referentes ao audiovisual Passado Africano. Em decorrência do sucesso da exibição desse audiovisual, temos recebido solicitações de alunos e professores sobre subsídios para trabalhos de pesquisa em turma, como também sobre a exibição do Passado Africano em outros estabelecimentos escolares.

Programa comemorativo

do

primeiro aniversário

Como um dos pontos altos de nossas comemorações exibimos nos dias 9, 10 e 11 de julho de 1976, às 20,30 horas, na Cinemateca do MAM, o filme Wattstex, longa metragem (em cópia de 110 minutos), sobre o maior festival de soul music realizado em 1972, nos Estados Unidos. Entre as atrações do filme destacam-se: Rufus Thomas, Isaac Hayes, Staple Singers, Carla Thomas e outros gigantes do soul.

Festival da Nigéria

Nos últimos dias do mês de agosto próximo o IPCN estará promovendo uma mesa redonda sobre Festival de Arte Negra, a ser realizado em 1977 na Nigéria. Na oportunidade será projetado o documentário sobre o primeiro festival, realizado em Dacar, no Senegal em 1970. Para o evento esperamos contar com a presença de todos quantos se interessarem pelo estudo e a pesquisa da cultura negra. Entre os participantes da mesma estão convidados o sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, da Secretaria de Ciência, Cultura e Tecnologia do Estado de S. Paulo, a etnóloga Juana Elbein, do Centro Afrocultura da UF da Bahia, compositores, cantores, atrizes, professores e a notável Clementina de Jesus, que aliás representou o Brasil no festival de Dacar — O local será comunicado pela imprensa.

Padre José Maurício

O IPCN vem realizando gestões com vistas a realizar nos próximos meses uma apresentação de peças musicais do Padre José Maurício Nunes Garcia, cuja vasta obra vem sendo pesquisada pela Prof.^a CLEOFÉ P. MATTOS da Associação de Canto Coral. O conjunto instrumental e coral será organizado por Paulo Moura em convênio com a Associação de Canto Coral e colaboração da Irmandade de N. S. do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos.

ASSOCIE-SE AO IPCN

Música popular

O CANTO AFRO DAS ALDEIAS

Depois do sucesso de abril GIOVANA voltou, a pedidos, à sala Corpa Som do MAM, nos dias 22 a 27 de junho.

4 Mais amadurecida, com mais certeza ainda das coisas da vida. O recado, o mesmo: a força e o talento do homem comum jogado na selva das cidades, na miséria das favelas ou na enorme distância entre dois apartamentos contíguos.

Seu show, antes de tudo, uma lição de solidariedade fazendo-nos a impressão de uma deusa negra que nos fala de perto de nossos problemas e de sua pequenez diante do mistério maior que é a vida.

*Que tristeza é essa
Dentro dos seus olhos
Uma luta íntima dentro do peito
Um tempo nublado
Uma tarde cinza
Chegando o negro azul da noite*

O arrebatamento se inicia com o primeiro toque do atabaque mágico de Caboclinho mandando uma mensagem para as aldeias. Aldeias modernas onde nos encontramos fechados e sós. Aos poucos

todos vão se libertando como se pertencessem a uma aldeia única, como aquelas em que, sentados em torno da fogueira, dividíamos a caça do dia e sorriamos e falávamos de nós mesmos. Aldeias como aquelas onde os mais jovens bebiam da experiência dos mais velhos, onde nenhuma distância era maior do que a vontade do coração.

Giovana guerreira. força do amor construindo! Giovana rebelde. rebeldia que somente os puros e as crianças possuem! Giovana mimosa, mimosa e frágil, com toda a fragilidade que só os deuses têm! Fragilidade de onde emerge sua força.

*A minha mente é um vendaval
Meu corpo no teu corpo é um terremoto
Meu sangue negro nobre
Não permite que eu caminhe no escuro
Será que você não sente
Será que você não vê a ponta da estrela
A ponta da estrela vem me iluminar
Na poesia parada
No fim da batucada vem me iluminar
Dentro ou fora do beco
Meus sonhos do lado do avesso
Na noite anterior.*

Um poema para Giovana, a filha da ÁFRICA

Giovana
Em ti reconheço
A beleza selvagem
O ébano cor de acaju
Do povo ativo que outrora
Na graça dos deuses apaziguados
Em meio às oferendas e liturgias
Te recebeu no seu seio íntimo
O seio do antigo povo bassari
Giovana
Das margens do Falcôme
Ao lado do Amazonas
O caminho foi longo e cruel
Caminho de dor e destruição
Ele tinha para ti
Um gosto de sal e de pimenta
A bebida amarga do feiticeiro da tua aldeia
Esta aldeia que outrora
Através das ramagens das palmeiras
Te viu partir um dia

No fundo do porão de um navio negroiro
Pobre húmus humano
Que a Europa mercante
Destinava ao café e à baunilha
Vós éreis mil, vós éreis cem mil
Filhos de angústia e de desesperança
Filhos da dor carnal
E das explosões de riso da Europa
E o ruído do chicote do negroiro
No fundo do fórnido porão
Ritmava vossos clamores, Giovana
E portanto, apesar do pranto de aldeia
As galés e os cliques levantaram âncoras
Levando para as Américas
As testas humanas arrancadas do continente
E na ponta dos mastros
O pólem das flores tropicais
Vós éreis cem mil,
Vós éreis um milhão
GIOVANA

Mamadou Seyni M^o Bengue
(Consul Geral do Senegal)

RENGA MOI — O canto universal da negritude

Muita gente se surpreendeu com a peça *Renga Moi*, apresentada pela Abafumy Company, de Uganda, em teatros do Rio e São Paulo. Isso porque não se tratava de um espetáculo "primitivo", como se costuma pensar das coisas africanas e negras em geral, mas sim de um teatro moderno, utilizando recursos bastante sofisticados, em termos artísticos e técnicos, para contar uma história altamente elaborada — bem mais do que o público em geral e a própria imprensa dita "especializada" puderam perceber.

A imprensa, por sinal, mais uma vez mostrou sua absoluta falta de conhecimento com relação à África, e aos africanos, o que exprimiu através de matérias inconsistentes, repletas de lugares-comuns, quando não a falsa informação, pura e simples.

criação coletiva

Na verdade, *Renga Moi* é uma criação coletiva do grupo Abafumy — não uma "lenda", como afirmaram *O Globo* e o *JB*. De lenda, a peça guarda apenas a estrutura, que serve para relatar, de forma alegórica, fatos da história recente de Uganda e da África em geral. Como meios de expressão são utilizados os quatro principais idiomas falados em Uganda (nenhum dos quais é o *swahili*, cuja presença deve ser creditada à fértil imaginação dos bem informados repórteres tupiniquins), além da música, ritmo e dança, algumas vezes tradicionais, outras com influência da *soul music* criada por irmãos que a Diáspora Africana fez nascer na América do Norte.

A preocupação central é mostrar as dificuldades decorrentes do choque entre duas culturas — a tradicional, africana, e a européia, geralmente adotada, sem qualquer adaptação, pelos africanos educados no exterior. Para estes, que formam a nova *elite africana*, tudo que é europeu é moderno, e deve ser imitado. Como resultado, ocorre o crescente distanciamento entre a classe dirigente europeizada e o povo, que se junta a outras causas para ocasionar a instabilidade política quase onipresente na África de hoje. Sem nos esquecermos da cor-

rupção, herança do sistema colonial, e da mentalidade voltada para a acumulação de riquezas, por ele introduzida.

QUEBRAR A RESISTÊNCIA

A Abafumy Company foi criada em 1968, com o objetivo de oferecer uma alternativa ao teatro que então se fazia em Uganda: de um lado, a representação nos moldes clássicos europeus — Shakespeare —, de outro, o teatro folclórico, fechado sobre fórmulas repetitivas e vazias. Os criadores da Abafumy tinham em mente um teatro ao mesmo tempo *africano e negro*, na temática e na forma, mas também universal, para o que deveria usar símbolos de compreensão universal, capazes de romper a barreira do idioma.

Os primeiros tempos foram de muita pesquisa, inclusive a procura de gente para atuar no grupo. Paul Mukasa, um componente do grupo, nos conta:

— "O problema é que a maioria dos jovens com o grau de informação necessário para fazer parte de um elenco como este não está interessada em fazer teatro. Todos querem ser engenheiros, administradores, técnicos, não atores. Para conseguirmos formar o grupo, foi necessário, entre outras coisas, acenar com possibilidades como as de viajar para o exterior, para atrair os jovens. Mas felizmente tudo deu certo. Hoje, o grupo é bem coeso".

Quem entrou no grupo para viajar não deve ter-se decepcionado. A Abafumy tem-se apresentado em diversos países, principalmente nos dois últimos anos: França, Polônia, Checoslováquia, Jamaica, Porto Rico, Iugoslávia, Venezuela, Colômbia, Inglaterra... Por sinal, a Inglaterra, terra dos antigos "colonizadores", foi o único país que não os recebeu bem:

— "As críticas referiam-se muito mais à situação política de Uganda, e ao Presidente Amin, do que propriamente à atuação do grupo. E disseram também que o espetáculo era demasiadamente ligado à temática dos movimentos negros".

Em Porto Rico, o grupo fez uma apresentação gratuita para uma platéia

negra e pobre. O que, aliás, encaixa-se perfeitamente em suas perspectivas.

— "Pretendemos ganhar dinheiro no exterior para podermos construir nosso próprio teatro, em Kampala. Você sabe, somos uma companhia particular, não recebemos auxílio do governo, só estímulos. Com nosso teatro, será possível apresentar peças a platéias maiores e mais heterogêneas, e até ampliar o grupo, quebrando um pouco a resistência das pessoas, sejam elas muito tradicionalistas para aceitar coisas novas, ou muito europeizadas para admiti-las, quando essas coisas novas são essencialmente africanas".

METADE DA HISTÓRIA

Sempre sorridentes e amáveis, os componentes do grupo escondem, por detrás desta aparente simplicidade, os argutos observadores que são. Estranharam, por exemplo, a passividade do negro brasileiro, especialmente a falta de consciência da sua negritude — os cabelos *fritos*, as perucas, a maquiagem de *rouges* e pós-de-arroz transformando belos rostos negros em ridículas caricaturas, e mesmo os cabelos *afro* usados como simples modismo, muitas vezes para se valorizar diante do branco. O mesmo quanto à atitude das pessoas para com o grupo, nas ruas, um misto de curiosidade e deboche, recheados de um mal-disfarçado racismo.

— "Sabe, irmão, nós estamos acostumados a reagir. Em Londres, por exemplo, tivemos uma série de incidentes com as pessoas na rua, choferes de táxi que não paravam, essa espécie de coisa. Aqui, nós nunca sabíamos o que fazer. Eu mesmo fui praticamente escorraçado de uma loja fina, onde ia comprar umas roupas, e nem soube como reagir. Você sabe, o pessoal daqui é tão *cool*, em outro lugar eu teria brigado, aqui deixei ficar".

De acordo com um velho costume africano, as pessoas de Uganda costumam contar apenas metade da história. O resto, deixam que o interlocutor pense e descubra por si mesmo. É tempo de começar a pensar.

Capitalismo e escravidão

Eric Williams

Cr\$ 60,00

ERIC WILLIAMS, Primeiro-Ministro de Trinidad Tobago, foi durante muitos anos professor de Ciência Política e Social da Universidade de Howard, de Washington, e serviu na comissão das Antilhas. Autor de inúmeras outras obras sobre as Antilhas e História Britânica, neste seu livro, *Capitalismo e escravidão*, faz completo levantamento sócio-econômico da época (1783-1833) em que o capitalismo britânico se consolidou às expensas do tráfico de escravos africanos.



A economia política da escravidão

Eugene Genovese

Cr\$ 75,00

Os aspectos principais da civilização sulista de antes da guerra, os interesses político-econômicos dos proprietários de escravos, seus compromissos ideológicos e psicológicos, a base agrícola da economia sulista, a diversificação das safras e os movimentos de reforma dos industriais numa sociedade escravista e a atitude dos plantadores proprietários de escravos em relação ao desenvolvimento industrial, são alguns aspectos abordados por Eugene Genovese em *A economia política da escravidão*. Um clássico no gênero.



PALLAS S.A.
Editora e Distribuidora
Av. Mém de Sá, 202. Tel.: 224-0921
20.000, Rio de Janeiro, RJ
Caixa Postal 7001

À VENDA NAS LIVRARIAS

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL

em foco (Conclusão da p. 2)

CONCLUSÕES SOBRE O I SEMINÁRIO CINEMA BRASILEIRO E CULTURA NEGRA, REALIZADO NA CINEMATECA DO MAM, RIO DE JANEIRO, DE 22 A 26 DE ABRIL DE 1976, PATROCINADO PELO IPCN — INSTITUTO DE PESQUISA DAS CULTURAS NEGRAS.

Constatou-se a existência de uma filmografia referente ao negro que não corresponde a sua verdadeira expressão cultural, social ou histórica. Carentes de informações precisas, métodos de pesquisa e análise, esses filmes contribuem para dar continuidade à desinformação generalizada quanto ao negro e sua realidade, sua história, seus homens e mulheres de maior expressão. O tratamento mais comum, dentre os filmes apresentados, foi o de tentar revelar segredos religiosos, como forma de propaganda turística através do *exotismo* — tratamento este incompatível com as tradições que esses filmes dizem pretender transmitir. Tais informações revelam sentimentos colonialistas e racistas mal disfarçados, inaceitáveis em nossa época e num povo como o nosso, basicamente mestiço.

O IPCN, considerando o consenso desse I Seminário e a receptividade que as idéias ali veiculadas obtiveram junto aos participantes, alguns deles diretamente ligados ao setor cinematográfico, sente-se habilitado a recomendar o reposicionamento da produção cinematográfica referente ao negro, através da qual seja possível chegar-se à efetivação do que está expresso nos textos das leis que impõe a igualdade e o respeito entre as raças e suas manifestações culturais próprias.

O IPCN considera, ainda, necessária uma produção intelectual, cinematográfica ou não, que expresse o desenvolvimento cultural, social, político e econômico da população negra e mestiça do Brasil, contribuindo, desta forma, para um melhor desenvolvimento das relações culturais e raciais entre todas as pessoas nascidas neste país.

Para a efetiva realização desses anseios, o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras conclama todos os participantes do Seminário e leitores deste documento ao debate objetivo da questão.

Rio de Janeiro, 1.º de maio de 1976

FORMAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

Na oportunidade em que o IPCN comemora o seu 1.º aniversário de fundação, iniciamos uma campanha para a inscrição de novos associados. Evidentemente, um Instituto de Pesquisas não é um clube social, mesmo assim, percebemos a necessidade da organização de um quadro de associados, na busca de uma forma segura de podermos contar com pessoas realmente interessadas nos projetos elaborados pelo IPCN.

Lembramos que sem a SUA COLABORAÇÃO nada poderemos fazer. O trabalho que se pretende realizar, em termos de valorização cultural e social da comunidade, só poderá ser efetuado na medida do engajamento de todos nós. Colabore conosco participando de nosso quadro de associados.

6 Mensalidade de sócio efetivo Cr\$ 20,00

Compareça às nossas reuniões:
Aos sábados a partir de agosto
Av. Graça Aranha, 416 — 8.º and. 14,00 h.

Correspondência para a Caixa Postal 1458 ZC-00
Rio de Janeiro — RJ

Boletim do IPCN

Presidente: Benedito Sérgio de Almeida Alves
Vice-Pres. Cultural: Orlando Fernandes
Vice-Pres. Administrativo: Paulo Roberto dos Santos
Vice-Pres. de Relações Públicas: Carlos Alberto Medeiros

Órgão de divulgação interna do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras.

C. Postal 1458. ZC-00 — Rio de Janeiro — RJ.

DISTRIBUIÇÃO INTERNA



CONTOS CRIoulos DA BAHIA

Narrados por Mestre Didi

Coleção Vozes do Mundo

Moderno n.º 15

76 p. — Cr\$ 15,00

Esses contos formam parte da cultura dos *Terreiros* que envolvem descendentes de origem Nágô, em segunda, terceira, quarta e até quinta geração. São histórias transmitidas de geração em geração, diretamente dos mais velhos aos mais jovens. Os *terreiros* Nágô não são apenas comunidades religiosas; a prática litúrgica é o fator aglutinante e transmissor de uma rica tradição. Estes contos valem por sua estética e também pela imensa informação que trazem. Certamente despertarão o interesse dos estudiosos de Antropologia, Comunicação, Letras e de todos os que analisam as origens da cultura brasileira.



OS NÁGÔ E A MORTE:

Páde, Asésé e o Culto

de Ègun na Bahia

J. Elbein dos Santos

Coleção Mestrado n.º 4

244 p. — Cr\$ 65,00

Este livro se baseia na tese de doutorado em Etnologia apresentada pela autora na Sorbonne. Sua publicação vem atender às solicitações cada vez maiores de nosso público universitário por temas relativos às origens culturais brasileiras. Examina e desenvolve algumas interpretações sobre a concepção da morte, suas instituições e seus mecanismos rituais entre os descendentes, no Brasil e particularmente na Bahia, das populações da África Ocidental. São visadas as comunidades, grupos e associações que se qualificam a si mesmos de NÁGÔ e que a Etnologia moderna chama de Yorùbá. As pesquisas foram feitas no Brasil e na própria África Ocidental.

DEMOCRACIA RACIAL

Thales de Azevedo

104 p. — Preço: Cr\$ 25,00

Se de um lado a *democracia racial*, no Brasil, parece ser um fato consumado, por outro lado, vemos a frequência inquietante de atos discriminatórios que no mínimo fazem supor que o brasileiro se deixa levar por compulsões que contradizem profundamente essa instituição de que tanto se orgulha. Tentar tirar a limpo essas dúvidas, ou pelo menos tentar lançar um pouco de luz nessa contradição, tem sido uma tentação constante de nossos cientistas sociais. Procurando historiar o problema, analisando as motivações que têm regulado a mestiçagem, levantando hipóteses sobre a possibilidade de uma literatura afro-brasileira, tentando uma explicação para os incidentes raciais que se repetem entre nós, o autor procura esclarecer essa temática, lançando alguns dados novos e algumas interpretações originais muito elucidativas. Um livro para antropólogos, sociólogos e estudiosos de problemas brasileiros.



Rua Frei Luís, 100
Caixa Postal 23
25.600 Petrópolis, RJ

Filiais:

Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 118-1
Tel.: 242-9571
São Paulo: Rua Senador Feijó, 158/168
Tels.: 33-3233 - 32-4899
Belo Horizonte: Rua Tupia, 85
Loja 10 — Tel.: 22-4152
Porto Alegre: Rua Riachuelo, 1280
Tel.: 25-1172
Brasília: CRL/Norte - O. 704
Bloco A - N.º 15
Tel.: 23-2436

Anexo 3

CARTA DE PRINCÍPIOS

REUNIÃO DE MULHERES NEGRAS AQUALTUNE

Não somos mais uma organização negra. Somos um grupo de combate ao racismo e ao machismo que prepara suas participantes para a ação política necessária para o fim dessas duas ideologias de dominação, onde elas tenham atuação ou sintam necessidade. Pode ser dentro das organizações negras, das organizações de mulheres ou de outras organizações democráticas e progressistas da nossa sociedade. Será também na vida diária - família, trabalho, estudo e em qualquer lugar.

As integrantes da Reunião de Mulheres Negras Aqualtune se preparam para esta ação política, procurando formas de se desenvolver com uma maneira própria de se expressar, vencendo o medo, a timidez e a confusão das idéias, até que todas sejam capazes de falar, escrever e atuar em todas as organizações que nos interessem, colocando a questão racial e aumentando a consciência de negros e negras.

A REMUNEA vai procurar transmitir o conhecimento adquirido e criar novos conhecimentos que sirvam à nossa gente, colaborando para o surgimento de novos militantes: gente orgulhosa de ser negra e a fim de fazer valer seus direitos neste país, em que as classes dominantes utilizam o racismo para impedir o povo de comandar seu próprio destino.

Vai procurar conhecer e avaliar os processos usados pela ideologia de dominação, criando paralelamente uma contra-ideologia que ajude a desmistificar e descolonizar tudo o que se aprendeu até hoje sobre negros e mulheres e que nos tacha de seres humanos inferiores e indignos.

Quer também desmistificar a questão do negro como uma questão puramente cultural e a idéia de que é possível acabar o racismo simplesmente com a prática livre das manifestações culturais negras. Quer levar a sociedade brasileira a assumir que se a maioria é negra o país é negro.

Para elaborar contra-ideologia, a REMUNEA se propõe a estudar os temas que estão mais presentes na realidade da mulher negra como problemas que impedem o seu crescimento e a sua participação na luta pela mudança de seu próprio destino. Cada tema é desenvolvido em linguagem clara e de fácil compreensão, para que possa atingir e ser assimilado por mulheres não escolarizadas, que constituem a maioria negra. A REMUNEA assume também a responsabilidade de gerar finanças necessárias para que esta contra-ideologia seja impressa e esse material

distribuído para os vários grupos e organizações negras e de mulheres e ainda outras organizações que possam tirar proveito da discussão.

Como trabalho prático, além da produção de contra-ideologia impressa, a REMUNEA promoverá palestras, audiovisuais, debates, etc., sobre os temas já discutidos, sozinha ou em conjunto com outras entidades, desde que tenham um público grande de mulheres negras. Este trabalho prático terá a finalidade de aumentar o número de mulheres negras engajadas na produção e/ou transmissão de contra-ideologia, atuando ou não na REMUNEA, bem como incentivar a organização do maior número possível de mulheres negras.

A REMUNEA não tem um número fixo de participantes e dispensa registro oficial como entidade, uma vez que será um grupo de ação e formação de contra-ideologia. As promoções que necessitarem de amparo legal poderão ser feitas em conjunto ou com o apoio de entidades já registradas.

Este grupo de combate buscará marcar com atividades as datas significativas para negros e mulheres, colocando a necessidade destes dois movimentos se desdobrarem na maioria, denunciando as organizações que só existem como manobra para proveito de seus dirigentes e não trazem benefícios para os negros e as mulheres que dizem representar.

Em nenhuma atividade desenvolvida a REMUNEA poderá se identificar como "representante" das mulheres negras, uma vez que se trata de um grupo de mulheres negras onde essa maioria não se encontra representada de fato. A REMUNEA considera que a representação é um direito que só poderá ser dado quando a maioria das mulheres negras estiver realmente mobilizada.

A REMUNEA dispensa uma direção hierárquica e os privilégios provenientes de hierarquias. As decisões são tomadas em conjunto, pelas participantes presentes nas reuniões de todo último domingo do mês.

Estes princípios são assumidos e respeitados pelas integrantes da Reunião de Mulheres Negras Aqualtune (REMUNEA), presentes e futuras, como ponto básico para a luta contra o racismo e o machismo, sempre considerando em primeiro lugar, para qualquer colocação ou qualquer ação, os interesses da maioria das mulheres e da maioria dos negros.

.....

Reunião Todo último domingo do mês.
Rua do Rezende 56/605 - Centro

Anexo 4

O X U M

Conta-se a história de uma mulher trabalhadora e obstinada de nome Oxum. Que, apesar de seus muitos esforços, não conseguia melhorar de vida. Vendo que nada do que fazia era suficiente para superar suas dificuldades, resolveu procurar ajuda entre as pessoas sábias da comunidade. Como sempre acontece nesses casos, fez, através do jogo de búzios, uma consulta aos orixás, de modo a reparar os problemas que vivia. A resposta veio com a necessidade de preparo e entrega de uma oferenda na casa de Orixalá, o rei. Esta entrega deveria vir acompanhada de pedidos, em voz alta, de tudo que fosse necessário para que assim Oxum pudesse finalmente progredir. E assim foi feito. Preparada a vistosa oferenda, Oxum foi levá-la ao palácio do rei. Chegando lá, ao invés de pedir, Oxum começou a maldizer o rei. Acusando-o de injusto e opulento, enquanto ela, uma mulher trabalhadora e dedicada, não conseguia nada. Suas maldições jogadas contra Orixalá provocaram alvoroço e aos poucos foi juntando gente em volta da casa do rei para ver o que se passava. Lá dentro, ouvindo os rumores da multidão, Orixalá convocou seu conselheiros, pedindo informações. Estes lhe contaram que se tratava de uma mulher que vigorosamente amaldiçoava o rei, acusando-o de toda sorte de desigualdades e injustiças. Orixalá pede a seus assessores um conselho e estes recomendam que o rei dê algum presente à mulher, para fazê-la calar-se. O que é feito imediatamente.

Recebendo os presentes, Oxum agradece e renova as maldições, insistindo na injustiça da situação em que o rei acumulava riquezas enquanto ela, uma mulher lutadora, tinha muito pouco. Novos presentes lhe foram entregues. Novas maldições ela dirigiu ao palácio, na frente de toda a cidade que observava excitada as acusações contra o rei, cuja soberania estava sendo posta em questão.

Dentro do palácio, os conselheiros continuavam recomendando presentes a Oxum. Finalmente, o rei mandou buscá-la e, já dentro do palácio, mandou que lhe dessem tudo o que ela desejasse. Dessa forma, Oxum tornou-se a dona de todo o ouro e de toda a riqueza.¹

¹ WERNECK, Jurema. *De Ialodês e Feministas – Reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe*. In *A intersecção das Desigualdades de Raça e Gênero – Implicações para as políticas públicas e os direitos humanos*; Publicação produzida pelo Consulado Geral dos EUA/RJ e distribuído no Seminário Encontros O Globo, s/d, pp. 12.

Anexo 5

*CUMÉ QUE A GENTE FICA?*¹

...Foi então que uns brancos muitos legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente. A gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi se sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente se sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisa pro crioléu da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. Era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso.

Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava mais prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discurseira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve uma hora que não deu prá agüentar aquela zoadá toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone prá falar contra os brancos. E a festa acabou em briga...

Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes...Agora tá queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é a toa que eles vivem dizendo que ‘preto quando não caga na entrada caga na saída’...

¹ GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na Cultura Brasileira*. In: SILVA, L. A. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: ANPOCS, Cap.3, 1983. (Ciências Sociais Hoje, 2)

Anexo 6

*Conto contigo,
na primeira do teu voto*
Lélia

LÉLIA GONZALEZ
DEPUTADA ESTADUAL
PDT - 1986

ESCRITÓRIO : 253-9216
Av. Maj. Floriano, 143/1108
CEP - 20090 - Rio - RJ



LÉLIA GONZALEZ
DEPUTADA ESTADUAL
PDT - 1986



QUEM É LÉLIA GONZALEZ


- 1 – Pendurina de uma família de dezoito irmãos. Mãe índia e pai negro, ferroviário.
- 2 – Formação universitária: graduação em História e Filosofia; pós-graduação em Comunicação e Antropologia; cursos livres em Sociologia e Psicanálise.
- 3 – Militante do Movimento Negro. Fundadora do Movimento Negro Unificado. Vice-Presidente Cultural do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN).
- 4 – Membro do Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi.
- 5 – Militante na luta contra a discriminação da mulher. Primeira mulher negra escolhida uma das “Mulheres do Ano” pelo Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, em 1981.
- 6 – Membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
- 7 – Primeira mulher negra a sair do país para divulgar a verdadeira situação em que vive a mulher negra brasileira. Vice-Presidente do 1º e 2º Seminários da ONU sobre “A Mulher e o Apartheid” (Montreal-Canadá e Helsinque-Finlândia, 1980). Representante brasileira no Fórum da Meio Década da Mulher (Copenhague-Dinamarca, 1980). Convidada Especial da ONU para a conferência sobre “Sanções contra a África do Sul” (Paris-França, 1981). Representante brasileira no seminário “Um Outro Desenvolvimento com as Mulheres” (Dakar-Senegal, 1982). Representante brasileira no Fórum de Encerramento da Década da Mulher (Nairóbi-Quênia, 1985).
- 8 – Autora de artigos (no Brasil e no exterior) e livros sobre as condições de exploração e opressão do negro e da mulher.
- 9 – Membro do Conselho Diretor da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento (SID), com sede em Roma.
- 10 – Professora com longa experiência de trabalho em escolas, colégios e universidades; atualmente é professora de Cultura Popular Brasileira e de Proxenia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

LUTAS PRIORITÁRIAS DE LÉLIA GONZALEZ

- 1 – Pela organização da comunidade negra na conquista efetiva de seus direitos de cidadania individual, política, social e econômica.
- 2 – Contra toda forma de violência e opressão praticadas em relação à mulher. Pela soberania da mulher em relação ao seu próprio corpo.
- 3 – Pelo respeito às opções sexuais dos indivíduos. Contra toda violência e discriminação praticadas em relação ao homossexual.
- 4 – Contra qualquer forma de discriminação social ou salarial por motivo de raça ou sexo.
- 5 – Contra a fome e a devastação geradas pelo sistemático desequilíbrio ecológico.
- 6 – Por uma reforma agrária efetiva, atendendo às necessidades da população rural e com apoio ao pequeno produtor.
- 7 – Pelo título definitivo de propriedade para os favelados e as populações dos bairros de periferia.
- 8 – Por uma política econômica sem concentração de renda, sem arrocho salarial e sem desemprego, que acabe com a pobreza e a miséria existentes no país.
- 9 – Pela livre organização das classes trabalhadoras.
- 10 – Por uma Constituinte livre do poder econômico, democrática e popular.
- 11 – Pelo reconhecimento e valorização das diferenças culturais.
- 12 – Pela ampliação do ensino gratuito e democrático. Por uma reforma educacional que identifique professores e estudantes com as reais características culturais do país.
- 13 – Por uma política nacional soberana no tratamento da dívida externa brasileira, priorizando as necessidades de justiça social e desenvolvimento internos.
- 14 – Por uma sociedade justa, igualitária e democrática.
- 15 – Pelo rompimento de relações com a África do Sul. Pela nacionalização dos investimentos sul-africanos no Brasil.
- 16 – Contra a interferência dos países ricos na soberania dos países do terceiro-mundo.
- 17 – Pela paz mundial entendida não apenas como ausência de guerra; pelo desarmamento em busca do desenvolvimento livre dos povos; contra a ameaça nuclear.

DEPUTADA ESTADUAL – PDT – 1986
LÉLIA GONZALEZ

Anexo 7



NZINGA

INFORMATIVO

MARÇO 1989

Nº 5

ANO IV

ECOS DO 1º ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS

APRESENTAÇÃO

Ainda sob as energias do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, nós do NZINGA, pensamos em registrar as experiências, as emoções e também os desencontros das mulheres que lá estiveram. O compromisso se tornou maior, porque àquelas mulheres, guerreiras anônimas, lhes é negado o direito de falar.

Queríamos publicar o maior número de opiniões sobre o evento. Queríamos confrontar as visões de mulheres que vieram de todas as regiões do país com seu linguajar, suas roupas, seus adereços, hábitos alimentares tão diferentes entre si. Foi com esse intuito, que enviamos cartas convidando a todas as participantes do Encontro a colaborar com o Informativo. Recebemos menos

do que o esperado. O resultado é este. Aqui falamos do que pensávamos ser um encontro e o que ele realmente foi. Aqui falamos dos nossos sonhos e esperanças. Aqui falamos um pouco de nós.

Neste 8 de março – Dia Internacional da Mulher – este número é uma homenagem a todas as mulheres: negras, brancas, índias e mestiças. Àquelas que descobriam que são oprimidas e àquelas que ainda nem se aperceberam disso.

Neste 8 de março – Dia Internacional da Mulher – este número reflete nossa esperança na construção de um mundo mais justo, onde homens e mulheres, negros, brancos, índios e mestiços, mantenham as suas diferenças, mas tenham oportunidades iguais.

O que as Mulheres disseram do Encontro:
páginas 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15

- Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial pág. 2
- Dia Internacional da Mulher pág. 2
- Recebemos pág. 2
- Aconteceu... acontecendo pág. 16
- Poesia Militante pág. 16

RECEBEMOS

- **do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**
o nº 08 do Informe Mulher e o Decreto 96.895 de 30/09/88 que aprova o Regimento Interno do CNDM.
- **da Secretaria da Condição Feminina de Goiás**
o nº 02 da Voz de Mulher dezembro/88
Endereço: Rua 85 nº 148 Setor Sul - Goiânia - GO
- **do CEDIM – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro**
Programa de Atuação
Endereço: Rua Nilo Peçanha, 11/1204 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
- **de Christina Hee Pedersen**
Nunca antes me habían enseñado eso – Capacitacion Feminista
Lilith Edições, nov/1988 – Lima Peru
- **do Centro de Informacion Y Publicaciones sobre la Mujer “Nora Astorga”**
“APORTES AL ANALISIS DEL MALTRATO EM LA RELACION DE PAREJA”
O livro custo \$2,00 e pode ser solicitado no seguinte endereço:
AMNLAE apdo A-238 – Manágua – Nicarágua
- **O Jornal Atualidade Angolana – Informes e noticias do país africano**
Quem quiser receber escreva para: Rua Álvaro Alvim 31/501 - Centro - 20031 – Rio de Janeiro - RJ
- **O nº 06 do “O PRELO” Suplemento de Cultura da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro**
Quem quiser receber escreva para: Rua Marquês de Olinda, 29 - Centro 24030 – Rio de Janeiro – RJ
- **Cópia da ATA da sessão da Câmara de Juiz de Fora (MG)** que aprovou Moção de repúdio ao veto presidencial aos três artigos da Leio Caó, que prescreve o Racismo como crime inafiançável (que não pode ser perdoado através do pagamento de uma multa).
- **de Helena Rodrigues Barbosa** o livro ARROZ E FEIJÃO. O livro é da Editora Vozes, destinado ao público juvenil. Nele a autora discute a questão racial numa linguagem simples e informal.
Pode ser solicitado pelo Reembolso Postal a Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100 - 25689 – Petrópolis – Rio de Janeiro - Brasil.
- **do ISER – Instituto Superior de Estudos da Religião**
BEIJO DE RUA – jornal das prostitutas do Rio de Janeiro. Endereço: Largo do Machado 21 cobertura - 22221 - Rio de Janeiro - RJ
- **da Rede Mulher** – o informativo CUNHARY nº 03 de fevereiro/89
Endereço: Caixa Postal 1803 – 01051 São Paulo - SP
- **da Associação da Mulher Funcionária do Banco do Brasil**, o informativo EXPRESSÃO MULHER. Endereço: Edifício CONIC sala 415 Brasília - DF.
- **do Grupo de Trabalhos André Rebouças – GTAR**
o nº 15 do Boletim Gtar – Março/89; o Boletim informa todas as atividades do grupo para o mês de março
Contatos: Caixa Postal 107.039 - São Francisco 24.250 – Niterói - RJ
- **do Grupo Mulher-Educação Indígena**, o nº 01 do JORNAL GRUMIN. O informativo de fevereiro/89 é dedicado ao encontro de Altamira.
Contatos: Rua da Quitanda, 185 sala 509 20.091 - Rio de Janeiro - RJ

VIVA O 8 DE MARÇO

Comemoramos o 8 de março, a data que ficou consagrada como o Dia Internacional da Mulher.

É uma homenagem às 12 operárias da indústria de tecidos de Nova York nos Estados Unidos que em 1857 foram queimadas vivas, por entrar em greve exigindo diminuição da jornada de trabalho de 16 para 10 horas diárias.

Tal homenagem foi sugerida pela socialista alemã Clara Zetkin, no Congresso Internacional de Mulheres, realizado em Copenhague em 1910.

Mesmo sabendo que no nosso dia a dia, ainda sofremos muitas discriminações, esta data marca a presença das mulheres na luta pela sua emancipação.

Por que o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial?

Em 1966, a Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) proclamou o dia 21 de março como o Dia internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Essa data foi escolhida para que nunca mais se esquecesse o massacre sofrido por mais de 300 negros numa cidade da África do Sul, chamada Sharpeville. Ali, a 21 de março de 1960, policiais brancos se lançaram contra os manifestantes que participavam de um protesto pacífico contra as leis do apartheid, principalmente aquela que obriga os negros a trazerem consigo um **livro de passes** para que possam circular nas áreas determinadas pelos brancos. Armados de metralhadoras, os policiais atiraram contra a multidão e o resultado foram 69 negros mortos e mais 180 feridos, entre mulheres e crianças.

Os primeiros conflitos entre brancos e negros na atual África do Sul datam de 1816, quando o chefe negro TCHKA iniciou o império ZULU. São 173 anos de lutas, sacrifícios, morte... mas sobretudo de resistências à presença branca em suas terras. De lá para cá muita coisa mudou. Porém, não o suficiente para derrubar o regime racista. A caminhada continua. É necessária a solidariedade de todos os povos: brancos, negros e amarelos para que a AZÂNIA (nome africano da África do Sul) seja realmente livre.

Nota: Extraído do NZINGA Informativo nº 03 de fevereiro/março 1986

O ADEUS DO BOLA

O Bola (Aguinaldo Bezerra da Silva) não cumpriu o combinado e nos deixou antes do tempo, dia 26 de dezembro passado. Militante do Movimento de Favelas, do Movimento Negro e do Partido dos Trabalhadores, era assessor, companheiro e marido da deputada Benedita da Silva.

Nós, do Movimento Social, ainda estamos de luto.

Expediente: Responsável pela Edição:

Helena Maria de Souza
Maniza de Souza Martins Pereira
Colaboraram neste número:
Claudia Maria da Silva Pinto
e Jurema Gomes da Silva
Diagramação, Arte-Final, Fotolito
e Impressão: Lauro – 264-7502

Só foi possível conseguir esta publicação pelo apoio que nos foi dado pela Igreja Metodista (E.E.U.U.)

Colaboração: Sindicato dos professores do Município do Rio de Janeiro

O que as Mulheres disseram do Encontro:

RIO DE JANEIRO

Helena Maria de Souza(*)

Avaliar. Tarefa complicada para alguém que como nós participou de todo processo de organização do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras. Tarefa difícil para alguém que como nós sofreu todos os medos e todas as angústias por que passam aqueles que se jogam por inteiro num trabalho e vivenciam o seu período e gestação.

Mas, avaliar um Encontro que reuniu 450 mulheres negras de 17 estados brasileiros (Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro), além de representantes dos Estados Unidos, Equador e Canadá, é gratificante.

Pela primeira vez, nós organizamos um evento, onde estavam presentes mulheres oriundas dos Partidos Políticos, das Comunidades de Base, dos Sindicatos, dos Grupos Religiosos, do Movimento de Mulheres e de todas as correntes do Movimento, negro onde foi garantida a todas elas, espaço para suas denúncias, plenário para a defesa de suas propostas e tribuna para discordar de todos os encaminhamentos.

Do ponto de vista da autonomia, conseguimos muito. Realizamos um Encontro de Mulheres Negras, totalmente financiado por organizações não governamentais, que não interferiram em momento algum, não nossa linha política.

Do ponto de vista da organização, avançamos bastante. Foi possível a reunião de mulheres integrantes de grupos distintos, com estratégias diferenciadas, para acima das divergências políticas e partidárias –, criar as condições necessárias para que outras 500, pudessem, num ambiente acolhedor, tranquilo e confortável, distanciadas dos problemas do dia a dia refletir, sobre o significado de ser mulher negra, numa sociedade que duplamente nos discrimina.

Para o aprofundamento desta questão, é necessário que o eixo central das discussões seja a Mulher Negra, e neste sentido falamos da Educação, do Emprego Doméstico, do Controle da Natalidade, da Prostituição. Discutimos a necessidade da nossa organização, nossa inserção nos Movimentos Políticos e Sociais, a Violência, o Alcolismo, a nossa ancestralidade africana. Mas optamos por falar também da Sexualidade e do Prazer. Aprendemos a trançar nossos cabelos, a envolver nossos corpos com alegres tecidos coloridos, confeccionar bonecas de pano, soltar o corpo no ritmo da dança, e voltamos a ser crianças, ouvindo as histórias que mães e avós nos contavam.

A belíssima apresentação do Maracatu – da Margarida Trindade –, que invadiu as ruas de Valença, a festa de sábado que varou a madrugada, as homéricas bebedeiras no bar do hotel, os papos regados a cerveja na piscina, a sauna, muito mais que conquistas nossas, – porque batalhamos por elas – tinham por objetivo a busca da descontra-

ção, da discussão sem formalidades, numa tentativa de feminilizar a forma de fazer Política.

Do ponto de vista político, – ainda que não tenhamos elaborado uma Proposta de Trabalho Unitária –, aprovamos algumas medidas que se implementadas, contribuirão para o crescimento das organizações de Mulheres Negras, como por exemplo: a realização de Encontros Nacionais de dois em dois anos, precedidos de Encontros Regionais e Municipais.

A linha política, as articulações, os desdobramentos, foram de inteira responsabilidade da Comissão Organizadora (composta por representantes dos estados presentes às três reuniões preparatórias: Salvador 9-10/janeiro; São Paulo 19-20/março; Brasília 30/março-1º/abril) que definiu a linha do Encontro. Questões polêmicas como o critério de delegação (felizmente abolido para o próximo encontro) e a não participação dos homens, foram decisões aprovadas naqueles fóruns. Coube à Comissão Executiva apenas implementá-las.

Houve falhas. Muitas! Entre elas: pouca divulgação, pouca representação do interior do estado do Rio, ausência de matéria na imprensa.

Cometemos alguns erros. Por inabilidade política. Por divergências internas. Por falta de amadurecimento. Pela ânsia de acertar a todo custo. E também porque éramos poucas, e enquanto militantes não profissionais, realizamos o Encontro com muito esforço. Algumas mais que as outras, viramos noites, dedicamos finais de semanas e feriados, participamos de encontros estaduais, matamos o trabalho, redigimos textos, defendemos posições, batalhamos a grana, saímos em campo atrás de hospedagem, elaboramos Projetos, fizemos contatos, articulamos/desarticulamos, discutimos, brigamos. Nos amamos e nos odiamos. Mas botamos o Encontro na rua.

(*) Feminista. Poetisa. Está coordenadora do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras RJ e integra a Comissão Executiva do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras.

PARAÍBA

OPINIÃO SOBRE O 1º ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS

O 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, foi um marco histórico na vida política, social, econômica e cultural da sociedade brasileira. O Encontro teve como propósito congregar mulheres negras de todo território nacional e proporcionar uma reflexão sobre a legítima razão do ser Mulher Negra na sociedade brasileira, atuante nos mais diversificados setores: escola - trabalho - família - religião - sexualidade. O refletir sobre o *quê?* e o *por quê?* nos toma diferentes ou a razão pela qual nos é dado um tratamento diferenciado pelos demais indivíduos que compõem a sociedade, foi a meu ver um propósito alcançado. Cada Mulher Negra que esteve em Valença, participando dos debates, oficinas, plenárias... deu início ou fortaleceu sua identidade de cor – de

sexo – de cultura afro-brasileira. A Mulher Negra teve a oportunidade de criar e estabelecer seus próprios referenciais; deixou de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto o negro, quanto o branco, ou da mulher branca. O mundo a ser olhado, tem algo que marca, que define, que diferencia: *o da Mulher Negra* – a sua história é diferente – foi negado o direito e liberdade de ser tratada como gente; – entrou para a história como escrava; – recebeu tratamento animal, foi vendida por preço sempre mais baixo que o escravo negro, foi violentada sexualmente, abortou várias vezes para não ter um filho escravo. Após cem anos da famosa 'abolição' a Mulher Negra se encontra relegada aos setores mais desqualificados profissionais, pertence ao maior quadro de analfabetas e desempregadas do Brasil. É discriminada por ser negra, mulher e muitas vezes por ser pobre. A discriminação é tripla, diferenciando-a da mulher branca e do homem negro. Portanto, ao final desse encontro se pode concluir que vivemos em uma sociedade: Racista, Classista, Machista, Sexista e para melhor avanço em nossas reivindicações se faz necessário reforçar a nossa organização política.

Além do despertar do significado do ser social-político da Mulher Negra, tivemos a oportunidade de conhecer o íntimo de cada uma de nossas companheiras; de suas dificuldades no campo amoroso, sexual, escolar e do trabalho. A influência de toda as barreiras sociais, dos maus tratos a nós dirigidos é algo significativo na nossa dinâmica psíquica, a luta por um equilíbrio emocional é enorme e proteger a nossa integridade afetiva e sexual é uma conquista a cada dia. O querer assumir a negritude muitas vezes, nos leva a depararmos com leis que "corta nossa carne e nos mantém cativas"-1 e nos deixa atordoadas, por não termos o direito a nossa cidadania garantida, levando-nos a agir irracionalmente deixando que as emoções definam as nossas atitudes. Outro aspecto que acho importante ser tocado é o fazer e nesse encontro tivemos piscinas, festas à nossa disposição, mas sabemos que no nosso dia a dia temos que sacrificar o nosso direito à diversão devido a dupla jornada de trabalho. Acredito que necessitamos nos organizar para batalhar mais por esse direito; necessitamos tanto como alguém que está com sede e precisa tomar água. Gostaria de chamar a atenção para a importância da feira de artesanato exposta durante o encontro por nossas companheiras de cor, que nos possibilitaram vestir, pentear, calçar e ler sobre nossa história e estória. A venda de camisetas, broches, agendas deu prosseguimento aos nossos objetivos e reforçou a presença da Mulher Negra na sociedade e também divulgou a ocorrência desse encontro. No que se refere à agenda, devo tecer os mais fortes elogios; um excelente trabalho! Falar sobre esse encontro é para mim a mais rica e valiosa das sensações: fortalece a Dandara, a Luiza Mahim, a Zeferina, Akotirene que há dentro de mim e porque não dizer de nós que estivemos presente nesse encontro.

Para finalizar faço algumas e merecidas críticas à Comissão Organizadora e a todas as mulheres negras que estiveram presentes nesse encontro: em primeiro lugar, o horário de ônibus para Valença pela rodoviária, principalmente, à noite não nos foi informado acarretando alguns transtornos; chegar à noite no Rio e não ter mas ônibus; recorrer ao plantão e não encontrar ninguém! Apesar de ter-

mos sido informadas quanto ao não alojamento no domingo à noite, em Valença ou no Rio.

(1) Silva Benedita. Folha de São Paulo. A-6 Política – Sexta-feira, 29/01/88.

Faltaram para muitas mulheres negras assessoria e solidariedade. Houve casos de total falta de informação quanto aos locais mais próximos da rodoviária que possibilitassem uma dormida, fazendo com que muitas procurassem parentes ou amigas em bairros superdistantes dificultando o acesso à rodoviária e acarretando perda do horário de viagem. Para quem não tinha amigas nem parentes no Rio se deu mal; segundo o relato de uma companheira, durante todo o domingo pediu a várias companheiras que moravam no Rio para dormir na sua casa pelo menos uma noite e viajar no outro dia, e a resposta foi não posso, não dá, já tem muita gente e isso e aquilo. A meu ver esse tipo de atitude não corresponde à ideologia desse encontro nem a nossa práxis política; deveríamos ter nos organizado e lutado por essas dormidas, juntas, ao invés de recorrermos aos contatos individuais; à medida que sabemos que esse não é o caminho de nossa luta e garantia de nossas conquistas, portanto a responsabilidade da ocorrência desses eventos recai também sobre nós, pois estávamos em um encontro de mulheres negras.

Maria do Socorro Freitas

Grupo de Mulheres Negras de João Pessoa

RIO DE JANEIRO

Companheiras do Nzinga

Foi longo e às vezes difícil o aprendizado de participar da Comissão Executiva do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras. Posso assegurar-lhes, no entanto, que também tornou-se gratificante.

Ver mulheres negras de todo o país chegando a Valença, sentir suas expectativas, perceber suas preocupações e tocar em suas emoções foi demais!

Claro que o Encontro teve algumas falhas e eu prefiro não creditá-las a alguém especificamente. O sucesso dele não foi da Comissão que o articulou e sim de todas as presentes. Sabemos que num evento deste porte muitas dificuldades surgem. Pensávamos estar preparadas para todas, mas hoje sabemos que não estávamos.

Politicamente ainda temos muito que caminhar. Nosso despreparo é imenso. Avançar, avançar tem que ser nossa meta.

Enquanto algumas delegações apresentavam-se estrutural e politicamente articuladas, outras perdidas não possuíam o mínimo de entrosamento preciso para usar a voz e o voto.

Divergências? Muitas. Necessário é sabermos que temos que crescer com elas, nelas e apesar delas.

A sociedade brasileira, fortemente estratificada, não será alterada se continuamos a brigar entre nós e não partirmos para uma organização consciente e unitária.

Tenho plena certeza de que o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras cumpriu brilhantemente seu papel.

Estou aguardando o 2º, o Sul-Americano, o Internacional... e o Interplanetário.

Quem viver... verá!

Com carinho

Neusa das Dores Pereira
Comissão Executiva do 1º E.N.M.N.
Comitê do Movimento Negro de Jacarepaguá
Rio de Janeiro – RJ

BELO HORIZONTE

I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS

Se na língua portuguesa existem palavras que possam dizer do significado do I ENMN, acredito que elas poderiam ser histórico, representativo e vitorioso.

O I ENMN foi...

... HISTÓRICO porque, após mais de 400 anos de lutas no Brasil, as descendentes das quilombolas estavam juntas para tratar da sua problemática específica (raça, sexo e classe) e para traçar os rumos das suas lutas. Foi o resultado de uma conquista. Historicamente significa um marco.

... REPRESENTATIVO pela presença de mais ou menos 03 centenas de negras, oriundas de 18 estados. Isso realmente é uma representatividade nacional.

... VITORIOSO pelo valor histórico, pela representatividade e pelo espírito de unidade. Sálmos unificadas e cõncias de que nessa luta não há lugar para a formação de elitismos, exibicionismos pessoais, exclusivismos, guetização e sectarismo.

Para nós que precisamos conquistar palmo a palmo, segundo por segundo nossos momentos e organização, é importante a análise de alguns pontos, acertos e desacertos da dinâmica proposta.

1 – Merece destaque o empenho e a entrega total da Comissão Nacional Executiva para que o evento se realizasse. Valeu. Nossos agradecimentos e nossos parabéns!

2 – O temário contemplava a necessidade, entretanto a forma encontrada e proposta para o desenvolvimento dos assuntos foi extensa, dispersa e repetitiva. Poderíamos ter condensado mais, ter tido mais objetividade, sem prejuízo dos debates.

3 – A execução de ALGUNS TIPOS de trabalho em grupos, do meu ponto de vista, estão superadas no atual estágio de mobilização e organização das mulheres.

A preocupação de se ter um minigrupo, porque tem o mérito da conversa fluir mas fácil, é legítima, no entanto em um encontro de porte médio e com pouco tempo, mostrou-se na prática dispersiva e não democratizou e nem universalizou o saber.

Não desconheço que cada uma de nós tem uma história peculiar, muito chão andado, muito o que contar, aprender e ensinar. Entretanto não contribui efetivamente para o avanço criarmos a cada encontro um "muro das lamentações", desfiarmos um rosário completo e paramos em todas as estações da via sacra da vida de cada uma de nós. Esta tendência estimula de forma arrasadora a idéia de que o pessoal está acima do coletivo, que a emancipação da mulher é um processo individual.

4 – Foi muito débil a discussão de que a luta contra o racismo não paira sobre a luta dos oprimidos e explorados contra os opressores e exploradores. Ao centramos fogo contra o racismo é um equívoco esquecermos de que as suas causas mantêm íntimas relações com a exploração dos povos, a opressão social.

5 – As propostas aprovadas demonstraram que a unidade é querida, é desejada e se afirma como o que aglutina.

– A resolução central do encontro de criar a Comissão Nacional de Mulheres Negras, é acertada. Esta é a maneira justa de articulação que o momento político exige.

– A decisão de que cada estado indicasse suas representantes em processo amplo e democrático de discussão, foi o ponto alto de afirmação de maturidade e unidade.

Nós, as mulheres negras, após o I ENMN galgamos mais um patamar no sentido da mobilização, organização e intervenção. Sabemos que o caminho é longo e tortuoso e há necessidade de que sejamos milhares... milhões... daí porque nossos braços estarão sempre estendidos, não para esmolar, mas para puxar pras batalhas mulheres e homens, de todas as raças, inconformados com a dominação e a exploração, todos os que estão dispostos e têm com determinação RESISTIR e construir "tijolo por tijolo" um mundo novo.

Nós estamos forjando a LIBERDADE, ela é o nosso mais caro sonho. É preciso acreditar que esse sonho tem cheiro de suor, sabor de lágrimas e as cores e a beleza de dias de sol, de chuvas, de tempestades, de noites densas sem estrelas e sem luar, e de noites estreladas, e enluaradas, e também de por do sol e de amanhecer. Este sonho parirá uma nova mulher e um novo homem.

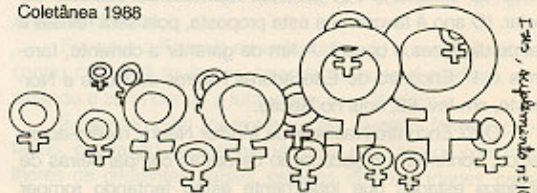
Maria de Fátima Oliveira Ferreira.

– Médica,

– Tesoureira da União Brasileira de Mulheres-UBM.

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 1988.

Ilustração extraída de MUJER/FEMPRESS – Coletânea 1988



PERNAMBUCO

MULHER NEGRA, EDUCANDO E EDUCADORA

"Trabalhar com as classes populares a possibilidade de reconhecer a razão de ser da posição em que elas se encontram, isto certamente ameaça as classes dominantes. A tarefa de pôr em prática uma proposta política-pedagógica deste tipo é a de quem, realmente, está opondo-se à preservação do sistema capitalista, se engajando na luta em favor da criação de uma sociedade socialista. Por isto, é que o esforço da desoposição, de desvelamento da realidade pela ideologia dominante não pode ser realizado a não ser por quem faz a opção acima referida. A natureza da classe dominante proíbe-a de fazê-lo". Paulo Freire

O ensino do Brasil tem-se mantido do domínio da classe dominante – criado por ela e para ela – reproduzindo todas as ações que possibilitam a sua estabilidade. Mesmo as declarações das constituições que garantiam ensino público e gratuito obrigatório no 1º grau a toda população, a realidade não corresponde à afirmativa, deixando grande nº de crianças à margem da escola, ano após ano, sendo, entre estas, significativa a presença de crianças negras. Vários estudos, debates e encontros¹ já confirmam estes mecanismos e estamos vigilantes, propondo mais uma caminhada nesta escola que insiste em nos deixar à parte.

O discurso do livro, feito por educadores/intelectuais a serviço da classe dominante, diga-se, de origem branca, conta a história dessa, realçando com exagero todas as glórias para a sua glória, cujo cuidado é educar; ao contrário, a classe não privilegiada, nós, negras e negros pobres. Todas as leituras são categoricamente opostas à realidade da maioria da população brasileira e é instalado o conflito para esta e mesmo professoras pertencente a esta classe e também de origem negra repetem, sem reflexão, os erros compulsórios que os livros dirigem. Todas as teses e debates acontecidos, contribuem para outros encaminhamentos mas é a hora de uma pressão efetiva de mudança, porque a imobilidade é gritante e estamos perdendo muito tempo enquanto a nossa criança continua ameaçada nesta escola.

Com esta disposição de ataque, estamos nos organizando, no Recife, numa Comissão de Educadoras Negras – Somos em número significativo no ensino do 1º grau, diminuindo no 2º e insignificante no ensino do 3º grau, as razões já sabem - com a proposta de entender a discussão da questão racial negra na escola pública e as escolas de comunidade, onde nos resta pouco acesso. Pensando na capacidade do professorado inicialmente, vamos refletir a nossa trajetória no país, em todos os aspectos, com ampla visão de encaixá-la nas diversas matérias do currículo escolar. (O ano é favorável a esta proposta, pois será revista a lei de diretrizes e bases). A fim de garantir a corrente, faremos o 1º Encontro de Educadores Negros do Norte e Nordeste, em fev. 89, aqui no Recife.

O 1º Encontro Nacional da Mulher Negra, recém-acontecido, confirma a preocupação de outras companheiras de diversos estados que igualmente estão tentando romper

com esta prática escolar que vem insistindo na nossa deformação mental, acreditando que sua postura subversiva em relação ao livro didático possibilita uma crítica da realidade socio-econômica-cultura do país e por conseguinte da nossa história aqui ensinada.

A nossa compreensão é que um Coletivo de Educadores Negros em nível Nacional fortalecerá estas discussões e com maior brevidade alcançaremos o propósito de intervir na revisão do livro didático, em especial o do 1º grau, período crítico de formação de valores da criança, onde brincadeiras de roda, peladas, histórias de trancoso, a história do Brasil, redações e ilustrações, tudo conduzem à negação e perda de auto-estima da população negra brasileira. Se isto não acontecer a maioria continuará a crescer olhando para o chão, tão cabisbaixo vivendo.

Vamos, irmãs, o axé das ancestrais está em cada uma de nós, a nossa história de mulher não é separada de educadora, educando (vivendo e aprendendo) e de militante. A nossa presença quer na sala de aula, quer nos debates públicos ou na simples caminhada pela rua deve refletir esta herança, que entre outras coisas nos ensinou a olhar, sentir e pensar o mundo de maneira negra, que só a luta nos desperta, onde o individual é substituído pelo coletivo, que promove ações para a nossa efetiva libertação.

Inaldete Pinheiro de Andrade
escritora/educadora

Comissão de Educadoras Negras do Recife

(1) Encontro promovido pela Fundação João Pinheiro MG.87; Encontro promovido pela Fundação Carlos Chagas e Conselho de desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de São Paulo 87; Encontro de Negros do Norte e Nordeste – Recife 1988.

RIO DE JANEIRO (Nova Friburgo)

Fatima Maria Francisca Machado da Silva

Companheiras,

Falar a respeito do que foi o 1º ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS trata-se de uma difícil tarefa, uma vez que o tempo hábil para o desenvolvimento das oficinas, mesas de debates e demais atividades fizeram com que as mesmas ocorressem, muitas, simultaneamente, impedindo assim, a participação integral de cada uma de nós em todas elas. Contudo, alguns pontos de extrema relevância independem destes fatos para que possam ser mencionados. O principal deles diz respeito ao marco de um encontro de tal abrangência, 20 estados presentes, como avanço organizacional para comunidade Negra Nacional e seus inegáveis desdobramentos interno e externamente.

Ao nos determos em minúcias, sem dúvidas encontraremos falhas justificáveis apenas no maior dos desejos de acertar, de encontrar os caminhos para o real estabelecimento de sociedades justas, com completa ausência de estereótipos étnicos e sexuais e de subordinação feminina como uma realidade social de três dimensões: econômica, política e simbólica.

A questão crucial é que um primeiro grande passo foi dado no sentido de transformação dessa sociedade cujos intuítos de manutenção de valores estão muito aquém do mundo Mulher, do mundo melhor que nós, com tanta sensibilidade e competência decodificamos em nossas discussões para torná-lo nosso, realmente de todos e não privilégio de poucos, mantido por uma maioria relegada à margem de seus benefícios e prazeres.

Faltou-nos e falta-nos muito, mesmo a definição de nossas diretrizes políticas. Contudo, comprovadamente capacidade, organização, articulação e ação efetiva tendem a se fazer adubo para esta importante semente lançada para um futuro que começou ontem, nos quilombos, nas favelas, nos grupos de Mulheres, nos movimentos, nas igrejas, nos partidos, nos sindicatos enfim, dentro de cada uma de nós.

Dentre tudo que temos a atingir, o 1º ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS foi um grande passo.

AXÉ

BAHIA

Kátia de Melo*

O I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O AVANÇO DO MOVIMENTO

Estivemos no processo de gestação e organização do Encontro Nacional e não podemos deixar de registrar a nossa satisfação e orgulho de ter visto realizado o sonho daquelas 38 mulheres negras que estavam em Garanhuns (set/87).

Não foi a simples mania de fazer Encontro; não foi pra mostrar que nós também sabemos fazer projetos, que sabemos nos articular, que sabemos alorjar bem, mulheres negras. Não! A razão fundamental da realização desse Encontro, ou pelo menos a idéia geradora deste, foi a partir da constatação de que "nos 472 anos de opressão da raça negra no Brasil, nós mulheres negras temos lutado para resgatar a nossa participação ativa no processo de transformação da Sociedade Brasileira, desde o momento da nossa chegada ao Brasil"; o que no ano do Centenário da falsa Abolição nós teríamos o dever de nos organizarmos Nacionalmente, para manifestarmos a nossa visão da "Abolição" e analisarmos as consequências desta no homem e mulheres negros, devolvendo para a percepção da sociedade através do Encontro, na tentativa de identificarmos as nossas variadas formas de luta contra o racismo e o sexismo e apontar para uma ação efetiva de combater estas chagas sociais. A organização do movimento de mulheres negras, sabemos, não tem início no ano do centenário. Todas ou quase todas as mulheres presentes ao Encontro estão organizadas, quer seja nas entidades negras, Movimentos sociais mais geras, partidos, etc. Contudo, há um grande contingente de mulheres negras vivendo num processo de marginalidade a todo este movimento que estamos fazendo.

É especificamente a estas mulheres que não puderam compartilhar conosco daquele tão rico momento, que devemos voltar as nossas atenções e procurar desenvolver um trabalho que atinja a estas mulheres e traze-las para o seio do nosso movimento.

Para mim, o saldo positivo do encontro denota-se na

medida em que sabemos que é possível fazer, acontecer, construir uma organização e, acima de tudo, na constatação de que demos um grande passo para nossa organização nacional.

Cada vez mais acredito que está conosco a chance de viabilizarmos uma saída, um projeto de Brasil para oferecermos a esta sociedade racista e machista que nos discrimina e que usa, entre outros mecanismos, a "pressão psicológica" para nos manter afastadas das decisões. Acredito também que todas nós fomos ao Encontro com o objetivo de construir, de edificar uma luta, de respeitar o trabalho e a participação de todas as mulheres presentes, saímos vitoriosas. As falhas são humanas, não vou falar delas. Precisamos deixar de ser tão exigentes quando somos nós que organizamos os eventos. As críticas devem servir para o processo avaliativo e organizativo, contudo sem exageros. Houve até quem reclamasse da piscina!...

Houve quem reclamasse da pouca consistência de conteúdos, da ausência de propostas, etc.

Acho que devemos fazer também uma auto-avaliação: o que eu levei para o Encontro? Que contribuição, além de minha presença, eu dei? O meu Estado estava organizado? Havia discussões prévias para possibilitar uma interferência?

Não podemos só responsabilizar o ENCONTRO.

O Encontro somos nós! O Resultado dele, ou de qualquer outro, será o que conseguirmos produzir de agora em diante.

No mais, é parabéns a todas nós, bravas e anônimas guerreiras; parabéns ao trabalho e ao exemplo de organização e responsabilidade do pessoal da executiva-RJ, valeu!

E continuamos na briga por uma sociedade mais feminina e mais Negra.

Axé e luta!

* Pedagoga, militante do Movimento Negro e da União de Mulheres do Nordeste de Amaralina - Salvador/BA.

RIO DE JANEIRO

Rosângela Alves Oliveira

Companheiras do NZINGA

Depois de nove meses de ininterruptos trabalhos, adquiri experiências positivas.

Trabalhei no Encontro como apoio embora fosse integrante da Comissão Organizadora, optei trabalhar como apoio porque ali eu percebi que teria voz e voto sem orquestrações e meu trabalho renderia mais. Até porque trabalharia concretamente.

Encontrei falhas que poderão ser corrigidas nos próximos Encontros.

Fui para o Encontro na expectativa de que seria um encontro com 500 mulheres, falando de suas conquistas, ensinando e aprendendo a lutar pelos seus direitos.

E isto também foi expresso em diversas formas: cantando, dançando, representando uma peça teatral com mulheres de diferentes países, estados, diversas idades, cren-

ças religiosas e camadas sociais, porém todas nós em uma só luta.

O Direito de ser Mulher, Mulher Negra e ser respeitada.

Gostaria também que fosse registrado o quanto admirei todas estas maravilhosas mulheres de ouro da Comissão Executiva, que tiveram a audácia, coragem e muita energia de fazer acontecer o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, que foi lindo e inesquecível.

Comitê Movimento Negro de Jacarepaguá
Comissão Organizadora do 1º E.N.M.N.
Rio de Janeiro – RJ

BAIXADA SANTISTA

Companheiras,

Gostariamos que no lugar de um comentário sobre o Encontro (após), vocês colocassem, como nossa contribuição, o texto da carta que nós distribuímos às participantes do Encontro.

Valeu o Encontro, pela organização, pelo sentimento e certeza da nossa competência. Soubemos organizar nosso próprio Encontro.

Apesar das divergências astrais, políticas e pessoais, saímos com um saldo positivo. Nós, do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, parabenizamos a Comissão Executiva, as Mulheres Negras, e até as falhas, tão criticadas por quem estava de fora; foram experiências.

Um abraço,
Axé

Alzira Rufino - Coordenadora
Coletivo de Mulheres Negras
da Baixada Santista

Às participantes do I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS (RJ-1 a 4/12/88)

O COLETIVO DE MULHERES NEGRAS DA BAIXADA SANTISTA vem para este Encontro sabendo que começamos um trabalho cujos resultados não florescerão numa só primavera, mas trazemos a fé e os 3 anos de ação do nosso objetivo.

A própria palavra "Encontro" já aponta para soma de energia e o fato de estarmos vindo daqui e dali, trazendo sotaques do dia a dia, nos fará partilhar um negra magia.

Temos muito o que libertar nos olhos, nas mãos, nos cabelos, na pele, nos nossos passos. Temos muito o que dizer.

Falar que nós, mulheres negras, temos questões específicas, é falar da cor e da condição de mulher. O homem negro não recebe o mesmo peso de discriminação.

Isso é visto no salário, onde a mulher negra recebe até 70% a menos que ele, só por ser negra e mulher. Falar dessa situação e analisar a omissão do movimento negro em

relação a essa discriminação dobrada que nos empurra para a base da pirâmide salarial e, portanto, sem acesso a uma vida mínima.

Falar da nossa cor e condição de mulher, sabendo que enquanto a mulher branca briga por novos espaços, à mulher negra sequer são dados os papéis tradicionais de rainha do lar, secretária ou frágil musa. Os anúncios de "BOA APARÊNCIA" e do controle da natalidade são os caminhos do não.

Falar da nossa tradição de luta, como asseguramos a sobrevivência da nossa raça, após a falsa carta de alforria, como nossos incansáveis tabuleiros, alimentando a fé nos orixás.

Ocupar todos os espaços, politicamente e todas as mentes, deve ser nosso axé, nosso brilho em todos os movimentos. Partidos, sindicatos, movimentos comunitários, movimento negro e de mulheres, são o nosso espaço de ação, apoiando, mas cobrando apoio, desmascarando os preconceitos que nos desumanizam.

Durante o 9º Encontro Nacional Feminista em PE (set/87), nós, do coletivo, cobramos do movimento de mulheres esse racismo que ainda permeia as relações entre mulheres brancas e de outras etnias. Sob outro aspecto, o do machismo, podemos fazer a mesma crítica ao movimento negro, onde a mulher negra não tem espaço para sua especificidade, vista ainda como tarefaira, a que deve ficar calada e invisível.

Nós, do COLETIVO DE MULHERES NEGRAS DA BAIXADA SANTISTA, não abrimos mão da nossa postura feminista, apoiadas na tradição das orixás que nos legaram uma outra dimensão de mulher: a liberdade que não reconhece no homem o seu senhor; a ousadia que não se acomoda na fragilidade dita feminina; a sensualidade sem culpa, tão natural como a dança e o ritmo que a mulher negra leva à perfeição.

Nossa homenagem à Organizada Comissão deste Encontro e a todas as negras anônimas que, na sua resistência, nos mostraram que a MULHER NEGRA TEM HISTÓRIA.

EPAHE!! Axé a todas vocês!

Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista
Av. Conselheiro Nébias, 651 Apt. 107
11050 - Santos / SP (0132 - 349976)

MATO GROSSO

Companheiras,

O Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em Valença, RJ, de 1º a 4 de dezembro, foi um marco significativo na história das Mulheres Negras Brasileiras, porque o mesmo ampliou quantitativa e qualitativamente o grau de participação dos diversos grupos e entidades de quase todos os Estados do País.

Gostariamos de parabenizar a Comissão Organizadora

ra pela infra-estrutura, no que tange à receptividade, a qual deixou todas nós, mulheres, satisfeitas em um ambiente agradável e acolhedor.

No que diz respeito às palestras, as mesmas foram de bastante aproveitamento, uma vez que foram proferidas por pessoas de um nível ideológico exemplar e de bom preparo, de uma didática esclarecedora, facilitando, assim, o atendimento das participantes, independente da formação intelectual de cada uma.

O exagero na diversificação de oficinas deixou um pouco a desejar, uma vez que no mesmo horário aconteciam várias atividades de alta qualificação, deixando assim as congressistas divididas, impedindo o bom aproveitamento em suas áreas de interesse.

A oportunidade de questionar algumas normas referentes ao Encontro, nos permite fazer críticas a respeito de certas posições assumidas no momento e que, depois de amadurecidas e avaliadas, podem, sem dúvida, serem corrigidas.

É um dos pontos negativos desse Encontro e que deve ser analisado com bastante cuidado para não ser repetido é quanto à participação da Imprensa, que ao nosso ver não deveria ter sido aprovada da maneira que se encontra no Regimento.

A censura à Imprensa foi uma atitude injustificável sob todos os aspectos: de cunho fascista, típico da ditadura militar durante o período de vigência do AI-5. Esse comportamento sectário e estreito, politicamente falando, é grave e extremamente prejudicial, pois levará o movimento feminino e negro organizado ao gueto e ao isolamento, cortando-se um importante canal de ligação deste com o restante da sociedade civil. Tal atitude merece o nosso mais profundo repúdio. Exortamos as companheiras para que tal fato não se repita.

Prosseguindo, achamos que os homens deveriam participar do Encontro na qualidade de observadores. Quanto à presença dos mesmos em seções que inibiriam as mulheres, eles poderiam fazer outras atividades no mesmo período, deixando-as livres. Na sessão plenária, eles teriam direito somente a voz e não a voto. Afinal, a inimiga de classe da mulher trabalhadora é a burguesia, que é a mesma exploradora do proletariado masculino.

No que se refere à participação de mulheres brancas, tal fato não deverá ser vedado nos Encontros. Essas, tais como os homens, podem participar, ter direito a voz e não a voto (isso quando se trata de um Encontro específico de mulheres negras). Agora, no movimento negro organizado, de uma maneira geral, a participação deve seguir o critério militância anti-racista.

Entendemos também que a pontualidade é um quesito que se deve levar a sério em qualquer evento para um melhor aproveitamento do mesmo. Sabemos que, pelo menos no Brasil, isso não é levado a sério. Um atraso de 15 a 30 minutos é considerável em parte; mas de 1 a 2 horas desestrutura e tira a seriedade do que se está promovendo. Para os próximos Encontros, sugerimos que o controle de horário deva ser mais rígido, sob pena de não haver tempo hábil para a discussão e encaminhamento dos pontos de pauta.

Sabemos que outros Encontros acontecerão e que, na medida do possível, os pontos negativos serão corrigidos e

os positivos, aperfeiçoados. Assim, sem mais para o momento, agradecemos a oportunidade de poder participar da avaliação do PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, deixando aqui o nosso AXÉ.

Maria de Lourdes Silva Ferreira
(Grupo Afro-Axé-Dourados)
Rosa Maria da Silva Lima
(Grupo Tez – Campo Grande)
Rozinha Silva Donato
(Grupo Afro-Axé-Dourados)

RIO DE JANEIRO

O N.M.P.R. após ter participado do 1º ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, voltou satisfeito e confiante. Satisfeito com o que assistiu: MULHERES de todos os Estados do Brasil preocupadas com os nossos problemas e tentando encontrar solução e preparar um futuro melhor para que possamos sair do fundo do poço.

Nós temos fé que em um futuro bem próximo estaremos sem essa discriminação que nos afeta.

A discriminação da MULHER se define pela sua marginalização sexual, política, econômica e social.

Há séculos ela vem sendo inferiorizada e infantilizada por uma suposta superioridade. Esta discriminação gera dupla exploração da MULHER, principalmente a das classes oprimidas, tanto no campo como na cidade, na medida em que seu trabalho doméstico é desvalorizado.

Nós temos fé que em um futuro bem próximo estaremos tantas mulheres iguais a nós, com o pensamento voltado para os mesmos ideais, nós nos sentimos menos angustiadas, porque o nosso grupo é de maioria NEGRA, e por isso o problema se torna angustiante, mas depois de ter sentido toda a vibração e força da nossa RAÇA, voltamos com a certeza de que se continuarmos unidas e com essa mesma coragem, vamos conseguir nossa libertação e que no próximo Centenário o nosso povo vai poder comemorar com alegria o verdadeiro 100 ANOS DE ABOLIÇÃO. Este é o grande desejo do N.M.P.R.

Sonia Silva dos Santos
NMPR - Rio de Janeiro

ESPÍRITO SANTO

Maria Veronica da Paz

Não há dúvida de que a deusa "IANSÃ" esteve presente ao 1º ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, dada a energia, a força e a beleza das mulheres ali reunidas.

Importantes discussões contribuíram para que esse 1º Encontro não fosse apenas um encontro festivo. As salas de conversas de Mulher Negra e a Política de Controle da Natalidade, Mulher Negra e a Política de comunicação e Mulher Negra e as Organizações Políticas dentre outras, apresentaram propostas que garantiram o direcionamento político para o movimento, evidenciando amadurecimento.

Propostas concretas para serem encampadas pelos diversos segmentos da sociedade, pelos presidenciáveis dos partidos progressistas, bem como constituintes estaduais e municipais, fazendo parte dos projetos políticos desses segmentos organizados da sociedade.

Numa avaliação crítica do 1º Encontro, nós mulheres negras do ES, entendemos que a falta de fidedignidade de dados impediu a participação de outras companheiras que durante nosso Encontro Estadual manifestaram desejo de integrar a delegação do Estado. A presença da Elisabeth como convidada da Comissão Executiva, melindrou-nos causando mal-estar, teve para nós a conotação de transgressão dos critérios estabelecidos. Por ocasião de nosso Encontro Estadual realizado em 09.10.88, foram eleitas as delegadas do ES, obedecendo os critérios de participação apresentados pelas companheiras da Executiva Nacional, presentes ao Encontro. O nosso desconforto se justifica por tudo isso, além de sua ausência no movimentos e lutas sociais.

Muitas águas rolaram e muitas águas de Oxalá ainda rolarão. O 1º Encontro possibilitou uma troca fraterna de experiências, além do fortalecimento individual de cada mulher presente em Valença.

RIO DE JANEIRO

Claudia Maria da Silva Pinto

O 1º ENMN foi em primeira mão extremamente cansativo, pois nunca pensei que pudesse trabalhar tanto, na comissão de apoio da qual fiz parte, para que tudo acontecesse da melhor maneira possível.

Não tive tempo de participar de quase nada. Não quero e nem pretendo com isso dar explicações às pessoas que me acusaram verbalmente de "FLAUTEAR" a todo o tempo e não apoiar nada e ninguém. Me sentindo um tanto quanto prejudicada, sugiro que no próximo encontro as tarefas sejam melhores distribuídas e que as participantes assumam e pratiquem o tão badalado espírito coletivo.

Em matéria de infra-estrutura, espaço, acomodação etc... O 1º ENMN não deixou a desejar, nos agradando, por merecimento, com serviços de manutenção de bom nível e qualidade. Excluindo pouquíssimos casos de companheiras que por influência de terceiros que agem com má fé ou por não adaptação alimentar, sofreram de problemas orgânicos, tudo estava perfeito.

Com relação às atividades diárias, oficinas e salas de conversa, creio que foram esvaziadas devido ao não interesse das participantes pelos respectivos temas. Gostaria de parabenizar à Comissão de Temário pela diversidade de temas oferecidos, que proporcionaram autonomia, no tocante a livre escolha de participação.

Muitas questões e posicionamentos políticos ficaram claros e me ajudarão bastante no decorrer dos anos de acordo com o meu processo de organização.

Início, há pouco tempo, com o MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS, a participação no movimento social mas

já tenho condições de perceber que será um tanto quanto difícil amadurecer politicamente já que os espaços são sempre ocupados pelas mesmas pessoas. Pessoas estas que não têm um comprometimento de repassar aos novos as experiências acumuladas. As plenárias deixaram transparecer o quanto estamos frágeis, num aspecto global, politicamente. Aproveito o momento para solicitar cursos de iniciação política, pois temos mulheres negras muito bem capacitadas para efetuar tal tarefa.

Fora a ansiedade, o medo de não dar certo, as dificuldades, insegurança, estrelismos, a falta de cumprimento dos horários estabelecidos que me desgastou bastante, fora o casuismo e desonestidade de algumas, com divergências, convergências, romantismo ou qualquer coisa parecida, o encontro saiu.

Saiu, passou, foi embora, mas volta.

Volta de cara nova, mais forte, com menos erros que agora perdoados por serem os primeiros, jamais poderão ser repetidos... assim espero.

Parabéns às pessoas realmente responsáveis pela execução do referido evento.

Parabéns a nós, mulheres Negras, que direta ou indiretamente contribuimos para a evolução da história.

AXÉ,

Membro do NZINGA

Coletivo de MULHERES NEGRAS

RIO GRANDE DO SUL

"PARABÉNS À COMISSÃO EXECUTIVA DO 1º ENMN"

Tendo em vista as poucas oportunidades que as Mulheres Negras têm de se reunir e discutir a sua problemática e, observando-se a necessidade de reforçar o seu valor como Mulher Negra, numa sociedade que a subestima é que eu justifico o "Parabéns a esta Executiva". Dentro do meu ponto de vista de Mulher Negra e Gaúcha, o 1º ENMN, foi satisfatório, apesar dos incidentes ocorridos, os quais nos servirão de experiência para o 2º ENMN.

Devemos levar em conta a dificuldade que é reunir "MULHERES NEGRAS", e muito mais difícil ainda é oportunizar à Mulher Negra condições de refletir sobre a sua realidade na atual sociedade brasileira, na tentativa de uma maior conscientização do seu papel.

Se formos avaliar do ponto de vista do intercâmbio que foi feito, ótimo, pois abriram-se novos horizontes para nós, Mulheres Negras do Brasil e, se este elo permanecer, poderemos dizer que realmente foi maravilhoso.

Eu, como a representante da COMISSÃO EXECUTIVA DO PROGRAMA DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO RS., presente no 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, acho que para o próximo ENMN deverá dar-se mais atenção às Oficinas, pois é nelas onde ocorrem nossas trocas, tão importantes pra trazermos os subsídios a nossos grupos, e levarmos nossas experiências a outros grupos.

Diante de toda a beleza do 1º ENMN lembrei-me de uma poesia de uma companheira do Movimento Negro de Santa Maria.

LINDAS MULHERES NEGRAS

Eram mulheres,
gordas, altas,
baixas, magras,
Eram mulheres,
pisavam forte
dançavam lindo.
Eram mulheres,
seus corpos tremiam
seus seios perdiam.

Eram mulheres,
usavam tranças,
lenços ou conchas.
Eram mulheres,
de roupas brancas
ou coloridas,
coxas grossas,
bundas grandes.
Eram mulheres,
"NEGRAS E LINDAS."

Maria do Carmo

Com toda a energia positiva que vocês
merecem. Que 89 seja maravilhoso para
todos povos oprimidos.

Juraci de Oliveira
Porto Alegre-RS

MINAS GERAIS

Jussara de Cassia da S. Teodoro

Enquanto MULHER e NEGRA vejo que é através de
encontros como o 1º ENCONTRO NACIONAL DE MU-
LHERES NEGRAS, que poderemos resgatar os nossos va-
lores que até então estavam engavetados.

Foi um encontro vitorioso, representativo e histórico.

Será com reflexões profundas que poderemos nos es-
tructurarmos contra as barreiras impostas em nossas vidas;
barreiras estas, que nasceram com a ideologia do machis-
mos e do racismo que estão e até os dias de hoje muito vi-
vos em nossa nação.

Através do 1º ENCONTRO NACIONAL DE MULHE-
RES NEGRAS tivemos a oportunidade de conhecer as di-
versas dificuldades que nossas companheiras de outras re-
giões do Brasil passam e com isso ganhamos uma visão
global do assunto.

Tivemos também a oportunidade de trocarmos idéias
e somarmos experiências.

Hoje fica sabido que nossa luta não pode ser indivi-
dualizada, mas sim uma luta em grupo e que com garra e
determinação conquistaremos o nosso espaço dentro de
uma sociedade mais justa.

Organizadas seremos muito mais

CONSNEI – Consciência Negra Laviense
LAVRAS – Minas Gerais

RIO DE JANEIRO

Jurema Gomes da Silva

Fazer uma avaliação do 1º E.N.M.N., é tentar falar da
Comissão Executiva e da sua doação para o mesmo.

Politicamente, deu pra ver que não estávamos tendo a
frieza, e discernimento necessários, a coesão e a unidade
imprescindíveis para que nossas posições fossem levadas a
Valença, de uma maneira unitária. Não conseguimos, infel-
izmente, como C.E., segurar nossas divergências e resultou
no que vimos: o Rio de Janeiro se dilacerou no Encontro.
As chagas estão abertas. Impossível recuperar este corpo
sofrido que durante 9 longos meses foi alimentado no seio
de 8 mulheres da Comissão Executiva que viram-no crescer
pouco a pouco, embora sabendo que esta filha poderia vir a
ser sua própria assassina. E deu-se o parto. Um parto lindo,
maravilhoso. Esta Comissão Executiva pariu 500 mulheres
em um berço ricamente preparado para elas, esperadas,
ansiadas, amadas. Mas essa Mãe, essa Comissão Executi-
va não pôde viver os momentos felizes de um pós-parto,
pois, uma parte do corpo dessa sua filha estava doente, in-
fectado e muito inflamado. E, estourou. Talvez não tenha
conseguido infectar este corpo de 500 Mulheres Negras,
mas deixou-o doído, e mutilado. O que fazer, hoje, por elas?
Como fazê-las menos sofredoras? Como fazer para que
suas dores se acalmem? Preparar esse Encontro (que o di-
gam as 8 Mulheres Negras da Comissão Executiva, melhor
do que eu), não foi fácil; e nem precisaria ser da C.E., para
saber o que é uma tarefa desse quilate e justamente, tal-
vez, por isso nos esquecemos de ver que as arestas que
eram tantas quantas eram as Mulheres Negras do Rio,
precisavam ser acertadas, senão iriam espetar, machucar, in-
fectar e, quem sabe, matar?

O 2º Encontro, certamente, não pode, nem vai comer-
ter os nossos erros, sob pena de impedir o trabalho político
das Mulheres Negras crescer no Brasil.

Conseguimos, no entanto, (nem tudo foi negativo pois
tão pouco o Encontro se resumiu na delegação do Rio) ofe-
recer às 500 Mulheres Negras a grande possibilidade de
discutir, de se articularem e de se organizarem mais e me-
lhor politicamente nos seus estados, nos seus grupos. Isso
valeu. Isso foi o positivo. Agora é aprender e aproveitar para
avançar tanto quanto for possível, ou melhor, para forçar
esse avanço.

Por outro lado, não conseguimos saber como trabalhar
essas meninas, essas adolescentes que foram ao Encontro
ou que estão aparecendo no movimento. Discutimos, refle-
timos, "colocamos", concordamos com a "falação", aprovei-
tamos o "gancho" da companheira mas nos esquecemos
dessas meninas, mulheres amanhã, que só poderão seguir
o caminho que achamos "o melhor" se um espaço lhes for
aberto, mas, até então...

Oxalá, tenhamos podido transformar esse Encontro
em um fato político. Fato político mexe com os dirigentes
faz com que eles mudem as estratégias até então usadas e
chamem o outro lado para conversar, negociar o que pode
ser negociado, o que é o melhor para os lutadores, no nos-
so caso, lutadoras.

Está próximo esse momento de mudança na política
para a Mulher Negra; se não nesse Brasil que o seja pelo
menos nesse Rio de Janeiro, sede desse marco histórico,
político na vida das MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS.

N'ZINGA – Coletivo de Mulheres Negras – Rio de Ja-
neiro

SÃO PAULO

REFLEXÕES PAULISTAS DO I ENCONTRO NACIONAL
DE MULHERES NEGRASLeni
Membro da Banda - Lá

Invadimos Valença!

Mulheres Negras lindas, de todo país, com seus torsos coloridos, cabelos amados, bocas vermelhas, sorrisos abertos, roupas multicores, ansiosas em receber e passar afeto, solidariedade, enfim qualquer coisa que alimentasse o nível de atuação política em qualquer lugar, enfim...

E de repente este espírito ansioso que deveria ser canalizado para que estivéssemos unidas na ansiedade em encontrarmos um caminho para nossa luta, não conseguiu perdurar até o final do Encontro.

Apesar das interrogações: Para onde ir? O que queremos? Como fazemos juntos? que permeavam as discussões em todos os grupos, o caminho a ser percorrido ainda é longo.

Pudemos constatar que a consequência das reflexões foi o consenda necessidade de priorizar um Plano Básico de Atuação, que nos norteasse politicamente em nosso trabalho com o Mulherio Negro.

Mas notamos que na plenária final, quando as resoluções foram votadas, a preocupação única foi a preservação da estrutura organizacional do Encontro e não a elaboração de uma Comissão que priorizasse a forma política de trabalho.

É de fundamental importância é claro, que a Comissão Nacional de Mulheres Negras (me perdoem, esqueci o nome real da comissão!) exista de fato e de forma ampla, mas não sentimos que a preocupação enquanto mulheres negras querendo encontrar um caminho único, estivesse no mesmo nível de importância.

Quando falamos em Plano Básico de Atuação, falamos em uma diretriz única, baseada nas nossas necessidades enquanto mulheres comuns (não mudamos as necessidades porque nos intelectualizamos. Ou mudamos?) UM TRABALHO EM CIMA DO TRIPÉ DA EXPLORAÇÃO RAÇA, SEXO E CLASSE.

De nada adianta verbalizarmos esse tripé aí. Temos a completa compreensão intelectual dos caminhos que esse tripé percorre, sendo que não conseguimos atingir a consequência dele.

Nosso discurso, seja qual for no momento, racial ou político, ou sexista, não atinge a mulher com problemas de sobrevivência diária, chefe de família, sub-empregada, sem creche, sem atendimento médico adequado, sem lazer, e o que é pior, uma mulher sem acesso a informação, que a façam entender as causas que a conservam marginalizada na sociedade.

A consequência é que essa mulher não se organiza em cima de nenhuma plataforma política para reverter este quadro.

Nosso papel é o levar esta plataforma, de qualquer maneira e desperta ou direcionar a consciência na luta diária, acrescentando o fator organizativo.

Nós, Mulheres Negras, nos encontramos na direção do Movimento Negro, isto hoje é um fato. Só que também é fato que a atuação do Movimento não se voltou em nossa direção. Ainda levamos para o interior do Movimento os modelos organizativos ocidentais brancos (dos Partidos, as Associações etc...) desapercibendo a nossa especificidade enquanto povo negro com cultural social e política. Por vezes, utilizamos métodos repetitivos. Exemplo: Por que ao invés de organizarmos debates, seminários, encontros, etc., NA PERIFERIA, não inovamos com oficinas ambulantes de penteados, vestuário, canto, dança, culinária afro, esportes, etc., que teriam um papel prático e real de retomar a identidade cultural, através da política do espelho? (*)

Ainda estamos extremamente repetitivas e condicionadas, até no discurso e na necessidade de elaborarmos este Plano básico de ATUAÇÃO passa pelo papel sequencial do próprio Plano, que irá criar novas e versáteis maneiras de até mesmo ser o Movimento de Mulheres Negras.

Por exemplo, em São Paulo, no Grupo Banda Lá – Canto, Dança e Percussão Afro, uma das diretrizes para 90, é a de ensaiarmos a cada 15 dias, em locais abertos, nos jardins, praças de bairros, etc... levando para o povo a chance de conhecer a cultura negra, sem qualquer ônus. Esta inovação faz parte de um Plano que tiramos para ampla o conhecimento sobre o nosso trabalho, saindo dos locais fechados onde estivemos até então.

É lógico que no nosso caso, podemos até ir mais longe, já que como mulheres podemos criar formas muito mais criativas para atingir outras mulheres.

Basta ter um Plano para nos nortear e pronto! O caminho esta aberto.

Concluindo a reflexão, sugerimos que a Comissão formada no Encontro sirva realmente de direção Nacional das Mulheres Negras no país, e, como tal, que prioriza a resolução consensual do Encontro, que é a elaboração do Plano Básico de Atuação, e que para tal organize formas para que as mulheres negras em todo país possam opinar, dar sugestões, enfim, participar com em uma grande campanha nacional, talvez até de choque, por que não? – para viabilizarmos na prática todo o nosso trabalho.

Temos tempo até o próximo Encontro, para fazer com que isso dê certo. Vamos?

Basta querermos e nos organizarmos, não como rivais na luta, mas como irmãs, companheiras, desejando a mesma coisa para todas nós.

(*) Política do espelho: a política do reflexo visual, Conscientizar através deste reflexo.

RIO DE JANEIRO

Sandra Helena Torres Bello (*)

O 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, foi um dos grandes marcos na luta da Mulher Negra no resgate de sua História e na compreensão do que seja Mulher Negra, num país onde a Ideologia do EMBRANQUECIMENTO predomina.

O 1º Encontro mostrou claramente a vertente de um Feminismo Negro. Levantou questões fundamentais para o avanço do FEMINISMO, que ainda hoje está bastante eurocêntrico.

O FEMINISMO tem que mostrar suas várias faces A NEGRA, a amarela e a branca. E nós mulheres negras rumamos para um Feminismo Negro, onde tem que estar presente a questão de raça e de classe, pois diversos comportamentos são consequências da História de vida de cada uma de nós. E não podemos descartar esta realidade. Eles são componentes dessas mulheres, e não podemos moldar um modelo de Mulher. Outra posição garantida neste processo foi em relação a autonomia política e financeira. Nenhuma agência financiadora determinou a nossa linha de ação. Isto significa que não precisamos nos atrelar, para desenvolver algum trabalho político.

As várias tendências do Movimento de Mulheres Negras apareceram no Encontro. Agora temos que nos compreender como uma força política capaz de transformar esta sociedade sexista, racista e classista. Nós Mulheres Negras somos fundamentais neste processo.

(*) Membro do Centro de Mulheres de Favela e Periferia; feminista; integrou a Comissão Executivas do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras.

MARANHÃO

Companheiras:

Recebemos sua solicitação e com grande prazer colaboramos com esta proposta maravilhosa.

Nós achamos o 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras muito importante e proveitoso para todas nós. Apesar de termos chegado no último dia, e assistimos somente o plenário.

Conhecemos pessoas diferentes, com coisas boas e úteis para transmitir, ficamos sabendo um pouco sobre cultura do Negro, e do racismo que ainda hoje existe no nosso País. As propostas de que mas gostamos foram:

- 1º) Criação de canais alternativos de comunicação.
- 2º) Realização do 13 de maio, dia nacional do boicote aos programas que destroem a imagem do negro.
- 3º) Boicote contra os programas alienados.
- 4º) Quando houver o 2º encontro, que seja mais aberto, e de fácil acesso, possibilitando assim a participação de mulheres de baixa renda, favelados, domésticos etc...
- 5º) Que o encontro seja realizado de dois em dois anos.

Nossa raça negra tem que se respeitada, nossa Cultura não pode mais ficar abafada, temos que ter mais espaço, não só na televisão, mas em todos os meios de Comunicação; o negro deve ser visto com dignidade humana, pois somos uma raça de origem heróica; nossa cultura é riquíssima e nossa história é limpa; se alguma raça deve se curvar diante de outras raças, será a raça branca, que tem um passado e uma consciência manchada, mancha esta que continua viva no dia a dia e que continua mantendo esta mancha, com uma história negada a todas nós e continuamos mantendo a história deturpada e mentirosa que às vezes somos obrigados a decorar desde a infância; e, se um dia enxergarmos diferente, corremos o risco de sermos condenadas e mortas. Infelizmente, existem pessoas que preferem manter-se no comodismo, estimulando a covardia, o medo; mas, graças a Deus, não faltam sinais mais animadores. Ainda existem brasileiros que sacrificam eu tempo, suas energias e até sua própria vida em prol da justiça, verdade, fraternidade e liberdade dos espoliados e massacrados; entre esses os que predominam são os da raça negra, e principalmente a mulher negra que é discriminada por ser mulher, pobre e negra.

Já cansamos de ser os últimos em tudo; de sermos humilhados e massacrados. Basta de Injustiça!

Adoramos como nossa delegação foi tratada; com isto nos fortalecemos e nós tomamos cada vez mais firme nesta luta.

Estaremos sempre dispostas e solidárias com voos do NZINGA, como também com todos os grupos que colaboraram na realização deste encontro e com fé em Deus, no próximo encontro, estaremos juntas novamente, com um número triplicado de participantes.

Agradecemos por terem se lembrado da gente aqui no Maranhão e estaremos sempre dispostas.

Esperamos participar deste trabalho e, se conseguirmos, atingir seus objetivos.

Carinhosamente, as militantes do movimento Negro São Benedito.

Benilza da Costa Santos
Leila Mary C. da Cruz

RIO DE JANEIRO (Valença)

Hoje, mais do que nunca, quando todas as formas de repressão abatem-se sobre os movimentos populares, faz-se urgente que nós, MULHERES, trabalhadoras e independentes de cor, nos integremos a cada dia a essa luta, que em nenhum momento poderá restringir-se a esse ou aquele grupo. Não entendemos que sejam diferentes as lutas das MULHERES NEGRAS das lutas das demais MULHERES brasileiras, quando todas sofrem na pele a mesma exploração e são espoliadas pela mesma selvageria capitalista que há séculos infecta o nosso chão.

O 1º ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS representou para nós, mulheres da CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS SANTA ROSA, exatamente o impulso, a força, a demonstração clara da necessidade da nossa organização como operárias, fazendo crescer a luta sindical, e também como mulheres.

NZINGA

Durante a greve (que contou com o apoio das Mulheres presentes ao 1º ENMN) e principalmente após o Encontro, no qual participamos como convidados, a nossa participação foi decisiva e a atuação das Congressistas presentes em nossos atos públicos e passeatas, em muito nos reforçou, visto que, ao entrarmos em contacto com elas, sentimos as portas se abrindo um pouco mais, pois as nossas denúncias não teriam mais apenas caráter local e sim, seriam levadas a todo o País, onde quer que houvesse Mulheres participantes do Congresso.

Resumindo, a realização e a nossa participação no 1º ENMN, veio nos mostrar o caminho. Caminho esse que nos leva à vitória dos nossos movimentos, à libertação dos nossos preconceitos, veio nos mostrar a força que temos quando organizadas e que a "ORGANIZAÇÃO" é a palavra chave para nossas conquistas.

É a partir daí que resgataremos a memória do nosso povo, que preservaremos a nossa identidade cultural e as nossas raízes.

Que todo o povo brasileiro conscientize-se dessa necessidade e daí a transformação da nossa sociedade estará a um passo. Onde o respeito mútuo entre as raças seja uma constante, e brancos não serão mais brancos e negros não serão mais negros, e o povo será um só.

AXÉ, muito AXÉ.

Ieda Sabino Baptista
p/Mulheres da Cia. Fiação e Tecidos
Santa Rita

RIO DE JANEIRO

Querido Grupo Nzinga:

Feliz 1989 com muito sucesso e união, são os votos desta Negra e amiga OBASSY.

Falando do Encontro Nacional de Mulheres Negras.

O nosso encontro foi uma das maravilhas do mundo! Achei magnífico!

O entrosamento foi muito bom; todas com muita vontade que o encontro fosse perfeito; se houve algum desencontro foi contrário ao nosso desejo. A comissão organizadora foi eficiente; não mediu sacrifícios para que tudo desse certo.

Pra começar, o hotel foi um desbunde. Jamais teríamos condições de passarmos momentos tão agradáveis. Como mulheres Negras foi um grande evento, foi o acontecimento do ano. Acho que antes de 100 anos não teremos coisa tão maravilhosa.

Tudo isso pela competência da comissão organizadora, nota 10 (dez). Olhe, as oficinas foram muito boas, a abertura dos trabalhos foi ótima, o companheirismo foi inigualável.

Cada delegação que chegava era motivo de alegria. Somos verdadeiras irmãs.

Helena, Zezé, Malú e outras Parabéns! Vocês foram as estrelas da constelação Negra!

Todas nós formamos uma grande constelação!

Não repare o exagero, pois sou poeta e queria poder descrever toda beleza que existe na raça Negra, Negro é lindo!

Um grande alô para mãe Beata de Yemanjá, nossa grande mãe que nos deu aquele grande AXÉ no dia de Oiá e para outras pessoas que compuseram a mesa de Religião Afro. Gesia, Mãe Dalva... etc.

Ao pessoal do Maranhão, muito Aché.

Ao grupo Mãe Andreza, muita garra!

Fiquei muito satisfeita em poder mostrar o meu trabalho sobre a Mulher Negra. O hino da Mulher Negra e o pagode. Muito obrigado pela oportunidade que me deram. Vocês mereciam muito mais sucesso do que tiveram.

Cada uma de nós procurou mostrar o seu potencial. Todas ali tinham a mesma importância. Na hora das refeições, sempre a mesma alegria. Parecíamos em um canto de fadas. Quantas de nós jamais teríamos, como mulher negra, condição de participarmos de um evento maravilhoso.

Dou o maior apoio para que essa comissão organizadora dê continuidade ao belo trabalho que estão desenvolvendo.

Parabéns ao pessoal do vídeo que não mediu esforços para fazer toda cobertura.

Mando um alô pro pessoal do Sul! Marilene, Celia Maria, beijos de OBASSY. Espero que vocês recebam o nº 5 do Encontro.

Nzinga, se eu for escrever tudo que penso, o tempo não dá.

Beijos, OBASSY!
Rio de Janeiro

PARANÁ

Avaliação do 1º ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, realizada pelas Delegadas que representaram a PASTORAL DO NEGRO pela Profª Marilene dos Santos, do Conselho Municipal da Condição Feminina, Curitiba-Paraná.

Concluímos que:

– O Encontro foi de Bom Nível, ocorrendo dentro dos parâmetros esperados;

– Foi excelente e irrepreensível a maneira pela qual esta Comissão Executiva conduziu e coordenou este Encontro;

– Foram positivos e benéficos os contatos com outros Estados brasileiros e da troca de informações e experiências com países latino-americanos;

– As falhas ocorridas, foram por nós consideradas normais, dado o gigantismo do Evento;

– Finalmente, que para nós mulheres negras do Paraná, está faltando aquela "Bagagem Política"; "aquele jogo de cintura", para que possamos colocar em prática nossa luta.

Precisamos de apoio e embasamento de movimentos de mulheres negras a nível de Brasil, para tentarmos encontrar caminhos que nos leve à realidade com a qual convivemos.

Decidimos também, que duas Delegadas da Pastoral do Negro, que se encontram nesta Cidade tratando de interesses particulares mas que ao mesmo tempo, além de motivadas, sentem a necessidade de se inteirar das resoluções finais deste Encontro e por isso, se comprometem a participar da Reunião de Avaliação do próximo dia 17 e passar as informações para as outras Delegadas Dalzira Maria Aparecida e Nará de Souza Oliveira, caso não possam comparecer.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a atenção e o carinho recebidos por esta valorosa equipe.

Com um grande

AXÉ,

Célia, Rosimeri, Valéria, Vera e Marilene



OBACY no Seminário pró Delegadas do Rio de Janeiro, em outubro de 1988

Entrevista

O PERFIL DO PERFIL (*)

OBACY

Esta entrevista foi feita para o Informativo nº 02 do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras. Por problemas de falta de espaço, o texto não pode ser publicado. Como fala de uma mulher negra e guerreira, a MALU que colheu o depoimento achou por bem publicar aqui.

Malu: Seu nome?

Obacy: Celita Vieira da Cruz

Malu: Endereço?

Obacy: Rua Salatiel, nº 17 – Cidade de Deus – Rio de Janeiro.

Malu: Profissão?

Obacy: Merendeira.

Malu: Outras atividades?

Obacy: Faço parte da Ala dos Compositores da Escola de Samba Mocidade Unida de Jacarepaguá.

Malu: Por que OBACY?

Obacy: Pela qualidade do meu santo. Eu sou de OBÁ. Tenho 17 anos de feitura no santo. Angola (**)

Celita Vieira da Cruz, mora há 22 anos na Cidade de Deus e sente-se feliz, com sua casa e suas filhas que nas suas palavras "só lhe dão alegrias". Suas filhas fazem parte do grupo "RAIZ DA LIBERDADE", nascido na casa de Obacy e incentivado por ela.

Malu: Como entrou no mundo do samba?

Obacy: Incentivada por Mãe Jorgina. Eu dizia para ela que nunca tinha ido a uma Escola de Samba. Então ela me levou no Império Serrano, e eu gostei muito.

Malu: E depois?

Obacy: Ah! Eu comecei a levar minhas filhas ao GRES União de Rocha Miranda, onde, naquela época, fiquei muito empolgada com o enredo.

Então, escrevi um samba e tirei o 2º lugar. Sempre gostei de escrever. Tenho mais de 20 composições.

Malu: Você, alguma vez, se sentiu discriminada na Escola de Samba?

Obacy: Discriminada somos sempre, e mulher compositora em Escola, ainda não é muito comum para os companheiros entenderem.

Malu: Qual a sua escola atual?

Obacy: Estou na Mocidade Unida de Jacarepaguá, desde 1983, onde faço parte da Ala dos Compositores.

(*) entrevista feita por Maria Lucia de Carvalho (MALU) que integra a Comissão Executiva do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, e faz parte do Grupo de Mulheres da Cidade de Deus.

(**) sua nação

Aconteceu... acontecendo...

- III Encontro da Cultura Negra do Sul de Minas, 03, 04 e 05 de março de 1989 em Poços de Caldas – MG. Quem organiza é o Grupo União e Consciência Negra – Chibata.
- dias 14 e 15 de fevereiro uma reunião das mulheres que atuam no Setor da Saúde com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Pauta: 28 de maio – Dia da Ação Internacional pela Saúde da Mulher –, cujo tema será a Mortalidade Materna.
- a nova diretoria de Articulação Política do CNDM. O objetivo da diretoria é incentivar a criação e o desenvolvimento de grupos e instituições voltadas para a eliminação da discriminação contra a mulher.
- a criação do Instituto de Articulação das Religiões Afro-Brasileiras (INAB) dia 06 de janeiro p.p. Entre os objetivos do Instituto está a valorização da visão de mundo das religiões de origem africana.
- dia 17 de fevereiro passado a posse da nova diretoria do Centro de Cultura do Maranhão (CCN). A nova presidenta é a companheira Lucia Dutra.
- III Encontro Estadual dos Negros do Rio de Janeiro. Será nos dias 15, 16 e 17 de abril. Informações: Rua Carolina Machado, 752 – Madureira – RJ - Telefones: 350-1371
- Movimento Popular Pró-Constituinte está aceitando propostas para a Constituição Estadual. Informações: Sala 206 da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro – Telefone: 292-0111 Ramal 400.
- no IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras de 10 a 31 de março uma série de debates: "O trabalho da Mulher Negra na resistência ao genocídio"; Hegemonia européia e rejeição da estética de Mulher Negra; Profissão da Mulher Negra na formação do capital brasileiro e a exposição: Geração de renda da Mulher Negra no interior do estado do Rio de Janeiro.
- dia 10 de março das 18 as 22hs. no auditório da Procuradoria Geral do Município – rua da Quitanda, 50 – Centro o debate: "A Mulher Negra na Sociedade". Debatedoras: Edméa Cardoso Santos – "Vantagens e desvantagens da Mulher Negra na Constituinte; Eurídice Coelho – "Onde a Mulher Negra está na sociedade é Abgail Alves Pashoa" A participação política da Mulher Negra.
- a criação do bloco Afro OJO ETI DUDU dia 17 de fevereiro da ASSEAF. O responsável é o mestre Vieira, e os ensaios estão acontecendo na Asseaf – Rua 24 de Maio, 43 – Rocha Telefone
- a criação das Associações das Organizações não governamentais (ONGS) Informações Palácio Itamarati – Av. Mal. Floriano – Rio de Janeiro – Tel.: 253-2211.
- a preparação para o X Encontro Nacional Feminista em São Paulo. A data ainda não foi marcada. A organização está a cargo do Coletivo Saúde e Sexualidade de São Paulo. Endereço para contato: R. Bartolomeu Zunega, 49 - Pinheiros 05406 - São Paulo - SP.
- Comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Entre as inúmeras atividades que marcaram o 8 de março no rio de Janeiro, realizamos uma Passeata da Candelária ao Largo da Carioca, onde as mulheres celebraram a "MISSA FÊMEA". O belíssimo texto da missa foi escrito pela atriz Maria Lucia Vidal.



NZINGA
Coletivo
de Mulheres Negras

Correspondência:

Caixa Postal, 2073
Rio de Janeiro - RJ
Brasil - CEP.: 20001

POESIA MILITANTE

MAHIN AMANHA(**)

Miriam Alves (*)

Ouve-se nos cantos a conspiração
vozes baixas sussurram frases precisas
escorre nos becos a lâmina das adagas
Multidão tropeça nas pedras
revolta

há revoada de pássaros
susurro, sussurro:
"– é amanhã, é amanhã
Mahin falou, é amanhã
A cidade toda se prepara
Malês

bantus
geges
nagos
vestes coloridas resguardam esperanças
aguardam a luta
Arma-se a grande derrubada branca
a luta é tramada na língua dos Orixás
"–é aminhã, aminhã
sussurrar
Malês
geges
bantus
nagôs
"–é aminhã, Luiza Manhin, falô"

(*) Miriam Alves (Miriam Aparecida Alves) nasceu em São Paulo no dia 06 de novembro na década de 50. Foi a escola até o 3º grau. É Assistente Social. Faz parte do Quilomboje, grupo de escritores negros que editam os Cadernos Negros.

(**) Poema extraído de livro ESTRELAS NO DEDO da autora, Edição da autora, São Paulo, 1985.



Ilustração extraído do livro
"Canto à Negra Mulher Amada",
de Oubi Inaê Kibuko.

